

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE:

Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto nº 24.609, de 6 de Julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover, e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do país, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários.

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto nº 24.609, de 6 de Julho de 1934, consta de:

1 Um "Órgão Administrativo", que é a Secretaria Geral do Conselho e do Instituto.

2 "Órgãos Deliberativos", que são: *Assembleia Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de Julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera ad referendum da Assembleia Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J. E. C. (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena).

3. "Órgãos Opinativos", subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas, etc.) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, compostos de 32 membros eleitos pela Assembleia Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "Organização Federal", isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de Estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.

2. "Organização Regional", isto é, as Repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, — no Distrito Federal e no Território do Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, — e os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais.

3. "Organização Local", isto é, os Departamentos ou Serviços Municipais de Estatística, existentes nas capitais dos Estados, e as Agências nos demais municípios.

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto nº 1.527, de 24 de Março de 1937, consta de:

1. Um "Órgão Administrativo", que é a Secretaria Geral do Conselho.

2. "Órgãos Deliberativos", ou sejam a *Assembleia Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de Julho); o *Directório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário

Geral do C. N. G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C. N. E. (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Directórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C. (reúne-se ordinariamente uma vez por mês).

3. "Órgãos Opinativos", isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D. C., e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "Organização Federal", com um órgão executivo central — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica do Ministério da Viação — e órgãos cooperadores — serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).

2. "Organização Regional", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3. "Organização Local" — os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas.

III — SISTEMA DOS SERVIÇOS CENSITÁRIOS

O Sistema dos Serviços Censitários compõe-se de órgãos deliberativos — as *Comissões Censitárias* — e de órgãos executivos, cujo conjunto é denominado *Serviço Nacional de Recenseamento*.

A — COMISSÕES CENSITÁRIAS:

1. A Comissão Censitária Nacional, órgão deliberativo e controlador, compõe-se dos membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, do Secretário do Conselho Nacional de Geografia, do Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, de um representante do Conselho Atuarial e de três outros membros — um dos quais como seu Presidente e Diretor dos trabalhos censitários — eleitos por aquela Junta em nome do Conselho Nacional de Estatística, verificando-se a confirmação dos respectivos mandatos mediante ato do Poder Executivo.

2. As 22 Comissões Censitárias Regionais, órgãos orientadores, cada uma das quais se compõe do Delegado Regional do Recenseamento, como seu Presidente, do Diretor em exercício da repartição central regional de estatística e de um representante da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística.

3. As Comissões Censitárias Municipais, órgãos cooperadores, cada uma das quais constituída por três membros efetivos — o Prefeito Municipal, como seu Presidente, o Delegado Municipal do Recenseamento e a mais graduada autoridade judiciária local, além de membros colaboradores.

B — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

1. A "Direção Central", composta de uma Secretária, da Divisão Administrativa, da Divisão de Publicidade e da Divisão Técnica.

2. As "Delegacias Regionais", uma em cada Unidade da Federação.

3. As "Delegacias Seccionais", em número de 117, abrangendo grupos de Municípios.

4. As "Delegacias Municipais".

5. O "Corpo de Recenseadores".

Sede do INSTITUTO: Praça Mauá, 7-11.º andar
RIO DE JANEIRO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CONSTITUIÇÃO DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL —

José Carlos de Macedo Soares, Presidente do I. B. G. E. e de seus dois Conselhos; *Heitor Braet*, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; *Luiz Camilo de Oliveira Neto*, representante do Ministério das Relações Exteriores; *Iraci Ferreira de Castro*, representante do Ministério da Guerra; *Manuel Pinto Ribeiro Espindola*, representante do Ministério da Marinha; *João de Lourenço*, representante do Ministério da Fazenda; *A. R. de Cerqueira Lima*, representante do Ministério da Agricultura; *Joaquim Lécio de Sousa Almeida*, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; *Oswaldo Gomes da Costa Miranda*, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; *Lísias Augusto Rodrigues*, representante do Ministério da Aeronáutica; *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do I. B. G. E. e do Conselho, representante do Ministério da Educação e Saúde.

PRESIDENTES DAS JUNTAS EXECUTIVAS REGIONAIS

— ACRE: *Raimundo Nobre Passos*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; AMAZONAS: *Júlio Benevides Uchoa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARÁ: *José Coutinho de Oliveira*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MARANHÃO: *Djalma Fortuna*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PIAUÍ: *João Bastos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; CEARÁ: *Marcelo Aroucha*, delegado do I. B. G. E.; RIO GRANDE DO NORTE: *Anfilóquio Câmara*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARAÍBA: *Sisenando Costa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PERNAMBUCO: *Manuel Rodrigues*, secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; ALAGOAS: *Manuel Diéguas Júnior*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SERGIPE: *João Carlos de Almeida*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; BAÍA: *Afrânio de Carvalho*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; ESPÍRITO SANTO: *Nelson Goulart Monteiro*, secretário do Governo; RIO DE JANEIRO: *Heitor Gurgel*, secretário do Governo; DISTRITO FEDERAL: *Sérgio Nunes Magalhães Júnior*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; SÃO PAULO: *Djalma Forjaz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARANÁ: *Lauro Schleder*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SANTA CATARINA: *Virgílio Gualberto*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO GRANDE DO SUL: *Mem de Sá*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MATO GROSSO: *J. Ponce de Arruda*, Secretário Geral do Estado; GOIAZ: *Balduíno Santa Cruz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MINAS GERAIS: *Hildebrando Clark*, diretor do Departamento Estadual de Estatística

CONSULTORES TÉCNICOS — A) Seções: I — Estatística metodológica: *Milton da Silva Rodrigues*; II — Estatística matemática: *Jorge Kafuri*; III — Estatística cosmográfica: *Lélio Gama*; IV — Estatística geológica: *Aníbal Alves Bastos*; V — Estatística climatológica: *Sampaio Ferraz*; VI — Estatística territorial: *Everardo Backeuser*; VII — Estatística biológica: *Almeida Júnior*; VIII — Estatística antropológica: *Roquete Pinto*; IX — Estatística demográfica: *Sérgio Millet*; X — Estatística agrícola: *Artur Torres Filho*; XI — Estatística industrial: *Roberto Simonson*; XII — Estatística dos trans-

portes: *Aimoré Drumond*; XIII — Estatística das comunicações: *Eugênio Gudín*; XIV — Estatística comercial: *Valentim Bouças*; XV — Estatística do consumo: *L. Nogueira de Paula*; XVI — Estatística dos serviços urbanos: *José Otacílio de Sabóia Medeiros*; XVII — Estatística do serviço social: *Fernando Magalhães*; XVIII — Estatística do trabalho: *Plínio Cantanhede*; XIX — Estatística atuarial: *Lino de Sá Pereira*; XX — Estatística educacional: *Lourenço Filho*; XXI — Estatística cultural: *Fernando Azevedo*; XXII — Estatística moral: *Alceu de Amoroso Lima*; XXIII — Estatística dos cultos: *padre Helder Câmara*; XXIV — Estatística policial: *José Gabriel Lemos Brito*; XXV — Estatística judiciária: *Filadelfo Azevedo*; XXVI — Estatística da defesa nacional: *general Sousa Docca*; XXVII — Estatística da organização administrativa: *Francisco Sales de Oliveira*; XXVIII — Estatística financeira: *Romero Estelita*; XXIX — Estatística política: *Azevedo Amaral* B) Representações: I — Agricultura: *Fernando Costa*; II — Indústria: *A. J. Rener*; III — Comércio: *Lafaiete Belfort Garcia*; IV — Trabalho: *João Carlos Vital*; V — Imprensa: *Paulo Filho*; VI — Ensino: *Raul Leitão da Cunha*; VII — Religião: *padre Leonel Franca*

COMISSÕES TÉCNICAS — I Comissão de Estatísticas

Fisiográficas: organização federal — *Pedro Grande* e *Mário Celso Suarez*; organização regional — *Francisco Lobo* (Pará), *Mardônio de Andrade Lima Coelho* (Pernambuco) e *Aroldo Caldeira* (Santa Catarina) II **Comissão de Estatísticas Demográficas:** organização federal — *Maria de Castro Fernandes* e *Artur Batista*; organização regional — *Benedito Bezerra* (Amazonas), *Raul de Figueiredo Rocha* (Ceará) e *Emílio Soumis* (Paraná) III **Comissão de Estatísticas da Produção:** organização federal — *Eduardo Gonçalves* e *Alberto Augusto Cavalcanti de Gusmão*; organização regional — *José Cruz* (Sergipe), *Tulo Hostílio Montenegro* (Baía) e *Lourival Ferreira Carneiro* (Minas Gerais) IV **Comissão de Estatísticas da Circulação, Distribuição e Consumo:** organização federal — *João Jochmann* e *Gláucia Weinberger*; organização regional — *Said Farhat* (Acre), *J. M. Lamenha Lins* (Alagoas) e *Jaci Figueiredo* (Mato Grosso) V **Comissão de Estatística do Bem-Estar Social:** organização federal — *Valdemar Cavalcanti* e *Alice Líliona de Araújo Lima*; organização regional — *Joaquim Ribeiro Costa* (Minas Gerais), *Fábio Crisciúma* (Distrito Federal) e *Helena Rocha Penteado* (São Paulo) VI **Comissão de Estatística da Assistência Social:** organização federal — *Manuel Diéguas Júnior* e *Mário Ritter Nunes*; organização regional — *Adolfo Ramires* (Rio G. do Norte), *Olga de Freitas* (Baía) e *Antenor Schmidt* (Rio Grande do Sul) VII **Comissão de Estatísticas Educacionais:** organização federal — *Antônio Teixeira de Freitas* e *Artosto Pacheco de Assiz*; organização regional — *João da Cunha Vinagre* (Paraíba), *Amancita Matos* (Maranhão) e *Heitor Rossi Beache* (Espírito Santo) VIII **Comissão de Estatísticas Culturais:** organização federal — *Wilson Soares* e *Rubem Gueiros*; organização regional — *Isnar Bento Gonçalves* (Piauí), *Césio Rigueira Costa* (Pernambuco) e *Mário Lago* (Rio de Janeiro) IX **Comissão de Estatísticas Administrativas e Políticas:** organização federal — *Silvío Vieira Braga* e *Valdir de Abreu*; organização regional — *Carlos Alberto Vanzolini* (São Paulo), *Albano Gaspar de Oliveira* (Rio G. do Sul) e *José de Campos Mairesles* (Goiaz).

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano III

JULHO - SETEMBRO, 1942

N.º 11

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

(Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

ESTATÍSTICA, GEOGRAFIA, RECENSEAMENTO *

A ESCOLHA de Goiânia para sede da presente sessão das Assembléias Gerais do nosso Instituto — tal como o desejastes, senhores Delegados, e exprimistes em Resoluções de 1941, e conforme expressamente o autorizou, em Decreto-lei, o sr. Presidente da República — não envolve, apenas, um pensamento de homenagem cívica das mais justas, porque é, antes de tudo, um ato de confiança e de fé nos destinos do Brasil.

Aquí estamos, — e é como se tivéssemos retomado o fio da própria evolução histórica nacional, — para melhor reverenciar aqueles grandes valores do passado que, em vigorosas arremetidas épicas, realizaram a obra de conquista, plasmando com as suas mãos rudes e almas heróicas os limites continentais dêste mundo brasileiro, onde se confinam tôdas as nossas esperanças e cabem tôdas as nossas glórias.

O drama de sangue em que se resolve, nesta hora sombria dos destinos do mundo, o crepúsculo de velhas culturas, como que reproduz aquele momento da história humana em que os milagres das grandes descobertas abriram novos cenários à civilização em marcha.

Soa, novamente, a hora da América. A hora de reconstrução de um mundo que se desfaz pelo egoísmo e a violência; a hora de restaurar os valores eternos do espírito, e oferecer à Humanidade em desespero o conforto de uma cultura inspirada num alto pensamento de solidariedade cristã.

O Brasil possui no sentido “imperialista” das bandeiras — essas grandes forças vivas e móveis a que tanto deve a formação social do país — o melhor signo para a nova era da sua história, cujo objetivo

* Discurso-relatório na instalação das Assembléias Gerais dos Conselhos dirigentes do Instituto, em Julho de 1942

essencial tem de traduzir-se, como tão bem o definiu o próprio Chefe do Estado, no "reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade", "afim de sanar os vácuos demográficos do nosso território e fazer com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas".

Esse impulso vigoroso da civilização, visando o domínio completo do patrimônio que nos legou o espírito bandeirante, encontra em Goiânia a sua primeira e vitoriosa etapa. É um exemplo magnífico de compreensão objetiva dos problemas nacionais; é um milagre da inteligência criadora do homem brasileiro; é uma demonstração a mais da nossa capacidade para as emprêsas grandiosas, — êsse espetáculo de fé nos destinos do país que Goiás nos oferece, como exemplo admirável de predestinação histórica.

Aquí viemos e aquí estamos — os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — para o cumprimento do dever cívico de louvor e exaltação ao descortino e ao patriotismo do Governante esclarecido em cujo nobre espírito como que se antecipou a visão dos novos ciclos históricos do Brasil; à firmeza de ânimo do homem de govêrno que soube querer e soube realizar, porque não lhe faltou jamais a flama de um idealismo sincero e de uma vontade vigorosa; ao bandeirante do Brasil dos nossos dias: PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA.

Passemos agora, senhores Delegados, ao resumo da obra que, a partir da nossa última reunião, foi levada a efeito pelo poderoso instrumento de progresso e cultura, a serviço das grandes causas do Brasil, cujos destinos estão confiados ao vosso patriotismo e capacidade de realização.

Recenseamento No interregno dos vossos trabalhos, o Instituto pôde dar conhecimento aos órgãos do govêrno e à própria comunhão brasileira dos primeiros resultados do grande empreendimento censitário realizado, sob a sua responsabilidade imediata, em Setembro de 1940.

Correspondem êsses resultados ao mais importante dos sete censos então levados a efeito — ou seja o Demográfico —, o qual, a exemplo do que ocorreu também com os seis outros, constituiu, no gênero, a mais larga e profunda operação estatística até agora verificada em país latino-americano.

Os elementos divulgados especificam-se pelas Unidades da Federação e os respectivos núcleos municipais e embora não devam ser considerados definitivos, — como bem se justifica num país sem tradição censitária e onde o problema dos grandes espaços vem desafiando, como uma contingência geográfica inelutável, o espírito construtivo de sucessivas gerações de administradores — já oferecem subsídios os mais valiosos para a análise das condições sociais do Brasil nesta fase de sua evolução.

Dentre os aspectos mais relevantes traduzidos nos cálculos censitários, cumpre destacar, pelas graves advertências que representa, o da escassa densidade em que ainda se exprime o nosso potencial humano, em cerca de dois terços do imenso território conquistado pelo ímpeto desbravador dos bandeirantes e juridicamente fixado nos tratados internacionais graças ao gênio político de ALEXANDRE DE GUSMÃO e RIO BRANCO.

Ainda assim, — como o observa, com precisão, essa eminente figura de sábio que a confiança do governo colocou na presidência da Comissão Censitária Nacional, o Professor JOSÉ CARNEIRO FELIPE, — o aumento percentual da população, tendo sido, em meio século, de 191,7, “confere ao Brasil um lugar de destaque entre os povos americanos, pois que lhe está assegurado, na multiplicação natural dos seus filhos, não somente um poderoso fator de engrandecimento, senão também o melhor escudo para sua soberania”.

Resolvidos que já se encontram todos os problemas técnicos ligados à última fase da grande tarefa censitária, intensificam-se os trabalhos finais de crítica e apuração mecânica. Dentro em pouco, a nação entrará na posse do maior volume de dados numéricos até agora reunidos sobre os diversos aspectos de suas realidades, — material esse que constituirá a mais perfeita caracterização físico-demográfica e sociográfica das nossas condições de existência.

É uma fase expressiva da evolução do Estado Brasileiro, esta que se distingue pelo permanente empenho do conhecimento objetivo de nosso âmbito territorial e das forças sociais que nele se agitam, como condição essencial a que nos conservemos fiéis aos nossos destinos históricos e a que possam os governos, no seu esforço de organização nacional, encontrar o rumo exato das aspirações coletivas e do bem comum.

Geografia No setor da Geografia, a grande obra empreendida obedece ao objetivo fundamental de restringir cada vez mais — até anulá-los de todo, num decisivo trabalho de penetração e reconhecimento — os limites daquela “terra ignota”, em relação à qual apenas se aventuravam, nas cartas baseadas em dados escassos, “o rabisco de um rio problemático ou a idealização de uma corda de serras”.

Nos termos em que o Instituto situou o problema da nossa auto-revelação, teria de impor-se, por força, um interesse particular pelos elementos marcantes das nossas realidades antropogeográficas, vale dizer: a Terra e o Homem brasileiros. E se era deficiente e precária — como tão bem o sabeis — a nossa organização estatística nas fases anteriores à atual, não menos raras e insuficientes se apresentavam, à falta de sistematização e continuidade nos esforços desenvolvidos, as nossas aquisições quanto ao conhecimento do meio físico.

No golpe de vista a que foi submetido em oportunidade idêntica, apenas há um ano, o largo panorama das realizações do Instituto, no seu primeiro quinquênio de atividades, ficaram bem nítidos os resultados da grande obra que o Conselho Nacional de Geografia vem realizando, sob a orientação entusiástica e devotada de seu secretário-geral, o engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, e com a dedicada colaboração

de técnicos dos mais ilustres. Basta dizer-vos agora que o ritmo dessas campanhas continua a intensificar-se cada vez mais, como emprêsas magnificas destinadas a fazer emergir dêsse contacto com a Terra a força daquele amor cuja intensidade ARISTÓTELES já condicionava à posse do conhecimento.

A tarefa de atualização da Carta Geral ao millionésimo é o notável empreendimento básico, em cujo plano se fundem quase tôdas as demais iniciativas técnicas do Conselho. São elas, entre outras, as campanhas das coordenadas geográficas e dos levantamentos altimétricos; a da revisão dos mapas dos Municípios e das Unidades Federadas; a que visa a perfeita formação, mediante Cursos intensivos, de profissionais especializados, para o exercício de atividades cartográficas; a das monografias municipais; e, finalmente, a do preparo do Dicionário Geográfico Brasileiro e da Coletânea das Efemérides Geográficas.

Sob a influência renovadora das atividades do Conselho — e com o seu concurso e patrocínio —, promoveram-se durante o ano Expedições Científicas do maior alcance para o perfeito conhecimento de regiões ainda ignoradas do território nacional. Citem-se, por exemplo, a que teve o norte de Mato Grosso por campo de suas pesquisas e a que estuda, no momento, a faixa fronteira dos Estados de Minas, Goiaz e Baía, para melhor fixar a linha divisória, em alguns pontos ainda imprecisa.

O governo conferiu ao Conselho — e delas já êle se está desobrigando — atribuições da maior importância, visando assegurar a necessária sistematização à nomenclatura das estações ferroviárias do país. Foi ainda mais longe o decreto que dispôs sobre a matéria: fixou logo, em termos gerais, uns tantos critérios a que terá de submeter-se, em 1943, a revisão do quadro territorial, afim de que seja prevista, em data oportuna — como complemento da campanha sistematizadora a que deu lugar a Lei 311 —, a eliminação dos nomes iguais de cidades e vilas, mesmo que se verifiquem em diferentes Unidades Políticas.

O novo quadro da divisão regional do Brasil, fixado pelo Conselho de Geografia na última sessão de Assembléia Geral e logo aceito pelo de Estatística, teve a sua adoção generalizada a todos os setores da administração, de acôrdo com as recomendações expressas da Presidência da República. Acham-se já concluídos, por outro lado, os estudos preparatórios para a fixação, segundo os critérios normativos estabelecidos, das zonas fisiográficas das diversas Unidades Políticas.

Consigne-se, ainda, o fecundo esforço de ordem cultural que o Conselho vem desenvolvendo pelos vários meios ao seu alcance, dentre os quais não será, decerto, dos menos eficientes a sua magnífica *Revista Brasileira de Geografia*. E registre-se, por fim, o seu permanente empenho, no sentido de que se resolvam em definitivo as últimas questões de limites ainda registradas no país, mediante a ascendência de um nobre pensamento de unidade nacional sobre as preocupações de ordem regionalista que porventura ainda se anteponham à consecução dêsse elevado propósito.

Estatística As realizações levadas a efeito, no decorrer do último ano, no mais antigo dos três setores em que se desdobra a atuação técnica e cultural do Instituto — ou seja o da Estatística — também só nos podem causar o mais justificável regozijo cívico, pela

certeza que nos infundem de que o nosso Instituto está bem longe de desmerecer o sábio pensamento de unidade e construção nacional que inspira as suas diretrizes fundamentais.

Ao vos reunirdes precisamente há um ano coube-vos, — a exemplo das vezes anteriores e como tão bem se enquadra nos altos objetivos que determinam estas Assembléias, — encaminhar providências e fixar normas do maior alcance para a definitiva consolidação dos fundamentos da obra estatística nacional. E das importantes Resoluções técnicas que então votastes, abrindo novos campos de ação aos esforços do aparelho estatístico nacional, muitas já alcançaram integralmente os seus fins, encontrando-se encaminhadas, em relação a quase tôdas as demais, as providências que delas deviam resultar.

Não há dúvida de que, sob êsse aspecto, foi dos mais expressivos o período a que se referem os fatos ora enumerados nesta rápida resenha. Atentemos, por exemplo, nas medidas a que deram lugar, dentre as vinte de vossas Resoluções de 1941, relativas a assuntos técnicos, a que apresentou sugestões para a execução das estatísticas administrativas; a que recomendou providências para o levantamento regular e uniforme do movimento de hóspedes em hotéis e pensões; a que dispôs sobre a criação das Secções de Estatística Militar; a que promoveu os levantamentos do custo da vida em tôrno das condições de uma família-padrão; as que cogitaram da regularização das nossas estatísticas industriais e outras que poderiam ser ainda referidas, inclusive a que visou assegurar a unicidade das nossas pesquisas estatísticas e teve êste objetivo conseguido através de recomendações expressas da Presidência da República.

O vosso caloroso pronunciamento, declarando a solidariedade do Conselho ao Instituto Inter-Americano de Estatística e manifestando os nossos propósitos de colaboração em face de seu notável programa técnico e cultural, possui, já agora, um sentido bem mais prático e efetivo, com a adesão do país à prestigiosa entidade, cuja criação se reveste de tão alta importância para os destinos da Estatística, no continente e no mundo.

Ainda a uma das Resoluções da última sessão desta Assembléia, pela qual se instituiu o "Dia do Estatístico", devemos todos nós as gratas emoções que assinalaram, êste ano, a comemoração do 29 de Maio, — data a que já agora se confere um sentido bem mais belo e profundo, porque não apenas relembra a criação do Instituto, como serve de ponto de referência à inter-vinculação espiritual da nossa grande comunidade estatística.

Mas, bem sabeis todos vós, meus senhores, que embora tudo quanto aqui se referiu já muito signifique, ainda não foi tudo.

Deliberações oportunas e acertadas dos colégios dirigentes do sistema alargaram as perspectivas do nosso campo de atuação; promoveu-se, através de várias providências técnicas e administrativas, o melhor funcionamento da rede de órgãos do Instituto; intensificaram-se os sentimentos de fraternal aproximação entre os servidores da estatística, em todo o país; prosseguiram as campanhas para o levantamento das correntes internas de comércio e a organização sistemática das Tábuas Itinerárias Brasileiras; elevou-se, através de novos cursos de especiali-

zação e aperfeiçoamento, o nível de capacidade técnica dos nossos quadros profissionais, hoje dominados, em sua maioria, por um nobre espírito de estímulo e emulação; ampliou-se, em vários sentidos, a atuação técnica e cultural do sistema, principalmente no que respeita à sua notável obra publicitária, expressivamente assinalada, no interregno das vossas sessões de 1941 e 1942, com o lançamento, entre outros importantes trabalhos, do quinto volume do *Anuário Estatístico do Brasil*, relativo ao biênio de 1939-1940, do substancioso documentário dedicado às Conferências Nacionais de Educação e de Saúde, sob o título *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação*, e de mais quatro números da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA; maiores recursos e melhores condições de eficiência foram assegurados à quase totalidade dos órgãos estatísticos regionais; concluiu-se a elaboração do *Vocabulário Brasileiro de Estatística*; criaram-se registros e outras providências enérgicas e eficazes se fizeram sentir, afim de favorecer a realização das pesquisas estatísticas, pelo progressivo aperfeiçoamento das fontes de informação primária; consolidou-se, sob o patrocínio direto do Instituto, a Sociedade Brasileira de Estatística; e, por fim, de novos e honrosos pronunciamentos foi objeto a Estatística Brasileira, pelos progressos alcançados na atual fase de sua organização, destacando-se entre eles o do II Congresso Inter-Americano de Municípios, reunido em Setembro de 1942 em Santiago do Chile.

Também estão em via de ser integralmente satisfeitos os objetivos que tivestes em vista, zelando pelos altos interesses da nossa cultura e unidade espiritual, ao dirigir um caloroso apêlo ao nobre e lúcido espírito do Sr. Ministro da Educação, no sentido do prévalecimento integral da ortografia resultante do acôrdo firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. E estais assistindo, neste momento, à própria efetivação prática daquele expressivo plano de comemorações cívicas e culturais que tão bem gizastes numa outra das vossas Resoluções de 1941, para assinalar êsse magnífico acontecimento histórico, que é a investidura definitiva de Goiânia nos seus foros metropolitanos.

Como arremate dêsse admirável panorama, aqui focalizado de relance, aludamos, finalmente, ao fato de maior relêvo, dentre os que se verificaram no período sob exame, pela sua excepcional importância tanto para a estruturação e os fundamentos do próprio sistema estatístico, como também — e sobretudo — para os interesses da boa ordem administrativa e da defesa do país.

Já percebestes, decerto, que me estou referindo àquele memorável diploma legislativo baixado sob o n.º 4 181, pelo Sr. Presidente da República, a 16 de Março dêste ano. Doutra providência não sei — de que vos possa falar neste momento —, cuja significação para a obra e os destinos do nosso Instituto se me afigurasse mais profunda e relevante.

Estamos em face de um plano corajoso sob vários aspectos, originário de uma iniciativa do Estado Maior do Exército — que foi, aliás, quem o encaminhou à consideração do Governo — e fixado em colaboração com o Instituto, afim de que, através de um esforço decisivo de unificação nacional e, utilizadas ao máximo as virtualidades do sistema político descentralizado — que tanto desejamos respeitar, como um imperativo mesmo da nossa formação histórica, — possa a estatís-

tica civil brasileira adquirir integralmente as condições de profundidade, exatidão e eficiência julgadas imprescindíveis, no momento, não apenas à obra de reconstrução empreendida pelo Estado Brasileiro, mas sobretudo ao perfeito prevalecimento dos interesses vitais da segurança nacional.

Em dois ciclos se dividem as providências previstas nessa Lei memorável: a criação, nos Departamentos Estaduais de Estatística, de Seções de Estatística Militar, conforme o Instituto já vinha pleiteando de há muito; e a realização dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, destinados a conferir à infra-estrutura do nosso grande sistema as características de eficiência técnica de cuja falta ainda se ressenste, por força de fatores somente removíveis através do recurso à delegação ao Instituto — livremente consentida pelas autonomias municipais a isto convidadas — dos serviços estatísticos atualmente mantidos pelos órgãos primários de nossa organização política.

Até o momento, vinte e uma Unidades Federadas já criaram as Seções de Estatística Militar nos respectivos Departamentos Regionais e apenas em cinco ainda não está assinado o Convênio inter-governativo que, com tanto acêrto, foi considerado imprescindível à plena consecução dos altos fins em que se inspirou, nesta hora de justificáveis apreensões, a Lei 4 181.

Conclusão Concluída, pois, esta rápida revista em que, nos termos da disposição regimental, me coube resumir as atividades do Instituto a partir da sessão anterior, já é tempo, Senhores, de que nos congratulemos pelos admiráveis aspectos em que se desdobra esta obra magnífica, e prossigamos, de ânimo erguido, no esforço construtivo que a Nação exige de todos nós, — e agora mais do que nunca.

Antes de fazê-lo, todavia, já que nos detivemos aqui a contemplar os marcos da estrada, seja-nos dado assinalar, com os votos de reconhecimento cívico que nos inspira um alto sentimento de justiça, o quanto deve a obra realizada pelo Instituto, ao espírito de cooperação, ao infatigável entusiasmo, à solicitude, à clarividência e ao desinteresse de quantos lhe têm dado o melhor dos concursos, — patriótica, abnegada, eficientemente. Aos Poderes Públicos, federais, regionais e municipais; aos trabalhadores anônimos da Estatística e da Geografia, em todos os quadrantes do país; às instituições cívicas, culturais e religiosas, quer públicas, quer privadas; aos homens de imprensa; a todos os brasileiros de boa vontade, — cheguem, nesta hora, as nossas homenagens votivas, em que se traduz a própria gratidão nacional, pois que a essas poderosas forças sociais devemos, todos nós, o que é e o que pôde até agora realizar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Aquí estais, pois, em pleno coração da Grande Pátria que os nossos maiores criaram, com o seu sacrifício e bravura e com a coragem indomável das suas esperanças, para atingir a plenitude de um magnífico destino. Já vos conheço o patriotismo, a prudência, o espírito público, e sei que as deliberações que ides tomar, como representantes ilustres dos Governos de cuja autoridade o Instituto é delegatário, serão sempre inspiradas no mais alto sentimento de solidariedade humana, de respeito mútuo, de compreensão fraterna. Serão essas deliberações inscritas em nossos Anais, *ad perpetuam rei memoriam*, como as "Reso-

luções de Goiânia". E porque assim o será, aceitemos a contingência misteriosa do milagre telúrico que emergia dos "desertões", como se a própria voz da terra conclamasse a audácia dos homens para a epopéia da conquista e do desbravamento: nenhuma outra, mais do que elas, poderá refletir os grandes valores morais que disciplinam o ritmo da nossa história. Valores de coesão, ante as forças desagregadoras das tradições transmitidas pelo Império e a Fé; valores de autonomia, a anteciparem na consciência geográfica da pátria ainda informe, o próprio sentido de sua soberania política; e valores de unidade, que permitem ao Brasil conservar-se fiel à sua vocação cristã, sob o signo eterno da mesma Cruz há quase três séculos erguida nas terras fecundas dos Goiazes pelas mãos predestinadas de ANHANGUERA.

General SOUSA DOCCA

(Diretor de Intendência do Exército e Consultor Técnico do Conselho Nacional de Estatística)

A ESTATÍSTICA E A SEGURANÇA NACIONAL *

ENTRE os grandes serviços que a sábia orientação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística vem realizando, desde sua criação, no empenho patriótico de dar ao que é nosso um cunho profundamente nacional, para fortalecer, dêsse modo, os vínculos de nossa união sagrada, com a compreensão de sua grandeza e de sua necessidade, figura sua prestigiosa colaboração no "Batismo Cultural" de Goiânia.

Para aumentar o contingente de sua participação nessas festas, de notável cunho cívico, obtive do preclaro chefe do governo que as Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística funcionassem aqui êste ano e organizou, para que se realizasse durante êsse funcionamento, um Curso de Informações, constante de três conferências, sendo uma delas sôbre a *Estatística e a Segurança Nacional*.

Fui honrado com o alto convite para realizar esta conferência, pelo eminente Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, a quem o Presidente GETÚLIO VARGAS, com a sua notável capacidade de conhecimento dos homens, colocou à frente dos destinos do Instituto.

Não me foi possível a escusa ante tão alta distinção, transmitida por um homem que é um exemplo de nobre dedicação ao serviço público — o ilustre Dr. TEIXEIRA DE FREITAS, em face de quem, naquela sua força poderosa e admirável, de congregar elementos para o trabalho, não pode haver recusa, sem desdouro, para uma colaboração útil ao Brasil.

Aceitei, assim, o convite, na esperança de fazer alguma cousa e, daí, a minha presença nesta tribuna, tão alta, pelo lustre que lhe deram meus antecessores.

Antecedentes históricos Desde a mais remota antiguidade, os dirigentes dos povos teem recorrido à Estatística para o conhecimento da totalidade dos habitantes do país e dos seus recursos materiais, em tôdas as modalidades e situações, afim de utilizarem, de modo positivo e eficiente, os elementos necessários à Segurança Nacional, em todos os setores e de todos os modos.

Foi o que fez o imperador YÁO, na China, 2 200 anos antes de Cristo, determinando o recenseamento em seus vastos domínios.

Acredita-se, suponho, por isso, ter sido a civilização chinesa que transmitiu os métodos estatísticos ao Ocidente, onde, de aperfeiçoamento em aperfeiçoamento, à medida que sua importância e utilidade se manifestavam, chegaram à alta jerarquia de ciência e de fator preponderante na administração pública e fundamental na organização, sôbre bases sólidas, da Segurança Nacional.

Sabe-se que RAMSÉS II, 1 400 anos antes de nossa era, recorreu à Estatística para seus atos administrativos.

* Conferência pronunciada no Curso de Informações do C N E, em 1942

Os hebreus tinham essa ciência na mais alta importância e basta para comprovar esta afirmativa a existência do 4.º livro do Pentateuco — o dos *Números*, que é fonte preciosa sobre as riquezas materiais e sobre a população, especialmente no que se relacionava com as tribus guerreiras de ISRAEL.

É de tal ordem a necessidade da Estatística na vida administrativa das nações e na avaliação e emprêgo dos recursos de toda ordem para a defesa, que até os povos de civilização rudimentar a ela recorriam, em procura de orientação segura

São exemplos curiosos dêsse procedimento os Incas, com os seus *quipús*, que eram cordões de várias côres, com nós de diversas formas, em distâncias variadas, indicando a população, os recursos econômicos e as legiões guerreiras

Este cuidado em destacar os homens destinados à guerra, tanto entre os Incas como entre os hebreus, evidencia em todos os tempos e entre todos os povos o interesse especial pela defesa nacional, com recurso na Estatística

Sabemos que os Faraós só movimentaram seus grandes exércitos para a Mesopotâmia depois de cuidadosa mobilização agrícola.

XERXES, do mesmo modo, só pôs em marcha suas tropas quando teve conhecimento dos recursos de que dispunha, obtidos por minuciosa mobilização econômica, que determinara e pôde ser levada a efeito, com magníficos resultados, graças ao sistema da centralização administrativa que havia adotado.

Essa mobilização foi assegurada pelo direito de requisição, que está hoje consagrado

A Estatística no Brasil O nosso ilustre e saudoso BULHÕES CARVALHO, considerando a utilidade da Estatística na administração pública, disse que ela “tem para o administrador a mesma importância que o conhecimento da resistência dos materiais para o construtor”.

Sem estatística oficial, não pode haver boa administração

O nosso primeiro censo geral foi realizado em 1808, tendo em vista, especialmente, fins militares.

Foi, portanto, a par de outros problemas, o da Segurança Nacional que levou os nossos homens de governo, ainda no período colonial, a pedir à Estatística elementos para estabelecer as bases da defesa do país.

Daí até 1871, quando foi criada a Diretoria Geral de Estatística, foram, com deficiência, por falta de coordenação central, reunidos dados sobre os recursos nacionais

A necessidade do conhecimento desses recursos foi sempre sentida e daí o esforço de algumas províncias para organizar sua estatística.

Não obstante êsse empenho, muito deixava a desejar a contribuição provincial, por isolada e esparsa.

JOSÉ CÂNDIDO GOMES, com o fim de sanar essas falhas, apresentou em 1862, ao ministro da Agricultura, um excelente estudo, que denominou *Bases para organização da estatística*

Foi êsse, até então, o mais substancial trabalho sobre a sistematização da estatística em nosso país e, daí, a justa homenagem que o Conselho Nacional de Estatística prestou àquele nosso ilustre compatriota, recomendando seu trabalho aos estudiosos e dando-lhe o título de “precursor da sistematização da estatística brasileira”

A Diretoria criada em 1871 foi extinta 8 anos depois e restabelecida, sabiamente, nos primeiros dias de nosso regime republicano.

Essa repartição passou por diversas fases até a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, já benemérito, pelas suas prestimosas realizações, graças à notável capacidade de homem de Estado do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, auxiliado pelos ibgeanos, que constituem o seu brilhante e operoso Estado Maior, de que são chefes TEIXEIRA DE FREITAS, CRISTOVAM LEITE DE CASTRO e CARNEIRO FELIPPE.

Estatística militar Dêsse modo, o Instituto corresponde aos altos objetivos de sua criação e representa uma das grandes realizações do governo do preclaro Dr. GETÚLIO VARGAS, que, com a sua sábia e patriótica orientação de fortalecer, cada vez mais, os vínculos da unidade nacional, unificou, com o ato criador do Instituto, os serviços da estatística oficial e, como complemento dêsse ato e visando atingir de modo seguro e absoluto seus intuítos, tendo em vista, ao mesmo passo, os elevados interesses da Segurança Nacional, acaba de instituir a Estatística Militar.

O regulamento dessa estatística, de 1934, estabelecia que os recursos do país, relacionados com a Defesa Nacional, deviam ter por base o recenseamento dos órgãos da estatística civil.

Hoje, porém, pelo Decreto-lei 4 181, de 16 de Março dêste ano, inspirado pelo nosso Estado Maior do Exército e tão patrioticamente sentido e sabiamente compreendido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, já possuímos órgãos próprios: as Secções de Estatística Militar, em todo o país, sob a direção geral do benemérito Instituto citado e confiadas nos Estados aos Departamentos Regionais de Estatística.

Dos vinte e dois contratos a serem estabelecidos, para o pleno funcionamento dêsse novo órgão, já foram assinados quinze, com os principais Estados da Federação

Terão, pois, em breve tempo, o Conselho de Segurança Nacional e as forças armadas do país, um precioso órgão de colaboração para suas atividades e estas passarão a ser fundadas em elementos positivos.

Teremos, assim, realizados os afanosos trabalhos para o reabastecimento nacional, que é uma das nossas imperiosas necessidades, em qualquer tempo, para qualquer emergência e especialmente no momento cruciante que atravessa o mundo e na hora cheia de apreensões em que vivemos.

Terão ainda as nossas forças armadas elementos facilitadores de sua mobilização, com a rapidez e segurança que êsse ato exige.

Teremos também dados para distribuição equitativa dos recursos do país, de acôrdo com os imperativos da Defesa Nacional, evitando a desarticulação do trabalho e da produção das populações civis.

Poderemos organizar, com precisão, o nosso "plano de aquisições", auxiliados por colaboradores preciosos, que não de ser, sem dúvida, os órgãos regionais mencionados

Acreditamos que, para o futuro, as nossas requisições militares não serão mais feitas ao atropêlo das necessidades do momento, com lamentáveis, pesados e prejudiciais onus para alguns dos requisitados, como já aconteceu, por falta de elementos para uma distribuição satisfatória das necessidades dos combatentes e das populações

Será isso de alto alcance moral e patriótico, porque cada requisitado, cedendo o necessário, por meio de uma contribuição equitativa, isto é, entregando o que lhe cabe fornecer em prol do bem público, concretizado na garantia da ordem ou da defesa nacional, não satisfará a requisição com o azedume de uma queixa recalcada, que será sempre fermento de indisposições, de mal estar, de descontentamento.

A equidade evitará todos êsses males, porque haverá equilíbrio em se exigir de cada um o que lhe cabe ceder de consciência, e esta é o melhor juiz das ações que praticamos com ou sem espontaneidade.

Haverá, portanto, respeito pela propriedade, porque se agirá com justiça e, como sabemos, esta é "a conformidade das ações com o direito".

Todo êsse bem virá dos silenciosos e fecundos trabalhos das Secções de Estatística Militar, no preparo cuidadoso de cada carteira, para dar à administração pública do país um instrumento magnifico para sua orientação no sentido de exigir, no momento preciso, de cada pessoa física ou jurídica, o que lhe cabe prestar para a Defesa Nacional.

Sem a colaboração dos Municípios, coordenada nos Estados, será impossível à União reunir e sistematizar os elementos para a mobilização dos recursos nacionais.

Foi com a convicção disso que se estabeleceu no Decreto-lei n.º 4 181, citado, a obrigatoriedade dos "Convênios Nacionais de Estatística Municipal", com a prudente orientação de "conservar quanto às repartições de estatística dos municípios o seu caráter de órgão da administração municipal", devendo, entretanto, satisfazer as necessidades regionais e nacionais.

A Estatística Militar, pelo modo por que acaba de ser instituída, preencherá, quanto ao abastecimento das forças armadas, uma lacuna que havia nas estatísticas comuns, que não possuíam informações sistematizadas sobre os recursos necessários àquele abastecimento.

Essa estatística é, além disso, de utilidade geral, visto que suas "pesquisas abrangerão tôdas as atividades civis que interessem à Defesa Nacional ou que a ela estejam vinculadas".

Conhecemos, pelo novo órgão, os nossos *stocks minima*.

Serão êsses estoques que hão de indicar-nos a continuidade, o racionamento ou a proibição de nossas exportações e nos orientar sobre as medidas de ordem interna, para uma distribuição proporcional dos recursos que possuímos, afim de serem evitadas crises prejudiciais, tais como as que acarretam a desordem ou o sacrifício das populações.

Economia de guerra Sem elementos reunidos e sistematizados pela Estatística, não poderá o govêrno pôr em prática a *economia de guerra*, isto é, fazer circular, visando a Defesa Nacional, tudo que se relaciona com a produção e consumo do país, atendendo, ao mesmo tempo, às necessidades dos combatentes, nos teatros de operações, e às das populações civis.

Somente com pleno conhecimento dos recursos nacionais, será possível a utilização justa e proveitosa da economia de guerra e, para tanto, é indispensável se conheça: o montante daqueles recursos; suas fontes de produção; o consumo local; a quantidade em cada fonte; as vias de comunicações dos centros produtores com os diversos pontos do país; a capacidade e a natureza dos meios de transportes e outros dados, que somente a estatística põe providencialmente ao alcance dos que a ela recorrem.

É de se repetir, para que todos sintam e compreendam, que somente uma organização sistematizada dos recursos do país, tendo em vista a Segurança Nacional, poderá inspirar confiança e nessa confiança repousa o moral da Nação, que é, ainda, como sempre foi, um dos grandes fatores da vitória.

Para a Guerra Econômica, que é uma das modalidades incruentas da guerra, porém, das mais calamitosas, influindo poderosamente nos destinos da luta armada, a Estatística é uma fonte duplamente preciosa.

Do ponto de vista ofensivo, levantando os recursos nacionais do inimigo, com os seguintes objetivos:

- a) para avaliar a capacidade do contrário, quanto àqueles recursos e estimar suas possibilidades de viver utilizando-os;
- b) ferir o adversário em seus pontos vulneráveis,
- c) utilizar aqueles recursos em caso de invasão do território inimigo

Um chefe da administração militar da Alemanha asseverou, referindo-se à conflagração européia de 1914 "Perdemos a guerra porque não compreendemos o valor das matérias primas e estimamos em demasia os nossos próprios recursos, sem levar em conta os do inimigo "

Referindo-se à não organização da mobilização agrícola e econômica na Alemanha, disse LUDENDORFF em suas *Memórias*: "As faltas e negligências cometidas antes da guerra (a de 1914), por exemplo, a falta de preparação econômica e consequentemente a ausência de importantes reservas, foram impossíveis de reparar."

Assim tinha que acontecer, porque os alemães fecharam os ouvidos a estas observações de BISMARCK, feitas em 1887: "A guerra do futuro terá o aspecto econômico Com ela será viver ou morrer Que os meus sucessores guardem sempre diante dos olhos êste aviso e se armem e se preparem para tal ocasião."

É por demais sabido, mas nunca será demais repetir, que a Segurança Nacional não se improvisa — deve ser prevista desde o tempo de paz, com o máximo cuidado e baseada em elementos positivos e, portanto, com fundamento nos dados que somente a Estatística é capaz de fornecer com precisão

Está, assim, reservada à Estatística, no que se relaciona com a Segurança Nacional, o importante papel de previsora.

Será ela que há de alertar o governo das necessidades em geral desde as mais simples até as que são de importância vital para o país.

Em face das necessidades que seus números, em sua simplicidade eloquente, evidenciem, os responsáveis pela administração e, por consequência, pela Segurança Nacional, agirão em tempo, para sanar as dificuldades ou atenuá-las

Foi o que fez a França na primeira grande guerra deste século, sob a orientação do general intendente DUCUNG que, com notável previsão, preparou, em tempo, a mobilização eventual dos recursos agrícolas de seu país e estabeleceu planos de compras no estrangeiro Pôde êsse ilustre general e sábio administrador assim proceder porque dispunha, tanto para a mobilização interna como para as compras no exterior, de elementos preciosos publicados pela França, anualmente, desde 1873, sobre os recursos nacionais e relativos à produção agrícola dos países estrangeiros.

Para evidenciar a necessidade do conhecimento dos recursos nacionais do inimigo, em período de guerra, e demonstrar a utilidade de uma estatística a êsse respeito, vamos citar dois casos ocorridos com o maior general dos tempos modernos.

Na campanha de 1805, ordenou NAPOLEÃO, visando a rapidez de sua manobra, que as tropas vivessem, além do Reno, dos recursos locais

Os avanços não deveriam ser retardados pelos comboios.

Para dar uma idéia de suas intenções a êsse respeito, escreveu ao general BERTHIER: "Dans la guerre d'invasion que fait l'Empereur, il n'y a pas de magasins"

Agia orientado unicamente por um de seus célebres princípios de guerra: "A vitória em ação pertence ao exército mais manobreiro."

A manobra ordenada dependia, entretanto, das possibilidades dos recursos locais.

Do desconhecimento destes e, por consequência, de suas insuficiências, resultou grande fracasso faltou alimentação; surgiram as desordens, a indisciplina, as deserções e os generais foram obrigados a autorizar a pilhagem

O próprio NAPOLEÃO, depois do insucesso, escreveu ao intendente geral PETIET, reconhecendo a inconveniência de contarem as tropas exclusivamente com os recursos locais.

O maior inconveniente, entretanto, não é esse e, sim, a ignorância dos recursos em sua totalidade e localização e dos meios de adução, o que só por meio de uma estatística bem feita pode ser conhecido.

Na campanha de 1810, ainda impressionado com a causa do fracasso de 1805, mandou NAPOLEÃO, antes de partir para a Itália, acumular víveres na estrada Saint Bernard a Lausanne, Vivey e ao longo do curso do Rodano, de Villeneuve a Montagny.

Era indispensável essa providência, visto que as fartas planícies da Lombardia e do Piemonte permitiam que as tropas francesas vivessem dos recursos locais

Relativamente à defensiva, no que diz respeito à guerra econômica, é também essencial, preponderante, a existência de uma estatística bem organizada, visto que ela fornecerá elementos positivos na avaliação dos recursos para satisfazer as necessidades das forças armadas e da população civil; dirá como repartir, de modo que as deficiências, em determinadas zonas, sejam contrabalançadas; indicará as providências a tomar para aquisições externas, orientará sobre a criação de zonas homogêneas, para satisfação de suas necessidades e visando, se possível, sua cooperação no suprimento das forças armadas

Fornece ainda a Estatística, com o recenseamento geral da indústria civil, dados para que se possa, no interesse da Segurança Nacional, transformar em indústria de guerra aquela — dosando sua produção e regulando o emprêgo do elemento humano, afim de que tudo funcione sem colapsos prejudiciais e a produção tenha o máximo de eficiência, isto é, que seja adequada às necessidades.

São conhecidas as dificuldades experimentadas pela França na guerra de 1914, em consequência da mobilização de grande número de operários que, em face de uma crise grave de produção, tiveram que ser retirados do teatro de operações, para retornarem aos labores das fábricas

O fracasso da Rússia, nessa mesma guerra, decorreu, em grande parte, da convocação de seus operários e conseqüente fechamento das fábricas

O resultado foi a falta absoluta da maioria dos recursos para manter a luta.

“Os problemas da guerra”, assevera, com pleno conhecimento de causa, ilustre militar, “não são apenas táticos ou estratégicos, mas também industriais e econômicos”

É evidente, pois, que sem o biômetro das Nações, feliz denominação dada por GAMBELLI à Estatística, é impossível a organização da Segurança Nacional, sobre bases certas e sólidas

É ainda com os elementos que a Estatística sistematiza, que se pode estabelecer o regime de prioridade, fixar preços e lucros; determinar os racionalamentos, sem arbitrariedades nem favores

O elemento predominante para as vitórias na guerra, será sempre a força das armas; mas provado à saciedade está que paralelamente a essa força existe a força econômica e os recursos que a constituem só podem ser mobilizados com o auxílio da Estatística.

Utilidade da Estatística Considerando a finalidade desta palestra, nos pareceu conveniente insistirmos ainda em salientar a utilidade da Estatística na organização da Segurança Nacional, mencionando em linhas gerais seus benefícios e proclamar ao mesmo passo o que as forças armadas esperam da recente criação das Secções de Estatística Militar

Em nossos dias só é possível fazer a mobilização nacional, que a guerra total exige, com os elementos que a Estatística nos fornece sobre os recursos do país, que são, como já dissemos, todos os que constituem as forças vivas da Nação.

Com a criação do novo órgão censitário, o eminente chefe do governo ergueu, portanto, uma das colunas mestras da administração pública do país

O que o Estado Maior de nosso Exército imaginou e vos transmitiu, Senhores dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, teve a ventura de ser por vós perfeitamente sentido, magistralmente interpretado e será, temos certeza e a Nação inteira acredita, patrioticamente executado.

A mobilização nacional, como há pouco dissemos, não se improvisa e, para que seja eficiente e inspire confiança, necessário é se apoie em bases sólidas

Pertenceis, portanto, com enorme responsabilidade, ao quadro dos que participam, em primeira linha, do alto e sagrado dever de, com despreendimento e dedicação, velar pela Segurança Nacional

A Casa onde se aloja o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística se transformará, brevemente, em enorme e fecundo repositório sistematizado de informações sobre a vida brasileira e, portanto, a essa Casa hão de acorrer todos os responsáveis, não só pela Segurança Nacional, mas também pela boa administração pública, em todos os ramos de sua atividade, em procura, todos, de elementos para bem servir ao Brasil

Do ponto de vista da Segurança Nacional, serão os elementos ali reunidos que hão de indicar onde e em que quantidade se encontram os *minerais estratégicos*, isto é: o manganês, o níquel, o crômo, o tungstênio, no grupo dos ferro-liga; o antimônio, o alumínio, o estanho, a platina, o mercúrio, na classe dos não ferrosos; a mica, o iodo, o azoto, entre os não metálicos.

Indicarão também as fontes de produção dos *minerais críticos*, isto é, dos que são essenciais à Segurança e Defesa Nacionais, entre eles a criolita, a fluorita, a grafita, o asbesto, o vanádio

E mais ainda onde se encontram e a facilidade de fabricação dos *minerais essenciais* e que pertencem, pela sua natureza, às duas classes acima mencionadas, os quais são, entre outros, o asfalto, o carvão, o cloro, o cobre, o hélio, o ferro, o arsênio, o chumbo, o nitrato, o petróleo, a pirita, o fosfato, o potássio, os refratários, o enxofre, o urânio, o zinco

Possuimos, como é sabido, grande quantidade da maioria desses *minerais*, porém, *in natura*.

Sendo todos eles indispensáveis à Segurança Nacional, o governo está empenhado em industrializar sua extração.

A Estatística está reservada a missão importantíssima de indicar as fontes desses minerais, com suas capacidades e os meios de transportá-los para os estabelecimentos industriais.

É a vossa tarefa, como se vê, Senhores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a de evidenciar a vida do país, em tôdas as suas manifestações, de ordem econômica, cultural, social e moral, na eloquência sintética e positiva dos números

É, portanto, uma grande tarefa, com meritórios serviços, a que vos está confiada e o penhor seguro do cabal desempenho de encargos tão pesados e tão

altos o país tem em vossa capacidade de ação, em vossa inteligência esclarecida, em vosso patriotismo exemplarmente revelado nos trabalhos que já levastes a efeito.

Os elementos por vós reunidos e selecionados, nos informarão sobre o potencial defensivo do Brasil e dirão das atividades dos cidadãos, para que possamos estabelecer o Plano de Segurança Nacional, contando com recursos positivos e avaliando sua utilização no tempo e no espaço.

Dêsse modo sairemos do empirismo, ilusório e perigoso, para a realidade, segura e eficiente, e organizaremos a nossa mobilização sobre todos os aspectos, isto é: mobilização industrial; mobilização agrícola, comercial e pastoril; mobilização da mão de obra; mobilização dos recursos financeiros, mobilização intelectual, técnica e científica, mobilização dos serviços médicos e sanitários, mobilização florestal e dos produtos do sub-solo

Organizaremos, dêsse modo, o importantíssimo serviço de reabastecimento nacional, órgão de capital importância, como elemento orientador da administração pública

Poderemos também, com tais elementos, determinar as nossas necessidades, para estabelecermos planos de emergência sobre compras no exterior ou, na impossibilidade dessas aquisições, tomarmos medidas de ordem interna, para satisfazer ou atenuar aquelas necessidades, seja por meio de sucedâneos, seja pelo desenvolvimento de novas indústrias, seja dando maior vulto às indústrias extrativas, químicas ou elétricas, seja, finalmente, criando novas fontes de produção

É ainda com os elementos por vós fornecidos que poderemos estabelecer o Plano de Viação Nacional, aparelhando para satisfazer as nossas necessidades, em qualquer circunstância, todos os nossos meios de comunicação, no que respeita aos transportes e às transmissões.

NAPOLEÃO BONAPARTE, que foi, além de grande general, grande chefe de Estado, sentenciou. "A Estatística é o orçamento das cousas e sem orçamento não há salvação".

Não há, pois, nenhum exagêro em se afirmar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística contribue com elementos fundamentais para a salvação da administração pública em nossa Pátria e que as forças armadas estão de parabens, pela recente criação da Estatística Militar, que será, pelo mesmo Instituto, disciplinada e dirigida em todo o país.

É pesada a missão, pesada e importantíssima, e exige, por isso, esforço, dedicação, inteligência e discrição, sobretudo espírito de sacrifício — visto que só quem o possui é capaz de se integrar, de corpo e alma, no serviço público.

Sois, felizmente, Senhores dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dotados dêsse nobre e alto espírito e, bem avaliando sua necessidade, sabereis encontrar auxiliares que o alimentem e pratiquem-no.

Repousam, na esperança de que isso aconteça, as velhas aspirações de nossas Forças Armadas, no sentido de seu aparelhamento para suas meritórias e nobres finalidades, ao serviço do ordem, do progresso, da civilização e do esplendor do Brasil, na comunhão dos sentimentos e das aspirações que de todos os brasileiros exigem os altos interesses nacionais, para que seja mantida e se perpetue, indivisível, a sagrada unidade que herdamos de nossos maiores e estamos no dever, elevado e sublime, de transmitir aos nossos descendentes, mais forte e mais enriquecida

Padre LEONEL FRANCA, S J

(Reitor das Faculdades Católicas e Consultor Técnico do Conselho Nacional de Estatística)

ESTATÍSTICA E MORAL

RELIGIÃO E SUICÍDIO

QUANDO FECHNER julgou haver dado à lei de WEBER uma fórmula matemática, estabelecendo uma proporção entre a sensação e o logaritmo do estímulo, houve quem afagasse a esperança de ver em breve tôdas as manifestações da vida espiritual relacionadas entre si por funções numéricas e a ciência dos fenômenos psíquicos reduzida à precisão empírio-matemática da física. O progresso da psicologia, já é de ver, não se fez no sentido das promessas precipitadas de FECHNER.

A aplicação dos métodos estatísticos ao conhecimento mais exato da vida moral de um povo pode representar também uma tentação sedutora. A contagem cuidadosa, que tantos serviços tem prestado ao estudo dos mais variados fenômenos sociais, não lograria também oferecer um termômetro sensível e rigoroso que permitisse avaliar as oscilações nos costumes de um grupo? Sim e não. O problema da utilização das estatísticas no domínio moral é dos mais delicados e exige um senso crítico muito fino e sempre alerta.

Entre os fatos demográficos ou econômicos e os métodos estatísticos há uma paridade de natureza que permite uma aplicação rigorosa destes ao estudo daquele. Nascimentos e óbitos podem ser contados com precisão e os números assim obtidos permitem acompanhar o movimento de uma população.

O valor moral de um ato humano é função de disposições interiores, que escapam à medida e à observação sensível. O mesmo ato externo de passar uma moeda às mãos do próximo pode ser uma expressão de virtude ou de um crime. Virtude, se o inspira uma caridade generosa; crime, se esconde o desejo dissimulado de um suborno. E quem pode sondar as intenções secretas do coração? Devassar os recantos misteriosos de uma consciência? Pesar os motivos que influem numa decisão? Moralidade e grandeza quantitativa são realidades heterogêneas e incomensuráveis. Uma não pode servir de craveira à outra.

Além desta impossibilidade de submeter ao império do número o elemento interior e específico do ato moral, o emprêgo da estatística para fundamentar um juízo compreensivo do nível ético de um povo encontra ainda outra dificuldade, praticamente invencível. Não é só através dos atos negativos ou infrações das leis que se manifesta a fisionomia moral de uma nação, é outrossim, e principalmente, através do número e do valor dos atos positivos no exercício das diferentes virtudes. Ser bom, para o indivíduo como para a coletividade, é, antes de tudo, praticar o bem... e depois evitar o mal. Ora, com raras exceções, relativas à vida religiosa (batismo, comunhões, etc.) ou à caridade social (obras de beneficência), as estatísticas não registram, e muitas vezes não podem registrar as inumeráveis ações boas que dignificam a vida. A generosidade de um perdão, a longanimidade da paciência, as vitórias internas para manter a fidelidade dos compromissos, a compaixão, o conforto levado a uma alma atribulada, quem poderá submeter todo este mundo de belezas morais à averiguação das cifras?

Restam, porém, os atos negativos ou as violações da lei moral, que se concretizam em fatos externos e suscetíveis de contagem. Aqui, sim, as estatísticas,

critériosamente interrogadas, podem prestar ao sociólogo e ao moralista os mais relevantes serviços. Pelo levantamento numérico da imoralidade, podemos chegar a um conhecimento menos imperfeito da moralidade de um grupo social. O material acumulado em anos e anos de observação é já de uma amplitude considerável e fundamenta conclusões do mais alto interesse.

Muitas destas observações como as relativas ao divórcio, ao suicídio, à prostituição, aos atos criminosos, etc., visam direta e imediatamente o conhecimento do estado moral. Podem reunir-se no grupo que G VON MAYR chamou estatística moral *primária*. Outras são imediatamente coligidas com finalidade diversa, como o conhecimento do estado demográfico, econômico ou político, mas prestam-se a conclusões de ordem moral. Tais são, por exemplo, as relativas à diminuição de nascimentos, à natalidade ilegítima, ao alcoolismo, às doenças venéreas, etc. Constituem o objeto da estatística *moral secundária*.

Neste campo negativo, onde a sua utilidade é indiscutível e preciosa, as estatísticas, dizíamos há pouco, devem ser interrogadas criteriosamente, sobretudo em comparações internacionais. Um senso crítico menos apurado pode levar, sob aparência de rigor matemático, às mais arbitrarias conclusões. Lembremos, por exemplo, as estatísticas criminais. São diversas, nos códigos penais, as caracterizações dos crimes, múltiplas as suas divisões e subdivisões, variável a jurisprudência, oscilante a energia da repressão. Um aumento de crimes acusado nos registros dos tribunais pode, muitas vezes, refletir apenas uma severidade maior da magistratura ou vigilância mais ativa da polícia.

Esforzando-nos por ter presentes estas precauções de quem deseja sinceramente o conhecimento objetivo da verdade, apliquemo-nos, por alguns instantes, ao estudo de um setor bem delimitado da estatística moral: *o estudo da influência religiosa no suicídio*.

O suicídio aparece frequentemente como um fenômeno mórbido, no declínio das civilizações. Quando o império romano entrou a dissolver-se, avultou para logo o número de patricios e filósofos que terminaram a vida com a morte voluntária. Imperadores e generais, pitagóricos, estoicos e epicúreus não encontravam no ceticismo oscilante das idéias ou no hedonismo fácil dos costumes a energia necessária à resistência vitoriosa nas grandes provações da vida. NERO e CIPRIÃO, BRUTO e CÁSSIO, SÊNECA, ZENON e LUCANO foram as vítimas mais conhecidas desta fraqueza moral.

O Evangelho deu à vida humana outro valor e ao caráter têmpera mais rija nas adversidades. A Idade Média, na juventude do seu cristianismo e no ardor de sua fé, não conheceu a epidemia fatal. O suicídio, se lhe não é de todo desconhecido, só aponta de quando em quando e de onde em onde, com a raridade dos casos esporádicos.

O Renascimento, com a sua contra-ofensiva pagã, e a Reforma protestante, com a mutilação do cristianismo e a exacerbação dos conflitos religiosos, desencadearam de novo uma crise de suicídios, que se foi agravando até os nossos dias.

Em Nueremberg, uma estatística municipal de 1569 registrou 14 suicídios em três semanas. Em 1578, o predicante ANDRÉ CELICIUS julga-se no dever de publicar um livro contra o suicídio "é para nós", escreve êle, "motivo de espanto e de dor averiguar como, em tão pouco tempo, numerosos e repetidos suicídios foram perpetrados neste país por pobres e ricos, moços e velhos, sãos e enfermos, pertencentes à confraria dos desesperados". Em 1554, o conselheiro BAUMGAERTNER, numa reunião em que se achavam presentes todos os predicantes da cidade, exclamava "Fatos até aqui desconhecidos repetem-se agora com frequência; vimos pessoas de muito boa saúde acabarem com a vida num acesso de desespero ou de loucura". Os testemunhos são numerosos e eloquentes.¹

¹ O leitor poderá encontrá-los em J. JANSSEN, *L'Allemagne et la Réforme*, Paris, 1911, tomo VIII, págs. 482-486; H. GRISAR, *Luther Freiburg I B1*, 1924, tomo III, pág. 559 e seguintes.

Pouco a pouco, o mal foi de novo lançando raízes e alastrando em países cristãos. Em Berlim, de 1788 a 1796 registaram-se 57 suicídios, e em Londres, no quinquênio 1726-1730, cêrca de 264. Nesta cidade publicam-se várias obras para travar o progresso alarmante do mal,² enquanto outros escritores protestantes ou saídos do protestantismo — como PUFENDORF, HUME, ROUSSEAU, FREDERICO II e SCHÖPENHAUER, — professam doutrinas que levam explícita ou implicitamente ao suicídio.

O século XIX já possui estatísticas aperfeiçoadas que permitem medir a imensa extensão das práticas suicidas. Só nos países que publicam números oficiais contam-se cêrca de 1 500 000 suicídios, dos quais 1 300 000 na Europa. KROSE avalia em cêrca de dois milhões os infelizes que nesses 100 anos terminaram violentamente a própria vida!³ Enquanto de 1835 a 1895 a população européia cresceu de 60%, o aumento dos suicídios subiu de 400%!

E o século XX não nos acena com esperanças de melhora! Nos seus primeiros cinco lustros só na Alemanha registraram-se 300 000 casos de suicídios. Neste passo, ainda que o ritmo ascensional não continuasse como até agora, no século XX só a Alemanha teria mais infelizes, vítimas do desespero, que toda a Europa no século XIX. Atualmente, em cada triênio a morte voluntária rouba à nação mais vidas que a guerra franco-prussiana, na qual morreram 40 000 soldados.

Mas o ritmo dos suicídios não permanece estacionário, eleva-se constantemente num crescendo assustador.

Damos abaixo o movimento geral dos suicídios nos principais países da Europa Ocidental durante os 15 anos que se seguiram à primeira grande guerra mundial. As referências estendem-se até o ano de 1935, em que, com a guerra da Etiópia, começaram os desequilíbrios internacionais precursores do cataclisma atual. Devemos estes números à gentileza e dedicação do professor GIORGIO MORTARA.

MÉDIA ANUAL DOS SUICÍDIOS

PAÍSES	1919-1920		1921-1925		1926-1930		1931-1935	
	Número absoluto	Por milhão de habitantes						
Alemanha	12 322	198	13 762	223	16 607	261	18 699	288
Dinamarca	427	132	460	137	587	168	664	183
Espanha	1 093	52	1 226	56	1 296	56	890	37
França	6 184	166	7 747	199	7 799	190	8 476	202
Holanda	498	73	443	62	542	71	690	84
Inglaterra	3 662	84	4 247	95	5 344	117	6 071	131
Irlanda	—	—	86	29	97	33	105	35
Itália	2 647	73	3 318	88	3 907	98	3 773	90
Noruega	125	48	155	57	178	64	188	66
Portugal	—	—	429	68	466	70	810	115
Suécia	828	142	863	144	917	150	1 019	164
Suíça	835	217	900	232	1 012	254	1 089	264

Por êste quadro se vê que só nos países europeus ocidentais a média anual de suicídios, que em 1919-1920 era de 28 621, ascendia em 1931-35 a 42 374.

² Em 1700, JOHN ADAMS, capelão de Sua Majestade, publica *An Essay against self-murder, wherein is endeavored to Prove that it is unlawful according to Natural Principles*. Em 1709, PRINCE JOHN, *Self-murder asserted to be a very heinous Crime*; no fim do século, em 1790, o REV CHARLES MOORE tira à luz um trabalho de mais largo fôlego, em dois volumes: *A Full Inquiry into the Subject of Suicide*.

³ KROSE, *Der Selbstmord in 19ten Jahrhundert*, pág 110

Uma média anual destas elevaria, no fim de um século, só para o Ocidente da Europa, as vítimas da morte voluntária acima de 4 milhões!

Já não nos achamos, portanto, na presença de casos avulsos sem repercussão social. Estamos em face de um fenômeno coletivo de imensas proporções, verdadeira mancha negra da nossa civilização. Se o suicídio reflete uma desadaptação social, uma atitude pusilânime diante do sofrimento, da adversidade, uma evasão às responsabilidades indeclináveis da vida, o seu avolumar-se progressivo afigura-se-nos como um dos sintomas mais tristes de uma cultura. "O mal estar de que sofremos", ponderou com justeza DURKHEIM, "não provém do aumento em número ou intensidade das causas objetivas de sofrimento; atesta, não maior miséria econômica, mas uma alarmante miséria moral".⁴

Ora, entre as diferentes causas que comprovadamente influem na proporção dos suicídios — desequilíbrios nervosos, crises econômicas, urbanismo, dramas passionais — exerce a religião e, em modo particular, o catolicismo uma ação benfazeja? A impressão geral que temos todos de que a Igreja inculca eficazmente aos seus filhos um respeito maior à vida e às suas responsabilidades, será suscetível de uma demonstração estatística, límpida e convincente? A curiosidade é legítima e a resposta às suas interrogações densa de consequências importantes. Consultemos os fatos com ânimo sereno

Um simples relancear de olhos num quadro da distribuição internacional dos suicídios revela-nos para logo que nos países católicos — Itália, Espanha, Portugal e Irlanda — é bem reduzido o número de suicídios, enquanto que nos de população predominantemente protestante, como a Alemanha, a Dinamarca e a Suíça, atinge êle os seus valores mais elevados. Na França, o aumento impressionante acusado pelas estatísticas oficiais segue, num paralelismo significativo, o movimento de descristianização crescente de que foi vítima, nos últimos tempos, a pátria de São Luiz. A taxa de suicídio, que em 1827, quando foram publicados os primeiros números, era de 54 por milhão de habitantes, elevava-se em 1891-95 a 241 em menos de $\frac{3}{4}$ de século, quasi quintuplicava!

São indicações gerais que devem precisar-se com mais rigor. Se relacionarmos o número de suicídios com a percentagem das várias confissões religiosas na população, verificamos que nos diferentes Estados alemães êste número avulta na percentagem dos protestantes. Para a Prússia DURKHEIM dá-nos as cifras seguintes (1883-1900).

Média de suicídios por milhão de habitantes.

Nas Províncias com mais de 90% de protestantes	...	264,0
Nas Províncias com 68 a 89% de protestantes	220,0
Nas Províncias com 40 a 50% de protestantes	163,0
Nas Províncias com 28 a 32% de protestantes	95,6

Na Baviera, mesmo resultado ⁵

Nas *idades* que contam de 90 a 100% de católicos, a taxa de suicídios é de 108; nas quasi totalmente protestantes, em que a fração católica não vai além de 10%, êste número triplica e ascende a 324.

Nos distritos rurais a diferença, mais sensível, vai de 77 a 248

De importância decisiva como prova é a indagação direta da confissão dos suicidas. As estatísticas alemãs oferecem-nos, sob êste aspecto, informações preciosas que cobrem uma área geográfica e se estendem por uma duração de muitas dezenas de anos e eliminam, assim, tôdas as causas acidentais de erro, frequentes nas observações limitadas.

⁴ DURKHEIM, *Le suicide*, Paris, Alcan, 1897, pág 445

⁵ DURKHEIM, *op cit*, págs 150-151

PROVÍNCIAS E ANOS	SUICIDAS				
	Católicos	Protestantes	Judeus	% de protes- tantes para 1 católico	
Prússia	1849-1855	50	160	46	3,22
	1869-1872	69	187	96	2,71
	1891-1900	93	247	241	2,61
	1901-1907	101	252	294	2,50
Baviera	1844-1856	49	135	106	2,76
	1870-1879	74	195	115	2,63
	1880-1889	95	222	186	2,34
	1890-1899	93	210	212	2,26
	1900-1908	102	221	253	2,17
Wurtemberg	1846-1860	80	114	66	1,43
	1873-1880	135	177	98	1,31
	1881-1890	118	169	138	1,43
	1891-1900	112	165	263	1,38
	1901-1910	118	197	215	1,67
Baden	1864-1870	121	159	95	1,31
	1871-1880	155	213	151	1,37
	1881-1890	160	237	222	1,48
	1891-1900	159	250	229	1,57
	1901-1910	168	275	269	1,64
Alsácia-Lorena	1905-1909	103	250	140	2,42
	1910-1911	107	265	145	2,48

Estas averiguações não são peculiares à Alemanha. Onde quer que as informações oficiais permitem o confronto, são idênticos os resultados.

Assim, na Hungria, de 1901 a 1908, sobre um milhão de habitantes registraram-se:

158 suicídios de católicos romanos.

260 suicídios de evangélicos (luteranos).

363 suicídios de reformados (calvinistas).

A Suíça oferece-nos um quadro mais interessante, porque discrimina os suicidas pela língua e pela profissão. O número refere-se a um milhão de habitantes e representa a média do decênio 1881-1890:

ESPECIFICAÇÃO	SUICÍDIOS ENTRE	
	Protestantes	Católicos
Grupos de distritos industriais	239	208
Alemães .	257	165
Franceses.	378	309
Grupos de distritos profissionais mistos	26	111
Alemães .	228	116
Franceses	429	151
Grupos de distritos agrícolas	266	81
Alemães	209	74
Franceses	414	88
Total na Suíça	280	132

Assim, qualquer que seja o campo escolhido para a observação, neste ou naquele povo, nas zonas urbanas ou rurais, entre os membros desta ou daquela

profissão, a influência religiosa afirma-se decididamente e, de modo constante, em favor do catolicismo.

Nos Estados Unidos, FRENAY, que empreendeu recentemente um estudo monográfico sobre a questão, chegou às mesmas conclusões "Em relação ao protestantismo e ao catolicismo, os resultados obtidos para os Estados Unidos assemelham-se aos da Europa. Aqui, como lá, a religião católica visivelmente atua sobre a frequência do suicídio para diminuí-la, enquanto a religião protestante não produz os mesmos resultados favoráveis"⁶

O fato impõe-se como uma evidência superior a qualquer contestação. Todos os que se ocuparam, com especialidade, do assunto, qualquer que seja a sua orientação religiosa ou filosófica, reconhecem-no com lealdade. Neste ponto, DURKHEIM, TARDE e MASARYK, MORSELLI e KROSE, OSIANDER e A. WAGNER, MAYR e ROST, PLACZECK e FRENAY estão de acôrdo. Citemos apenas um ou outro testemunho mais significativo.

Depois de afirmar que "a influência do culto é tão poderosa que domina tôdas as demais", conclue DURKHEIM "Por tôda a parte onde foi possível compará-los no ponto de vista do suicídio, averiguou-se que os protestantes se matam muito mais que os católicos"⁷ GEORG VON MAYR, o grande mestre de Munich, que nos deu uma das melhores monografias sobre o suicídio, conclue com a sua costumada moderação "no conjunto das condições sociais que exercem influência positiva ou negativa sobre o fenômeno coletivo do suicídio, ao lado de outras causas a confissão religiosa exerce indubitavelmente uma ação muito importante" (*eine zweifellos sehr bedeutsame Stelle einnimmt*)⁸

Ao lado do fato com tal evidência atestado e com tanta unanimidade reconhecido, surge espontânea a curiosidade ou o desejo natural de indagar-lhe os porquês. A religião e, em particular, o catolicismo exerce uma influência salutar na diminuição dos suicídios; é uma força afirmadora de vida, é uma fonte de consolação eficaz contra o desespero, mau conselheiro de auto-destruição e de morte. A que deve a religião do Evangelho o segredo desta ação tão poderosa quanto benfazeja? As respostas variam, mas talvez na sua diversidade refiletem pontos de vista que se completam.

DURKHEIM vê a explicação do fato em ser a Igreja católica uma "sociedade", uma comunidade religiosa "fortemente integrada", o protestantismo não apresenta "o mesmo grau de consistência"⁹

Se com esta resposta se pretende sublinhar que a existência de uma sociedade orgânica e hierárquica, de uma Igreja visível, é a condição normal de conservação e defesa das verdades cristãs e da sua eficiência moralizadora, de pleno acôrdo. O livre exame pulveriza o cristianismo e lhe dispersa pelos quatro ventos a poeira impalpável. Se, porém, se quer atribuir o resultado benfazejo da influência católica ao simples fato de sua organização social, permita-se-nos discordar e ver, nesta opinião do autor do sociologismo, mais uma consequência funesta do espírito de sistema.¹⁰ A atitude em face da morte prende-se, antes de tudo, a uma concepção da vida.

Mais acertados andaram os que viram na ação dos sacramentos uma explicação da influência benfazeja do catolicismo. Já o velho OSIANDER escrevia, em princípios do século XIX "Muito mais difficilmente que um reformado, um lu-

⁶ A. D. FRENAY, *The suicide problem in the United States*, Boston, 1927, pág. 169

⁷ DURKHEIM, *op cit.*, págs. 152, 155-156

⁸ GEORG VON MAYR, *Statistik und Gesellschaftslehre*, III Bd. *Moralstatistik*, Tuebingen, 1917, pág. 350

⁹ DURKHEIM, *op cit.*, págs. 156-173

¹⁰ A contraproposta temo-la na aplicação feita pelo próprio DURKHEIM ao caso dos judeus. Pela mesma razão acima julgava ele explicar o número relativamente baixo do suicídio entre os judeus nos meados do século XIX. As estatísticas, porém, mostraram que, a começar dessa data, o número de israelitas que se suicidam avultou de maneira alarmante, a ponto de sobrepular, em alguns lugares, o de outras confissões religiosas, inclusive protestantes. Ver o quadro à pág. 413

terano ou outro acatólico, decide-se um católico ao suicídio... A razão deste fato, a meu ver, é que o católico considera a confissão e a extrema unção como sacramentos que, ao lado do Viático, lhe asseguram a esperança de um futuro feliz. Sair deste mundo depois de receber os santos sacramentos é o último e mais alto desejo de um crente católico. Ora, o suicídio priva-o destes meios que o levam à felicidade eterna. Só um católico sem fé ou sem juízo poderia, sem sacramentos, afrontar uma eternidade na qual não crê, ou na qual, por perturbação mental, se acha impossibilitado de pensar.”¹¹

Observação exata mas muito restritiva da ação benéfica dos sacramentos. Dir-se-ia que a sua influência se limita ao momento em que um desventurado balanceia os prós e os contras da deliberação fatal. Mais, muito mais amplo é o seu influxo salutar. A prática da confissão não espera o momento da crise para intervir como antídoto eficaz; na imensa maioria dos casos previne a própria crise. Sua intervenção não é só a de uma terapêutica eficiente mas, sobretudo, de uma profilaxia salutar. Todos sabemos as devastações profundas que o pecado causa nas almas. O pesar de um grande mal feito, o remorso com o travo de seu amargor insuportável, torturam indizivelmente as consciências dilaceradas pela culpa. Deixadas a si mesmas, o conflito interior agrava-se, o “mal secreto” alastra o seu contágio, a vida como que perde as razões de ser vivida e a auto-destruição aparece nos horizontes enegrecidos da existência como o têrmo desejado de um desespero sem remédio. “Na maioria dos casos”, observa MASARYK, “o suicídio é o desfêcho violento de uma longa vida de erros e desordens morais.”¹² A confissão interrompe o mais das vezes a evolução deste processo de desagregação interior. Sua prática sincera e constante, mobilizando continuamente as forças de reação moral contra a ofensiva das tentações, tende a impedir que o pecado se instale na alma como um mal crônico.

Ante as ruínas amontoadas pelas grandes quedas, seu efeito é todo construtivo. Despertando o arrependimento e com êle a certeza do perdão divino, reconduz a paz às consciências e alimenta o amor da vida para reparar o mal feito. Os próprios sofrimentos inevitáveis — vestígios indelévels de tantos pecados — entram nas possibilidades de reconstrução de uma nova existência, na qual são aceitos como instrumentos de expiação purificadora. A confissão, no mais amplo sentido da palavra, é uma regeneração: faz-nos nascer a uma vida melhor, reconstitue a paz interna dilacerada pelos conflitos do remorso e polariza tôdas as energias do bem para a realização de um ideal, ainda e apesar de tudo, digno de ser vivido. Não é, pois, de maravilhar que, sem distinção de credos, os especialistas em estatística moral que se ocuparam com particular atenção do problema do suicídio tenham apontado, na prática da confissão, uma das causas da superioridade do catolicismo na luta contra o rápido crescimento dos suicídios. PLACZEK, que encara o problema mais à luz da psiquiatria, escreve: “Não é de pequena importância que um homem nas suas contrariedades possa encontrar sempre aberta a porta da sua igreja, aproximar-se do sacerdote e com fé simples esperar dele um alívio para a sua alma acabrunhada, o que só lhe é assegurado pela confissão.”¹³ MARTIM OLPE, missionário protestante em Berlim, reconhece na confissão o antídoto mais eficaz contra o suicídio e conclue: “aqui temos a chave deste enigma: porque nos distritos católicos o suicídio é muito mais raro que entre os protestantes.”¹⁴ Com a sua autoridade singular de grande mestre de estatística, G. VON MAYR resume a todos, quando escreve: “Já os primeiros especialistas em estatística moral que dela se ocuparam nas suas relações com as confissões religiosas, — na Alemanha, de modo particular, A. WAGNER e F. L. VON HERMANN — assinalaram a posição da Igreja católica e, especialmente, da confissão, como influências contrárias ao suicídio.”¹⁵

¹¹ OSIANDER, *Ueber den Selbstmord*, 1813, pág. 282

¹² MASARYK, *Der Selbstmord als sociale Massenerscheinung*, Wien, 1881, pág. 75

¹³ PLACZEK, *Selbstmordverdacht und Selbstmordverhuetung*, 1915, pág. 217.

¹⁴ MARTIN OLPE, *Selbstmord und Seelsorge*, 1913, pág. 83

¹⁵ G. VON MAYR, *op cit*, pág. 349

Podemos ainda ampliar os horizontes. Não é só pelos seus sacramentos, pelos seus sacerdotes e pelas suas intuições que o catolicismo afirma a sua força vitoriosa contra os poderes da morte. É também, e principalmente, pela sua concepção da vida. O suicídio, como a nevrose que tantas vezes nele se desenrola, origina-se quasi sempre de um conflito interior nascido de um problema de vida não resolvido. O homem que já não tem um ideal e uma esperança expõe-se fortemente à tentação de pôr termo violento a uma existência para ele já sem nenhuma significação. Quem colocou na fortuna, na glória, no poder ou no amor humano a razão suprema do viver, em lhe fugindo definitivamente das mãos estes bens, está desarmado para a luta e mui facilmente procurará na evasão o fim de um sofrimento inconsolável e a quietude do nada. Para o católico outra é a concepção da vida. Viver é desempenhar uma missão divina, é trabalhar sem esmorecimentos para uma grandeza moral que representa a realização de uma idéia criadora de Deus. E esta missão, podemos e devemos cumprir-la sempre, através de tôdas as peripécias da existência. Não é só com a posse dos bens terrenos — saúde, dinheiro e honras — que podemos adiantar a tarefa do nosso progresso moral; damos-lhe também a última demão, com a magnanimidade nos dias adversos, com a paciência nos sofrimentos, com o heroísmo sereno nas grandes tempestades da alma. Ao naufrágio de tôdas as esperanças da terra sobrenada sempre — como salva-vida (é bem o termo) indestrutível — o grande ideal em que se cifra o destino e a felicidade do homem, contra todos os poderes da morte. O catolicismo é sempre uma afirmação triunfal de vida.

Não nos maravilhe a amplitude destas conclusões em quem partiu de um simples estudo estatístico da morte voluntária. “Uma monografia do suicídio”, ponderou acertadamente o insuspeito DURKHEIM, “tem um alcance que ultrapassa a ordem particular de fatos por ela especialmente visados. As questões que levanta são solidárias dos mais graves problemas práticos da hora atual. Os progressos anormais do suicídio e o mal estar geral que fere as sociedades contemporâneas derivam das mesmas causas. O que prova este número excepcionalmente elevado de mortes voluntárias é o estado de perturbação profunda de que sofrem as sociedades civilizadas e o atestado de sua gravidade. Quando estes sofrimentos se exprimem pelos lábios de um teorizador poder-se-ia crer que são exagerados ou traduzidos com menos fidelidade. Na estatística dos suicídios como que se registram por si mesmos, sem deixar espaço à apreciação pessoal”¹⁰

O mais interessante é que se levássemos a nossa curiosidade investigadora a outros setores da estatística moral chegaríamos a conclusões semelhantes. No estudo crítico das cifras relativas ao divórcio, à restrição artificial dos nascimentos, à natalidade ilegítima, a força preservadora do catolicismo aparecer-nos-ia na claridade de uma evidência que se impõe a tôdas as inteligências sinceras.

E eis uma das lições mais fecundas da estatística moral. Não é aqui o apologista que recolhe pressuroso mais um argumento em favor de uma verdade mais querida que a menina de seus olhos. É o sociólogo que, empregando um dos métodos de maior precisão e segurança na observação social, verifica um fato e desfia-lhe as consequências. Ante os agentes de dissolução social que se manifestam no medo à vida e às suas responsabilidades, na desagregação da família e na crise dos berços ameaçadora do futuro dos povos, a religião do Evangelho afirma-se como uma fonte de vida, de generosidade no sacrifício, de fidelidade ao dever e de disciplina social.

Arquivemos com carinho estes ensinamentos dos números. Raras vezes os métodos estatísticos prestaram às ciências sociais tão relevantes serviços.

¹⁰ DURKHEIM, *op cit*, pág 450

GILBERTO FREYRE

(Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia)

SOCIOLOGIA E ESTATÍSTICA

O VELHO ditado que diz “nem tanto ao mar nem tanto à terra” exprime a melhor das sabedorias, que é, com todo o risco de degenerar em simples e até hilariante acacianismo, a sabedoria da contemporização, do equilíbrio, do meio-térmo. O entusiasmo fácil nos está sempre fazendo pender para o mar com sacrifício da terra ou para a terra com sacrifício do mar. É só com a reflexão ou sob o espírito científico já maduro e mais vigilante que reagimos contra a tendência para a exclusividade, colocando-nos prudentemente entre a terra firme e a onda móvel. Que ambas nos são necessárias ao equilíbrio de relações que constitui a saúde da inteligência. E dentro da saúde da inteligência, a saúde da ciência.

Há quem, considerando-se na sociologia como em terra firme, negue tudo à estatística, que seria a onda móvel. E há quem, só se sentindo seguro sobre os rochedos dos números e os cumes dos gráficos, enxergue apenas na sociologia a incerteza das ondas. O resultado é haver tanto mestre da estatística que não tolere a sociologia por assim dizer extra-estatística, considerando-a vã “literatura”, puro “romance”, mera “poesia”; e tanto doutor da sociologia que prefira as musas aos números para seus vôos de imaginação. Antagonismo que só faz dar atualidade ao velho ditado: “nem tanto ao mar nem tanto à terra”. Pois a verdade é que a sociologia precisa da estatística embora deva guardar-se sempre do perigo de tornar-se exclusivamente estatística, fechando-se a aventuras de comunicação com a realidade social por outros métodos: métodos mais ondeantes, mais móveis, mais plásticos, mais oleosos até, porém com uma capacidade de penetração na qualidade dos fatos e na intimidade das interrelações sociais que, sozinho e seco, o método estatístico não consegue nunca.

Entretanto, para dar a medida, a extensão, a própria intensidade das manifestações sociais, a estatística se apresenta ao sociólogo como instrumento valiosíssimo de investigação científica, permitindo-lhe exatidão nas estimativas e fornecendo-lhe base segura às comparações de massas. E sem essas estimativas e comparações quantitativas, as paisagens sociais não adquirem inteiro sentido sociológico nem perspectiva rigorosamente científica, podendo ser apenas surpreendidas — e surpreendidas mais literária ou artisticamente do que sociologicamente, — como panoramas, como conjuntos, como aspectos do espetáculo ou do drama humano de que o olhar do impressionista consegue extrair magníficas meias-verdades e, num ou noutro caso — o caso do im-

pressionista de gênio — quase a verdade tôda; mas essas interpretações quase sempre grecoidamente deformadas pelo próprio intérprete. Se há uma deformação das coisas sociais quando analisadas sob o puro critério dos números não nos devemos esquecer de que a ausência absoluta dêsse critério deixa ao pesquisador sociológico uma liberdade de interpretação e de palavra que vai, numerosas vezes, até à licença poética ou à libertinagem estética, e dentro dessa libertinagem são possíveis as mais grossas deformações, algumas artisticamente preciosas, mas quase tôdas cientificamente abomináveis.

Em sociologia as pesquisas sob o puro critério quantitativo da análise dos fatos sociais são incompletas, mas também o são as puras descrições qualitativas. O pesquisador sociológico precisa de saber utilizar-se dos dois métodos para poder penetrar na totalidade social de um bairro ou de uma região, de uma instituição ou de um problema de inter-relações. Totalidade social que nem sempre se oferece aos números nem se deixa mansamente contar pelos gráficos. Ao contrário, esconde-se às vezes dos números para só se deixar surpreender e traduzir por palavras. E nem ao menos pelas palavras técnicas ou convencionais da sociologia, em alguns casos só pelas palavras do sociólogo. É uma situação essa que deixa mal as ciências sociais mais cheias do desejo de parecerem ciências maduras e convencionalmente exatas, mas é uma situação que nenhum de nós desconhece; que nenhum de nós deve procurar negar ou dissimular. Para surpreender e traduzir tais situações temos de nos contentar com as expressões qualitativas, e a confiança na fidelidade dessa fixação e tradução, temos que depositá-la mais no espírito científico do sociólogo do que nas condições científicas da sociologia. É melancólico mas é verdade.

Reconhecendo o fato de que os fenômenos sociais de interrelação nem sempre se deixam traduzir pela estatística, não procuramos nem de longe diminuir a importância do método estatístico para as ciências sociais em geral e para a sociologia em particular, contanto que não se faça dêsse método ou instrumento de análise social, método exclusivo ou único. Como salientou uma vez o sociólogo BOGARDUS, o valor das estatísticas para as ciências sociais não está “nas estatísticas como fim” — o mal, seja dito de passagem, de certos místicos dos números desgarrados na sociologia — mas como orientação, ou, nas palavras do mesmo BOGARDUS como “leads” ou “guide posts”. “Guide posts” para material valioso da experiência social. opiniões, atitudes, significados de processos sociais como o de acomodação ou o de conflito. Isso através dos dados exatos que as estatísticas nos fornecem sobre o *status* de dada população, por exemplo; sobre suas alterações, seu desenvolvimento em termos de nascimentos e de entradas de imigrantes, a relação da natalidade com os acréscimos de população por imigração, variações anuais nessas relações, relações entre grupos de idade (crianças, velhos, indivíduos na força da idade), entre sexos, entre profissões; casamentos, mortalidade, morbidade. De modo que pelas estatísticas que se levantem de determinado grupo social podemos recortar a silhueta so-

ciológica do mesmo grupo — “normal” ou “anormal” nas suas interações e nos seus contactos com outros grupos, estático ou dinâmico, estável ou instável — embora nem sempre fixar de frente sua fisionomia psico-sociológica completa, com seus traços e vincos mais profundos, com suas marcas de experiências mais íntimas. Destaque-se um exemplo brasileiro. o passado monocultor, latifundiário e escravocrata do Brasil. Do Brasil, em geral, e não de áreas de exceção, em particular. Em qualquer sondagem estatística mais ampla que hoje se empreenda entre nós, êsse passado revela-se através de uma série de desequilíbrios ainda não de todo corrigidos em nossa vida e em nossa economia, mas a intimidade social e psicológica do mesmo passado não se deixa surpreender pelos números. Estes não são todo-poderosos. É que nenhum método de análise social basta-se a si mesmo.

A favor da estatística, nas suas relações com a sociologia, saliente-se êste fato expressivo: que de todos os métodos a serviço da sociologia é o que há mais tempo contribue para a cientifização dêsse estudo ainda cientificamente imaturo. Antes de se esboçar a autonomia da sociologia entre as ciências já o método estatístico preparava o caminho para tão difícil cientifização. O Professor SHENTON foi encontrar na Bíblia — 2 SAMUEL XXIV e I Crônicas XXI — o emprêgo das estatísticas para fins políticos e militares. Do mesmo professor é a informação de que no ano remoto de 1660 já havia quem ensinasse estatística, tradição que QUETELET desenvolveria nos começos do século XIX, ligando então o método estatístico ao estudo dos fenômenos sociais, empedrando a estrada — há tanto tempo já aberta mas cheia de altos e baixos — por onde deveria rodar com relativa doçura o carro triunfal da sociologia autônoma. Desde então a sociologia e o método estatístico de análise social tem avançado juntos e ganho juntos mais de uma vitória no sentido de maior rigor científico no conhecimento e na classificação dos fatos sociais. No sentido também, da aproximação, entre a teoria e a prática sociológica.

O livro clássico de RICHMOND MAYO-SMITH — *Statistics and Sociology* — marca o início dessa identificação da sociologia com o método estatístico que teve em QUETELET um precursor tão ilustre. E que tem tido depois de MAYO-SMITH fanáticos dos números cujo desejo seria ver a sociologia reduzida à estatística pela eliminação de tudo que a primeira guarda de descritivo, de histórico, de qualitativo. O carro a serviço da estrada empedrada. Do mesmo modo que há sociólogos tão ciosos da autonomia sociológica que se esmeram em desprezar as estatísticas com um furor de idiotas que se arrojassem de automóvel pelo mato grosso ou pela areia chamada gulosa, só para ostentarem independência.

Temos que continuar a marchar juntos, os que levantam estatísticas com a paciência e o rigor matemático de ladrilhadores árabes e os que procuram fazer avançar a sociologia pelo que a realidade social tem de mais íntimo e de mais agreste. Não só os que se dedicam à sociologia genética — tão próxima da antropologia social — como os que

se especializam naquela sociologia mais cheia de riscos que o meu velho mestre na Universidade de Colúmbia, Professor FRANKLIN H. GIDDINGS, chamava de "sociologia das probabilidades". Idéia por êle desenvolvida de sugestões esboçadas por QUETELET nas suas hoje quase desconhecidas *Lettres a S. A. R. le Duc Regnant de Saxe-Cobourg et Gotha sur la théorie des probabilités appliquée aux sciences morales et politiques* (Bruxelles, 1841).

Talvez fôsse essa a teoria sôbre que o Professor GIDDINGS discorresse com mais entusiasmo nos seus últimos dias de catedrático na Universidade de Colúmbia. É porventura a idéia central dos seus *Studies in the Theory of Human Society*, em cujas páginas veem recolhidas algumas das derradeiras aulas do sociólogo norte-americano em quem a devoção pelo desenvolvimento da teoria sociológica ao lado da sociologia histórica e descritiva não enfraqueceu o interêsse que dedicou sempre às estatísticas sociais como expressão de problemas de sociologia em têrmos sociológicos rigorosamente universais; e como tal, tão significativas para a teoria como para a prática da jovem ciência.

Para a prática, isto é, para a "sociologia de probabilidades"; para a "sociologia aplicada" da terminologia WARD. Pois ninguém ignora que, segundo WARD e seus discípulos, a sociologia "pura" lida principalmente —, e um tanto paradoxalmente — com o passado e com o presente — o "presente histórico", diriam certos sociólogos — e a "aplicada", com o futuro, necessitando essa aplicação dos conhecimentos sociológicos ao futuro do máximo de generalização de particularidades estudadas no passado e no presente, de combinação ora com a antropologia social, ora com a história, ou a geografia, ou a economia. Nessa obra de generalização, predecessora da de aplicação e sucessora da de indagação de origens, de desenvolvimento histórico e de processos de inter-relações sociais, o método estatístico é indispensável. É pontifical. Pontifical entre a pureza do *geral* e a impureza do *particular* a que vai se aplicar a ciência sociológica, enquanto outras vezes é pontifical do *particular* para o *geral*. Função, num e noutro caso, de aproximação entre a teoria e a prática sociológica, entre o regional e o universal.

O medo atual de alguns organizadores de programas de ensino às ciências sociais tem resultado, em alguns países, em verdadeira deformação da estatística, que se vê obrigada à função de dar significado social e até moral a quanta pesquisa estatística se empreenda ou levante. Isto nos leva à consideração do seguinte ponto nas relações da estatística com a sociologia: que é preciso haver entre elas harmonização de vistas, sempre que se procure extrair resultados ou evidências sociológicas de pesquisa ou inquérito que se empreenda por método estatístico. A negligência dêsse ponto pode resultar — e tem resultado — no fracasso, do ponto de vista sociológico, de brilhantes pesquisas estatísticas que, consideradas na sua pureza de técnica, são verdadeiras maravilhas. Talvez o êrro mais comum seja o mencionado pelo Professor PARK, -aquele que resulta do fato dos organizadores de estatísti-

cas com intenções sociológicas partirem do conceito físico — exclusiva ou fundamentalmente físico — de indivíduo ou de sociedade. Conceito que não é de modo nenhum o sociológico. À sociologia — como salienta PARK — não interessa o indivíduo como tal e sim aquela relação entre os indivíduos de que resulta o *status* de cada um na sociedade sob estudo.

Não há problema mais sério nas relações da sociologia com a estatística do que o fato de que, em sociologia, raramente conseguimos medir o objeto da pesquisa: o que geralmente medimos é certa manifestação ou exteriorização do mesmo objeto. Manifestação capaz de ser traduzida em forma quantitativa. O objeto não podendo ser observado ou medido diretamente, dá-se que o Professor CHADDOCK e outros mestres de estatística chamam de “indirect measurement”, que consiste na presença, na expansão ou no grau de intensidade de determinado fenômeno ou “coisa” sociológica ser medido através de alguma evidência externa. O que torna qualquer pesquisa estatística de fim ou propósito sociológico um problema sempre novo e sempre delicado. Pois a relação entre a evidência objetiva, capaz de ser medida, e a condição, expansão ou intensidade do fenômeno ou da “coisa” sociológica sob estudo, pode variar — como acentua o Professor CHADDOCK — de acôrdo com “circunstâncias de tempo e de espaço”. Em sociologia não podemos nos rebelar contra a relatividade das chamadas “coisas” sociológicas, na sua fase de ocorrências condicionadas por circunstâncias de tempo e de espaço. Fase tão difícil de ser separada daquela em que tais ocorrências se tornam — se é que se tornam — puramente “coisas”, independentes de tempo e de espaço.

É essa relatividade que não deve nunca ser esquecida pelos que empreendem pesquisas estatísticas sôbre matéria sociológica. Nem esquecida nem desprezada, com sacrifício da realidade social a uma universalidade de expressão de sedutores aspectos matemáticos, estéticos, políticos e até burocráticos, mas cheia de traições à variedade, no tempo e no espaço, da mesma realidade.

Daí ser tão importante para o técnico da estatística especializado na observação, no estudo e na mensuração da matéria sociológica, o contacto com os aspectos históricos e geográficos da referida matéria. Daí ser tão importante, dentro da sociologia, o estudo da sociologia genética e da sociologia regional.

Felizmente, nos estudos modernos de sociologia no Brasil, a tendência mais forte parece ser no sentido de avigorar-se a base de tais estudos pela análise das condições, que nos são peculiares, de ecologia e de desenvolvimento histórico-social. Num ambiente dêsses a atividade indagadora da estatística pode exercer-se com o máximo proveito, servindo de comunicação entre o *regional*, bem caracterizado nas suas peculiaridades, e o *universal*.

Já escrevi uma vez que JOAQUIM CAETANO e COUTO DE MAGALHÃES, EUCLIDES DA CUNHA, o BARÃO DE RIO BRANCO e o General CÂNDIDO RONDON constituem exemplos de homens magnificamente animados daquela “consciência geográfica” que o Brasil precisa de avivar, e está na verdade avivando, nos seus adolescentes. Nem tem outro sentido a política de “rumo ao Oeste” do Presidente GETÚLIO VARGAS quando proclama que para “sanar os vacuos demográficos do nosso território e fazer com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas” necessitamos de reatar o esforço dos bandeirantes e dos sertanistas. De reatá-lo pela efetiva ocupação e ampla valorização das terras que nos pertencem. E nesta fase de abasileiramento do Brasil, de humanização e de socialização de terras brutas e ásperas — algumas com seus restos de população nativa — à consciência geográfica devemos juntar a consciência estatística e a consciência sociológica. É o trabalho que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística está realizando, numa feliz combinação do que há de cientificamente poético com o que existe de prosaico, de prático e de literalmente terra-a-terra na obra de fazer coincidir as “fronteiras econômicas” do país com as “políticas”. Tudo se fará a esmo e boemiamente se ao esforço de valorização dos sertões, dos ermos e das baixadas deprimidas pela monocultura latifundiária — esforço que toca à nossa geração realizar — faltar o apoio da sondagem e da informação estatística, sob orientação sociológica. Daí a necessidade da consciência estatística nos homens da nossa geração. Consciência que tem sua encarnação quase apostólica no Sr. TEIXEIRA DE FREITAS, um dos colaboradores mais valiosos da obra não só de ciência como de abasileiramento do Brasil, em que se acha empenhado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ÍNDICE DE PERMANÊNCIA MÉDIA DE ALUNOS NO SISTEMA ESCOLAR

SÃO conhecidas da Estatística Metodológica as proporções chamadas de *duração* que se estabelecem, para um dado fenômeno, confrontando-se sua consistência numérica atual com o seu movimento de renovação ou extinção. Em primeira aproximação, pode-se dividir o número que exprime a consistência atual do fenômeno, ou pelo número que exprime o total de *entradas*, ou pelo número que exprime o total de *saídas*, supõe-se, nesse caso, que o fenômeno é constante no tempo. Assim, por exemplo, se se quer medir a permanência média dos depósitos à vista em uma caixa econômica ou banco, na hipótese de que ali existe constantemente uma quantia total invariável, basta dividir-se essa quantia pelo total dos depósitos novos ou das retiradas, de um mesmo ano; o quociente exprimirá, em anos, a permanência média de um depósito, ou seja, o tempo ao cabo do qual todo o total atual se terá renovado.

O mesmo raciocínio se aplica no caso em que queiramos saber durante quanto tempo, em média, permanece ao serviço de dada empresa, cujo quadro de operários é imutável, um operário qualquer. Dividimos, então, o número de operários que figuram nesse quadro pelo número total de admissões ou de demissões verificadas num mesmo intervalo de tempo.

Chamando-se de E_a o número que exprime a consistência atual do fenômeno considerado, de e o que exprime o total de entradas e de s o que exprime o total de saídas, a permanência média será, neste caso, dada por:

$$P = \frac{E_a}{e} = \frac{E_a}{s}$$

Se, porém, o fenômeno considerado não for constante no tempo, caso que é mais geral e mais comum, e será diverso de s ; se o fenômeno estiver em crescimento, e será maior do que s e reciprocamente. Nesta hipótese, o recurso que usualmente se aplica consiste em tomar para denominador da fórmula de P a semi-soma das entradas e saídas, isto é:

$$P = \frac{E_a}{\frac{1}{2}(e + s)} \quad (1)$$

Estando o fenômeno em progresso, s será menor do que e pelo fato de provir de um e referente a tantos anos antes da época considerada quantos os que exprimem justamente o período de permanência média. Vê-se, portanto, que a fórmula 1 é apenas aproximada, por isso que, para que ela forneça resultados exatos, é necessário que a lei de crescimento do fenômeno seja linear, o que constitui um caso particularíssimo. Na maioria dos problemas usuais, no entanto, é esta a fórmula que se emprega.

O presente trabalho visa mostrar como pode aplicar-se a determinados fenômenos do campo educacional, o conceito de permanência média, o que, ao que me conste, ainda não havia sido feito.

Tomaremos por base que o sistema em relação ao qual os cálculos são feitos é *fechado*, isto é, não existem transferências nem dele nem para ele. Se a região for suficientemente grande, esta hipótese será perfeitamente legítima.

Para fixar as idéias, suponhamos que temos de calcular a permanência média do aluno do ensino secundário fundamental de cinco anos (lei Francisco Campos). O numerador da fórmula 1 será dado pelo total das matrículas, efetuadas numa época considerada, t , em tôdas as cinco séries. No entanto, os existentes em cada uma destas séries, separadamente, proveem, por promoção, de matriculados na primeira série, em dada época anterior. Tratando-se, aqui, de um fenômeno descontínuo e a respeito do qual temos dados referentes a cada um dos períodos em que o fenômeno se modifica, podemos, ao envés de tomar para denominador da fórmula 1 a semi-soma de entradas e saídas, substituir-lhe a média aritmética das entradas nos últimos n períodos, sendo n o número de anos da duração normal do grau de ensino em aprêço. Desta maneira, chamando-se de E_j os existentes na primeira série, em épocas sucessivas, teremos que

$$P = \frac{E_a}{\frac{1}{n} \sum_{t-n+1}^t {}^1E_j} \quad (2)$$

fórmula esta que é exata, ao contrário da fórmula 1, que é apenas aproximativa.

Ao índice assim calculado qualificaremos de *bruto*. Com efeito, o fenômeno da renovação da consistência do fenômeno em causa é determinado, aparentemente, pelas matrículas de novos, na primeira série do curso considerado e pelas conclusões do mesmo; no entanto, êle sofre a influência discordante de dois fatores: as desistências (inclusive óbitos) e as reprovações. Afim de levar estes fatores em conta, façamos algumas considerações, sob forma de hipóteses.

1.^a Hipótese (ideal) — Ninguém abandona o curso e não há repetentes. É evidente que a permanência média será igual à duração legal do curso. A fórmula 2 se verifica para esta hipótese, porque:

$$P = \frac{E_a}{\frac{1}{n} \sum_{t-n+1}^t {}^1E_j} = \frac{\sum_{i=1}^n E_i}{1} = n$$

o que não aconteceria para a fórmula usual que é a 1.

2.^a Hipótese — Ninguém abandona o curso, mas há repetições. Neste caso, a permanência média será forçosamente maior do que a duração legal do curso, pois que esta passa a constituir o mínimo da permanência. O que se dá é uma espécie de represamento que tende a aumentar a consistência numérica atual do fenômeno. No entanto, êste fato não se pode tornar imediatamente aparente, por isso que o sistema escolar oferece uma determinada *capacidade* que não se ultrapassa; vê-se, porém, que a presença de repetentes na primeira série, por exemplo, restringe o número de vagas que ficam à disposição dos candidatos novos ou que, no mínimo, o número de matrículas novas na primeira série poderia ser maior se não existissem repetentes.

3.^a Hipótese — Há desistências (inclusive mortes), mas não há repetições. Neste caso, é também evidente que P será menor que n , pois que n passa a ser um máximo. A consistência numérica atual E_a diminui, por privar-se dos desistentes; por outro lado, não havendo repetentes, a capacidade total da primeira série está à disposição dos candidatos novos.

Em conclusão, estes dois fatores, o das reprovações e o das desistências, agem em sentido contrário, de modo que o índice bruto de permanência média pode ser igual a n apenas por efeito de uma compensação entre desistências e repetições. Se P for diferente de n , isto unicamente indica uma forte predominância do fator capaz de produzir a diferença no sentido encontrado. O que nos resta é, então, calcular dois P diversos, nas condições das duas últimas hipóteses: o primeiro P_1 , relativo às reprovações e o outro, P_2 , relativo às desistências (inclusive óbitos). Procuraremos, também, dar expressões tais que exijam o mínimo possível de dados estatísticos, por meio de fórmulas de redução.

Cálculo de P_1 — Façamos, para guiar nosso raciocínio, o quadro abaixo, onde os iS representam as n séries sucessivas de um dado grau de ensino (o ginásial fundamental, por exemplo) e os t as épocas (anos) de observação ou levantamento. Aqui o símbolo iE_j representa o número total de existentes (matricula geral) na série i e no ano j . Analogamente, o símbolo ie_j representa o número de matrículas de novos na série i , na época j , enquanto que ir_j , representa o número daqueles que, tendo sido reprovados na série i , na época $j-1$, estão a repeti-la na época j .

Série \ Época	1S	2S	3S	4S	5S
t_1	1E_1	2E_1	3E_1	4E_1	5E_1
t_2	1E_2	2E_2	3E_2	4E_2	5E_2
t_3	1E_3	2E_3	3E_3	4E_3	5E_3
t_4	1E_4	2E_4	3E_4	4E_4	5E_4
t_5	1E_5	2E_5	3E_5	4E_5	5E_5

Na hipótese considerada, que é a de não haver desistentes, todo aprovado matricula-se como novo na série seguinte e ano seguinte e todo reprovado matricula-se como repetente, na mesma série e ano seguinte.

Em vez da consistência atual $E_n = \sum_i {}^iE_t$, que é dada pelas estatísticas, calculemos uma consistência potencial E_r , que se verificaria se não se tivessem precedentemente dado desistências, mas sim, apenas, repetições. Expressamos os existentes iE_t das cinco séries na época atual ($t = 5$) em função dos existentes na primeira série, nos $n = 5$ anos anteriores. Teremos:

$$\begin{aligned}
 {}^1E_5 &= {}^1e_5 + {}^1r_5 \\
 {}^2E_5 &= {}^1e_4 + {}^1r_4 - {}^1r_5 + {}^2e_5 \\
 {}^3E_5 &= {}^1e_3 + {}^1r_3 - {}^1r_4 + {}^2r_4 - {}^2r_5 + {}^3e_5 \\
 {}^4E_5 &= {}^1e_2 + {}^1r_2 - {}^1r_3 + {}^2r_3 - {}^2r_4 + {}^3r_4 - {}^3r_5 + {}^4e_5 \\
 {}^5E_5 &= {}^1e_1 + {}^1r_1 - {}^1r_2 + {}^2r_2 - {}^2r_3 + {}^3r_3 - {}^3r_4 + {}^4r_4 - {}^4r_5 + {}^5e_5
 \end{aligned}
 \tag{3}$$

Para que se obtenham as igualdades acima é preciso raciocinar do seguinte modo

Os 1E_3 , por exemplo, proveem dos 1E_3 , estes se desdobram em novos, 1e_3 , e repetentes 1r_3 . Ao fim do ano 3, parte dos 1E_3 é reprovada e vai repetir a mesma série (1.^a) no ano seguinte, 4, portanto, devemos subtrair 1r_3 . O resto desta subtração constitui os promovidos à 2.^a série que devem cursá-la no ano 4, mas, ao ingressarem nela, estes já ali encontram os 2r_3 , repetentes que nela se acham por terem sido reprovados na 2.^a série, no ano anterior, que é 3; temos, assim, de somar 2r_3 . Ao fim do ano 4, a turma 2E_3 , sofre reprovações que resultam em repetentes 2r_3 , que assim constituem uma parcela negativa, o saldo passa para a terceira série, onde vai somar-se com os 3r_3 repetentes que ali se encontram, por terem sido reprovados, nessa série, no ano anterior

A soma dos iE_3 dará a consistência potencial

$$E_3 = \sum_1^5 {}^1e_j + {}^1r_1 + {}^2r_2 + {}^3r_3 + {}^4r_4 + {}^5r_5 \quad (4)$$

igualdade esta que se obtém, muito simplesmente, somando membro a membro as igualdades 3 e fazendo as reduções

Fixando-se a atenção sobre o quadro anteriormente dado, nota-se que a igualdade 4 é passível de uma imagem de caráter mneumônico a soma dos existentes das n séries, na época considerada t é igual à soma dos admitidos à primeira série, nos últimos n (inclusive o ano considerado) anos e dos repetentes correspondentes à diagonal do quadro (ou seja, à hipotenusa do triângulo retângulo que tem por catetos a linha dos iE_t e a coluna dos je_j), isto é.

$$E_t = \sum_{j=t-n+1}^t {}^1e_j + \sum_{j=t-n+1}^n {}^i r_j$$

Este será o numerador da fórmula de P_1

Para denominador da mesma fórmula usaremos da média aritmética dos admitidos 1e_j à primeira série nos $n = 5$ anos considerados

Observações quanto à utilização das estatísticas — O cálculo dos r das igualdades acima requer certos cuidados. Com efeito, os r não são nem os repetentes nem os reprovados que aparecem, geralmente, nas estatísticas do ensino, por isso que um aluno pode abandonar o curso em meio do ano letivo, não se apresentando a exames finais. O recurso a empregar é o seguinte: das estatísticas tira-se a percentagem de reprovações sobre a matrícula efetiva da série e aplica-se essa percentagem à matrícula geral da mesma série, obtendo-se assim o número de reprovados que *existiriam* se não tivesse, conforme a hipótese, havido desistência. Nisto, naturalmente, há um pequeno erro, por isso que se pressupõe uma proporcionalidade que, provavelmente, não se verifica. Estes reprovados é que vão constituir os repetentes da mesma série, no ano seguinte, de modo que, para calcularmos os ${}^2r_{2035}$ fazemos aquele cálculo para os reprovados da segunda série, no ano de 1937

Analogamente, muitas vezes as estatísticas só assinalam os novos da matrícula efetiva e não os da matrícula geral, no entanto, os 1e_j , são os novos da matrícula geral. Mas nós os calcularemos por meio, ainda, de uma percentagem

Cálculo de P_2 — A nossa hipótese consiste agora em supor que, no progresso da época $t-n+1$ para a época t , não houve reprovações, mas sim, apenas, desistências. Chamemos de E_d ao total de alunos que existiriam nas n séries do curso considerado, na época t , debaixo desta hipótese e indiquemos por Σ_d o total das desistências que resultam em privar E_d de alunos que, doutra forma, ali se achariam. Teremos, evidentemente:

$$E_d = \sum {}^1e_j - \sum d$$

$$= \sum {}^1e_j - E_r + E_a$$

por ser

$$E_a = E_r - \sum d$$

Donde se tira:

$$E_d = E_a - {}^1r_1 - {}^2r_2 - {}^3r_3 - {}^4r_4 - {}^5r_5 \quad (5)$$

que permite calcular o numerador da fórmula de P_2 .

Como a hipótese aqui é que não existem reprovações, para denominador de P_2 deveremos usar da média aritmética da matrícula geral de 'E', da primeira série nos $t - n + 1$ últimos anos

As observações anteriormente feitas quanto ao uso das estatísticas aplicam-se também a este caso.

Aplicação ao Ensino Primário comum oficial do Estado de São Paulo.¹ Ano de 1940.

Cálculo do índice bruto P:

Matrícula geral em 1940: 1. ^a série —	269 293	
2. ^a série —	159 045	
3. ^a série —	99 039	
4. ^a série —	56 211	Total $E_a = 583 588$

Matrícula geral na 1.^a série.

1937 —	255 712
1938 —	269 441
1939 —	281 665
1940 —	269 293
Média =	269028
	P = 2,17

Cálculo de P_1 : — Novos da matrícula geral, na 1.^a série, aplicando-se à matrícula geral a percentagem de novos dada pelas estatísticas sobre a matrícula efetiva:

1937 —	187 769
1938 —	201 084
1939 —	206 235
1940 —	194 456
$\sum {}^4_1 e_j$ —	789 544

Repetentes, ou sejam, reprovados nos respectivos anos anteriores, da matrícula geral, aplicando-se a percentagem de reprovações dada pelas estatísticas sobre a matrícula efetiva:

1936 —	111 732 reprov na 1. ^a série
1937 —	35 751 reprov. na 2. ^a série
1938 —	35 117 reprov. na 3. ^a série
1939 —	6 410 reprov. na 4. ^a série

que serão os repetentes das 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a séries, nos anos de 1937, 1938, 1939 e 1940.

$${}^1r_1 + {}^2r_2 + {}^3r_3 + {}^4r_4 = 189 010$$

¹ Dados extraídos das estatísticas do Departamento Estadual de Educação. Todo o trabalho que se segue foi executado na cadeira de Estatística Educacional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tendo sido por principal operador o assistente LINDO FAVA. A publicação do presente trabalho na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA foi autorizada pelo Diretor da Faculdade.

Numerador de $P_1 = 978\ 554$

Média dos novos da matrícula geral, de 1937 a 1940 (v. acima) = 197 386 que será o denominador de P_1

$$P_1 = 4,96$$

Cálculo de P_2

Matrícula geral em 1940:

1.^a série — 269 293
 2.^a série — 159 045
 3.^a série — 99 039
 4.^a série — 56 211

$$E_a = 583\ 588$$

Os repetentes br_j são os mesmos do cálculo anterior, isto é, 189 010

Matrícula geral na 1.^a série:

1937 — 255 712
 1938 — 269 441
 1939 — 281 665
 1940 — 269 293

$$\text{Média} = 269\ 028$$

$$P_2 = 1,47$$

EUGÊNIO GUDIN

(Consultor Técnico do Conselho Nacional de Estatística)

IDÉIAS NOVAS

(Introdução ao livro [Princípios de Economia Monetária, ora no prelo])

II

VAMOS, por fim, examinar a mais moderna, a mais sedutora das idéias novas: a da Economia Planificada, que podemos também designar, em galicismo simplificador, por Dirigismo Integral. Ao contrário de outras proposições que acabamos de examinar, o Dirigismo não é uma teoria econômica. Feita a crítica destrutiva da Economia Liberal, a proposição consiste simplesmente em dirigir a Economia “segundo um plano” a ser delineado em cada caso.

A expressão “Economia Dirigida” é empregada em vários sentidos. Uns entendem por “Dirigismo” tudo quanto não é o “laissez faire, laissez passer” dos fisiocratas, até a simples necessidade de intervenção do Estado para corrigir os abusos praticados contra o livre funcionamento da Economia Liberal

O Dirigismo Integral, porém, insurge-se contra a própria estrutura da Economia Liberal, baseada na livre iniciativa individual e na livre concorrência, dizendo que a pretensa harmonia e o natural equilíbrio que, na idéia dos clássicos, se devera estabelecer, degeneraram em um caos econômico.

Propõe êsse Dirigismo que todos os setores da Economia, como os de preços, investimentos, moeda, produção e consumo, passem a ser regulados e comandados por uma “autoridade planificadora”

Seja dito, preliminarmente, que em tempo de guerra nem há que pensar em outra solução. Economia de Guerra é forçosamente Economia Planificada. E como há perto de trinta anos que o mundo vive em guerra, no caos que se segue à guerra ou na preparação para outra guerra, não é de admirar o prestígio que o sistema de Planificação tem adquirido nos últimos vinte anos. E a desastrosa experiência das nações que tanto tardaram em preparar sua economia para a nova guerra ainda veio reforçar a tese.

Na guerra integral a finalidade econômica é inteiramente diversa da de tempo de paz. Em vez de “bem-estar”, o objetivo é o da produção de guerra, mesmo a custo do “mal estar”. Nesse caso, o Governo começa por deslocar todo o sistema da produção com o fim de produzir coisas para consumo da guerra e não para o consumo dos homens, de sorte que o sistema tem de ser “integralmente dirigido” para êsse fim. Essa mutação radical de objetivo econômico é acompanhada do desequilíbrio, a que nos referimos nas primeiras páginas desta Introdução, entre a grande inflação dos rendimentos e a redução da produção consumível, donde

a necessidade imperiosa de "direção" para absorver os rendimentos em excesso e evitar uma desastrosa alta de preços

A nossa hipótese é a da Economia de Paz

Nem se estranhe tratar-se dessa Economia no momento em que a guerra domina os espíritos e corações. Em todos os grandes países, especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, homens de Estado e economistas preparam-se para "construir a paz", problema talvez mais difícil do que o de fazer a guerra.

Assim encarado, o problema do Dirigismo é, preliminarmente, um problema político. Como se processará a escolha dos homens sobre cujos ombros vai recair a esmagadora responsabilidade da direção total da Economia? Será o Conselho de Filósofos de PLATÃO, educados e preparados, desde a infância, para êsse mister? Será um Conselho de Sábios e de Técnicos, como queria VEBLEN? STANLEY BALDWIN perguntado, uma vez, sobre o que pensava da possibilidade de uma Economia integralmente dirigida, retrucou: "Mas nós somos homens, não somos Deuses".

Na estrutura política do Estado moderno, é claro que só dele pode emanar a autoridade da direção da Economia. Seria, como sugere G. SOULE, para os Estados Unidos, um Conselho nomeado pelo Presidente da República, com aprovação do Senado.

Mas estarão o Presidente e os Senadores em posição de proceder a essa escolha, com plena independência? Quais os compromissos que tiveram de assumir com os homens de seu Partido e com os dos Estados que os elegeram? Até que ponto se farão sentir sobre o Presidente as influências políticas regionais, em matéria de tão direto interesse dos eleitores e de seus representantes? As eleições se deslocariam do campo político para a luta desabrida entre os interesses econômicos regionais. Os votos passariam a ser trocados por compromissos formais de proteção econômica. E até que ponto estariam os Gestores nomeados na dependência da Lei, que é da alçada dos Senadores e Deputados eleitos pelas circunstâncias e diretamente dependentes dos interesses regionais? Haverá quem nos Estados Unidos não conheça o exemplo da moeda prata, como um caso típico de apoio político dado em troca de um interesse regional claramente oposto ao interesse geral do país?

E quais as garantias de quase-infalibilidade do próprio Príncipe? GOETHE dizia (Eckermann, 11 de Março de 1828), referindo-se ao Príncipe da Prússia: "É um príncipe notável. E é preciso que seja assim para que êle possa reconhecer e escolher os homens de valor e de talento". "Porque", prosseguia GOETHE, "diga-se o que se quiser, o igual só pode ser reconhecido pelo igual e só um príncipe que possui êle próprio grandes capacidades saberá reconhecer e estimar as grandes capacidades dentre os seus súditos".

E assim poderíamos multiplicar as interrogações capazes de fazer refletir mesmo os mais afoitos. Só os inconcientes não sentiriam a gravidade da aventura.

Economia Planificada, dirigida pelo Congresso, seria o caos; dirigida pelo Executivo, seria o caminho para o Regime Totalitário.

Passemos do plano político ao plano econômico e reflitamos sobre algumas das interrogações de um dos mais capazes economistas americanos, S. SCHLICHTER, que faz parte, aliás, da corrente inovadora, mas que, em contraste com muitos de seus companheiros de tendências, tem consciência de suas responsabilidades.

Depois de se referir aos desperdícios do capitalismo, SCHLICHTER interroga o Dirigismo "Não nos arriscaríamos assim a chegar a um desperdício mais grave ainda do que o do atual Capitalismo? Sacrificado o incentivo do interesse pessoal, conservaria a Produção um estimulante suficientemente eficaz? E quem nos diz que o "plano" serviria fielmente o interesse coletivo? Não nos arriscaríamos a ser controlados, dirigidos por indivíduos que representam interesses particulares, os interesses de grupos ainda mais mesquinhos do que o do grupo de capitalistas que atualmente dirigem a Economia? E esses interesses particulares não seriam talvez ainda mais diferentes do interesse social do que, em regime capitalista, os interesses dos proprietários do capital? E uma grande máquina burocrática, encarregada de elaborar e de aplicar o plano, não seria por demais pesada, sobrecarregada, excedida e portanto lenta demais para evoluir e agir?", pergunta SCHLICHTER

E, acrescentaríamos nós, com a observação dos resultados da experiência corporatista do "New Deal", o Dirigismo não degeneraria no domínio dos produtores em detrimento da massa geral dos consumidores? A quem conferir a direção, em quantidade, qualidade e preço de cada um dos setores da produção, senão àqueles que dispõem da experiência nesse setor, isto é, aos produtores? E uma vez organizados os grupos de produtores, diretores seccionais do "plano", qual seria o seu interesse senão o de fixar os preços nas bases de custo dos mais incapazes e menos eficientes dentre eles? E, na hipótese contrária, de preços insuficientes, o que restaria da iniciativa dos empreendedores, se eles vissem que a sorte de suas empresas passara a depender, não da segurança de suas previsões e sim da vontade ou da opinião dos eventuais agentes da Comissão do Plano?

A verdade é que a Economia Planificada é o fruto transitório da hora atormentada que vivemos, na evolução política e econômica do mundo. Sua gênese é, como dissemos, a Guerra, vigente ou latente. E como causas derivadas e imediatas a) o problema da Maioridade Americana, b) a grande depressão de 1930-1934

Na última década do século XIX fechara-se, na história dos Estados Unidos, o período da "fronteira" ocidental, que caracterizara a formidável expansão desse grande país durante a maior parte desse século. Uma evolução, lenta por sua natureza, se deveria pouco a pouco processar na estrutura social e econômica do país até então absorvido pela corrida ao Pacífico. Suficiência demográfica, estratificação gradativa, amálgama racial e social, transformação do tipo de sua economia, tudo se deveria processar com o tempo à procura de um novo equilíbrio e de uma maior estabilidade.

Começara essa evolução normalmente no princípio do século XX, quando, pela força inelutável de expansão das grandes guerras, foi o país envolvido no conflito de 1914-18. A princípio grande fornecedor dos países europeus em guerra, em seguida seus associados, os Estados Unidos passaram em 4 anos por uma metamorfose sem exemplo na história. De país devedor, que ainda o eram, passaram a ser o maior país credor do mundo. De Londres para New York deslocou-se, de repente, o mercado financeiro internacional.

Faltava-lhe, porém, essa coisa preciosa e insubstituível que é a experiência. Seu sistema bancário só em 1913, um ano apenas antes da guerra, havia sido organizado em bases racionais, com a fundação do Sistema de Reserva Federal.

Regorgitando de capitais, entraram os Estados Unidos a conceder empréstimos e a realizar investimentos no estrangeiro, em larga escala. A Alemanha, os países da Europa Central, a América Latina, todos receberam, sem parcimônia,

de New York os capitais de que precisavam, uns para reorganizar suas indústrias, outros para restabelecer seu ritmo de progresso, suspenso durante a guerra. Vários bilhões de dólares foram, em poucos anos, investidos em negócios e empresas no estrangeiro.

Apenas — e aí é que se fez sobretudo sentir a inexperiência da nova nação credora — os Americanos se esqueceram de pensar nas possibilidades de pagamento das nações a que estes empréstimos eram concedidos. Como pode uma nação pagar a outras nações? Só há um meio: em mercadorias e serviços, já que as reservas de ouro, fora dos Estados Unidos, eram reduzidas. Para que o mecanismo pudesse funcionar, era portanto indispensável que os Estados Unidos se dispusessem a abrir as portas à importação de mercadorias e serviços dos outros países. Era preciso passar a vender menos e comprar mais, a exemplo da Inglaterra, grande nação credora de antes da guerra, quando comprava anualmente cerca de £ 300 milhões mais do que vendia.

Que fizeram, entretanto, os Estados Unidos? Reforçaram ainda mais, com a tarifa Hewley-Smoots, a barreira protecionista que fechava suas portas às mercadorias estrangeiras! Não havia como lhes pagar. Para usar da imagem de um de seus grandes economistas, BENJAMIN ANDERSON, os Estados Unidos jogavam às nações devedoras os cabos em cujas pontes se deviam amarrar as mercadorias destinadas ao pagamento de suas dívidas e quando essas mercadorias atingiam as suas costas, eles as recebiam a ponta de faca.

Quase todo o ouro do mundo já afluía aos Estados Unidos, com grave dano para a estrutura monetária dos países de moeda conversível. Estava-se acumulando assim um grande potencial de desequilíbrio econômico, que se haveria de manifestar logo que cessasse a injeção generalizada de novos capitais americanos.

Foi o que aconteceu em fins de 1929. Todas as concessões de empréstimos ao exterior, mais todos os novos investimentos no próprio parque industrial americano, não haviam sido suficientes para absorver a plethora dos capitais. E uma parte desses capitais, cedendo à tendência especulativa, tão generalizada nos Estados Unidos, afluíu para a Bolsa de Títulos, dando lugar ao maior encilhamento de Bolsa que a História registra. O "crack" que teria de vir, mais cedo ou mais tarde, verificou-se em Setembro de 1929. E os enormes prejuízos da desastrosa liquidação que se seguiu abalaram a confiança e, por um processo inverso do que precedera, marcaram o início de uma enorme depressão.

Se isso se tivesse passado em um país de importância econômica secundária, suas repercussões não teriam tido maior vulto. Mas isso se passara no país *leader* da economia mundial, credor do resto do mundo e o maior mercado financeiro internacional. A vertiginosa queda dos preços de todos os produtos, especialmente das matérias primas, propagou-se ao resto do mundo como um rastilho e selou o início de uma das maiores e mais graves depressões econômicas da História. Do plano econômico, essas repercussões atingiram, em muitos países, o plano político.

Na Alemanha, as duras privações da derrota, da ocupação do Ruhr e da inflação no período de 1921-1924, haviam criado o clima para a eclosão do movimento revolucionário do nacional-socialismo. A relativa bonança dos anos que se seguiram, com o afluxo dos capitais americanos, haviam já quase extinto o foco revolucionário, quando a grande depressão fez reavivar o fogo. A suspensão de pagamentos internacionais por parte da Áustria e da Alemanha em 1931, foram a causa maior da derrocada da libra esterlina em Setembro desse

ano, com sérias repercussões nos Estados Unidos E, como sói acontecer nos fenômenos econômicos, os efeitos exerceram uma ação cumulativa sobre as causas.

Não deixava de ser curioso o espetáculo de um país que acabava de tornar-se o mais rico do mundo, a braços com o desespero de uma crise, de que não via como sair

GAËTAN PIROU descreve bem esta situação referindo-se "à la vague de desarroi, qui a renversé aux Etats Unis les anciennes idoles ne laissant à la place qu'un immense désir de stabilité, à la recherche maintenant d'une sécurité dont auparavant on souriait dédaigneusement"

Os Americanos gabam-se às vezes de ter construído um grande país, sem auxílio das teorias, de sorte que não podiam compreender como um país da riqueza dos Estados Unidos encontrava-se em tão grave depressão econômica. Como o doente que, desesperado dos médicos, vai ao curandeiro, tôdas as panacéias encontravam éco Até as receitas do padre COUGHLIN ou de Mr TOWNSEND encontravam crédulos

O próprio Presidente ROOSEVELT dizia, em discurso de 1933 "faremos uma experiência, se ela falhar faremos outra, mas, antes de tudo, é preciso fazer alguma coisa"

Não é que faltassem aos Estados Unidos grandes economistas, do mesmo porte dos mais ilustres da Europa, mas estes não podiam dar as receitas milagrosas, que o momento requeria

Tal foi a origem da corrente de Dirigismo nos Estados Unidos Já que a máquina funcionava tão mal, era preciso abandoná-la e construir uma outra, *cujas peças fôssem sujeitas ao comando direto do homem*

Em apoio da tese que atribuía o mal aos defeitos inerentes ao sistema, era natural que se invocasse então o argumento das crises que periodicamente assolam a Economia os ciclos de prosperidade e depressão Um sistema, que por defeito inerente à sua própria estrutura, traz repetidas crises de desequilíbrio ao progresso e ao bem-estar humano, deve ser abandonado

Como se verá dos últimos capítulos do segundo volume dêste livro, várias podem ser as causas dêstes ciclos Mas uma coisa é evidente Os ciclos só tiveram o grau de generalidade e de intensidade verificado nos desequilíbrios econômicos do século XIX, depois que as economias nacionais se tornaram dependentes umas das outras pelos laços que se estabeleceram entre a produção, o comércio e a finança de uns e outros países

O mundo deixou de ser dividido em compartimentos estanques Algumas nações, graças a seus recursos naturais e ao engenho e energia de seus homens, tomando a vanguarda do progresso e do enriquecimento, assumiram a liderança dessa economia internacional, de sorte que os desequilíbrios originados nessas nações-*leaders* passaram a repercutir em tôdas as demais

Daí a importância e a extensão dos fenômenos dos ciclos de prosperidade e depressão, que passaram a assumir o caráter de movimentos universais Na medida em que êsses ciclos tinham origem monetária, como no periodo de escassez de ouro de 1873-1895, os progressos da Economia Monetária permitem, já agora, evitar sua reprodução Não é tão pouco segredo para os economistas o fato de que os desequilíbrios causados pelas barreiras opostas ao comércio internacional são causa de graves perturbações, como a que acabamos de assinalar no caso dos Estados Unidos

Há ainda outras causas de desequilíbrio independentes do Sistema Econômico. O mundo é um organismo vivo e dinâmico. Como tal, êle há de ser sempre sujeito a oscilações, cuja amplitude não pode deixar de ser proporcional ao campo abrangido pelo Economia Internacional.

Mas são as guerras que, através tóda a História, teem sido a origem das maiores crises de desequilíbrio da Civilização e da Economia. A guerra era antigamente um acontecimento local. Hoje uma guerra, em que se acham envolvidas as nações *leaders* é, forçosamente, uma guerra mundial.

Já por ocasião da guerra russo-japonesa de 1905, atribuia-se a crise de algodão nos Estados Unidos ao fato de a Rússia ter deixado de comprar o chá da Índia. A Índia, não vendendo o seu chá, não tinha como comprar os tecidos de Lancashire inglês, de sorte que os ingleses deixavam de comprar o algodão americano.

E o que ora se quer exigir dos Economistas, sob pena de considerar falido o Sistema Econômico que êles recomendam, é nada menos do que o milagre de corrigir, instantaneamente, os efeitos dessas fúrias de destruição, que são as guerras modernas. A grande depressão econômica de 1929-1934 é geneticamente derivada da guerra de 1914-1918. Ela não foi um simples ciclo de depressão e sim um profundo desequilíbrio da economia de cada um dos países que dela participaram, como das economias dêsse países, umas em relação às outras.

Não se trata, portanto, de defeitos inerentes ao sistema econômico, mas de causas extra-econômicas que teriam tido as mesmas, senão mais graves repercussões, com qualquer outro sistema.

Estavam pois iludidos os economistas das chamadas "novas correntes", ao atribuir os males de sua hora aos defeitos do sistema econômico, que fizera a grandeza de seu país.

*

Não se interprete a análise, que fizemos do valor científico ou construtivo das chamadas "idéias novas", como uma afirmação de que as teorias dos Clássicos e Néo-Clássicos são intangíveis e definitivas.

Mas, para quem conhece a obra dos grandes economistas, que prosseguiram e aperfeiçoaram a obra dos clássicos e néo-clássicos, a substância teórica ou objetiva das proposições das "novas correntes" não pode deixar de impressionar por sua escassa valia.

Que diferença com a obra de MARSHALL, de WICKSELL, de CASSEL, de MISES, de CHAMBERLAIN, de OHLIN, de ROBINSON, de KEYNES e de tantos outros economistas de justo renome.

Onde na obra dos autores das "idéias novas" se encontram contribuições comparáveis à da teoria dos preços de MARSHALL, da paridade do poder de compra de CASSEL, da "economia forçada" de MISES, dos preços de monopólio de CHAMBERLAIN ou dos desequilíbrios entre economias e os investimentos de KEYNES?

Ninguém pretende que a obra dos clássicos seja intangível e que ela dispense o aperfeiçoamento e a adaptação à evolução econômica da Humanidade.

ADAM SMITH não podia se ocupar dos problemas criados pela máquina, pela simples razão de que ela não existia a seu tempo. RICARDO e STUART MILL não elucidaram os problemas da moeda bancária, praticamente inexistente em sua época. E quando mesmo os problemas já existissem, não era possível pretender que meia dúzia de homens os tivessem abordado e resolvido todos.

As decalagens no tempo, as forças secundárias que entravam o restabelecimento do equilíbrio, a viscosidade de certos fenômenos econômicos, os desvios à livre concorrência, a direção da moeda e do crédito em suas formas atuais, a observação dos mercados e de certos fenômenos coletivos, os ciclos de prosperidade e depressão, todo esse é um vasto campo de pesquisa e de reflexão digno dos espíritos mais atilados e penetrantes.

*

Não há como imputar à Economia Liberal a culpa dos erros ou defeitos da estrutura jurídica. Quando a legislação sobre sociedades anônimas, por exemplo, permite o abuso das pirâmidações de empresas, em detrimento da minoria dos acionistas, a falha é jurídica, é institucional e não da Economia.

Quando BERLE e MEANS, em seu conhecido libelo *Modern Corporation and Private Property*, investem contra os abusos praticados nos Estados Unidos em matéria de pirâmidações, era aos legisladores e não à Economia Liberal que eles se deveriam dirigir.

A intervenção do Estado é muitas vezes necessária para restabelecer o pleno funcionamento da Economia Liberal, sempre que ele tenha sido deturpado. Ela é um sistema econômico baseado, em princípio, na livre iniciativa e na livre concorrência. Quando esta tenha sido adulterada, a ponto de afetar o funcionamento do sistema, importa intervir.

O fracasso dêsse verdadeiro ensaio de Corporatismo, que foi o "New Deal" de 1934, fez com que o Presidente, seguindo a sua máxima de experimentar até acertar, abandonasse o caos dos códigos da Indústria e do Comércio, para se orientar no sentido do restabelecimento da Economia Liberal, em sua plenitude.²

Não pode ser suspeito o meu aplauso a esta política. Quando em 1933-1935, eu combatia na imprensa o "New Deal" americano, com justo receio das imitações tão frequentes em nosso país, eu expunha, em um trabalho intitulado "Capitalismo e sua Evolução", a necessidade de uma "Polícia do Capitalismo".

A nova orientação nos Estados Unidos pode ser definida neste curto trecho do relatório da T N E C: "A proteção do governo é necessária, não para determinar e impor preços "razoáveis" e sim para restabelecer a livre concorrência".

Os direitos de patentes, criados para incentivar o comércio e a indústria, não podem ser utilizados para amordaçá-los, nem para extorquir tributo dos poucos a que se permite continuar a trabalhar. Acordos internacionais para restrição da produção e sustentação de preços pela "divisão de territórios" privativos

² *Final Report and Recommendations of the Temporary National Economic Committee* — 77th Congress — Doc 35 — Março de 1941.

de cada empresa, devem ser condenados pela lei e em seguida entregues à jurisdição dos Tribunais de Segurança.

Rigorous inquérito procedido, há pouco, nos Estados Unidos trouxe à luz os processos por que várias grandes empresas alemãs controlavam, nesse país, a produção de artigos essenciais às indústrias de guerra, como o magnésio (mais leve e tão resistente como o alumínio), o carbureto de tungsteno (a mais dura substância conhecida, depois do diamante), o berilo (que misturado ao cobre dá-lhe uma dureza excepcional), os instrumentos de ótica (controlados por Zeiss), etc., etc.

Grandes e incontestáveis são as vantagens da concentração, tanto na produção como na distribuição, mas estas vantagens não aumentam indefinidamente. Elas têm o seu ponto ótimo. Quando as concentrações degeneram em monopólio exclusivo, incumbe à polícia econômica do Estado intervir para destruí-lo ou, em última instância, para regulamentá-lo.

A Economia Liberal não é decerto o melhor sistema para preparar a guerra, ou para formar o pedestal de onipotência dos ditadores. Nem tem ela a virtude milagrosa de remediar, de pronto, o caos gerado pelas guerras.

Inteligentemente orientada, conduzida com sabedoria, ela ainda é, no setor econômico, o sistema que melhor conduz ao Bem-estar e à Paz entre os Homens.

INTRODUÇÃO À TEORIA DOS CONJUNTOS

XII ESPAÇOS DE ESTRUTURA ESFEROIDAL. CONJUNTOS COMPLETOS. PROPRIEDADE DE CANTOR

108. Espaços de estrutura esferoïdal Dizemos que um espaço regularmente acessível é de *estrutura esferoïdal*, se, dado o número natural $N > 0$, existe outro, ν , tal, que, sendo $E_\nu(a), E_\nu(b)$ entornos secantes,¹ de ordem ν de dois pontos a, b , distintos ou não, do espaço, se tenha, para dois pontos quaisquer α, β da reunião $\overline{E}_\nu(a) + \overline{E}_\nu(b)$,

$$\pi(\alpha, \beta) \geq N \quad (1)$$

É claro que, se a condição (1) se verificar para dois entornos secantes de ordem ν , *a fortiori* se verificará para dois entornos secantes de ordens (iguais ou diferentes) não inferiores a ν . Ao menor valor de ν para o qual se verifica (1) chamaremos *módulos de proximidade N*.

Da definição resulta, para um espaço de estrutura esferoïdal, que, dado o número natural $N > 0$, existe outro ν , tal, que, sendo $E_n(a)$ um entôrno de ordem $n \geq \nu$ de um ponto do espaço, se tenha, para dois pontos quaisquer α, β de $\overline{E}_n(a)$, $\pi(\alpha, \beta) \geq N$. Denominaremos, então, *esferoïde* de centro a e ordem N , e representaremos por

$$\sigma(a, N),$$

o primeiro entôrno (principal) do ponto a que tem esta propriedade: para dois pontos quaisquer α, β do fecho do entôrno, $\pi(\alpha, \beta) \geq N$.

Todo espaço métrico é de estrutura esferoïdal (tomando-se para entôrno principal de ordem n , a esfera aberta de raio $1/n$).

Realmente, dado o número natural $N > 0$, consideremos duas esferas abertas secantes S, T , de centros a, b e raio $1/4N$; seja ρ um ponto da interseção ST . Se α e β são pontos de \overline{S} ou de \overline{T} , tem-se

$$(\alpha, \beta) \leq \frac{2}{4N} < \frac{1}{N};$$

se α pertence a \overline{S} e β a \overline{T} , tem-se

$$(\alpha, \beta) \leq (\alpha, a) + (a, \rho) + (\rho, b) + (b, \beta) < \frac{1}{N},$$

visto que (α, a) e (b, β) são no máximo iguais a $1/4N$ e (a, ρ) e (ρ, b) são inferiores a $1/4N$. Em qualquer hipótese, portanto, para pontos α e β de $\overline{S} + \overline{T}$ se tem $\pi(\alpha, \beta) \geq N$ (n.º 100).

¹ Isto é, tais que $E_\nu(a) \cap E_\nu(b) \neq \emptyset$

109. **Propriedades dos espaços de estrutura esférica** a) Se $N < N'$, $\sigma(a, N) \supset \sigma(a, N')$.
 Ponhamos

$$\sigma(a, N) = E_n(a), \quad \sigma(a, N') = E_{n'}(a).$$

Se não se verificasse a inclusão indicada, $E_n(a)$ seria um subconjunto verdadeiro de $E_{n'}(a)$, e, portanto, seria

$$n < n' \tag{1}$$

Por outro lado, para dois pontos α, β de $\bar{E}_n(a)$ tem-se, pela própria definição de $\sigma(a, N')$, $\pi(\alpha, \beta) \geq N'$, e, portanto,

$$\pi(\alpha, \beta) > N \tag{2}$$

De (1) e (2) se conclue que $E_n(a)$ não seria o primeiro entôrno principal de a para cujo fêcho se verifica a condição $\pi(\alpha, \beta) \geq N$.

b) *Seja qual for N , $\bar{\sigma}(a, N) \subset E_n(a)$.*

Porque, se $\alpha \in \sigma(a, N)$, tem-se $\pi(a, \alpha) \geq N$, donde $\alpha \in E_N(a)$.

De a) e b) resulta:

c) *Os esferóides sucessivos de centro a ,*

$$\sigma(a, 1), \quad \sigma(a, 2), \quad \dots, \quad \sigma(a, n), \quad \dots$$

formam uma seqüência evanescente de entornos do ponto a . (n.º 47, I).

d) *Dado o número natural $N > 0$, existe outro, n' , tal, que, seja qual for o ponto a do espaço, se tem, para $n > n'$,*

$$E_n(a) \subset \sigma(a, N), \tag{1}$$

$$\bar{E}_n(a) \subset E_{N'}(a) \tag{2}$$

Para todo n superior a um certo valor n' , tem-se (n.º 108), para dois pontos quaisquer α, β de $E_n(a)$, seja qual for o ponto a do espaço, $\pi(\alpha, \beta) \geq N$. Mas $\sigma(a, N)$ é, por definição, o primeiro $E_n(a)$ que tem essa propriedade, e, portanto, contém todo $E_n(a)$ de índice $n > n'$, o que prova (1). (2) resulta de (1) e de b).

e) *Dado o número natural $N > 0$, existe n' tal, que, seja qual for o ponto a do espaço, e seja qual for o ponto b de $E_{n'}(a)$, $n' > n'$, se tem*

$$\bar{E}_n(a) \subset E_N(b)$$

Em virtude de d), inclusão (1), existe n' tal, que, seja qual for o ponto a , se tem, para $n > n'$,

$$\bar{E}_n(a) \supset \sigma(a, N)$$

Sejam b um ponto fixo e β um ponto variável em $\bar{E}_n(a)$, $n > n'$. b e β pertencem a $\sigma(a, N)$, donde, sucessivamente,

$$\pi(b, \beta) \geq N,$$

$$\beta \in E_N(b),$$

$$\bar{E}_n(a) \supset E(b), \tag{c q p}$$

e) *Todo espaço de estrutura esférica é estritamente acessível.*

Sejam a, b pontos distintos de um espaço de estrutura esferoideal, e $\pi(a, b) = n_1$. Consideremos um número natural $n_2 > n_1$. Seja ν o módulo de proximidade n_2 (n.º 108). Os entornos $E_\nu(a)$, $E_\nu(b)$ não têm pontos comuns, pois, do contrário, se teria $\pi(a, b) \geq n_2 > n_1$, contra a hipótese $\pi(a, b) = n_1$.

g) Todo espaço de estrutura esferoideal é uniformemente acessível.

Seja E um entorno dado do ponto a . Consideremos um segundo entorno

$$E_k(a) \subset E \tag{1}$$

Seja n' o módulo de proximidade k . Consideremos um número natural m superior a n' e a k , de sorte que

$$E_m(a) \subset E_k(a)$$

Seja α um ponto qualquer de $E_m(a)$. Consideremos um número natural $\nu > n'$. Trata-se de demonstrar (n.º 99) que $E_\nu(\alpha) \subset E$. Para isso, tendo em vista (1), basta mostrar que $E_\nu(\alpha) \subset E_k(a)$. Seja β um ponto qualquer de $E_\nu(\alpha)$. Das condições

$$\begin{aligned} m > n, \quad \nu > n'; \\ a \in E_m(a), \quad \beta \in E_\nu(\alpha); \\ \alpha \in E_m(a) \quad E_m(a) E_\nu(\alpha) \neq \emptyset, \end{aligned}$$

resulta que $\pi(a, \beta) \geq k$, donde $\beta \in E_k(a)$, c. q. d.

h) Num espaço de estrutura esferoideal, todo conjunto fechado é o produto de uma infinidade numerável de superconjuntos abertos; todo conjunto aberto é a reunião de uma infinidade numerável de conjuntos fechados (V. n.º 67, IV).

Seja C fechado. Consideremos a reunião A_n dos esferóides de ordem n centrados nos pontos de C . A_n é um conjunto aberto (que contém C).

Vamos mostrar que

$$C = \bigcap A_n \quad (n = 1, 2, \dots)$$

Basta demonstrar a inclusão do segundo no primeiro membro (a inclusão oposta é evidente). Sejam a ponto de πA_n , E um entorno de a , $E_\nu(a) \subset E$ um segundo entorno de a . O ponto a , por pertencer a A_n , pertence ao esferóide $\sigma(b, \nu)$ de algum ponto b de C . Tem-se $\pi(a, b) \geq \nu$, donde $b \in E_\nu(a) \subset E$. Logo, algum ponto b de C pertence a E , donde se conclue que $a \in C = C$.

A segunda parte do teorema recai na primeira pelo princípio de duabilidade (V. n.º 67, IV).

110. Sucessões *a) Num espaço de estrutura esferoideal, a condição $a_n \rightarrow a$ é equivalente a $\pi(a, a_n) \rightarrow \infty$.*

Seja $a_n \rightarrow a$. Dado o número natural N , existe n' tal, que, para $n > n'$, $a_n \in \sigma(a, N)$, e, portanto, $\pi(a, a_n) \geq N$; logo, $\pi(a, a_n) \rightarrow \infty$.

Seja $\pi(a, a_n) \rightarrow \infty$. Dado um entorno E de a , seja $E_\nu(a) \subset E$. Para n bastante grande, $\pi(a, a_n) \geq \nu$, donde, $a_n \in E_\nu(a) \subset E$, isto é, $a_n \in E$.

Como corolário:

Num espaço métrico, a condição $a_n \subset a$ é equivalente a $(a, a_n) \rightarrow 0$. (V. n.º 100).

b) Num espaço de estrutura esferoidal, duas sucessões contíguas a uma terceira são contíguas.

Sejam $\{b_n\}$ e $\{c_n\}$ contíguas a $\{a_n\}$. Dado o número natural $N > 0$, existe n' tal, que, para $n > n'$, (teorema d).

$$E_n(a) \supset \sigma(a, N). \quad (1)$$

seja qual for o ponto a do espaço. Consideremos o número natural $v > n'$. Em virtude da contiguidade suposta, existe n'' tal, que, para $n > n''$,

$$\forall (a_n, b_n) \geq v, \quad \pi(a_n, c_n) \geq v,$$

portanto, para $n > n''$,

$$b_n \in \sigma(a_n, N) \quad c_n \in \sigma(a_n, N),$$

e, como $v > n'$, tem-se ainda, em virtude de (1), para $n > n''$,

$$b_n \in E_v(a_n, N), \quad c_n \in E_v(a_n);$$

donde, pela própria definição de um esferóide de ordem N ,

$$\pi(b_n, c_n) \geq N, \quad (n > n'').$$

o que exprime serem contíguas $\{b_n\}$ e $\{c_n\}$, c. q. d.

c) Num espaço de estrutura esferoidal, toda sucessão contígua a uma sucessão convergente - C, é convergente - C.

Seja $\{b_n\}$ contígua a $\{a_n\}$, sendo esta convergente - C. Consideremos duas subsucessões $\{\beta_n\}$, $\{\beta'_n\}$ de $\{b_n\}$ e sejam $\{\alpha_n\}$, $\{\alpha'_n\}$ suas homólogas em $\{a_n\}$. $\{\beta_n\}$ e $\{\alpha_n\}$ são, pois, contíguas. $\{\alpha_n\}$ e $\{a_n\}$ também o são, em virtude da convergência - C de $\{a_n\}$. Portanto, teorema a), $\{\beta_n\}$ e $\{\alpha_n\}$ são contíguas. Do mesmo modo se demonstra que o são $\{\beta'_n\}$ e $\{\alpha_n\}$ do que resulta, em virtude do mesmo teorema, a contiguidade de $\{\beta_n\}$ e $\{\beta'_n\}$.

Os dois últimos teoremas, no caso de um espaço métrico, podem enunciar-se:

Num espaço métrico, duas sucessões infinitamente vizinhas de uma terceira são infinitamente vizinhas; toda sucessão infinitamente vizinha de uma sucessão de CAUCHY (n.º 107) é uma sucessão de CAUCHY.

d) Num espaço de estrutura esferoidal, toda sucessão convergente é convergente - C.

Seja a limite de a_n . Dado o número natural $N > 0$, existe n' tal, que, para $n > n'$,

$$a_n \in \sigma(a, N)$$

(visto que $\sigma(a, N)$ é um entôrno de a). Mas, então, se p, q são números naturais superiores a n' , será

$$\pi(a_p, a_q) \geq N \quad \text{c. q. d.}$$

Lembrando que os espaços de estrutura esferoideal são uniformemente acessíveis (n.º 109, g), vê-se, pelo teorema anterior e pelo teorema b) do n.º 106, que

e) Num espaço de estrutura esferoideal, para que uma sucessão de suporte compacto seja convergente, é necessário e suficiente que seja convergente - C.

Na linguagem métrica êste teorema se enunciará:

Num espaço métrico, para que uma sucessão de suporte compacto seja convergente, é necessário e suficiente que satisfaça o critério de Convergência de CAUCHY.

111. Ligação; união *a) Num espaço de estrutura esferoideal, se A e B são conjuntos desligados, é possível determinar um entôrno de A e um entôrno de B que não tenham nenhum ponto comum.*

Sendo A e B desligados (n.º 70), a cada ponto a de A corresponde um primeiro entôrno principal $E_M(a)$ que não contém nenhum ponto de B . Seja μ o módulo da proximidade M e consideremos, para cada ponto a de A , o respectivo entôrno $E_\mu(a)$ (o valor de μ variará, em geral, de um ponto a para outro). A reunião dos entôrnos $E_\mu(a)$ dos diversos pontos de A ,

$$(A) = \Sigma E_\mu(a),$$

é um entôrno do conjunto A . Analogamente, para cada ponto b de B podemos determinar um entôrno $E_N(b)$, que não contém nenhum ponto de A , e, designando por ν o módulo de proximidade N , consideremos a reunião

$$(B) = \Sigma E_\nu(b),$$

estendida a todos os pontos b de B ; (B) é um entôrno de B . Vamos mostrar que $(A) \cdot (B) = 0$. Suponhamos, por absurdo, que (A) e (B) tenham um ponto p comum. p pertencerá a um $E_\mu(a')$ e a um $E_\nu(b')$, sendo $a' \in A$, $b' \in B$. A a' corresponde um $E_M(a')$ que não intercepta B , a b' um entôrno $E_N(b')$ que não intercepta A ; μ e ν são, respectivamente, os módulos de proximidade M e de proximidade N . Seja, para fixar as idéias, $\nu \geq \mu$. Para dois pontos quaisquer α, β de $E_\mu(a') + E_\nu(b')$ teremos $\eta(\alpha, \beta) \geq M$; em particular $\eta(a', b') \geq M$, donde

$$b' \in E_M(a'),$$

o que é contra a hipótese $E_M(a') \cdot B = 0$, c. q. d.

b) Se a e b são pontos distintos de um espaço de estrutura esferoideal, dado um entôrno $E(a)$ de a , cujo fêcho não contenha b , existe um entôrno $E(b)$ de b tal, que $\bar{E}(a) \cdot \bar{E}(b) = 0$.

(b) e $\bar{E}(a)$ são desligados; em virtude do teorema precedente existe um entôrno $E_N(b)$ que não intercepta $\bar{E}(a)$. Ora, podemos determinar (n.º 109, d) um segundo entôrno $E_v(b)$, tal, que $E_v(b) \subset E_N(b)$. Portanto,

$$\bar{E}_v(b) \cap \bar{E}(a) = 0, \quad \text{c q d}$$

c) Chamaremos *proximidade de dois conjuntos* A, B (num espaço regularmente acessível) ao extremo superior das proximidades $\eta(a, b)$, sendo a um ponto de A e b um ponto de B . Num espaço métrico entendese por *distância de dois conjuntos* A, B o extremo inferior das distâncias $\eta(a, b)$, sendo a ponto de A e b ponto de B . Tomando-se para entôrno de ordem n a esfera (aberta) de raio $1/n$, verifica-se a equivalência das seguintes relações entre a proximidade $\eta(A, B)$ e a distância $\delta(A, B)$ de dois conjuntos A, B (V. relações análogas no n.º 100):

$$\begin{aligned} \pi(A, B) = n > 0 & \quad e \quad \frac{1}{n+1} \geq \sigma(A, B) < \frac{1}{n} \\ \pi(A, B) \geq n > 0 & \quad e \quad \sigma(A, B) < \frac{1}{n} \\ \pi(A, B) = \infty & \quad e \quad \sigma(A, B) = 0, \\ \pi(A, B) = 0 & \quad e \quad \sigma(A, B) \geq 1 \end{aligned}$$

Diremos que dois conjuntos A, B (de um espaço regularmente acessível) são *contíguos* se $\eta(A, B) = \infty$. Num espaço métrico, a contiguidade de A e B pode-se exprimir pela condição $\delta(A, B) = 0$.

Definem-se a proximidade, a distância e a contiguidade entre um conjunto A e um ponto p , substituindo o ponto p pelo conjunto unitário (p).

Num espaço de estrutura esferoidal, para que os conjuntos A e B sejam contíguos, é suficiente que se tenha

$$AB' + BA' \neq 0$$

Suponhamos, por exemplo, que o ponto a de A seja ponto de acumulação de B . Dado N , o esferóide $\sigma(a, N)$ conterá um ponto b de B ; será $\eta(a, b) \geq N$, e, por conseguinte, $\eta(A, B) = \infty$, c. q. d.

d) *Num espaço de estrutura esferoidal, dois conjuntos ligados ou unidos entre si são contíguos.*

Se $AB' + BA' \neq 0$, os conjuntos A e B são contíguos; suponhamos, então, que $AB' + BA' = 0$. Se A e B forem ligados, terão, nessa hipótese, um ponto comum, e, portanto, será $\eta(A, B) = \infty$. Se A e B forem unidos entre si, terão na mesma hipótese, um ponto p de acumulação comum. Dado N , o esferóide $\sigma(p, N)$ conterá um ponto a de A e um ponto b de B ; para êsses dois pontos será $\eta(a, b) \geq N$, e, portanto, sendo N arbitrário, $\eta(A, B) = \infty$.

112. Conexidade; conjuntos bem-concatenados Num espaço regularmente acessível, chamaremos *cadeia de ordem N* , sendo N um número natural, a tóda sucessão finita de pontos tais, que a proximidade de dois pontos consecutivos seja $\geq N$. Em vez de dizer que os pontos a e b são os pontos extremos (ou as extremidades) de uma cadeia de ordem N , exprime-se o mesmo fato dizendo que a e b são *ligados por uma cadeia de ordem N* .

Num espaço métrico, cadeia de ordem ϵ , sendo ϵ um número positivo, é toda sucessão finita de pontos tais, que a distância de dois pontos consecutivos seja $< \epsilon$.

Um conjunto, num espaço regularmente acessível, diz-se *bem-concatenado entre dois de seus pontos, a e b* , se, qualquer que seja o número natural N , é possível ligar esses dois pontos por uma cadeia de ordem $\geq N$, formada só de pontos do conjunto. Um conjunto diz-se *bem-concatenado*, se for unitário, ou se, não sendo unitário, for bem-concatenado entre dois quaisquer de seus pontos.

Num espaço métrico, um conjunto bem-concatenado entre dois de seus pontos pode ser definido pela condição de ser possível ligar esses pontos por uma cadeia de ordem $< \epsilon$, qualquer que seja dado ϵ , sendo a cadeia formada de pontos do conjunto.

a) *Dois subconjuntos complementares de um conjunto bem-concatenado são contíguos.*

Sejam A e B subconjuntos complementares do conjunto bem-concatenado C . Consideremos um ponto a de A , um ponto b de B , e, dado o número natural N , liguemos a e b por uma cadeia de ordem N , formada de pontos de C . Haverá, nessa cadeia, dois pontos consecutivos α, β , dos quais $\alpha \in A$ e $\beta \in B$. Como $\eta(\alpha, \beta) \geq N$, será $\eta(A, B) = \infty$, c. q. d.

b) *Todo conjunto, não unitário, bem-concatenado é denso em si mesmo.*

Sejam a um ponto do conjunto não unitário e bem-concatenado, C , e E um entôrno de a . Consideremos um outro ponto b de C ; ponhamos $\eta(a, b) = \nu$. Podemos determinar um segundo entôrno de a , $E_N(a) \subset E$, $N > \nu$. Liguemos a e b por uma cadeia de ordem N , de pontos de C . Como $\eta(a, b) = \nu < N$, essa cadeia contém pelo menos um ponto intermediário entre a e b . Seja, então, p o segundo ponto da cadeia a partir da extremidade a . Temos $\eta(a, p) \geq N$, donde $p \in E_N(a)$, e, portanto, $p \in E$. Assim, E contém um ponto $p \neq a$ de C , e $a \in C'$, c. q. d.

c) *Num espaço de estrutura esferoidal, todo conjunto conexo ou unido é bem-concatenado.*

Suponhamos que o conjunto C não seja bem-concatenado. Vamos mostrar (suposto o espaço de estrutura esferoidal) que C não é conexo nem unido. Existem, por hipótese, dois pontos a, b de C e um número natural $\nu > 0$, tais, que toda cadeia de ligação entre a e b , formada de pontos de C , contém pelo menos um par de pontos consecutivos, cuja proximidade é inferior a ν . Consideremos, então, o subconjunto A de C constituído pelo ponto a e pelos pontos de C , se os houver, que possam ser ligados a a por uma cadeia de ordem ν ; o complementar B de A não é vazio, porque deve conter o ponto b . Sejam α um ponto qualquer de A , β um ponto qualquer de B ; tem-se $\eta(\alpha, \beta) < \nu$; pois, do contrário, seria possível ligar β a a por uma cadeia de ordem ν . Segue-se que $\eta(A, B) < \nu$, isto é, que A e B não são contíguos, e, portanto, não são ligados nem unidos entre si, visto que o espaço é de estrutura esferoidal (n.º 111, c). Assim, C admite uma disjunção $A + B$, cujas componentes não são ligadas, nem unidas entre si. Logo, C não é conexo, nem unido.

d) *Num espaço uniformemente acessível, todo conjunto, não unitário, bem-concatenado e compacto é unido. Todo conjunto bem-con-*

catenado, compacto e fechado é conexo. (A demonstração baseia-se no axioma de ZERMELO)

Seja C um conjunto não unitário, bem concatenado e compacto. Considerando uma disjunção $C = A + B$. Sejam a um ponto de A e b um ponto de B . A cada número natural $n > 0$ corresponde, em virtude de ser C bem-concatenado, um conjunto de cadeias de ordem n tendo para extremidades a e b . Podemos, então, segundo o axioma de ZERMELO, definir uma sucessão de cadeias $c_1, c_2, \dots, c_n, \dots$, respectivamente de ordens $1, 2, \dots, n, \dots$ tendo para extremidades os pontos a e b . Como $a \in A$ e $b \in B$, e $AB = \emptyset$, existe em cada cadeia c_n um par de pontos consecutivos, p_n, q_n , tais, que $p_n \in A$ e $q_n \in B$, sendo, ao mesmo tempo, $\eta(p_n, q_n) \geq n$. Definem-se, assim, duas sucessões contíguas, $\{p_n\}$ e $\{q_n\}$, contidas respectivamente em A e em B , cujos conjuntos-limite não são vazios (visto que A e B são, por hipótese, compactos (n.º 94)) e coincidem (visto que acessível (n.º 101)). Seja, então, λ um ponto-limite comum a $\{p_n\}$ e a $\{q_n\}$. Se $\lambda \in A$, não poderá ser ponto de repercussão de B (porque $AB = \emptyset$), e, portanto, será ponto de acumulação do suporte de $\{q_n\}$ (n.º 94), e, como tal, pertencerá a B' . Do mesmo modo, se $\lambda \in B$, será ponto de A' . Finalmente, se λ não pertencer nem a A , nem a B será finito tanto de A' como de B' . Conclui-se (n.º 72) que A e B são unidos entre si, e que, por conseguinte, C é um conjunto unido. Para demonstrar a segunda parte do enunciado, basta lembrar (n.º 74) que todo conjunto unido e fechado é conexo

Dos dois teoremas precedentes resulta

e) Num espaço de estrutura esferoidal, ser bem-concatenado é condição necessária e suficiente para que

a) um conjunto não unitário e compacto seja unido;

β) um conjunto compacto e fechado seja conexo

f) Num espaço de estrutura esferoidal:

a) Todo contínuo é bem-concatenado.

(Porque é um conjunto unido, n.º 76)

β) Para que um conjunto (não unitário) seja um contínuo é suficiente que seja bem-concatenado, fechado e compacto.

(Porque, sendo não-unitário, compacto e bem-concatenado, é unido, em virtude de e), e, sendo unido e fechado é, por definição, um contínuo)

113. Conjuntos completos Diremos que um conjunto de pontos de um espaço regularmente acessível é *completo*, se é vazio, ou se toda sucessão convergente - C formada com pontos do conjunto é convergente. Num espaço métrico, um conjunto não vazio completo pode ser definido pela condição de ser convergente toda sucessão, formada com pontos do conjunto, e que satisfaça o critério de convergência de CAUCHY.

a) Todo conjunto finito é completo.

b) Todo subconjunto de um conjunto completo é completo.

Estas duas proposições são consequências imediatas da definição.

c) *Num espaço uniformemente acessível, todo conjunto compacto é completo.*

Porque, num tal espaço, toda sucessão convergente - C de suporte compacto é convergente (n.º 106, b).

d) *Num espaço uniformemente acessível, um conjunto C será completo, se todo subconjunto limitado de C for compacto.*

Seja $\{a_n\}$ uma sucessão convergente - C , cujos termos são pontos de C . O suporte de $\{a_n\}$ é limitado (n.º 105, b), e, portanto, por hipótese, compacto. Logo, $\{a_n\}$ é convergente (n.º 106, b).

e) *Num espaço uniformemente acessível, a reunião de um número finito de conjuntos completos é um conjunto completo.*

Seja $\{a_n\}$ uma sucessão convergente - C , cujos termos são pontos da reunião de um número finito de conjuntos completos. Um, pelo menos, desses conjuntos, seja C , contém uma subsucessão $\{a'_n\}$ de $\{a_n\}$. Como C é completo, $\{a'_n\}$ é convergente. Também o será, portanto, $\{a_n\}$ (n.º 106, c).

f) *Num espaço de estrutura esferoidal, o derivado e o fêcho de um conjunto completo são conjuntos completos. (A demonstração baseia-se no axioma de ZERMELO.)*

Seja $\{a_n\}$ uma sucessão convergente - C , contida no derivado C' do conjunto completo C . O esferóide $\sigma(a_n, n)$, $n = 1, 2, \dots$, contém pontos de C . Em virtude do princípio da escolha (n.º 35), existe uma sucessão de pontos de C , tais, que $b_n \in \sigma(a_n, n)$, de sorte que $\{b_n\} \cap (a_n, b_n) \neq \emptyset$, e, portanto, $\{a_n\}$ e $\{b_n\}$ são sucessões contíguas. Segue-se que $\{b_n\}$ é, como sua contígua $\{a_n\}$, uma sucessão convergente - C (n.º 110, c) e, por ser C completo, $\{b_n\}$ terá um limite b . Mas, então, $\{a_n\}$ também tem para limite b (n.º 101), e, por consequência, C' é completo. O fêcho \bar{C} também o será, como reunião de dois conjuntos completos num espaço uniformemente acessível.

114. Sequências evanescentes de conjuntos

Num espaço regularmente acessível, daremos o nome de *sequência evanescente de conjuntos* à toda sucessão

C_n de conjuntos, que satisfaça as duas seguintes condições:

1.º os fêchos de dois conjuntos quaisquer da sucessão tem pelo menos um ponto comum;

2.º a cada C_n corresponde um ponto a_n de \bar{C}_n com a seguinte propriedade: dado o número natural $\nu > 0$, existe n' tal, que, para $n > n'$, $C_n \subset \bar{E}_\nu(a_n)$.

O ponto a_n se dirá *centro* de C_n .

Se $\{C_n\}$ é evanescente também o será $\{\bar{C}_n\}$, e reciprocamente.

a) Num espaço de estrutura esferoidal, se $\{C_n\}$ é uma seqüência evanescente e a_n é o centro de C_n , dado o número natural $\nu > 0$, existe n' tal, que, para $n > n'$, $\overline{C}_n \subset \sigma(a_n, \nu)$, e, portanto (n.º 109, b), $\overline{C}_n \subset E_\nu(a_n)$.

Realmente, existe (n.º 109, d) n_1 tal, que, seja qual for o ponto a do espaço, $E_n(a) \subset \sigma(a, \nu)$, desde que seja $n > n_1$. Seja, então, m um número natural $> n_1$, de sorte que $E_m(a) \subset \sigma(a, \nu)$. Pela própria definição de uma seqüência evanescente, existe n' tal, que, para $n > n'$, $\overline{C}_n \subset E_m(a_n)$. Segue-se que, para $n > n'$, se terá $\overline{C}_n \subset \sigma(a_n, \nu)$ c. q. d.

b) Dada uma seqüência $\{C_n\}$ evanescente num espaço de estrutura esferoidal, toda sucessão $\{\alpha_n\}$, em que α_n é um ponto de C_n , é convergente - C.

Seja dado o número natural $N > 0$, e seja ν o módulo de proximidade N . Em virtude do teorema precedente, existe um número natural n' tal, que, para $n > n'$, $C_n \subset E_\nu(a_n)$. Sejam, então, p, q números naturais quaisquer superiores a n' ; tem-se

$$C_p \subset E_\nu(a_p).$$

$$\overline{C}_q \subset E_\nu(a_q)$$

Os conjuntos $E_\nu(a_p)$, $E_\nu(a_q)$ tem pontos comuns (porque os tem seus subconjuntos C_p, C_q), e contem os pontos α_p, α_q da sucessão considerada. Segue-se que, sendo p, q superiores a n' , será $\eta(\alpha_p, \alpha_q) \geq N$, c. q. d.

c) Se $\{C_n\}$ é evanescente num espaço de estrutura esferoidal, e se α_n e β_n são pontos de C_n , as sucessões $\{\alpha_n\}$ e $\{\beta_n\}$ serão contíguas. A convergência de $\{\alpha_n\}$ implica a de $\{\beta_n\}$ para o mesmo limite.

Pelo teorema a), dado o número natural $N > 0$, existe n' tal, que, para $n > n'$, α_n e β_n serão pontos de $\sigma(a_n, N)$, e, portanto, $\eta(\alpha_n, \beta_n) \geq N$, c. q. d.

Diremos que λ é um ponto-limite da seqüência evanescente $\{C_n\}$, se, dado um entôrno E de λ , existir n' tal, que, para $n > n'$, $C_n \subset E$.

É claro que

d) Num espaço estritamente acessível (e, em particular, num espaço de estrutura esferoidal) uma seqüência evanescente só pode ter um ponto-limite.

e) Em qualquer espaço (regularmente acessível), se λ é ponto-limite de $\{\overline{C}_n\}$, também o será de $\{C_n\}$. Num espaço de estrutura esferoidal também se verifica a recíproca.

A primeira parte do enunciado é evidente. Seja, então, λ o ponto-limite de C_n num espaço de estrutura esferoidal. Dado um entôrno E de λ , tomemos um entôrno principal $E_\nu(\lambda) \subset E$. Existe (n.º 109, d) um entôrno $E_k(\lambda)$ tal, que $\overline{E}_k(\lambda) \subset E_\nu(\lambda)$. Por hipótese, para n bastante grande, $C_n \subset E_k(\lambda)$, donde $\overline{C}_n \subset E_\nu(\lambda)$. Portanto, para n suficientemente grande $\overline{C}_n \subset E$, c. q. d.

f) Em qualquer espaço (regularmente acessível), se λ é ponto-limite de $\{C_n\}$, toda sucessão $\{\alpha_n\}$, $\alpha_n \in C_n$, tem para limite λ . Se o espaço é de estrutura esferoidal, toda sucessão $\{\alpha_n\}$, $\alpha_n \in C_n$, também tem para limite λ .

A primeira parte do enunciado é evidente; a segunda resulta de que, num espaço de estrutura esferoideal, se λ é ponto-limite de $\{C_n\}$, também o é de $\{\bar{C}_n\}$, (teorema e). Reciprocamente,

g) *Seja $\{C_n\}$ evanescente num espaço de estrutura esferoideal, e seja $a_n \in \bar{C}_n$. Se $a_n \rightarrow \lambda$, λ será ponto-limite de $\{C_n\}$ e de $\{\bar{C}_n\}$.*

Seja E um entôrno de λ . Em virtude da uniforme acessibilidade do espaço, existem um entôrno $E' \subset E$ de λ e um número natural m , tais, que, para $a_n \in E'$, se tem $E_m(a_n) \subset E$. A sucessão $\{a_n\}$ dos centros de $\{C_n\}$ converge para λ , contiguamente a $\{a_n\}$, e, portanto, a partir de um certo índice n' , se terá $a_n \in E'$, e, consequentemente, $E_m(a_n) \subset E$, ($n \geq n'$). Por outro lado, existe n'' tal, que, sendo $n \geq n''$, será $\bar{C}_n \subset E_m(a_n)$, (n.º 114, a). Segue-se que, designando-se por N o maior dos dois índices n', n'' , a condição $n > N$ acarretará $\bar{C}_n \subset E$, c. q. d.

h) *Num espaço de estrutura esferoideal, se λ é o ponto-limite de uma sequência evanescente $\{C_n\}$, ter-se-á*

$$\pi \bar{C}_n = (\lambda),$$

Dado um entôrno E de λ , existe um número natural N tal, que todos os conjuntos $\bar{C}_{N+1}, \bar{C}_{N+2}, \dots$ estão contidos em E , visto que, sendo $\{C_n\}$ evanescente, também o será $\{\bar{C}_n\}$. Como (em virtude da condição 1.ª de evanescência) $\bar{C}_1, \bar{C}_2, \dots, \bar{C}_N$ teem pontos comuns com \bar{C}_{N+1} , conclue-se que E contém algum ponto de \bar{C}_n , seja qual for n , e, portanto, seja qual for n , $\lambda \in \bar{C}_n$, donde $\lambda \in \pi \bar{C}_n$. Para mostrar que λ é o único ponto de $\pi \bar{C}_n$, seja $\lambda_1 \neq \lambda$ e seja E um entôrno de λ que não contenha λ_1 . Para n bastante grande $\bar{C}_n \subset E$, e, portanto, λ_1 não pertence a \bar{C}_n .

Reciprocamente

i) *Se $\{C_n\}$ é evanescente num espaço de estrutura esferoideal, e se $\pi \bar{C}_n \neq 0$, $\pi \bar{C}_n$ se reduzirá a um ponto, λ , e este ponto será o ponto-limite de $\{C_n\}$, e de $\{\bar{C}_n\}$.*

Seja λ um ponto de $\pi \bar{C}_n$, suposto não vazio. Dado um entôrno E de λ , tomemos um segundo entôrno $E_N(\lambda) \subset E$. Existe um n' tal, que, para $n > n'$, se tem $\bar{C}_n \cap E_N(\lambda) \neq \emptyset$, sendo a_n o centro de C_n (teorema a). Segue-se que, se p é um ponto qualquer de C_n ($n > n'$), tem-se, visto que λ também é ponto de C_n : $\eta(\lambda p) \geq N$, e, portanto, $p \in E_N(\lambda)$. Assim, se $n > n'$, $\bar{C}_n \subset E_N(\lambda) \subset E$, o que prova ser λ ponto-limite de $\{C_n\}$, e, por isso mesmo, também de $\{\bar{C}_n\}$. Fica ao mesmo tempo provado que $\pi \bar{C}_n$ não pode ter mais de um ponto, [o que também resulta, diretamente, de que, em virtude do teorema (a), o grau de proximidade de dois pontos quaisquer de \bar{C}_n excede qualquer valor prefixado, desde que n seja bastante grande, e, portanto, dois pontos distintos não podem pertencer a C_n qualquer que seja n].

j) *Se C_n é evanescente num espaço de estrutura esferoideal e a_n é o centro de C_n , dado o número natural $v > 0$, existe N tal, que, para $n \geq N$, $\bar{C}_n \subset E_v(a_n)$.*

Existe (n.º 108) v_1 tal, que, sendo α, β pontos de $\bar{E}_{v_1}(x)$, tem-se, qualquer que seja x , $\pi(\alpha, \beta) \geq v$. Existe também (n.º 114, a) n' tal, que

$$\bar{C}_n \subset E_{v_1}(a_n), \text{ para } n > n' \quad (1)$$

Finalmente, como $\{a_n\}$ é uma sucessão convergente - C, pode-se determinar $N > n'$, tal, que, para $n \geq N$, se tenha $\pi(a_N, a_n) \geq v_1$, e, por conseguinte,

$$a_n \in E_{v_1}(a_N), \text{ para } n \geq N > n' \quad (2)$$

De (1) e (2) se conclue que, seja qual for o ponto p de \bar{C}_n ($n \geq N$), será $\pi(a_N, p) \geq v$, donde, $p \in E_v(a_N)$. Assim, se $n \geq N$, verifica-se a inclusão $\bar{C}_n \subset E_v(a_N)$, c. q. d.

k) Se $\{C_n\}$ é evanescente num espaço de estrutura esferoidal, a reunião de todos os \bar{C}_n , a partir de um certo índice, é um conjunto limitado.

Consequência imediata do teorema precedente. Como corolário:

Se cada C_n de uma sucessão $\{C_n\}$, evanescente num espaço de estrutura esferoidal, é limitado, a reunião de todos os C_n é um conjunto limitado.

Em particular,

Se $\{\sigma_n\}$ é uma sequência evanescente de esferóides, a reunião de todos os σ_n é um conjunto limitado.

115. Conjuntos cantorianos Num espaço regularmente acessível, diremos que um conjunto C é cantoriano, se é nulo, ou se, para toda sequência evanescente (n.º 114),

$$E_{v_1}(a_1), E_{v_2}(a_2), \dots, E_{v_n}(a_n), \quad (1)$$

formada de entornos principais de pontos a_n , distintos ou não, de C , existir um ponto ω , e um só, tal, que

$$\pi E_{v_n}(a_n) = (\omega); \quad (2)$$

se denominará *ponto de CANTOR* da sequência.

Num espaço de estrutura esferoidal, um conjunto cantoriano pode ser definido pela condição de que toda sequência evanescente (1) tenha um ponto-limite ω , porque, num tal espaço, em virtude dos teoremas h) e i) do n.º 114, a igualdade (2) significa que ω é o ponto-limite de (1).

a) Num espaço de estrutura esferoidal, há equivalência entre os conceitos de conjunto cantoriano e de conjunto completo.

Seja $C \neq 0$ um conjunto completo, e seja $\{E(a_n)\}$ uma sequência evanescente de entornos principais de pontos a_n de C . $\{a_n\}$ é uma supleto. Logo (n.º 114, g), $\{E(a_n)\}$ tem um ponto-limite, e, por consequência convergente - (n.º 114, b), que tem um limite, visto ser C conguente, C é cantoriano.

Seja $C \neq 0$ cantoriano, e seja $\{a_n\}$ uma sucessão convergente - C, cujos termos são pontos de C . Sejam $n(1)$ o menor número natural para o qual

$$n > n(1) \rightarrow \pi(a_{n(1)}, a_n) \geq 1, \quad (2)$$

$n(2)$ o menor número natural, superior a $n(1)$, para o qual

$$n > n(2) \rightarrow \pi(a_{n(2)}, a_n) \geq 2,$$

e assim sucessivamente: tendo obtido, por essa norma, o número $n(v)$, ficará determinado o número $n(v+1)$. Define-se assim uma sucessão (infinita) crescente de números naturais, $n(1), n(2), \dots, n(v), \dots$ tendo a seguinte propriedade:

$$n > n(v) \rightarrow \pi(a_{n(v)}, a_n) \geq v \quad (1)$$

Consideremos os entornos

$$E_1(a_{n(1)}), \quad E_v(a_{n(v)}), \quad (2)$$

Se $\mu > v$ tem-se $n(\mu) > n(v)$, e, portanto, em virtude de (1),

$$\pi(a_{n(v)}, a_{n(\mu)}) \geq v,$$

donde

$$a_{n(\mu)} \in E_v(a_{n(v)}), \quad (\mu > v)$$

Assim, cada entôrno da sucessão (2) contém os centros de todos os entornos seguintes. Resulta que (2) é uma sequência evanescente de entornos de pontos de C . Como C é cantoriano, essa sequência tem um ponto-limite ω ,³ que será limite da subsucessão

$$a_{n(1)}, \quad a_{n(2)}, \quad \dots, \quad a_{n(v)}, \quad \dots$$

da sucessão dada $\{a_n\}$. Ora, esta é, por hipótese, uma sucessão convergente - C . Portanto (n.º 106, c), $\{a_n\}$ tem para limite ω , c. q. d.

Dêste teorema resulta que as propriedades dos conjuntos completos (n.º 113) são extensivos, num espaço de estrutura esferoidal, aos conjuntos cantorianos. Assim, podemos enunciar:

b) Num espaço de estrutura esferoidal:

- 1.º *Todo conjunto finito é cantoriano.*
- 2.º *Todo subconjunto de um conjunto cantoriano é cantoriano.*
- 3.º *Todo conjunto compacto é cantoriano.*
- 4.º *Um conjunto C é cantoriano, se todo o subconjunto limitado de C é compacto*
- 5.º *A reunião de um número finito de conjuntos cantorianos é um conjunto cantoriano.*
- 6.º *O derivado e o fêcho de um conjunto cantoriano são conjuntos cantorianos. (A demonstração baseia-se no axioma de ZERMELO.)*

² Por $A \rightarrow B$ representa-se a proposição "A implica B"

³ V n.º 114, i

OBSERVAÇÃO. Em virtude do teorema de BOLZANO-WEIERSTRASS, todo conjunto limitado de números reais é compacto. Segue-se que o espaço dos números reais é cantoriano. Uma sucessão de intervalos fechados $[a_n, b_n]$, tais, que cada intervalo contenha o seguinte e que a distância $b_n - a_n$ tenha para limite zero, é uma sequência evanescente. Existe, portanto, um ponto ω , e um só, que pertence a todos os intervalos $[a_n, b_n]$. Esse ponto ω é, ao mesmo tempo (n.º 114, f), o limite de toda sucessão $\{a_n\}$, sendo a_n ponto do intervalo $[a_n, b_n]$. Em particular, ω é o limite comum das sucessões contíguas $\{a_n\}$ e $\{b_n\}$. Vê-se, assim, que a noção de sequência evanescente de entornos de pontos de um espaço generaliza, para os espaços de estrutura esferoidal, a noção clássica de pares de sucessões contíguas de números reais. Assim também se justifica termos ligado o nome de CANTOR à propriedade que pode ter um espaço regularmente acessível de fornecer um ponto-limite a toda sequência evanescente de entornos de seus pontos.

M A TEIXEIRA DE FREITAS

(Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

O CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA NO "BATISMO CULTURAL" DE GOIÂNIA *

E IS-NOS chegados ao termo dos nossos trabalhos na histórica reunião em que coube ao Instituto constituir-se um dos paraninfos desta formosa metrópole no ato simbólico pelo qual, pela vez primeira, a nova "urbs" se fez banhar das águas lustrais da cultura, assumindo, do mesmo passo, a plenitude das responsabilidades políticas a que a destinaram os propósitos da sua construção.

De longe viemos Peregrinos de um ideal, guiados pela estrêla dos destinos de uma Pátria Maravilhosa, e inspirados pela visão deslumbrante da sua grandeza futura, até aqui chegamos, a mais de mil quilômetros da orla atlântica Partidos do grande empório "à beira mar plantado", de onde irradiam excêntrica e desigualmente as grandes forças culturais, econômicas e políticas que propelem o desenvolvimento histórico da Nação, aqui, no "Coração do Brasil", levantamos nossa tenda de trabalho, onde forjamos um monumento "oere perennius" Monumento que perpetuará a lembrança do batismo cultural e da maioridade política desta cidade magnífica, e registrará indelevelmente "ad perpetuum rei memoriam", a vocação mais alta do nosso Instituto. A de indicar ao país, à luz dos números que exprimam verazmente a realidade brasileira, o norte exato e o rumo seguro da sua marcha triunfal e pacífica, na conquista de uma civilização que se baseie na justiça e no trabalho, e se inspire no mais alto espírito de amizade e respeito para com todos os povos, mas também, e acima de tudo, de confraternização e estreita vinculação em face das pátrias livres do livre hemisfério das Américas

Bela, muito bela, esta "entrada" do ideal de um Brasil renovado até o âmago do nosso espaço geográfico. Linda "bandeira" a que nos congregou, caravaneiros do ideal de um Brasil maior e melhor, para trazer nossa homenagem pessoal e a presença do nosso trabalho construtivo a serviço do perfeito conhecimento da Pátria, até o seio desta jovem metrópole —, que é, a um só tempo, *testemunho* e *símbolo*

Símbolo da política de integração do Brasil e da nova era da nossa história, em que, para benefício nosso, da América e do mundo, vamos despertar as energias latentes dêsse amplíssimo latifúndio geográfico confiado ao nosso labor construtivo, ocupando a vastidão do seu território e criando nele a civilização magnífica que a História espera. E testemunho também. Testemunho de que o nosso ânimo realizador, a nossa coragem de avançar e a nossa tenacidade na luta nos tornam dignos da missão que nos está confiada.

Fiquem, pois, registradas, com letras de ouro, nesta página esplêndida da história brasileira, que já começamos a voltar cheios de jubilo e entusiasmo patriótico mas também já pressentindo a grande saudade do retorno, — fiquem registrados estes acontecimentos todos, preparados com a nossa colaboração, transcorridos com a nossa assistência, ou representados pela nossa própria atividade. Porque êles assinalam indelevelmente o significado ímpar, o alcance imenso, o extraordinário relêvo histórico, do esforço realizador que alcançou, nas solenidades do cinco de Julho dêste ano heróico e trágico, nesta fase culminante da história do mundo, a sua etapa final Esfôrço que já agora é o marco inicial da arrancada viril dos Brasileiros — Brasil a dentro e corações ao alto, levando à frente o "seu lindo pendão de esperanças"

Mas, meus senhores, o que me cabe fazer aqui, não é um panegírico. Não é lirismo. Sim um relatório.

Relatemos, pois.

* Discurso-relatório no encerramento da V Sessão Ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, em Julho de 1942.

Iniciativas concretizadas As iniciativas em que colaboramos, obtiveram êxito completo. O Congresso de Educação trouxe ao ato batismal da nova metrópole goiana a presença e o calor do maior e mais humano dos ideais brasileiros: o da educação da nossa gente, no seu objetivo mais premente e mais angustiante, qual seja o da assistência educativa às populações rurais

A Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística trouxe ao generoso povo de Goiaz uma documentação impressionante do que se tem feito e se está fazendo no Brasil, nos três setores de atividades que o certame focalizou

As festividades cívicas e culturais que deram tão acentuado relêvo artístico e patriótico à inesquecível solenidade do Dia Cinco, constituíram demonstrações impressionantes da alma sertaneja do Brasil

De caráter pragmático, tiveram também indiscutível relêvo as realizações de ordem econômica — a Exposição Pecuária, a Feira de Amostras, a Semana Ruralista. De cada uma delas e de todas, levaram os sertanejos que assistiram às suas demonstrações, uma colheita opima de ensinamentos práticos, de encorajamentos, de sugestões úteis.

Assinalaram ainda a grande efeméride, com uma nota realística de grande expressão, atos governamentais que melhoraram a administração do Estado e instituíram novos núcleos de labor fecundo em prol da grandeza econômica e cultural do povo goiano.

Curso de Informações As conferências de alta cultura que resultaram de nossa iniciativa ou a que demos nossa solidariedade, foram lições memoráveis sobre temas relevantes e de grande atualidade, que ficamos a dever a intelectuais insígnies, cujos nomes nos merecem o mais profundo respeito

A todos os que nos destinaram suas magníficas lições, os nossos melhores agradecimentos. Ao General Souza Docca, pelos seus oportunos ensinamentos sobre “A Estatística e a Defesa Nacional”, ao Pe LEONEL FRANCA, pela sua admirável lição em que estudou a “A Moral e a Estatística”; ao Professor GILBERTO FREIRE, pelas suas considerações tão esclarecidas sobre as relações entre “A sociologia e a Estatística”, trabalhos êsses — os dois últimos — de que o nosso Conselho tomará conhecimento oportunamente, através de sua distribuição em cópia mimeográfica e divulgação na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA.

Resoluções aprovadas pelo C.N.E. Foram 44 os projetos apresentados ao estudo da Casa E deles resultaram 35 Resoluções que se enumeraram de 233 a 267

Dentre elas, nada menos de 10 consignaram expressivos votos. Permiti que destaque a 233 — a número um do elenco de “Resoluções de Goiânia” — que registra o significado histórico do “batismo cultural” da nova metrópole de Goiaz e rende ao governo deste admirável Estado as homenagens cívicas que lhe são devidas pelo Conselho Nacional de Estatística. Quero referir-me, ainda, com o relêvo que bem merecem pelo alto espírito de justiça em que se inspiram, às de números 256 e 259, — a primeira em homenagem à ilustre figura de brasileiro e de sábio que teve sob sua responsabilidade a operação censitária de 1940 — o Professor José CARNEIRO FELIPE — e a segunda destinada a exprimir as homenagens do respeito e gratidão do nosso Conselho ao eminente Chefe da Nação, de par com o propósito em que se encontram todos os obreiros da comunidade estatística brasileira, de bem honrar as suas altas responsabilidades, nesta hora sombria para os destinos do mundo

Merece destacada ainda a de n° 240, que prestou merecida homenagem ao C. N. G

Sua ementa é a seguinte “Expressa o louvor da Assembléia ao C. N. G, ressalta a importância de algumas de suas atividades e formula sugestões sobre a revisão do quadro territorial da República”

A sua entrega ao Conselho irmão, em original autografado, por todos os membros do C. N. E, deu lugar a uma afetuosa troca de visitas entre os dois colégios

Fixaram decisões de ordem administrativa ou encaminharam providências de natureza correlata 13 Resoluções dentre as quais destaco

— a de n° 245, que “faz recomendações especiais sobre o uso da franquia telegráfica e dá outras providências”,

— a de n° 255, que “anota os resultados da campanha para a organização das “Tábuas Itinerárias Brasileiras” e formula um apêlo a respeito”,

— a de n.º 260, que "sugere providências para regularizar as requisições de transporte pelos órgãos do Instituto",

— a de n.º 262, que "formula sugestões acêrca do prazo previsto no art. 4.º do Decreto-lei n.º 4 081, de 3 de Fevereiro de 1942",

— a de n.º 263, que "dispõe sôbre a permuta de atos legislativos e administrativos entre as repartições de estatística",

— a de n.º 264, que "recomenda o fornecimento aos Prefeitos Municipais, de informações estatísticas para os seus relatórios",

— a de n.º 266, que "modifica disposições vigentes sôbre a leitura dos relatórios dos delegados à Assembléia Geral do Conselho".

Deliberaram sôbre questões técnicas 8 das Resoluções votadas. Na de n.º 234, cuidou-se do levantamento das estatísticas de navegação marítima;

— a de n.º 242 cogitou do levantamento da estatística do trânsito;

— a de n.º 243 estabeleceu providências para a fixação de uma nomenclatura de indústrias para uso da estatística brasileira;

— a de n.º 247 dispôs sôbre a organização da nomenclatura brasileira de mercadorias;

— a de n.º 252 reconheceu a necessidade do levantamento da estatística da morbididade (*morbidade* ou *morbilidade*, conforme a conclusão a que chegar o Instituto através de pareceres de filólogos idôneos) e determinou providências a respeito;

— a de n.º 258 dispôs sôbre a elaboração dos questionários destinados ao levantamento das estatísticas administrativas;

— a de n.º 261 tratou da organização, pelos órgãos regionais de estatística, de um "Indicador de Firms Comerciais",

— e, finalmente, a de n.º 265 sugeriu a instituição de uma ficha para o levantamento das estatísticas de construção

Por outro lado, merecem ainda particular referência duas outras das Resoluções votadas. Refiro-me à de n.º 244, que, visando objetivos os mais louváveis, dirigiu um apêlo ao D.A.S.P., relativamente ao aperfeiçoamento, no estrangeiro, dos funcionários das repartições filiadas ao Instituto; e à de n.º 246, em que o Conselho traduziu o seu regozijo pela elaboração do "Vocabulário Brasileiro de Estatística" e determinou providências para a sua publicação

A Resolução n.º 267 continua uma praxe bastante útil. Formula votos, apelos, sugestões e congratulações, a propósito de motivos variados, que justificam pronunciamentos tais do Instituto, quando não hajam sido objeto de Resoluções especiais.

E a Resolução n.º 257 deu o relêvo que merecia à iniciativa do Estado Maior do Exército, de que resultou o Decreto-lei n.º 4 181, de 16 de Março d'êste ano, diploma pelo qual o Governo da República dispôs sôbre a criação das Secções de Estatística Militar e a nacionalização das Agências Municipais de Estatística.

Pelos termos da Resolução a que me refiro, vê-se bem o altíssimo aprêço que do Conselho Nacional de Estatística mereceu a fórmula feliz resultante dos entendimentos entre o Estado Maior do Exército e a Presidência do Instituto.

Mas para que fique em nossos anais, ao alcance de todos os brasileiros, um esclarecimento completo sôbre êsse episódio culminante na evolução da estatística brasileira, seja-me permitido relembrar aqui, através dos traços e tópicos mais expressivos, um estudo elaborado pela Presidência do Instituto

Virtualidade do princípio federativo Êsse documento relembra, em gizamento rápido, as realizações admiráveis que o Instituto conseguiu levar a efeito em brevíssimo lapso de tempo, desenvolvendo e aperfeiçoando o seu próprio organismo, até atingir tôdas as Unidades da Federação e todos os seus municípios, e oferecendo ao Governo, à administração militar, ao público e até ao estrangeiro, as mais copiosas informações até hoje conseguidas sôbre as condições existenciais do país. E reivindica com justiça, tal documento, essa admirável fôrça construtiva como uma prova do acêrto com que o Presidente VARGAS, fazendo repousar o Instituto no princípio federativo, lhe imprimiu a mais fecunda virtualidade.

Mas, por outro lado, o documento em causa ressalta que essa mesma fecundidade tem a sua expressão mais alta na significação total, no sentido de unidade nacional, na feição complexiva com que o problema da estatística e da geografia no Brasil foi pôsto e resolvido.

Dai os aplausos que a experiência brasileira recebeu de duas culturas de opostas características.

Da Alemanha, centralizada e unificada ao mais alto ponto, vem-nos o testemunho autorizado da *Statistischer Zentral Ausschuss*, que fez declarações favoráveis à organização centralizada da estatística brasileira, considerando-a, "nas suas linhas gerais, idêntica à organização alemã de estatísticas econômicas". Do mesmo país ainda, em substancioso e bem feito histórico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o conselheiro de Estado Dr. HENNIGER, de Munich, traz-nos o expressivo depoimento que se resume nos três tópicos que se seguem

Em primeiro lugar, êste:

"A estatística brasileira sofreu, nos últimos seis anos, uma completa reorganização. O motivo desta reforma foi o mesmo que determinou, aqui na Alemanha e em outros Estados de regime autoritário, a intensificação e a ampliação das atividades estatísticas; foi a transição para um direcionismo político e econômico que acarretou ao Governo, a necessidade de ter sempre à mão os indispensáveis elementos numéricos ou de poder obtê-los, de um momento para outro, através de bem organizado serviço estatístico."

Em segundo lugar:

"No seu quadro executivo o sistema estatístico, pelo que foi exposto, aproxima-se especialmente do germânico. Para a nossa situação alemã, poderia êle parecer muito extenso e articulado; por outro lado, estendendo as suas antenas a todos os ministérios e serviços administrativos, constitue uma organização necessariamente rígida. Pode-se admitir que o esquema de organização acima reproduzido represente, por enquanto, um programa a ser futuramente ampliado, em outras palavras, acrescido de outras repartições, principalmente agências municipais de estatística."

E por fim:

"Com a estruturação que, nos últimos anos, se atribuiu aos serviços estatísticos, a reforma da estatística brasileira parece atender, por muito tempo, às necessidades da administração. Com isto, passa ao campo da realidade a hipótese de um perfeito conhecimento numérico da vida política, demográfica e econômica nos seus aspectos mais variados."

Mas, do lado oposto, a voz de um conclave em que se procuravam harmonizar, sem recíprocos constrangimentos, as culturas de todos os países dêste continente — o 8.º Congresso Científico Americano. Expressando o pensamento liberal das democracias anglo-saxônicas e latinas, onde impera o princípio federativo, ergue-se, em sua Resolução n.º 10, o testemunho impressionante do sábio concílio

Considera

— primeiro, — "que a planificação e coordenação das atividades estatísticas, nos países democráticos que possuem forma de governo federal e organização descentralizada do serviço estatístico, constituem tarefas de peculiar dificuldade";

— segundo, — "que a Nação Brasileira empreende essas tarefas com coragem, inteligência e habilidade, obtendo resultados que são de grande interesse e de muita importância para as estatísticas de outras nações americanas";

— e terceiro, — "que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresenta ao 8.º Congresso Científico Americano u'a magnífica brochura, na qual dedica ao Congresso três documentos fundamentalmente característicos, relativos à estrutura, princípios orientadores e influência político-administrativa do Sistema Estatístico Brasileiro"

E resolve:

— "manifestar sua gratidão ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por êsse generoso e valioso tributo, e louvar a Nação Brasileira pelo impressionante desenvolvimento da sua notável organização de planejamento e coordenação da estatística nacional".

Tôda razão, pois, estava com o nosso Presidente quando apontava o Instituto como aquela oficina cooperativa, em que a livre determinação e a conjugação voluntária de esforços haviam conseguido êsse admirável resultado: constituir-se, na sua estrutura e no seu espirito, um padrão oferecido às democracias descentralizadas sob a forma federativa, enquanto essa mesma estrutura e os resultados que consegue, considerados em si mesmos, independentemente do espirito que os informa, se podem considerar à altura da organização mais racionalizada, mais técnica e mais fortemente unificada em todo o mundo civilizado

Deficiências a sanar

Mas, senhores, a palavra sempre sincera e leal da Presidência do Instituto, não podia deixar de reconhecer, como proclamou no inédito documento a que me refiro, que o "problema" (o estatístico-geográfico) ainda "não estava totalmente resolvido". E reconhecendo isto, dá-nos informes de extraordinário alcance, que vamos procurar resumir ora transcrevendo, ora condensando textos

"Em situação normal, — diz-nos a palavra do chefe — talvez se pudesse confiar na ação do tempo e de um aperfeiçoamento lentamente progressivo, afim de se conseguir, primeiro, um resultado completo e satisfatório do programa extensivo já lançado para as pesquisas estatístico-geográficas municipais, e depois, o seu aprofundamento, em trabalho intensivo, ao mesmo tempo de maior rigor técnico e maior atuação cultural

Mas essa contemporização, sôbre ser desaconselhável e até perigosa, mesmo em condições normais, em virtude da situação de insuficiência e atraso em que deixaria o Brasil durante muitos anos em matéria de conhecimento das suas condições existenciais, não é, sem dúvida, admissível nesta hora dramática do mundo e na fase que o país atravessa — a mais revolucionária de sua história.

O Brasil está sendo violentamente impellido para deante. Fôrças poderosas e múltiplas exigem dele um avanço a passos de gigante. Mas se éle próprio não dirigir os seus passos, se não tiver os olhos bem abertos e a consciência perfeita do que pode e deve fazer, dos processos e métodos que há de preferir, numa palavra, se não possuir perfeitos serviços de geografia e de estatística, — serviços todos êles, em mais de metade dos seus objetivos, dependentes da órbita municipal, — que será dele? Sentir-se-á, por certo, como um gigante de olhos vendados e mãos prêsas, impellido às tontas, inconscientemente, para um desastre inevitável.

É curial, portanto, — curial é urgentíssimo — que o país se precate, arranque a venda e despedace as peias que o tolhem, afim de que o seu avanço seja uma corrida impetuosa, sim, mas não a arrancada de um cego, de um autômato ou de um louco. Porque essa avançada deve ser — e há de ser — a jornada triunfal para a realização dos destinos mais belos que jamais se ofereceram a uma comunidade humana

Tanto vale dizer, a insuficiência que ainda se nota na estrutura e funcionamento do Instituto, no que respeita à órbita municipal, precisa ser vencida por medidas radicais, corajosas, de rara energia, que sejam também rigorosamente acertadas".

E depois de demonstrar longamente, citando fatos impressionantes, que, se "o sistema se apresenta completo em extensão e quanto ao número dos seus elementos, está, todavia, muito longe ainda da eficiência que o país reclama", oferece-nos a voz oracular esta magistral lição

"Ora, a estatística brasileira, depende, como já se disse, em mais de cincoenta por cento, das coletas municipais feitas em condições satisfatórias. E a boa coleta é função do servidor inteligente, hábil, culto e dedicado, o que, por agora, praticamente não se pode obter, ou, o que é o mesmo, se obtido, não se pode conservar. Além disso, o atual plano de coleta municipal acha-se organizado como um verdadeiro "abc" da investigação estatística, afim de não fracassar de todo, uma vez que está sob a responsabilidade de um quadro de agentes de capacidade intelectual e técnica ainda bastante precária. Mas, apesar daquela precaução, a maior parte dos inquéritos fracassam, poucos se salvando através de um trabalho penosíssimo de crítica e indagações reiteradas, a corrigir erros, omissões e cincadas inacreditáveis. Nem haveria contra isso sanções eficazes, pois, além do mais, os prefeitos se veriam inibidos de aplicá-las.

Mas isto não pode continuar assim. Contemporizar com tal estado de cousas, neste momento, seria esquecer os mais graves interêsses do Brasil.

Como, porém, vencer uma situação negativa tão grave e complexa como esta que temos encontrado? Como obter recursos para levar a efeito uma realização que é, por sua mesma natureza, objeto e extensão, onerosíssima?

O problema é realmente de extraordinária dificuldade, como se vai ver. Como fatores negativos ou que dificultam a solução, temos todos os que se seguem.

Em primeiro lugar, é premissa indiscutível que, nem a União, nem os Estados, poderão alargar sensivelmente as despesas que já fazem com os serviços geográfico-estatísticos. Também dos tesouros municipais não se poderá esperar nenhum recurso. As agências, como quer que se organizem, não podem deixar de ser os órgãos pelos quais a órbita municipal autônoma se represente na economia totalitária do Instituto. Nem os municípios se poderiam despojar dos

seus órgãos de estatística, pois que, como tôda organização governativa autônoma, precisam saber o que se passa nos seus territórios e fazer os levantamentos numéricos relativos às próprias atividades.”

Objetivos a atingir E apesar de tudo isso, — ainda são palavras do presidente — temos que:

a) as Agências Municipais de Estatística se devem organizar segundo um alto padrão quanto à eficiência de seu pessoal e ao seu equipamento, — o que exige vultosíssimo dispêndio;

b) já para que colaborem satisfatoriamente no programa cultural que o I. B. G. E. adotou — e devia realmente adotar — em benefício do progresso geral do país; já para que tenham assim facilitada sua própria ação específica; já, ainda, para que do sacrifício que hão de custar ao município e ao país resulte o máximo de benefícios de ordem social e uma atuação eficaz como força propulsora do progresso local, — as Agências de Estatística devem tornar-se centros poderosos de iniciativas econômicas, culturais e cívicas, — o que tudo também exige vultosas verbas de custeio;

c) a manutenção das Agências deve fazer-se por uma forma cooperativa, mediante um fundo comum, afim de que, pela única maneira possível — maneira, aliás, que a própria solidariedade nacional sugere — se possa dar a suplementação dos recursos em relação aos municípios pobres, graças aos recursos dos municípios ricos, e assim se consiga estabelecer, para aqueles órgãos do sistema estatístico brasileiro um potencial de esforços com a conveniente uniformidade relativa, isto é, em proporção adequada, simultaneamente, ao vulto dos trabalhos a executar e às dificuldades a superar;

d) é indispensável que os servidores das Agências formem um quadro único, de maneira que o exercício da função proporcione largas perspectivas de carreira, a seleção dos seus valores se possa estabelecer rigorosamente, e se movimentem os respectivos elementos sem consideração de fronteiras internas, dando-se-lhes assim um papel relevante entre as forças coesivas da unidade política da grande Pátria Brasileira, como acontece em relação ao Exército Nacional.

Quer dizer: não obstante a carência de recursos, é forçoso encontrá-los em vulto que baste para uma organização que não pode deixar de ser dispendiosa; sem embargo do caráter municipal das Agências e de sua dependência ou incorporação à organização administrativa municipal, devem elas ser (como já são, aliás) órgãos necessariamente colaboradores dos aparelhos estatísticos do Estado e da União, mas de modo que a respectiva organização tome forçosamente um significado nacional; ainda que as Agências devam constituir-se, de qualquer forma, órgãos integrantes da administração municipal, é forçoso que, pelo recurso a uma espécie de contrato para prestação de serviços, a economia administrativa das mesmas Agências seja distinta da economia administrativa municipal, e fiquem elas providas por funcionários técnicos do Instituto e não dos municípios; embora hajam de ser as Agências órgãos especificamente dedicados à estatística, devem erigir-se concomitantemente em órgãos de geografia (e até centros de observação meteorológica, a enriquecer a competente rede oficial como “postos pluviométricos”, pelo menos, quando necessário), tornando-se também, supletivamente, instrumento e suporte executivo das iniciativas econômico-sócio-culturais (como, por exemplo, as que têm em vista movimentos cooperativistas, de beneficência, de defesa de interesses de classes e promotivas da criação de museus, bibliotecas, arquivos e serviços publicitários municipais), sempre que tais iniciativas não encontrarem outro meio de lançamento e expansão no município.

A mais de tudo isso, e eventualmente, hão de as Agências estar em condições de manter os registros públicos que forem criados sem órgãos especiais, ou mesmo de colaborar na regularização de certos registros mal servidos por sua organização atual, como o Registro Civil, por exemplo

A um primeiro exame, colocado assim o problema, é natural que êle se nos afigure de bem difícil solução. A chave desta, porém, tem-na o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e só êle. Porque nenhuma outra organização brasileira oferece requisitos que permitam conciliar tantas condições difíceis de harmonizar, e de aparência contraditória, como as que acabamos de enumerar”

Secções de Estatística Militar

Meus senhores, esta voz, que acaba de falar, cuja autoridade não pode ser excedida, tinha razão. E a sua afirmativa foi compreendida pela administração militar do país — esta grande força que aglutina tôdas as componentes do organismo administrativo e social-econômico da Nação, assegurando assim a permanência e o reforçamento da unidade nacional, mau grado as forças dissociativas que as cir-

cunhâncias históricas, a extensão do meio geográfico e a deseducação política não podiam deixar de suscitar.

Efetivamente, solicitado o Instituto a levar aos órgãos da segurança nacional, de maneira mais direta e eficiente, a indispensável colaboração da estatística civil, o Conselho Nacional de Estatística, pela Resolução n.º 198, recomendou, para aquele fim, a criação de uma Secção de Estatística Militar em cada um dos Departamentos Regionais de Estatística. A medida, porém, foi de efeitos lentos e nova solicitação assinalava a necessidade urgente de providências mais eficazes.

É sugerido então o alvitre de um decreto-lei nacional determinando a medida que o Instituto promovera mas ainda não se concretizara nos atos e resultados desejados

A idéia é aceita, mas indaga-se se o êxito corresponderá de fato às necessidades da segurança nacional.

E a palavra leal do Instituto afirma que a medida atenuaria, sem dúvida, a lacuna verificada, levando aos organismos militares proveitoso material informativo, mas não resolveria em definitivo o problema, uma vez que os elementos utilizáveis pelas Secções de Estatística Militar se ressentiriam inevitavelmente das falhas, do atraso e da inveracidade das informações que os métodos atuais dos inquéritos municipais não poderiam evitar. Pensa-se em vencer essa contingência com o alvitre de uma solução integral, a cargo de agências federais em todos os municípios. Mas o Instituto confessa-se impotente para tal solução, já pelo vulto da despesa que ela implicaria, já pelo próprio espírito informador do sistema que ele representa, uma vez que lhe cumpre valorizar sempre o concurso dos municípios e dos Estados, nunca evitá-lo ou suprimi-lo. Mas afirma também que, dentro desse mesmo espírito, a solução satisfatória pode ser encontrada. E esquematiza a fórmula ideal. Nos seus fundamentos, nos seus itens, no seu alcance, — sob tôdas as faces do problema é examinado o esquema, e fica então reconhecido que outro caminho não há, no regime federativo, para que se consiga a plena virtualização da estatística brasileira — civil ou militar — senão o que mantivesse a colaboração dos municípios e dos Estados, mas nas condições de unidade de ação e de eficiência que o alto objetivo em jogo impunha categoricamente.

O Decreto-lei n.º 4 181

Firma-se, afinal, o entendimento entre o Instituto e a administração militar, e esta elabora, com o concurso daquele, o competente ante-projeto, que, levado pelo Ministro da Guerra ao Presidente da República, se tornou o decreto-lei n.º 4 181, de 16 de Março de 1942.

Aludindo às dificuldades que o problema apresentava e que haviam sido enumeradas com a devida franqueza, acrescentava a Presidência do Instituto, justificando os lineamentos já então assentados

“É fácil agora de ver como tôdas as condições aparentemente incompatíveis, acima referidas, ficariam harmonicamente atendidas na forma sugerida. Os recursos a obter são *municipais*, e pois, sob esse ponto de vista, *municipais* são os serviços custeados. Nenhum tesouro municipal ficaria onerado; pelo contrário, ficariam todos liberados das despesas atuais com o serviço de estatística. O fundo comum permite custear os serviços na medida das necessidades, sem atenção ao limite da contribuição local, o que exprime a justa cooperação — não propriamente dos Governos Municipais — mas das populações brasileiras que já se vêem beneficiadas pela civilização, a favor daquelas outras que, desprovidas ainda de recursos e sobrecarregadas de necessidades, precisam de um justo auxílio para vencer o desnivelamento em que se encontram relativamente à parte mais favorecida do país. Contribuição que é bem justa e equitativa, por parte das populações mais densas e mais prósperas, não só como obra de solidariedade nacional, senão também para retribuir os benefícios da civilização de que já desfrutam, resultante, sem dúvida, em grande parte, do sacrifício dos brasileiros que, em condições desfavoráveis, sem conforto e sem assistência, mantêm a ocupação do território nacional, em permanente holocausto à integridade da Nação e à sua grandeza futura.

As agências de estatística municipal assim providas de recursos suficientes e podendo ser então superintendidas, sob os aspectos tanto técnicos como administrativos, por órgãos especializados e integralmente aptos para essas funções, serão instaladas segundo o alto padrão que a sua finalidade exige, aparelhadas convenientemente, servidas por pessoal idôneo, bem pago e fortemente estimulado, a constituir uma espécie de “milícia cívica”, — ou, ainda, um sistema de “missões culturais” — de profunda e extensa ação coesiva da unidade nacional e fortemente propulsora do progresso do país.

Os chefes dos serviços municipais de estatística, nessa nova organização, terão os predicados e as condições necessárias para o verdadeiro apostolado que lhes cumprirá exercer. E os serviços que dirigirem não serão apenas agências de estatística e de geografia, senão também centros de sadia ação cívica e nacionalizadora, ao mesmo tempo que verdadeiras alavancas de progresso e focos de ação em prol da unidade e grandeza da Pátria, a serviço de todos os interesses executivos ou de propaganda da segurança nacional.

Ora, o Brasil precisa de um revigoramento poderoso dos seus recursos, das suas energias, da sua organização. Sem estatísticas e sem estudos geográficos organizados intensiva e modelarmente, aqueles essenciais objetivos não poderão ser alcançados.

Mas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sem a reorganização integral e nas condições indicadas, do seu sistema de agências municipais, não poderá fazer face a essas responsabilidades. Enquanto, por outro lado, aquela reorganização, dadas as virtualidades da instituição, é possível:

— mediante um sacrifício mínimo e suavemente prestado pela comunidade social;

— quase sem onus nem para o Governo Federal, e sem encargo algum nem para os Tesouros Estaduais, nem para as finanças municipais,

— e de forma que satisfará todos os seus fins, próximos e remotos, diretos ou indiretos, técnicos e científicos, econômicos e sociais, administrativos e políticos;

— em absoluta harmonia com as normas constitucionais e legais em vigor, — sem nenhuma contraindicação e realizando, além do mais, uma experiência de extraordinário alcance, que poderá amanhã permitir iniciativas mais amplas e de inavaliável repercussão”

Isto disse o Instituto. E a lei elaborada pelo Estado Maior do Exército, que é que diz, ao concretizar êsse pensamento em harmonia com os interesses e os reclamos da Segurança Nacional?

Falam bem alto a clareza e a eloquência do texto

Entre as incisivas considerações do seu preâmbulo, considera que —

“não só o êxito dos aludidos trabalhos, senão também o normal rendimento da estatística nacional, como fundamento para toda a obra do governo, administração e progresso do país, depende fundamentalmente da boa e uniforme organização dos serviços municipais de estatística, os quais, entretanto, só podem alcançar a eficiência necessária se organizados tecnicamente e providos de pessoal competente, bem remunerado e submetido a uma só direção”

E no art. 8º, definindo a finalidade dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, que deveriam fixar e consubstanciar, rigorosamente segundo as exigências do regime federativo, a nova estrutura e os novos métodos da estatística municipal afim de que, sem deixar de ser tal, também se torne não somente regional mas sobretudo nacional, aponta a Lei os seguintes objetivos gerais.

- a) estabelecer para as suas cláusulas uma contextura sistemática e quanto possível uniforme, segundo o modelo e as instruções que o Conselho Nacional de Estatística assentar,
- b) conservar, quanto às repartições de estatística dos municípios, o seu caráter de órgãos da administração municipal, embora mantidas e dirigidas em regime especial pelo I B G E , por força da concessão ou delegação convencionada;
- c) atribuir, ao mesmo tempo, às ditas repartições as características de elementos integrantes dos sistemas estatísticos superiores — o regional e o nacional;
- d) assegurar às repartições municipais de estatística, por êsse modo, organização e funcionamento segundo padrões e normas nacionais, de acôrdo com as exigências modernas de racionalização administrativa e de perfeita eficiência técnica;
- e) admitir a formação, para o provimento do pessoal das repartições municipais de estatística, de um quadro nacional instituído e mantido pelo I B G E , cujos elementos, rigorosamente selecionados e somente conservados enquanto bem servirem, possam ser movimentados em todo o país e ter assegurada, sem prejuízo da renovação e depuração que se tornarem aconselháveis, uma carreira de tal forma compensadora, que venham a formar um corpo

de servidores da Nação capaz de realizar eficazmente as pesquisas e inquéritos necessários e de prestar proveitosa colaboração a todas as campanhas e iniciativas que visarem o progresso social, econômico e cultural da comunidade brasileira e que, desenvolvendo-se no conjunto dos municípios, devam ter, nas repartições em causa, seu adequado instrumento;

- f) permitir, ainda, pela formação de uma Caixa Nacional, a realização uniformemente eficiente das pesquisas estatísticas em todos os municípios do país, ficando prevista a distribuição das repartições municipais de estatística em grupos, segundo as zonas e as regiões, para efeito do seu controle e orientação aos cuidados de um corpo de inspetores selecionados entre os melhores elementos dos quadros do Instituto, incluídos os próprios funcionários daquelas repartições;
- g) dar às repartições municipais de estatística, conseqüentemente, nas melhores condições possíveis, a responsabilidade do controle de todos os registros administrativos já existentes, ou que vierem a existir; ou, mesmo, a incumbência de instituí-los e mantê-los diretamente segundo diretrizes uniformes para todo o país, atendendo às necessidades da estatística nacional e da administração em geral;
- h) assegurar, sobretudo, pela conveniente assistência, a normalidade do Registro Civil e de todos os demais serviços, pesquisas, campanhas ou iniciativas que interessem à Defesa Nacional, na conformidade do que for determinado em leis gerais, em resoluções do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho de Segurança Nacional, ou requisições dos Ministérios Militares, pelos seus órgãos competentes".

A seguir, o legislador, no ato memorável que estamos comentando, estabelece o financiamento do grande cometimento e indica os compromissos recíprocos que a União, as Unidades Federadas e os Municípios devem discutir e assentar afim de que o grande pensamento de organização nacional em causa possa encontrar integral realização.

Homenagem às classes armadas

Eis aí, meus Senhores, a origem e o alcance do diploma legislativo a que se referiu, com justiça, a Resolução n.º 257

Dezesseis Estados e o Acre já realizaram os seus Convênios Nacionais de Estatística Municipal. O Pará, Rio de Janeiro e Pernambuco, já baixaram os atos preliminares, e aprestam-se a isso o Estado de Minas e o Distrito Federal. Seguir-se-á, por conseguinte, a breve prazo, o ato de ratificação do Governo Federal, cobrindo os vinte e dois convênios, os quais, desse modo, entrarão em vigor na mesma data. E essa data será mais uma áurea efêmera da estatística brasileira, — pois que lhe abrirá uma nova era de desenvolvimento e um mundo imenso de possibilidades, levando-a àquele grau de eficiência que lhe permita oferecer à Nação uma consciência perfeita das suas condições de vida, os fundamentos objetivos dos seus problemas de base e os dados positivos em que possa apoiar as medidas indispensáveis à sua defesa e segurança.

Dizer isto é reconhecer a feliz inspiração da Assembléia Geral ao votar a Resolução em que se presta merecida homenagem ao Estado Maior do Exército e aos Ministérios Militares pelo grande serviço que o país lhes ficou a dever pela promulgação da lei n.º 4 181. Porque, em verdade, com essa iniciativa, mais uma vez se inscreveu nos fastos da vida brasileira uma grande conquista de civilização e de cultura, que é um vínculo a mais, e dos mais poderosos, da unidade nacional, por obra e responsabilidade das Forças Armadas.

E a mim, meus Senhores, que não me tenho cansado de proclamar que as Classes Armadas não são apenas um instrumento de guerra, mas, antes de tudo, a grande força que organiza a Nação, lhe estimula as forças vivas e a preserva da inércia ou da desagregação, a mim se torna particularmente agradável proclamar mais este grande serviço que o País ficou devendo à sua organização militar.

Repetindo palavras do General LIAUTEY, disse eu, certa vez, que era preciso que a nossa mentalidade se polarizasse no propósito de "fazer predominar sobre todos os outros o dever social, o dever de arrancar a Pátria à decomposição e à ruína, não pela mudança das fórmulas constitucionais, remédio empírico e passageiro, porém por uma reação violenta sobre os costumes, as energias e os anseios".

Mas essa reação não pode sobrevir sem desordem, se não vier pela mão das Forças Armadas, pois se estas são responsáveis pela defesa da Nação e pelo seu

engrandecimento pacífico, não poderiam elas, sem falhar à sua missão, desinteressar-se dos rumos primordiais da evolução nacional. E a reação não haveria de tardar, deixei dito em 1935, com estas palavras a que os acontecimentos deram cunho quase profético: "Ora o Brasil encontra-se em um *tournant* da História em que os maiores imprevisíveis podem cair sobre ele. E pois, estamos sem dúvida alguma num desses momentos climatéricos em que tudo é preciso ousar sob pena de nos arriscarmos a tudo perder".

Mas a Nação, mercê de Deus, e escudada pelas forças armadas, ousou. Ousou até muito mais do que me parecia indispensável no momento em que falava.

Sem embargo, os acontecimentos precipitaram-se. A História acelerou a sua marcha e atingiu o pórtico de um novo ciclo. E já agora precisamos ousar muito mais do que vimos ousando de 1937 até o presente momento. Podemos confiar, todavia. A Nação e as suas Forças Armadas estão vigilantes. Sabem muito bem o que é preciso fazer, pois a Geografia e a Estatística já conseguiram mostrar os rumos certos das novas etapas que precisam ser atingidas. Certo, as indicações que temos não bastam. E nenhum passo em falso pode ser dado nesta hora tremendamente trágica. Um erro de origem, o desconhecimento de qualquer aspecto da vida nacional, um dado inexacto, podem provocar consequências irreparáveis. É preciso conhecer *meticulosamente*. É indispensável conhecer *com absoluta precisão*. É mister conhecer *depressa*. E só uma organização estatística deveras eficiente, funcionando bem em todos os planos e em todas as engrenagens do seu sistema, será capaz de assegurar à Nação o claro estado de consciência que a oriente com segurança neste momento. E as Forças Armadas, sentindo a verdade deste imperativo, percebendo a situação crítica em que nos vinhamos deixando ficar, compreendendo mais do que nunca o seu "dever social", exigiram da estatística fôsse sua missão cumprida integralmente, obtendo para isso da Nação, os meios sem os quais a Estatística não poderia, nem agora, nem nunca, atingir plenamente os seus fins.

Bem haja, pois, o Plenário do Conselho Nacional de Estatística proclamando a clarividência e a oportunidade com que agiu o Estado Maior do Exército; bem assim a superior compreensão dos fatos, que moveu os três Ministérios Militares a solicitar ao Governo as medidas consubstanciadas na lei n.º 4 181; e ainda a firmeza e rapidez da decisão do Presidente VARGAS, dotando a Nação, no momento preciso, do extraordinário elemento de investigação e organização que vieram constituir as Secções de Estatística Militar e as Agências Municipais de Estatística, transformadas em eficientes "órgãos nacionais" de investigação e pesquisa.

Conclusão Terminando, meus Senhores, formulemos nossos agradecimentos e saudações finais.

Agradecemos ao Senhor Presidente da República a autorização a que tão de boamente anuiu, para que esta nossa histórica reunião tivesse lugar em Goiânia.

Agradecemos ao Senhor Interventor Federal o apoio que prestou ao nosso alvitre e a hospedagem fidalga que nos ofereceu. E agradecemos também aos seus dignos auxiliares de Governo, na administração do Estado e do Município, a acolhida cordial e a colaboração prestante com que nos distinguiram.

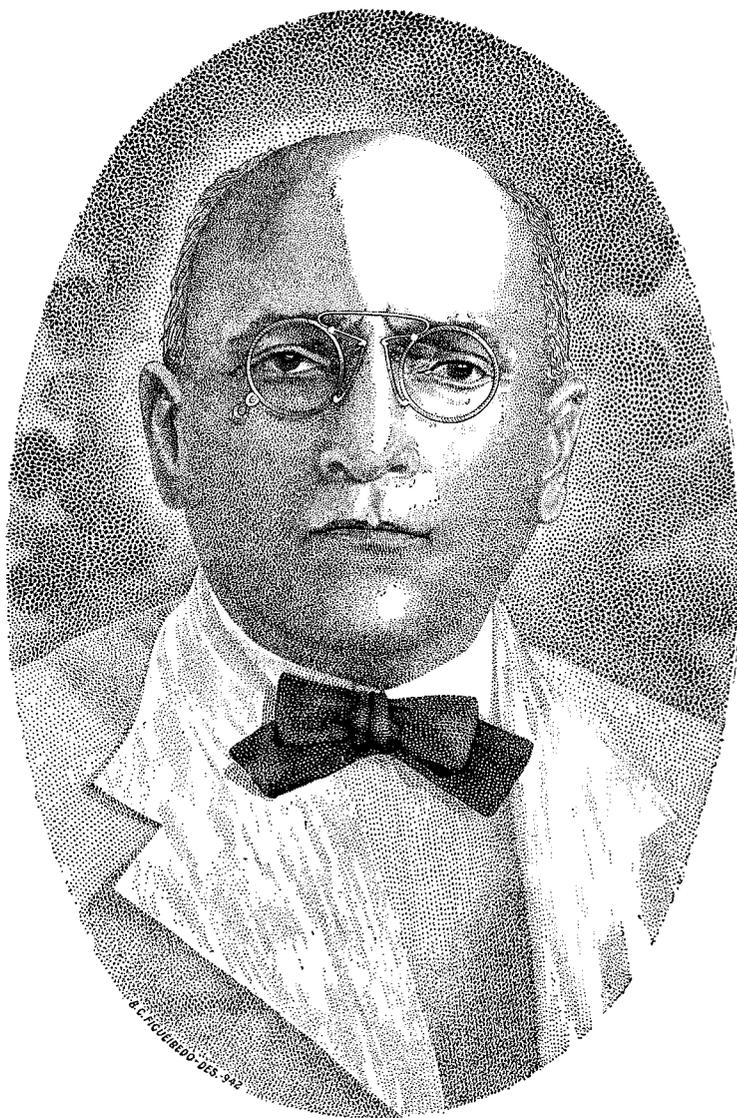
Nossas homenagens dirijam-se igualmente à culta população desta cidade, que nos tornou tão encantadora a permanência no seu carinhoso convívio.

Formulemos também os nossos melhores agradecimentos à esclarecida imprensa goiana, cuja simpatia nos acompanhou, ajudando-nos quanto possível, desde os primeiros passos desta nossa patriótica "bandeira".

E agora, voltando-nos à intimidade do nosso concílio, falem pela minha voz, dirigindo-se a vós outros, ilustres representantes das Unidades Federadas, o reconhecimento e o carinhoso aprêço da delegação federal, pela colaboração magnífica que nos trouxestes no propósito de revestir do maior brilho possível e de um marcante significado histórico esta reunião do Conselho.

Daqui partimos todos com a alegria espiritual de havermos cumprido um grande dever patriótico. Mas levemos também a certeza de que o acontecimento cívico e cultural a que assistimos terá sua projeção histórica cada vez mais acentuada à medida que o tempo for decorrendo, assinalando, em verdade, o advento da nova era que se está abrindo nos destinos do País, já agora plenamente conciente da necessidade inadiável de ocupar efetivamente o seu território, fecundando-o pelo trabalho, dando-lhe uma civilização e prendendo-o nos liames indissolúveis desta bela, grandiosa e amável Pátria Brasileira.

VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA



Krauss

CRAVEIRO COSTA

A CRAVEIRO COSTA, o melhor elogio que se lhe pode fazer está na afirmativa de haver sido um homem a cuja morte não sobreviveu a repartição que organizara e dirigia. O carinho e a inteligência que ele dedicava à Diretoria da Produção e Trabalho de Alagoas, encontraram solução de continuidade quando de seu falecimento, verificado na manhã de 31 de Agosto de 1934, na própria repartição.

Nascido a 22 de Janeiro de 1871, em Maceió, JOÃO CRAVEIRO COSTA teve uma vida de intensas atribuições desde a juventude. Tendo perdido o pai — LEVINO JOSÉ DA COSTA — quando contava dez anos de idade, abandonou os estudos, dadas as condições paupérrimas em que lhe ficava a mãe, e fez-se caixeiro-servente de uma casa comercial de Maceió, permanecendo como auxiliar do comércio até os 26 anos. A esta época já o jornalismo — e, sobretudo, o jornalismo político, — seduzia o jovem alagoano. Redator do "Guttemberg", participou, nos anos que se seguiram, da campanha empreendida por aquele jornal contra o governo Euclides Malta. Da violência da luta política que se abriu em Alagoas, resultaram consequências diversas, entre elas o afastamento de CRAVEIRO COSTA do Estado, para residir em São Paulo e no Rio. Durante cerca de 5 anos exerceu ele, no sul do país, a profissão de guarda-livros de diversas firmas comerciais. Retornando a Alagoas, quando cessaram as agitações partidárias, ali permaneceu pouco tempo; emigrou para o Amazonas, onde até mais ou menos 1912 trabalhou na imprensa. Mais uma vez, porém, o jornalismo político levou-o a ter em perigo a própria vida, pelo que saiu do Amazonas e voltou a Maceió, onde contraiu casamento com D. LAURA GUIMARÃES PASSOS, irmã do poeta GUIMARÃES PASSOS.

Ligeira foi a sua permanência em Alagoas, desta vez; logo depois partiu novamente para o norte, agora com destino ao Território do Acre, instalando-se na cidade de Cruzeiro do Sul. Começou a sua batalha pela civilização dessa cidade da selva amazônica, assinalando-a com resultados brilhantes, tais como a criação do primeiro Grupo Escolar daquela região e a fundação do primeiro jornal de Cruzeiro do Sul. Dirigiu a Mesa de Rendas e a Instrução Pública do município. Falecendo sua esposa, em 1914, no ano seguinte contraiu novas núpcias com D. ADELAIDE SAMPAIO FIGUEIREDO. Somente em 1922, atendendo a um convite do então governador de Alagoas, voltou a Maceió, onde ocupou, entre outros, os cargos de administrador e contador da Recebedoria de Rendas, diretor do Grupo Escolar Diegues Júnior e contador geral do Estado.

Data mais ou menos dessa época a revelação de seus pendores pelos trabalhos estatísticos. Num período em que não se falava em estatística, ou, se isto se fazia, era para reunir números sem nenhuma expressão, CRAVEIRO COSTA vinha para os jornais discutir assuntos econômicos e sociais, valendo-se de dados numéricos e comentando-os com argúcia e inteligência, como seguro conhecedor da técnica estatística, ainda quase ignorada, então, no meio alagoano. Datam dessa época diversos artigos de sua autoria, nos quais, à base de dados estatísticos, focalizava problemas econômicos, tais como os referentes à exportação de produtos regionais — milho, algodão, côco, couros e peles, etc. Muitas vezes, estes dados surgiam como notícia de uma visita feita à Recebedoria Central, e a sua elaboração tinha quase a forma de um comunicado estatístico, tal o caráter que lhe emprestava. Já nos primeiros anos do século, havia ele publicado, em colaboração com TORQUATO CABRAL, o livro "Indicador Geral do Estado", em que se reúnem, além de estudos especializados de outros intelectuais sobre história, geografia, climatologia, higiene, educação, jornalismo, etc., numerosas informações cadastrais e estatísticas acerca de Alagoas.

Criada, no Estado, a Diretoria da Produção e Trabalho, núcleo de intensa atividade, de onde saiu, posteriormente, a Diretoria Geral de Estatística, hoje Departamento Estadual de Estatística, foi êle convidado a organizá-la e dirigi-la. A nova repartição, cujo nome bem correspondia ao espírito que o seu diretor lhe impregnou, foi transformada, com a sua morte, em secção de estatística da Secretaria da Fazenda, restaurando-se posteriormente com a denominação de Diretoria Geral de Estatística. A atividade de CRAVEIRO COSTA, à frente da Diretoria da Produção e Trabalho, visava, antes de tudo, o preparo dos elementos estatísticos que deveriam orientar os governantes, constituindo, assim, uma antecipação admirável, para o ambiente em que êle vivia, do objetivo que a administração empresta hoje aos serviços estatísticos. Dêsse modo, ao ser a repartição transformada em secção de estatística, apenas se atendeu à diretriz traçada pelo seu organizador.

Dentre as obras deixadas pelo ilustre alagoano, na maioria de natureza histórica, —inclusive “O fim da epopéia”, já em segunda edição com o título de “A conquista do deserto ocidental”, e “O Visconde de Sinimbú” (póstuma) — destacam-se duas nas quais exerceu acentuada influência a técnica estatística. A primeira é “Alagoas em 1931”, cujo subtítulo, “Inquéritos econômicos, financeiros, políticos e sociais”, bem indica a orientação seguida pelo seu autor. Em todos os capítulos, quer o referente aos aspectos físicos do Estado, quer o que estuda a produção (agricultura, indústria e pecuária) e o comércio, quer o que trata das finanças públicas, quer ainda o que aprecia a instrução regional, em todos êles, há a diretriz estatística; os números não se amontoam inutilmente, mas distribuem-se de modo sistemático, dentro de um programa previamente traçado. CRAVEIRO COSTA como que antevia o plano que futuramente o I B G E adotaria como seu esquema fundamental; a sequência dos assuntos em seu trabalho obedece mais ou menos ao esquema do Instituto — os aspectos físicos, os aspectos demográficos, os aspectos econômicos, os aspectos sociais, os aspectos administrativos. Deve-se-lhe, ainda, a inclusão, neste livro, de uma sistemática da Divisão Administrativa e da Divisão Judiciária de Alagoas; de uma “Sinopse estatística da situação geral de Alagoas em 1931”, em que figuram informações estatísticas sobre território e população, principais fatores econômicos e financeiros e movimento comercial, e também de uma sinopse da situação dos municípios.

A segunda obra de CRAVEIRO COSTA na qual se evidencia a influência da orientação estatística, é o livro “Maceió”, deixado inédito, e cuja publicação, em 1939, se deve à Prefeitura da capital, como comemoração do centenário da elevação de Maceió a capital da então província.

CRAVEIRO COSTA foi membro da Academia Alagoana de Letras e do Instituto Histórico de Alagoas, onde ocupou o cargo de Secretário Perpétuo. Homem de rara capacidade de trabalho, empregando suas atividades em vários setores — na administração, no jornalismo, nas associações culturais, nas letras, etc — viu-se limitado e incompreendido no meio pequeno em que viveu; faltou-lhe, para maior projeção do nome, o ambiente que compreendesse e soubesse valorizar a riqueza de sua inteligência e a atividade de que era capaz. Pobre, com família numerosa, com recursos suficientes apenas para viver, nunca pôde sair de Alagoas, como sempre lhe pareceu necessário. Trabalhador infatigável, um colapso cardíaco o abateu em plena ação: na sua mesa de trabalho, rascunhando informações estatísticas, reunindo elementos sobre o seu Estado, cercado de cálculos, de números índices, de médias e medianas, — entregue enfim, a toda aquela atividade que, na época, em Alagoas, era quase unicamente sua.

NOÇÕES DE METODOLOGIA

INICIAÇÃO ESTATÍSTICA — REPRESENTAÇÃO TABULAR E GRÁFICA

(Continuação do número anterior)

GENERALIDADES SOBRE A REPRESENTAÇÃO DAS SÉRIES ESTATÍSTICAS

26. *Séries isoladas* — Os termos numéricos de uma série isolada podem ser dispostos em linha ou em coluna, acompanhados da indicação, em outra linha ou coluna paralela, das discriminações a que, de per si, correspondem, só se tornando dispensável essa segunda linha ou coluna no caso de reduzido número de dados, incluídos em textos.

27. *Séries coordenadas* — Os termos numéricos de duas ou mais séries coordenadas podem ser dispostos em linhas ou colunas paralelas a uma única linha ou coluna de discriminação comuns, a que, de per si, correspondem simultaneamente

28. *Vantagens práticas* — A disposição em coluna dos termos numéricos de qualquer série facilita o seu confronto e apreciação, pela correspondência que proporciona às unidades da mesma ordem decimal entre si: por análogos motivos, procura-se, em geral, dispor as séries coordenadas de tal modo que, ficando nas colunas as de mais termos, o conjunto compreenda número de linhas superior ao de colunas

29. *Representação tabular* — E' a apresentação das séries estatísticas mediante quadros ou tabelas, resultantes da disposição dos respectivos dados em linhas e colunas, distribuídas de modo ordenado, simples e claro.

30. *Representação gráfica* — E' a apresentação das séries estatísticas mediante desenhos, resultantes da substituição dos respectivos dados por traçados ou figuras de dimensões e aspecto adequados.

REPRESENTAÇÃO TABULAR

31. *Partes fundamentais dos quadros estatísticos* — Podem considerar-se em qualquer quadro estatístico as seguintes partes fundamentais:

- o *corpo*, que é a parte ocupada pelas colunas de termos numéricos pertencentes a uma mesma série isolada ou a cada uma de várias séries entre si coordenadas;
- a *margem*, também chamada *coluna matriz* ou *indicadora*, que é a parte ocupada pela coluna de discrimina-

ções correspondente a uma ou mais séries dispostas em colunas paralelas, subsequentes;

- o *cabeçalho*, que é a parte ocupada por linhas discriminativas do conteúdo das colunas que lhe ficam sotopostas;
- a *casa* ou *célula*, que é toda parte comum a uma linha e a uma coluna que se cruzam no corpo do quadro

Esquematisação

Cabeçalho	
Margem	Corpo

32. *Preceitos gerais de tabulação* — Nos preceitos formulados a seguir, a referência AEB-V, pág. , indica a página do *Anuário Estatístico do Brasil*, Ano V-1939/1940, em que se podem encontrar exemplificadas as respectivas recomendações

1º — Na delimitação das diferentes partes de um quadro estatístico podem observar-se as seguintes normas:

a) usar traços de separação entre tôdas as colunas, nestas compreendida a matriz (AEB-V, qualquer pág.);

b) só usar traços de separação entre as linhas para compor o cabeçalho (AEB-V, qualquer pág), e separá-lo do corpo e da margem, para fechar os quadros no pé, indicando que as séries dispostas em colunas estão completas (AEB-V, pág 450, 1.º quadro), ou, finalmente, para separar parcelas em coluna dos respectivos totais, sendo que, neste caso, o traço é facultativo e deve restringir-se ao corpo do quadro (o *Anuário Estatístico do Brasil*, Ano III-1937, ainda adotava esta parte do preceito);

c) dispensar quaisquer traços de fechamento lateral dos quadros (AEB-V, qualquer pág) e, no pé das páginas, só os fechar com um traço quando aí ficarem completas as séries (AEB-V, págs 465 e 466);

d) admitir traços mais reforçados, ou duplos, para destacar grupos de colunas exclusivas, para separar uma coluna de total das parcelas inclusivas de que resulta ou, especialmente, para separar quadros contínuos, de pequena largura, justapostos na mesma fôlha (AEB-V, págs. 450, 451 e 452).

2.º — Cada quadro deve ter um título preciso, indicando-lhe, sem omissões nem excessos, a matéria das séries, as modalidades consideradas, a época e a localização dos dados, com a observação das seguintes particularidades:

a) quando um mesmo quadro se dobrar por páginas consecutivas, deve o seu título ser integralmente repetido em cada uma dessas páginas (AEB-V, págs. 454, 455, 456 e 457);

b) quando em uma mesma página houver separação entre quadros, só deve constar do primeiro deles qualquer parte da titulação porventura aplicável aos demais (AEB-V, págs 449 e 450);

c) as referências de tempo ou de lugar, nos títulos dos quadros, podem ser dispensadas quando sejam as mesmas para todos os quadros contidos numa publicação, que inicialmente as consignará

3.º — Deve ser sempre completada por uma sucessão de pontos, chamados "guias", até o traço de separação com a primeira coluna do corpo, qualquer linha da coluna matriz ocupada apenas em parte pela discriminação (AEB-V, qualquer pág.)

4.º — Nos quadros de muitas linhas, convém frequentemente, para facilitar a visão, formar grupos destacados de linhas, com base num critério lógico de aproximação, como sejam os períodos trimestrais, quinquenais, etc., das séries históricas, as regionalizações das séries territoriais ou as analogias específicas das séries estruturais

5.º — Nos quadros de muitas colunas (especialmente se distribuídas em páginas confrontantes), convém repetir na última das colunas as discriminações da coluna matriz, reproduzindo-lhes integralmente os dizeres ou apenas os números de ordem previamente atribuídos aos respectivos itens, o que facilitará a visão das últimas colunas do corpo

6.º — Tõda casa de um quadro estatístico deve conter um número ou um símbolo elucidativo dos motivos da omissão do mesmo, achando-se adotados oficialmente pelo I B G E os seguintes:

— (um traço), para significar ausência decorrente de resultado negativo da observação, da natureza do dado ou do intuito premeditado de mantê-lo oculto, exprimindo, pois, em qualquer caso, existência de observação ou informação;

(três pontos), para significar ausência decorrente da inexistência de qualquer observação ou informação disponível;

0 (um zero), para significar ausência decorrente da adoção de uma unidade de medida em que um dado efetivamente existente deixa de ter expressão numérica, como, por exemplo, o dado 300 quilos numa série de termos expressos em toneladas

7.º — Como símbolos complementares de dados numéricos consignados, teem sido sugeridos os seguintes:

? (ponto de interrogação), para significar que há dúvida quanto à exatidão do dado a que êle se ache apõsto;

* (asterisco), para significar que se deve considerar provisório, sujeito a retificação, o dado a que êle venha apõsto;

§ (parágrafo), para significar achar-se revisto o dado a que êle se ache apõsto, antes divulgado como provisório;

! (ponto de exclamação), para significar a exatidão do dado a que êle se ache apõsto, não obstante o aspecto excepcional que possa apresentar.

8.º — Na inscrição dos números é recomendável separar-lhes em grupos de três, a partir das unidades mais baixas, os algarismos da parte inteira, separação que podia ser feita por um ponto ou por um maior espaçamento entre algarismos extremos dos grupos consecutivos, até as recentes recomendações baixadas pela Comissão de Metrologia e aceitas pelo I B G E, que passaram a vedar o uso do ponto nessa separação

9.º — Os totais podem ser inscritos após ou antes das respectivas parcelas, constituindo a segunda parte da alternativa prática corrente nas estatísticas norte-americanas.

10.º — Na indicação dos meses podem ser usadas ou as abreviações:

Jan — Fev — Mar — Abr — Mai — Jun — Jul — Ago — Set — Out — Nov — Dez;

ou os símbolos romanos correspondentes à respectiva ordem:

I — II — III — — XI — XII

11.º — Quando se arredondam números, desprezando algarismos de ordem inferior à unidade considerada adequada ao caso, deve-se:

a) manter inalterado o último algarismo conservado, se o primeiro desprezado for 0, 1, 2, 3 ou 4;

b) forçar, isto é, aumentar de uma unidade, o último algarismo conservado, se o primeiro desprezado for 5, 6, 7, 8 ou 9.

12.º — Quando se arredondam parcelas de uma soma, pode-se fugir ao preceito anterior, desde que necessário para ajustá-las ao total, compensando de preferências as parcelas de maior vulto ou de menor significação no caso

O. ALEXANDER DE MORAIS

DE ONTEM E DE HOJE

O PRIMEIRO GOVÉRNO PROVISÓRIO E AS ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL

DECRETO N.º 722, DE 6 DE SETEMBRO DE 1890

Determina que sejam remetidos trimensalmente à Diretoria Geral de Estatística mapas dos nascimentos, casamentos e óbitos registrados na conformidade das disposições em vigor.

O Generalíssimo MANUEL DEODORO DA FONSECA, Chefe do Govérno Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, considerando que a administração pública não pode prescindir dos dados estatísticos constantes do registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos feitos na República, de acórdio com as disposições do regulamento anexo ao decreto n.º 9 886, de 7 de Março de 1888, e do decreto n.º 181, de 24 de Janeiro último, resolve :

Art 1.º — Os escrivães de paz e os oficiais privativos do registro civil dos casamentos remeterão diretamente à Diretoria Geral de Estatística, dentro dos primeiros oito dias dos meses de Janeiro, Abril, Julho e Outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos que houverem registrados no trimestre anterior.

§ único — A mencionada Diretoria fornecerá os mapas necessários para execução do disposto neste artigo.

Art. 2.º — A Diretoria Geral de Estatística poderá requisitar aos escrivães e oficiais que façam as correções de que ca-

recerem os mapas, e prestem os esclarecimentos que forem precisos

Art. 3.º — Os escrivães de paz e os oficiais privativos do registro civil dos casamentos, que não remeterem em tempo os mapas exigidos pelo art. 1.º d'este decreto, incorrerão nas penas do art. 154 do código criminal, e na reincidência ficarão sujeitos à privação do emprego.

Art 4.º — Os mesmos funcionários remeterão à Diretoria Geral de Estatística, sob as penas a que se refere o artigo antecedente, os dados por ela solicitados em relação ao ano próximo findo e ao semestre de Janeiro a Junho último, que ainda não tiverem sido enviados

Art 5.º — A Diretoria Geral de Estatística fornece-

rá à Inspeção Geral de Higiene os dados necessários para a organização das estatísticas demógrafo-sanitárias

Sala das sessões do Govérno Provisório, 6 de Setembro de 1890, 2.º da República

(aa) MANUEL DEODORO DA FONSECA
José Cesário de Faria Alvim.

O PRIMEIRO ato legislativo, de interesse estatístico, baixado no Brasil, sob o regime republicano, foi o decreto n.º 113, de 2 de Janeiro de 1890, o qual restaurou e reorganizou a Diretoria Geral de Estatística, criada em 1870, e mandou proceder ao segundo Recenseamento da população. Seguiram-se, em 12 de Abril de 1890, o decreto n.º 331, que baixou o novo regulamento da repartição reorganizada, e em 12 de Agosto do mesmo ano, o decreto n.º 659, fixando as instruções para a operação censitária prevista. O decreto ora reproduzido vem no quarto lugar, nessa enumeração cronológica. Foi baixado a 6 de Setembro de 1890, sob o n.º 722, e teve por objetivo a normalização das estatísticas dos nascimentos, casamentos e óbitos, registrados na conformidade das disposições em vigor.

UMA ORGANIZAÇÃO EM MARCHA

De há muito, nos países americanos, se vinha fazendo sentir a necessidade de um novo organismo para o desenvolvimento das atividades estatísticas num plano de colaboração profissional condzidente com os ideais de solidariedade e aperfeiçoamento continental.

Foram dos maiores, sem dúvida, os esforços que empregaram para êsse fim os técnicos especialistas das Américas E, agora, que já dispõem de um Instituto Inter-Americano de Estatística, prestigiosa entidade, criada em virtude de feliz resolução do Oitavo Congresso Científico Americano, realizado em Washington, em 1940, acabam êles de fixar-lhe definitivamente os objetivos essenciais para o início de uma obra construtiva, em termos de assegurar a expansão e a eficiência dos serviços de estatística do hemisfério

As condições econômicas e sociais dos países compreendidos na órbita do empreendimento exigem, naturalmente, como condição precípua de êxito, o conhecimento estatístico obtido mediante um regime de cooperação que defina a competência e o concurso de todos, em harmonia com os compromissos assumidos no interêsse geral da América

Seria ocioso prolongar a apreciação do papel que caberá ao Instituto Inter-Americano no sentido de formar, nos meios profissionais e fora deles, uma perfeita consciência estatística. É sabido o entusiasmo que os projetos da novel entidade estão despertando em todo o hemisfério. Inicialmente, antes de lançarem as bases fundamentais da grande obra, devotados obreiros da estatística procuraram esclarecer-se sôbre os problemas de primeira linha nos diferentes campos a serem explorados, tendo observado que as falhas a corrigir, os melhoramentos a introduzir e as perspectivas a alcançar formam um conjunto de problemas, cuja solução não dispensa, absolutamente, a cooperação de qualquer das nações americanas

Países há que jamais realizaram censos da sua população, no sentido que se atribue a uma ampla operação nacional dessa natureza, outros, ainda, onde nem ao menos se fazem estimativas adequadas do número de habitantes ou se publicam trabalhos estatís-

ticos, de caráter geral, que mereçam fé. Uns não dispõem de meios suficientes para o ensino da estatística, e outros, em tal disciplina nem sequer conseguem mínimas facilidades bibliotecárias. Há alguns que regulamentam inquéritos e levantamentos, mas nada executam de proveitoso; e há, igualmente, os que instituem, por lei, repartições de estatística geral, com extensas funções, somente no papel. E são poucos, relativamente, os que publicam os tradicionais *Anuários Estatísticos*, tão úteis à administração do próprio país.

Dir-se-á que isso ocorre somente entre os povos de instituições incipientes onde ainda não se desenvolveu convenientemente o interêsse pelas investigações numéricas. Mas há indícios seguros de que também em alguns países de instituições adiantadas ainda não se generalizaram práticas estatísticas à altura da missão que a êles incumbe como partes cooperadoras que realmente são de um todo que é a América.

“Os dados econômicos e sociais da maioria das nações americanas” — declara o Sr. STUART A. RICE, prefaciando *Statistical Activities of the American Nations* — “são pouco conhecidos para além das próprias fronteiras nacionais, até mesmo nos países vizinhos. Dá-se isso particularmente em relação às atividades da coleta de informes. As tendências de contacto internacional entre os economistas, sociólogos e estatistas têm sido mais frequentes entre a Europa e a América que entre os diversos países americanos. De maneira que só no momento atual, sob a pressão de acontecimentos mundiais, assumem pela primeira vez grande importância para tôdas as nações da América os informes fidedignos e de fácil acesso sôbre os aspectos sociais e econômicos de cada uma delas.”

O que de positivo se verifica no conjunto das nações americanas, quanto às principais características de organização e aparelhamento estatístico, dá-lo o quadro seguinte, resumindo informações obtidas recentemente:

ESPECIFICAÇÃO	Número	
Nações do Continente	22	
Que possuem	facilidades para o ensino da estatística	18
	recursos de biblioteca para o estudo e aplicação da estatística	16
	sociedades ou associações de estatística	5
	sistema de estatística oficial (Diretoria Geral, Instituto, Departamento)	21
	organismos não oficiais ou semi-oficiais de caráter exclusivamente estatístico	2
	serviços estatísticos anexos a repartições do governo e outros pertencentes a organizações particulares	22
	aparelhamento mecânico para elaborações estatísticas	16
Que já realizaram censos nacionais da população	um censo	3
	dois censos	1
	três censos	3
	quatro censos	4
	cinco censos	1
mais de cinco censos	7	
Que já realizaram outros censos além dos da população	16	
Que empregam	a Nomenclatura Internacional de Bruxelas para a classificação das estatísticas do comércio estrangeiro.	11
	a Lista Mínima de Mercadorias para a estatística do comércio internacional	3
	a Lista Internacional das Causas de Morte	17
Que editam	o « Anuário Estatístico » oficial do país e outras publicações periódicas de estatística	10
	publicações periódicas de estatística, mas não o « Anuário »	12

Esses dados demonstram, de um lado, que já é significativo o lugar que a estatística ocupa entre os objetivos da administração pública americana, mas patenteiam insuficiência, por outro lado, quanto a certos meios de ação, e lacunas, quanto à produção do material estatístico mais essencial.

Certo, alguns países se destacam por notáveis *performances* no campo da estatística e constituem exemplos admiráveis de tenacidade e compreensão dos responsáveis pelos sistemas que lograrem pôr em funcionamento. Entretanto, importa, e muito, que as atividades estatísticas de todas as nações americanas sejam desenvolvidas, e sobretudo as das menos dotadas de tais recursos, não só na ordem interna de cada uma, senão também no sentido de realizarem mais do que os seus restritos objetivos como unidades políticas isoladas. As peculiaridades físicas, políticas e sociais que as diferenciam não devem constituir obstáculos à cooperação que, agora mais do que nunca, se torna imperativa, afim de que possam

participar de modo satisfatório do amplo processo de comparabilidade estatística a que serão inevitavelmente chamadas na ordem internacional do futuro.

Com particular referência ao quadro que damos acima, a exiguidade de espaço não nos permite um estudo detido das condições expostas, quanto à estrutura e realizações da organização estatística dos países observados em conjunto. Todavia, não nos furtaremos aqui a algumas considerações que possam empregar um sentido mais objetivo aos aspectos gerais que os números trazem.

Vemos em primeiro lugar que dezoito das vinte e duas nações dispunham de facilidades para o ensino da estatística. Isso quer simplesmente dizer que essa disciplina só não é ensinada em quatro países. Nestes últimos os estatísticos são autodidatas ou se diplomaram no estrangeiro. A rigor, em quase todos os países, o funcionalismo da estatística ainda não possui formação profissional escolar, por isso que o ensino da disciplina, na maior parte dos casos, só há pouco teve início. De modo considerável, porém, o autodidatismo e o tirocínio demorado contribuíram para a formação de numerosos especialistas que se consagraram como mestres da estatística científica e administrativa. Assinale-se, todavia, que algumas Universidades do Continente mantêm, há longos anos, cursos com relativa frequência de alunos, e, em alguns casos, está sendo exigida a formação estatística como título de preferência para a nomeação em cargos da administração pública. Estimular a instituição de cursos orientados no verdadeiro sentido teórico e prático da estatística e difundir livros didáticos adequados, facilitando o intercâmbio e a especialização de um mínimo de profissionais necessários ao desenvolvimento social e econômico do hemisfério, é uma das grandes tarefas cometidas ao Instituto Inter-Americano de Estatística.

No que respeita aos recursos bibliográficos, há necessidade de que sejam organizadas pelo menos as coleções indispensáveis ao trabalho e aos estudos do funcionalismo da estatística em seis países que acusam a inexistência de tais recursos nesse ramo de atividades. Além das obras que o Instituto editará, de conformidade com o seu programa, e dos periódicos que fará circular nos países americanos, incluir-se-á, sem dú-

vida, em seu plano de ação, um movimento em prol da permuta de publicações de tôdas as organizações de estatística do Continente, favorecendo, especialmente com material atualizado, as repartições que não disponham de bibliotecas especializadas. O Oitavo Congresso Científico Americano considerou que a reunião, em uma única biblioteca, de tôdas as publicações sobre a população, os censos e as demais estatísticas mundiais seria também de inestimável auxílio para os estudiosos dos problemas nacionais das repúblicas americanas e, assim, resolveu apoiar tal iniciativa, solicitando a cooperação de todos os governos, independentemente do desenvolvimento das bibliotecas respectivas, para a criação de uma secção especial de recenseamento na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, a qual ficaria à disposição dos interessados de todos os países da América.

O sistema de estatística oficial com caráter geral aparece, como vimos no quadro acima, em vinte e uma das nações americanas. Entretanto, nem todos apresentam uma organização ativa estruturada com os elementos essenciais para a realização de um trabalho eficiente. Há, em uns, descentralização, em outros centralização, e ainda em outros, grande dispersão e duplicidade de trabalho. Distinguem-se uns tantos que já atingiram a fase de relativa perfeição no que toca à planificação e coordenação das atividades através da cooperação administrativa e de uma centralização da orientação técnica, com uniformidade de planos e objetivos. De modo geral, as "Diretorias" ou "Secções" de estatística nacional concentram, centralizam e publicam dados dos demais serviços especializados. Por insuficiência de recursos, ou por outras circunstâncias ocorrentes, ressentem-se os trabalhos, em muitos casos, de falta de uniformidade que seria recomendável. Os métodos variam de um país para outro e dificulta-se o conhecimento dos problemas gerais pela falta de regularidade e sistematização dos elementos confrontáveis. Alguns países de pouca população e de pequena extensão territorial, podiam perfeitamente dar maior impulso à estatística, porque, fartos de recursos econômicos e oferecendo formidáveis perspectivas à inversão de capitais, não lhes faltam possibilidades de desenvolver tais atividades. Para uns, seria apenas o caso de aumentar as dotações orçamentárias, dar melhor organização aos serviços e orientar convenientemente o pessoal

que trabalhasse na estatística, tanto mais quanto nem lhes falta o prestígio de sábias leis para garantir-lhes a ação diligente nesse terreno.

O aparelhamento mecânico que figura em dezesseis países, em muitos casos, não é de uso exclusivo das repartições centrais incumbidas da caracterização sintética dos vários aspectos da vida nacional. O mais das vezes pertence a maquinaria a outras repartições ou a serviços especializados de estatística, embora, ocasionalmente, possam ser utilizados para trabalhos da estatística geral.

Os levantamentos de natureza censitária na América tiveram início na segunda metade do século dezessete. Consideremos, porém, que só muito depois é que adquiriram alguma expansão, sendo insignificante o numero de países que já os executaram segundo as regras preconizadas por aqueles que entenderam o censo como uma vasta operação destinada a elucidar convenientemente os grandes interesses do Estado. A base decenal para os recenseamentos modernos data de 1851. Em dois países adota-se a periodicidade quinquenal. Os resultados do nosso quadro, quanto aos censos nacionais de população já realizados, não se apresentam tão animadores como conviria que fôsem poucos são os países bem sucedidos nessas operações. Com regularidade executam-nas apenas nove países, somente havendo alguns agido com essa preocupação nos últimos quinquênios ou décadas, em que então se decidiram pelo critério da periodicidade regular mediante leis e decretos especiais. Há os que realizaram apenas um censo há meio século, variando o atraso de outros, nesse particular, em dezenas de anos. Alguns chegaram a autorizar levantamentos censitários de caráter nacional com métodos modernos, mas imprevistos ou interferências diversas impediram-lhes a realização e, assim, prosseguem com os cálculos aproximados e irregulares do maior patrimônio de uma nação, que é o potencial humano e os seus recursos econômicos e sociais.

Há padrões universais que prestam serviços recíprocos às nações que os adotam, pelos confrontos úteis tornados possíveis entre elas, os quais, no entanto, ainda não se generalizaram em toda a América. Podemos ver que apenas onze países empregam a Nomenclatura Internacional de Bruxelas para classificação das estatísticas do comércio ex-

terior, e que cinco ainda não se servem da Lista Internacional das Causas de Morte. Três países empregam a Lista Mínima de Mercadorias para uso da estatística do Comércio Exterior, lista essa que resultou de estudos completos realizados por uma Comissão de Peritos Estatísticos da Sociedade das Nações.

Doze países não publicam o *Anuário Estatístico*, e entre os que publicam alguns lutam com sérias dificuldades para manter em circulação êsse magnífico repositório de informações gerais. É raro aparecerem essas publicações atualizadas, com exceção das de uns quatro ou cinco países, as quais constituem exemplos dignos de imitação pela excelente apresentação e pelo que resumem de interessante e proveitoso sobre os diferentes setores das atividades nacionais, incluindo-se ainda úteis confrontos internacionais. Editam-se, além disso, numerosas publicações em séries especiais, e bem assim, com periodicidade anual ou mais frequente, aquelas que se denominam de memórias, extratos, relatórios, boletins, sinopses e outras, contendo elementos informativos gerais que suprem muitas vezes a falta do anuário geral. Um aspecto interessante, do ponto de vista estatístico e cultural, oferecem as revistas técnicas, que aparecem regularmente, obedecendo a padrões modernos, e cujo número vem aumentando de modo auspicioso. Algumas constituem realizações que muito recomendam os responsáveis pela criação e circulação de tais periódicos.

Ao Instituto Inter-Americano de Estatística depara-se, como vimos, um complexo de tarefas, em benefício da estatística americana, que requer a aplicação de providências concretas imediatas. Mas não temos dúvida de que a boa compreensão entre os povos americanos as facilitará, tornando operantes os princípios de colaboração que visam articular no continente atividades capazes de contribuir para o aperfeiçoamento coletivo. Sem que de modo algum prejudique as normas habituais das estatísticas já em andamento, no que tenham de bom e conveniente a cada país, a unidade de plano, sob o ponto de vista continental, será estimulada, afim de que, gradativamente, se conciliem os interesses particularistas segundo um objetivo comum de racionalização e cooperação favorável ao progresso geral das Américas.

O Instituto Inter-Americano de Estatística é uma conquista da nossa era.

O programa de suas iniciativas acha-se delineado de modo tal que interessa a todos os países, sem exceção. Como órgão cooperador, consultivo e técnico, poderá às vezes ter participação construtiva no desenvolvimento de projetos em um setor, ou em vários setores, de determinado país que lhe solicite a assistência, porém os resultados dessa sua atuação sempre deverão aproveitar também aos demais membros da coletividade americana.

Promovendo o desenvolvimento dos processos estatísticos e orientando as atividades de interesse geral, concorrerá com suas sugestões e estudos para a solução de problemas relativos à racionalização dos sistemas, criados ou por criar, à uniformidade de planos que permitam a comparabilidade de dados em função do âmbito continental, e à regular divulgação das estatísticas elaboradas por todos os países.

É projeto seu proporcionar meios para o intercâmbio e colaboração dos estatísticos e cooperar, para êsse e outros fins, com organismos nacionais e internacionais. Dedicará esforços, também, ao preparo de elementos especializados capazes de se incumbirem das tarefas técnicas que serão exigidas pela futura expansão dos serviços de estatística dos países americanos.

O quadro social do Instituto está limitado a 150 membros titulares, não excedendo de 15 o total de membros de qualquer país e só podendo ser eleitos, para essa categoria, elementos de reconhecida capacidade profissional que tenham contribuído para a ciência estatística e para o seu desenvolvimento no Continente Há, ainda, além desses e dos membros *ex-officio*, os membros aderentes, que são os próprios governos que contribuem para o Instituto com uma quota de adesão na base de 20 cents por 1 000 habitantes. A diretoria atualmente em exercício reúne personalidades do mundo estatístico da Argentina, do México, dos Estados Unidos e do Brasil, e êsse corpo dirigente é conhecido pela expressão *Bureau*.

Tendo-se verificado, nos Estados Unidos, *quorum* para uma sessão da diretoria ou *Bureau*, a qual já havia sido prevista de conformidade com os Estatutos e as consultas feitas aos diversos membros do Instituto, realizou-se a mesma no mês de Agosto, em Charlottesville, Virginia, para o fim de serem tomadas deliberações de grande oportunidade.

Determinaram essa assembléa nesse local e nas condições em que foi

realizada, as dificuldades quanto ao transporte para outro país dos que dela deveriam participar e, ao mesmo tempo, a necessidade de resolver desde logo certas questões administrativas, em virtude de ter sido atingido o mínimo exigido para a transferência dos negócios do Instituto para um regime autônomo, conforme estabeleciam os Estatutos

Com efeito, as adesões de seis governos e a iminência de outras importantes adesões oficiais, além do fato de terem sido satisfeitos outros requisitos indispensáveis, permitiram ao *Bureau* estabelecer, entre outras decisões, o primeiro exercício de autonomia financeira e técnica a partir de 1 de Julho do ano corrente, data em que também passaram a vigorar novas disposições relativas à direção superior do Instituto e à sua responsabilidade contábil.

Analisados os objetivos fundamentais da organização à vista dos problemas mais urgentes, os estudos sobre os assuntos tratados na primeira reunião do *Bureau* também se processaram em harmonia com as restrições que o momento atual impõe. Vários projetos, aliás de grande importância, e numerosos alvitres de interesse coletivo, tiveram o seu exame retardado temporariamente. Mas o que foi deliberado atende a um programa mínimo inicial, de vantagens imediatas. Assim, o projeto de um *Anuário Inter-Americano de Estatística*, cujo planejamento, a cargo de um *Comité* composto de todos os membros da diretoria, terá a colaboração direta de conhecidos estatísticos da América Latina; a formação de *Comités Técnicos* de cursos de aperfeiçoamento, de publicações, de estatísticas demográficas, e de projetos diversos, os quais começarão os seus trabalhos quanto antes. Deverão ser iniciados desde logo, também, os estudos para a cooperação a prestar no campo demográfico e na organização dos serviços de estatística e no ensino dessa disciplina em alguns países. Já no primeiro trimestre de 1943 circulará uma revista a ser editada como órgão oficial do Instituto à feição dos modernos periódicos do gênero. Dirigida por conceituado estatístico mexicano, de larga projeção nos círculos especializados e com experiência na

matéria, e obedecendo à orientação do *Comité* de Publicações, a nova revista está fadada a grande êxito, porque, não sendo demasiado técnica ao ponto de restringir o interesse unicamente aos estatísticos, dará todo o destaque à matéria estatística, sobretudo à de natureza governamental, e divulgará estudos em que os aspectos sociais sejam apreciados em termos numéricos, sem invadir os campos de outras publicações especializadas.

O Instituto Inter-Americano de Estatística já conta com uma plêiade de profissionais que, do extremo norte ao extremo sul do Continente, dedicarão o melhor de seus esforços às iniciativas projetadas. Registre-se também a adesão oficial de vários governos americanos, que até já remeteram a sua quota anual, enquanto outros providenciam sobre a sua inclusão, num movimento espontâneo de pressurosa solidariedade Progressiva e sistematicamente, o Instituto realizará todos os objetivos para que foi criado. Nesta sua fase de laboriosa articulação e iniciação dos trabalhos, o primeiro e por conseguinte o mais árduo período, devemos, com a nossa compreensão e o nosso auxílio, encorajar os elevados propósitos que animam os seus atuais dirigentes.

Os estatísticos americanos, onde quer que estejam e quaisquer que sejam os setores do seu trabalho, concientes das responsabilidades que a função lhes impõe, devem irmanar-se nos ideais de bem servir o Instituto, prestando-lhe, com entusiasmo, a cooperação que estiver em suas possibilidades. Dêsse modo estaremos certos de que o movimento iniciado por aquela organização, ora em plena marcha para nobres e grandiosos destinos, frutificará não só em estáveis realizações no campo da estatística, mas, também, em apreciáveis resultados quanto à maior e melhor aproximação entre os povos do Continente. E outro não é, aliás, o sentido da importante Resolução aprovada na III Reunião de Chanceleres, no Rio de Janeiro, em princípios deste ano, sobre o estabelecimento de normas e coordenação dos serviços estatísticos de todas as nações do hemisfério.

GERMANO JARDIM

(Assistente do Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde)

INFORMAÇÕES GERAIS

BRASIL

Economia popular Os dados, recentemente divulgados, sôbre o montante da economia popular depositada em bancos e caixas econômicas existentes no Brasil em 31 de Dezembro do ano passado, apresentam um acréscimo de 16,44 % sôbre o verificado em igual data do ano anterior Distribuído segundo a natureza dos estabelecimentos em que se achava, era o seguinte o referido total, em contos de réis:

Em bancos nacionais . . .	6 127 037
Em bancos estrangeiros ...	563 778
Em caixas econômicas	3 647 428
Total	10 338 243

Mais de 77 % dessa importância correspondiam a São Paulo (35,5 %), Distrito Federal (31,5 %) e Minas Gerais (10,2 %), circunstância que, ao apreciar-se a distribuição geográfica dos depósitos, confere às regiões do Leste Meridional e do Sul a posse de mais de 92 %.

Considerado o total dos depósitos da economia popular em relação ao efetivo demográfico recenseado em 1º de Setembro de 1940, teremos que é de 249\$ a média *per capita*, para o país. Apreciando-a mais a fundo, vemos essa média reduzida a apenas 14\$ nos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba, atingida quase exatamente somente no Rio Grande do Sul (267\$) e ultrapassada exclusivamente em São Paulo (508\$) e no Distrito Federal (1:834\$). Dêsse último detalhe resulta a verificação de que, sendo a economia popular depositada em bancos e caixas econômicas sul-riograndenses bastante inferior à existente em iguais estabelecimentos mineiros (893 553 contra 1 058 900 contos de réis), a média *per capita* em Minas Gerais está muito abaixo da apurada no Rio Grande do Sul, isto é, atinge apenas 156\$

Comentando algumas das informações estatísticas aqui agora mencionadas, o *Boletim do Conselho Federal do Comércio Exterior* acentuou que, em comparação com o ano anterior, as reservas de economia popular em 31 de Dezembro de 1941 apresentam o expressivo acréscimo de 16,44 % sôbre as existentes em igual data do ano de 1940

Dêsse aumento, que foi, em números absolutos, de 1 460 000 contos de réis, cabe aos bancos nacionais a par-

cela de 1 244 766 contos (25,49 %) e às caixas econômicas a de 260 167 contos (7,68 %). Houve nos depósitos em bancos estrangeiros um decréscimo de 44 933 contos (7,38 %).

A intensidade proporcional do acréscimo verificado foi mais sensível nos Estados de Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (respectivamente 32,90%, 32,55 % e 30,63 %). Em duas Unidades Federadas — Ceará e Alagoas — houve diminuição no total dos depósitos. Na primeira, equivalente a 1,40 % e, na segunda, a 8,92%

Constituíam, na data indicada, a rede bancária do país, 143 bancos nacionais, com 1 124 filiais; 80 filiais de bancos estrangeiros; 225 casas bancárias com 47 filiais; 151 cooperativas com 2 filiais; 8 Caixas Econômicas Federais autônomas, com 72 agências, 16 filiais e 14 sucursais; 13 Caixas Econômicas Federais anexas às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados; 18 Caixas Econômicas Estaduais autônomas e 446 anexas às Coletorias Estaduais.

A elaboração das estatísticas censitárias A atual fase — de apuração — do Recenseamento de 1940 consiste em aproveitar o vasto acervo de material reunido e de extrair a verdade dos lançamentos consignados nos diferentes instrumentos de coleta. Para isso, são examinados e analisados, a fundo, os boletins e cadernetas preenchidos pelos agentes recenseadores, levando-se em conta que estes constituíram um numeroso exército de mais de 30 000 homens cuja cultura não foi possível nivelar, segundo o padrão mais elevado, por circunstâncias diversas, resultantes de inelutáveis imperativos sociais.

A fase que ora se processa no Serviço Nacional de Recenseamento não cede à que a precedeu em dificuldades e responsabilidades. O exame do material censitário acondicionado em cerca de 10 000 caixotes, seguido da classificação e distribuição do respectivo conteúdo, significa a separação do joio do trigo na farta documentação que o censo produziu. A codificação preliminar dos dados pressupõe a prévia verificação da prestabilidade e da plausibilidade destes, à luz de recursos técnicos de que não dispunham os órgãos primários do recenseamento responsáveis originariamente pelo estudo e revisão dos boletins censitários.

Considerando que êsses boletins excedem em número a 10 milhões, cada qual com muitas dezenas de quesitos, é fácil avaliar o que representa, como esforço de critica e de interpretação, o trabalho que se está realizando para que a matéria prima destinada às máquinas de apuração mecânica não se ressinta de vícios técnicos fundamentais, capazes de comprometer os êxitos até agora conseguidos com paciência e honestidade

O tempo consumido em escoimar de imperfeições o acervo de informações recolhidas é, entretanto, ganho nas máquinas, que não sabem criticar e menos corrigir, embora classifiquem e somem com elétrica precisão

Indústria alcooleira Em comunicado distribuído pela Agência Nacional, o Instituto do Açúcar e do Alcool acentua que o desenvolvimento da produção alcooleira no Brasil, sobietudo no que se refere ao álcool anidro — o tipo mais indicado para emprêgo como carburante — assinala um esforço verdadeiramente impressionante e traduz ao mesmo tempo o claro sentido de previsão com que foi encerrado o problema vital da criação do combustível nacional

O exame de alguns dados estatísticos positavam, em termos irretorquíveis, êsse bem orientado esforço do governo, através do Instituto do Açúcar e do Alcool

Vejamos os números referentes à nossa produção alcooleira a partir da safra de 1933-34, ano em que se iniciou no país a fabricação do álcool absoluto, isto é, de graduação superior a 99,5^o G L. Nesse ano, a produção do álcool anidro foi apenas de 100 000 litros, obtidos numa destilaria montada em São Paulo. Já na safra seguinte, com a instalação de novas destilarias em outras áreas canavieiras, como Pernambuco, Alagoas e Estado do Rio, o volume de produção galgou rapidamente a casa dos 33 239 518 litros. E daí por diante vem crescendo de ano para ano, graças às iniciativas do I A A, que não só fundou destilarias próprias, no Estado do Rio e em Pernambuco, como incentivou a atividade privada, pelo financiamento e garantias de segura colocação do produto a preços compensadores

Assim, a nossa produção de álcool anidro foi, em 1935-36, 7 739 791 litros, em 1936-37, 14 075 543 litros, em 1937-38, 20 616 770 litros; em 1938-39, 36 505 878 litros, em 1939-40, 31 499 371 litros; em 1940-41, 67 599 396 litros

Não é preciso encarecer a significação dêsses números, porque êles são altamente expressivos como índice da segura e esclarecida orientação com que se deu solução a êsse tão importante problema do carburante nacional

Por outro lado, a produção do álcool hidratado também se beneficiou da ação da autarquia açucareira e do natural desenvolvimento da procura, resultado, êste, do progresso mesmo das indústrias que utilizam o álcool

Expressa em litros, a produção de álcool hidratado, de 1933-34 a 1940-41, foi a seguinte 43 336 288 — 43 990 828 — 54 298 819 — 43 306 605 — 43 254 835 — 55 803 197 — 62 214 868 — 59 021 592

A soma dos números referentes ao álcool anidro e ao hidratado oferece o seguinte resultado para a produção alcooleira total, no mesmo período, em litros 43 436 288 — 47 230 346 — 62 038 610 — 57 382 148 — 63 861 605 — 92 314 075 — 93 714 239 e 126 620 988

Quanto ao valor do álcool produzido, os números são os seguintes, em contos de réis 1933-34, 31 221, 1934-35, 37 605, 1935-36, 44 446, 1936-37, 48 791, 1937-38, 47 391, 1938-39, 67 759, 1939-40, 69 496 e 1940-41, 93 420

O valor a que já atingiu a produção alcooleira do país, a par dos capitais invertidos na montagem das fábricas existentes até o último ano compreendido nas estatísticas de que nos servimos — 44 destilarias de álcool anidro e 181 de álcool potável, sem falar em mais de 8 000 engenhos produtores de aguardente — mostram que a nova indústria é hoje um dos elementos de maior importância na economia nacional e essa importância se manifesta no momento presente pela forma mais decisiva na contribuição que vem dando para manter em funcionamento os nossos veículos e suprir muitas indústrias de interesse para a defesa do país

Energia elétrica Segundo os dados oficiais divulgados pelo Ministério da Agricultura, o Brasil ocupa o sexto lugar entre os países de maior potencial hidráulico. O aproveitamento dêsse potencial vem sendo objeto de acurados estudos, por parte dos técnicos da Divisão de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral do referido Ministério

A energia elétrica tem a maior capacidade de consumo no Estado de São Paulo, que, do seu potencial de 1 940 800 kw, já aproveitou 549 156 kw. Minas Gerais, até o ano passado, apesar de possuir a maior força hidráulica do país, com 4 346 900 kw, industrializava apenas 122 689 kw

Também Santa Catarina possui imensa energia elétrica disponível, com o aproveitamento de 14 681 kw do total de 1 934 000 kw, que representa o máximo do seu potencial hidráulico. Nos outros Estados, com a exclusão dos do Norte, onde, em geral, a energia elétrica é gerada por propulsão de máquinas a vapor ou de explosão, a proporção entre o potencial hidráulico disponível e o aproveitamento industrial é ainda menor, não deixando dúvidas quanto às imensas reservas do nosso país em matéria de energia motriz hidro-elétrica.

O progresso do nosso desenvolvimento econômico industrial pode ser medido pelo aumento sempre crescente das usinas geradoras de eletricidade. Deixando de parte as que funcionam com energia térmica, — em número de 134, em 1920, e de 740 em 1940 — é interessante ressaltar que a primeira usina de eletricidade movida a água surgiu em nosso país no ano de 1889, e já em 1900 havia no país 6 usinas hidro-elétricas, em 1910, 60, em 1920, 204; em 1930, 541, em 1934, 573; em 1939, 675, e finalmente, 796 em 1940

Investigações sobre o meio rural Os esforços no sentido da fixação do homem rural ao seu *habitat* necessariamente devem compreender o lastro de uma extensa e profunda investigação destinada a revelar todos os aspectos físicos, econômicos e sociais do interior

Os informes previstos nas campanhas lançadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística já veem permitindo o conhecimento de certas condições de vida em todo o país e, principalmente, dos resultados dos diversos censos iniciados a 1.º de Setembro de 1940 advirá um notável cabedal de informações, além dos elementos colhidos pelos agentes censitários e inseridos nos relatórios com observações e comentários cuja divulgação sistematizada muita luz projetará sobre o assunto

Há dois anos atrás, entretanto, o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, por intermédio de sua Secção de Pesquisas Econômicas e Sociais, empreendeu um inquérito destinado a aprofundar mais ainda todas essas indagações, se bem que mediante processo de coleta menos eficiente, qual seja o de pedido das informações por correspondência

Entretanto, assinala aquela repartição que as fontes consultadas teem

procurado atender os pedidos com solícitude.

Aos prefeitos dos 1 574 municípios do país foram solicitadas minuciosas informações abrangendo dados econômicos, demográficos e sociais, sobretudo estes últimos, que darão, além da fixação objetiva das regiões e áreas culturais brasileiras, uma visão precisa da vida em nosso interior, desde as partes mais longínquas, mais isoladas, mais fixas (culturas de *folk*) até as zonas já tocadas pelo dinamismo moderno, pela máquina, em suma, pela civilização.

As perguntas do inquérito referem-se às propriedades agrárias (extensão, organização, financiamento), à vida social que se desenvolve dentro delas ou entre elas, isto é, a constituição familiar, as relações sócio-econômicas, a alimentação, a instrução e a educação, as festas e as comemorações, a religião, as superstições, a solidariedade e o desajustamento, a existência de *folkways* e *mores* específicos. Indaga ainda, e isto mais detalhadamente, acêrca dos padrões arquitetônicos rurais, compreendendo o aspecto geral das casas típicas, a sua forma de construção, o material da cobertura, do piso e das paredes, as acomodações internas, as condições de salubridade (localização, aeração, abastecimento d'água, aparelhamento sanitário, etc.) E pede documentação fotográfica da sede e conjunto de edificações rurais (grandes, médias e pequenas), das casas de administradores e auxiliares de administração das propriedades rurais do município; das habitações, construídas pelos proprietários para colonos, meeiros, operários e trabalhadores rurais; fotografias de habitações típicas construídas pelos próprios interessados em terras devolutas, arrendadas, ou arrendadas e até nas propriedades particulares, mediante consentimento dos proprietários

Divulga o Serviço de Economia Rural que, das 1 574 circulares expedidas, foram respondidas, até o ano passado, 912, ou sejam 57,9 %, inclusive, em muitos casos, documentação fotográfica também das localidades mais aprazíveis e interessantes do município, notadamente dos monumentos naturais, bem como *croquis*, plantas baixas, de elevação, etc.

A situação do cacau O cacau está incluído entre os produtos cuja valorização figura expressivamente no quadro de nossas exportações.

Basta dizer que a sua cotação média na praça da Baía, principal centro exportador do país, tendo sido de 19\$224 na safra 1940-41, subiu a 29\$613 na de 1941-42 e iniciou a atual na base de 33\$200.

O valor global da exportação desse produto, no ano passado, elevou-se a 314 912 contos de réis, alcançando, assim, a percentagem de 4,7 % do valor da exportação geral do país, enquanto no ano anterior havia sido de 3,9 %

Demonstram as estatísticas que praticamente não há mercado interno para a grande produção cacauera, destinando-se esta, na sua maior parte, aos Estados Unidos, que anualmente compram alta percentagem do total exportado

Ainda no primeiro semestre deste ano mesmo, apesar das crescentes dificuldades criadas à navegação, o Estado da Baía enviou para os portos norte-americanos 422 625 sacos de 60 kg, isto é, 86,9 % do total exportado

Do boletim do Instituto do Cacau onde se encontram essas informações verifica-se também que, já da atual safra 1942-43, a uma entrada de 107 479 sacos, nos dois primeiros meses do período — Maio e Junho — correspondeu uma exportação, bastante satisfatória, de 83 118 sacos

Comércio do mate A exportação brasileira de mate, no primeiro semestre do corrente ano, acusou sensível aumento em relação a igual período do ano anterior, isto é, 1 977 700 kg, quanto ao peso líquido, e 4 171:466\$900, quanto ao valor. Exportamos, realmente, nos seis primeiros meses de 1942, nada menos de 28 905 912 kg líquidos, no valor de 35 840:687\$600, contribuindo para êsses totais especialmente o Paraná, com 16 885 835 kg, no valor de 22 696 324\$000. Dos demais Estados produtores — Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo —, êste último não figurou no quadro da exportação do primeiro semestre do ano em curso

A discriminação do mate exportado por países de destino deixa ver que a Argentina continua a ser o maior consumidor da nossa erva, tendo importado, de Janeiro a Junho último, 13 166 553 kg líquidos, no valor de 13 746:894\$900, seguido de perto pelo Uruguai, com 9 080 224 kg, no valor de 11 428:598\$800, e, um pouco mais à

distância, pelo Chile, com 3 985 137 kg, no valor de 6 468:589\$200. Os Estados Unidos, que haviam adquirido apenas 9 543 kg no primeiro semestre de 1941, compraram em igual período deste ano 492 173 kg, no valor de 965 300\$800. A diferença observada no preço médio por kg é explicada pelo fato de que, enquanto o Chile e os Estados Unidos só importam o produto beneficiado, o Uruguai importou a maior parte beneficiada e mais de um milhão e 200 mil kg da classe caucheadada, ao passo que o grosso da exportação para a Argentina foi desta última classe

O *Boletim Estatístico do Instituto Nacional do Mate*, que nos fornece os dados acima, oferece também dados do consumo interno do produto, fixando-o em 9 352 840 kg nos seis primeiros meses do ano corrente, assim distribuídos segundo as regiões:

Norte	9 881
Nordeste	50 822
Leste	379 199
Sul	8 733 413
Centro Oeste	179 525
Total	9 352 840

É de notar que para êsse total só o Rio Grande do Sul concorre com 7 244 462 kg, isto é, perto de três quartas partes. O Território do Acre e Goiaz não figuraram entre os consumidores no período indicado

Vencimentos do professor primário O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos levantou um quadro, baseado nos orçamentos das diversas Unidades Federais para o ano de 1941, dos vencimentos atribuídos aos professores primários em cada uma delas.

Segundo êsse quadro, um professor ganhava mensalmente em Alagoas, de 140\$0 a 300\$0, no Amazonas, de 165\$0 a 500\$0; na Baía, de 384\$0 a 645\$0, no Ceará, de 100\$0 a 400\$0; no Espírito Santo, de 200\$0 a 420\$0, em Goiaz, de 250\$0 a 384\$0; no Maranhão, 310\$0, no Rio de Janeiro, de 400\$0 a 850\$0; em Mato Grosso, de 180\$0 a 330\$0; em Minas Gerais, de 99\$0 a 370\$0, na Paraíba, de 83\$3 a 430\$0, no Pará, de 150\$0 a 350\$0, no Paraná, de 100\$0 a 420\$0; em Pernambuco, de 300\$0 a 400\$0, no Piauí, de 120\$0 a 384\$0; no Rio Grande do Norte, de 250\$0 a 416\$0; no Rio Grande do Sul, de 360\$0 a 720\$0; em Santa Catarina, de 130\$0 a 375\$0; em São Paulo, de 240\$0 a 900\$0; em Sergipe,

de 205\$8 a 338\$1; no Território do Acre, de 400\$0 a 700\$0; e no Distrito Federal, de 240\$0 a 1:200\$0.

Conquanto acompanhada da informação de que geralmente são concedidas vantagens especiais aos professores que trabalham em escolas de zona rural ou de difícil acesso, a tabela que resumimos apresenta, em côres bem pouco auspiciosas, a situação do professor primário no interior do país, vendendo-se em vários casos o ordenado mensal do mestre-escola equiparado ao ganho mínimo do mais modesto trabalhador.

Meios de hospedagem na Baía Em inquérito complementar destinado a ampliar as indagações da campanha estatística normal que lhe cumpre realizar no Estado, na parte referente aos meios de hospedagem, o Departamento Estadual de Estatística verificou que em cinco dos 150 municípios baianos não existe, por mais estranho que pareça, nenhuma casa que se dedique com habitualidade à hospedagem.

Nos 145 municípios onde foram arroladas 590 casas de hospedagem, os números dessas casas guardam geralmente certa relação percentual com a população. Assim, estão localizadas: na zona centro-litorânea, 155 casas de hospedagem; na litoral-sul, 108; no sertão, 81; na encosta oriental, 70; e assim por diante, em ordem decrescente, cabendo a menor parcela, ou sejam 8 casas, à zona planalto do oeste.

Quanto à capacidade, embora nada conste sobre 36 dos estabelecimentos arrolados, o resultado referente à quase totalidade se exprime em 4 393 quartos e 6 497 leitos, o que dá uma média de 7 quartos e 11 leitos para cada casa. Tendo em vista a população do Estado, chega-se à conclusão de que corresponde menos de dois leitos, ou precisamente 1,86, a 1 000 habitantes.

Relativamente à espécie de iluminação, verifica-se que em 288 a luz em uso é de querosene, em 282 há eletricidade, em 4 usa-se acetileno ou gasolina, e em 36 não se apurou qual a espécie de iluminação existente. A predominância do querosene decerto está sendo causa de sérios embaraços ante a atual escassez de combustíveis derivados do petróleo.

O preço da hospedagem varia, mas predomina, de modo maciço, o compreendido entre limites relativamente baixos, pois a diária mais comum é a de dez mil réis, como se vê da infor-

mação de que em 494 casas o custo da diária é de 6\$000 a 10\$000. Observa-se certa elevação desse nível nas zonas Centro Litorânea e Litoral Sul, onde se acham, respectivamente, os portos de Salvador e Ilhéus, ao passo que a tendência para baixa é evidente na zona do sertão

Outra das observações merecedoras da atenção é a alusiva à denominação das casas de hospedagem, pois revela, em conjunto, curiosas preferências que se devem registrar para posteriores comparações e comentários, visto como parecem mudar à feição dos tempos. Acentua-se que atualmente teem primazia os nomes de pessoas, geralmente prenomes, sobrenomes ou apelidos das donas ou donos, seguindo-se os nomes de lugares ou os adjetivos gentílicos correspondentes, enquanto os nomes de santos, antigamente comuns, são relegados a quarto plano. Encontra-se ainda com apreciável constância a denominação "Familiar", bem como a "Viajantes".

As operações na Bolsa do D.F. e de São Paulo Em referência às operações

realizadas na Bolsa de títulos das duas praças de maior vulto no comércio do país, durante o primeiro semestre de 1942, o número de Julho dos *Dados e Índices Econômicos e Financeiros*, do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, registra que o volume dos negócios vem mantendo um ritmo relativamente constante, nos resultados por períodos anuais, em contraste com a oscilação das cifras, nos períodos mensais do primeiro semestre

Declinando gradativamente, a partir do período Fevereiro de 1941 a Fevereiro de 1942, em relação ao Distrito Federal, e apresentando alternativas, quanto à capital paulista, o movimento de títulos federais, por períodos anuais, não acusa variações bruscas, como nos períodos mensais, conforme abaixo se vê:

PERÍODOS ANUAIS DE 1941 A 1942	Distrito Federal (Contos de réis)	São Paulo
Janeiro	360 945	17 204
Fevereiro	372 404	18 470
Março	355 554	15 753
Abril	353 600	16 006
Maio	329 779	14 928
Junho	327 460	18 786

Por períodos mensais, é visível a oscilação dos resultados não somente no

Distrito Federal como, principalmente, na cidade de São Paulo Assim, temos

PERÍODOS MENSAIS	Distrito Federal	São Paulo
	(contos de réis)	
Janeiro	21 902	605
Fevereiro	30 770	1 359
Março	31 219	2 212
Abril	22 733	462
Maior	28 202	590
Junho	19 440	4 021

No período anual Junho de 1941 a Junho de 1942, o movimento de títulos federais, nas duas Bolsas, atingiu 346 246 contos de réis, contra 380 579 contos de réis, no período de Junho de 1940 a Junho de 1941 O último período acusa, portanto, a diminuição de 34 333 contos de réis, correspondente a 10 % Até Junho de 1942, as vendas de ações e debêntures se exprimem em 239 877 contos de réis, contra 201 296 contos em Junho de 1940 — Junho de 1941, correspondendo, assim, ao período anual encerrado no primeiro semestre o aumento de 38 581 contos de réis, ou sejam 19 %

Atingindo o total de 519 853 contos de réis, para 1942, registram os "Outros Títulos Públicos" o acréscimo de 93 816 contos de réis, equivalente a 23 %, em relação a Junho 1941-Junho 1942, quando êsse movimento alcançou 426 037 contos de réis

Quanto aos resultados mensais englobados do Distrito Federal e de São Paulo, os "Outros Títulos Públicos" figuram com 57 242 contos de réis, em Junho último, contra 39 354 contos de réis, em Maio de 1942 Em relação ao mês anterior, Junho acusa, portanto, o aumento considerável de 17 888 contos de réis, correspondente a 46 % Com 31 662 contos de réis, em Junho, contra 30 474 contos de réis, em Maio, as ações e debêntures figuram com o acréscimo mensal de 1 188 contos de réis, ou 6 %. Finalmente, confirmando a oscilação mensal dos negócios da Bolsa, os títulos federais atingem 23 461 contos de réis, em Junho, havendo, relativamente ao mês anterior, a diminuição de 5 331 contos de réis, correspondente a 19 %

Arrecadação paranaense O Estado do Paraná cobra, a título de Taxa de Estatística, um tributo de 1 % sobre o valor oficial dos produtos exportados

A arrecadação dessa taxa foi de 2 338:987\$562 em 1940 e teve um acréscimo de 17 54 %, ou seja para 2 749 455\$154, no ano passado.

Em seu comunicado n.º 82, o Departamento Estadual de Estatística do Paraná mostra que em ambos os exercícios o primeiro lugar entre os municípios arrecadadores coube ao de Paranaguá, em cujas três coletorias deram entrada 365 165\$0 em 1940 e 472 386\$8 em 1941

Está em segundo lugar Antonina, onde foram arrecadados 374 364\$3 no ano passado Vem em seguida Londrina, com uma renda de 334 063\$946 em 1941

No quadro comparativo dessa arrecadação nos anos indicados chamou a atenção do comentarista do D E E a posição dos municípios de Campo-Largo e Sertanópolis, colocados respectivamente em 1.º e 2.º lugares na diferença percentual verificada Em 1940, aquele município arrecadou 353\$300, passando a 1 187\$0 em 1941, isto é, 233,42 % a mais, o outro arrecadou, em 1940, 29 675\$893, e 55 920\$994 no ano seguinte, portanto quase o dobro, ou precisamente 88,43 %

O montante da renda produzida e o seu considerável crescimento atestam, pela natureza de sua incidência, a força do comércio exportador paranaense, no qual a madeira e o café em grão mantêm o primeiro lugar e a erva-mate, no ano passado, cedeu o terceiro lugar a carnes e seus derivados

O mercado do leite em Pelotas O Departamento de Estatística de Pelotas dedicou um dos recentes números do seu boletim às estatísticas do comércio de leite naquela importante cidade gaúcha, no triênio 1939-1941

Vê-se por êsses dados que foi de 2 853 048 litros a produção de leite no ano passado, tendo sido distribuídos à população 2 612 733 litros, 201 191 aplicados em fins industriais e 39 124 litros recusados A quantidade do produto recusado distribuiu-se, segundo os motivos, assim: 61 %, por acidez elevada e impurezas, 33,6 %, por insuficiência de gordura; e 5,4 %, por conter água

O leite é entregue ao consumo público ao preço de 1\$000 por litro, e, se atentarmos em que a população de Pelotas orça em pouco mais de setenta mil habitantes, tendo consumido uma média de 7 158 litros por dia no ano passado, verificaremos um consumo diário de pouco mais de cem gramas *per capita*

Num país como o nosso, onde o leite entra em infima percentagem na alimentação normal, o coeficiente de Pelotas apresenta-se como dos mais elevados

ESTRANGEIRO

Comércio mundial de trigo e milho Elementos estatísticos compilados por uma publicação especializada argentina, fornecem como prognóstico da produção mundial de trigo no ano comercial 1941-42 um total de 84 656 mil toneladas, não incluída nesse cômputo a produção da Rússia, China, Pérsia e Iraque.

O total do trigo destinado ao comércio internacional estaria assim distribuído, em milhares de toneladas

Estados Unidos	25 743
Canadá	8 137
Argentina	6 100
Austrália	4 442
Outros países	22 147

Segundo êsses dados, os Estados Unidos concorreriam, para o atual período, com três milhões de toneladas mais do que no ano anterior, bem como a Austrália com dois milhões a mais. Por outro lado, os prognósticos referentes à Argentina são inferiores em dois milhões de toneladas à produção desse país no ano comercial 1940-41.

Se os referidos prognósticos se confirmarem, teremos uma produção mundial bastante reduzida, uma vez que desde o ano comercial 1937-38 tem ela sido sempre superior a cem milhões de toneladas

Redução semelhante parece verificar-se na produção de milho, estimada em 85 352 mil toneladas, presumivelmente mais elevada do que a do ano comercial 1940-41, orçada em 81 544 toneladas, mas consideravelmente inferior à dos três períodos anteriores, especialmente em 1939-40, quando subiu a 96 385 toneladas. Com relação aos dados referentes à produção de milho, adverte-se que não estão incluídos certos países que representam cerca de 20 % da produção total, mas que carecem de significação no comércio mundial

Ainda conforme dados provisórios divulgados pelo Banco Central da República Argentina, havia a 1º de Agosto dêste ano um saldo exportável de 5 313 mil toneladas de trigo, e 10 552 milhares de toneladas de milho. Confrontado com o saldo de milho exportável existente na vizinha República, em igual data dos anos anteriores, verifica-se naquela última cifra uma considerável

diferença para mais, fato que, como tantos outros, encontra sua explicação nas dificuldades criadas à navegação mercante, mesmo das nações neutras, pelo atual conflito mundial

Comércio exterior de Portugal

Apesar de tôdas as dificuldades resultantes da anomalia da situação internacional, mostra o comércio exterior de Portugal, através dos algarismos do Instituto Nacional de Estatística, o desenvolvimento que vem alcançando e ainda as suas possibilidades. Êsses algarismos revelam uma importação, no ano passado, de 1 374 040 toneladas, no valor de 2 642 705 contos, e uma exportação de 771 224 toneladas, no valor de 2 896 239 contos, registrando-se, assim, pela primeira vez no movimento comercial português, um saldo positivo da balança comercial, na importância de 253 534 contos

O movimento em 1941 registrou aumentos de 4,7 % na importação e 79,5 % na exportação em relação a 1940 e de mais de 15,7 % e 153,8 %, respectivamente, em relação a 1938. A quantidade declinou de 6,2 % na importação e de 32,3 % na exportação, ou, em relação a 1938, de 37,5 % e 49,8 %, respectivamente. O *superavit* acima mencionado não é devido a nenhuma diminuição do valor da importação, pois êsse até apresenta ligeiro aumento, mas sim foi produzido pelo aumento do valor da exportação.

Assinale-se que um exame mais detalhado das cifras publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística permite avaliar a profunda alteração operada na composição do comércio exterior português no ano passado: várias mercadorias consideradas principais e que de há muito constituíam, por assim dizer, a base do comércio de exportação, baixam consideravelmente, enquanto outras que, antes da guerra, nenhuma importância tinham ou só apresentavam uma importância secundária crescem de significação, como, entre as primeiras, os vinhos do Pôrto e o azeite, e, entre as últimas, os minérios de volfrâmio e de estanho e óleos vegetais.

Há ainda, como interessante aspecto a considerar, o trânsito indireto de mercadorias, cujo aumento não é proporcionalmente menor que o da exportação. Assim é que o trânsito in-

direto que, em 1938, foi de 321 mil contos e, em 1940, de 397 mil contos, passa em 1941 a 840 mil contos, ou seja um aumento de 23,7 %, em 1940, e 161,7 % em 1941. Como era de prever, dada a posição geográfica de Portugal em face da atual situação internacional, o trânsito direto e baldeação do estrangeiro para o estrangeiro apresentam um aumento considerável de 71 mil contos em 1938 para um milhão 235 mil contos em 1941, ou seja uma diferença, para mais, de 1,639 %

O custo da vida na Espanha A *Revista de Trabajo*, de Madri, publicou tabelas da Dirección General de Estadística da Espanha contendo os índices dos preços vigentes naquele país em Outubro do ano passado, em confronto com os que se achavam em vigor em Julho de 1936 e no ano de 1913

Vê-se por êsses quadros que o índice geral dos preços, representado por 100 no último ano anterior à primeira grande guerra, passou a 163,4 por ocasião da guerra civil espanhola e elevou-se a 356,1 em 1941. A alta mais sensível verificou-se no grupo dos alimentos de origem animal, ou, mais propriamente, das substâncias alimentícias em geral, pois a diferença foi de 143,3 % em relação a 1936, ao passo que no grupo das matérias industriais (combustíveis, tecidos, couros, metais, materiais de construção, produtos químicos e vários) a alta foi de 91,9 % no mesmo período

É interessante atentar ainda para os seguintes dados:

GRUPOS ESPECIAIS	ÍNDICES		
	1913	1936	1941
Produtos agrícolas	100	143	350
Artigos de consumo	100	165	385
> > exportação	100	135	473
> > importação	100	138	343
> nacionais	100	182	338
> de produção	100	151	279

O levantamento do custo da vida nas capitais da Espanha apresenta um índice médio, ponderado, de 248,9 em Outubro do ano passado, contra 100 em Julho de 1936. Vejamos os índices correspondentes aos diversos grupos:

ESPECIFICAÇÃO	ÍNDICES	
	1936	1941
Alimentação	100	327,1
Vestuário	100	280,4
Habitação	100	113,9
Gastos domésticos	100	228,2
> gerais	100	151,2

A informação, que acompanha os quadros em referência, de que continuam em alta vários artigos, inclusive de alimentação, como queijo, ovos, leite, bacalhau, pescado fresco, cevada, arroz, pasta de cereais, pasta de sopa e vinhos deixa claro que a elevação do custo de vida prosseguiu.

Madri não é, entre as capitais provinciais, a que sofre um custo de vida mais alto. Ao contrário, êsse índice é, na metrópole espanhola, inferior ao índice geral, isto é, exprime-se em 235,1. A cidade onde o custo da alimentação mais se elevou foi Alicante; e, por outro lado, enquanto várias cidades mantêm, nos preços das habitações, o mesmo nível de 1936, na de Las Palmas o acréscimo foi de 100 em Julho de 1936 para 165 em Outubro de 1941.

Para romper o que o Ministro do Trabalho, Sr. José Antônio Giron, chama de "cêrcos de penúria", foi nomeada uma Comissão de Reajustamento de Preços e Salários, destinada a cooperar com o governo na redução de preços de artigos de primeira necessidade e fundamentais de cada ramo.

Aspectos físicos de Salvador Na República de Salvador há 26 vulcões de considerável importância, dos quais os oito mais elevados, isto é, de mais de dois mil metros, estão localizados — os sete primeiros no Departamento de Aruachapan e o último no de Santa Ana.

Outro Departamento onde o número de vulcões é também digno de menção é o de Usulután, onde há seis, todos de altura superior a 1 400 metros.

Contudo, essas regiões não fogem à média demográfica dos Departamentos, dos quais o mais populoso, segundo estimativa oficial para 30 de Junho de 1941, era, excluindo o da capital, o de Santa Ana, com 190 001 habitantes, e o menos populoso, o de San Vicente, com 98 438 habitantes. Na verdade, Usulután com 160 730 almas e Ahuachapan

com 100 209 apresentam um efetivo demográfico equivalente ao dos demais Departamentos onde não existe o fenômeno ou existe em menores proporções.

Outra anormalidade no aspecto físico do Salvador é informada pela estatística de tremores de terra verificados na República. Em 1941 houve 164 abalos sísmicos, dos quais 73 locais, 68 próximos e 23 distantes. Foram sensíveis 42 e não sensíveis 122.

Indústria turística do Canadá

O movimento da indústria turística figura nas estatísticas canadenses quase como as cifras do comércio exterior, resultado de certo contrôlo não só das quantias gastas no estrangeiro pelos nacionais do Domínio nas suas viagens como das despesas feitas pelos turistas estrangeiros que visitam o Canadá.

Pôde-se verificar assim que há anos vem decorrendo desse movimento um apreciável saldo em favor do Domínio.

Ainda em 1939 os turistas estrangeiros gastaram no Canadá uma soma calculada em 274 771 000 dólares, havendo-se internado no país, no mesmo ano, procedentes dos Estados Unidos, mais de quatro milhões de automóveis, cujos passageiros terão gasto 168 milhões de dólares.

Os turistas canadenses, aliás, também despendiam elevadas quantias no estrangeiro, importando suas despesas em 108 796 000 dólares no ano de 1939. Os saldos obtidos em diferentes anos sempre foram importantes, como se vê a seguir:

ANOS	Saldos em dólares
1929	187 734 000
1933	66 264 000
1937	166 159 000
1939	165 975 000

Não são conhecidos os dados referentes a 1940, mas se presume que o resultado não tenha sido muito diverso, até que o envolvimento do Continente na guerra modificou de todo a situação, tendo mesmo o Canadá proibido a realização de viagens de recreio ao estrangeiro. Atualmente ali só homens de negócios conseguem autorização para viajar fora do Canadá levando fundos para seus gastos.

A habitação rural na Argentina País onde o número de explorações rurais sobe a 452 000, a Argentina tem entre os seus problemas o da habitação rural, assunto, ainda agora, de interessante estudo do Sr JUAN L. TENENBAUM, no *Boletim del Museo Social Argentino*.

Comentando os resultados do censo agro-pecuário levantado em 1937, aquele professor de Economia Agrária da Universidade de La Plata observa que o tipo mais comum de casa rural é o de alvenaria de tijolo e teto de zinco, do qual são 23 % do total das vivendas rurais argentinas.

Seguem-se em importância as construções de paredes de barro e igual cobertura, com 18,2 %, as vivendas de barro e teto de palha, com 17 %, e, finalmente, as casas feitas de tijolo cru e cobertas de zinco e palha.

As restantes são de materiais que não mereceram análise.

Assim, aproximadamente 90 % das casas rurais estão construídas deficientemente, tendo 49,3 % delas o barro como material básico. Na sua maioria são inadequadas não só quanto à segurança mas também do ponto de vista social, no que se refere a conforto e higiene.

A distribuição geográfica das habitações rurais segundo os respectivos tipos veio demonstrar que o mocambo, ou *rancho*, como é lá denominado, predomina na zona rural do Território de Formosa, onde 70,8 % das casas campestres são daquele tipo inferior a todos os demais.

Mas a constatação mais curiosa a respeito é de que falta veracidade à idéia, geralmente aceita, de que influe predominantemente no tipo de construção o fato de ser o habitante proprietário ou não da terra que lavra. Nas Províncias de San Juan e Mendoza, por exemplo, onde as casas de barro e tijolo cru são em quantidades equivalentes a 84,0 e 80,5 % do total, respectivamente, os números de proprietários correspondem a 64,9 e 52,9 % dos que exploram a terra.

Fator decisivo, nesse particular, é, sim, o grau de cultura dos habitantes.

Migração de japoneses nos Estados Unidos A evacuação de todos os japoneses, naturalizados ou não, da Área Militar n.º 1 e de certas zonas estratégicas da Área

Militar n° 2 na costa do Pacífico, nos Estados Unidos, foi um tipo de migração sem precedentes na história da América — assinala um comentário de *Population Index*, da Princeton University and Population Association of America.

Por ocasião do censo de 1940, havia 126 946 habitantes de raça japonesa nos Estados Unidos, desses, 112 353 se encontravam nos três Estados da costa do Pacífico. A Califórnia tinha 93 717, ou 73,8 % do total na parte continental da Nação. Praticamente, dois terços dos japoneses eram descendentes, nascidos na América. Os naturais do Japão constituíam um velho grupo, cuja média de idade vai de 58 a 60 anos. Os descendentes nipônicos "Nisei", constituíam um grupo jovem, cerca de um quarto era de segunda e terceira gerações, com menos de 15 anos.

Ao contrário do vulgarmente suposto, os japoneses residem predominantemente nas áreas urbanas. A proporção urbana, em 1940, era de 60 em Washington, 46 no Oregon, 56 na Califórnia. Cerca de 45 % dos que trabalhavam na costa do Pacífico ocupavam-se da agricultura. Do total de 19 mil empregados na agricultura na Califórnia, 30 % eram fazendeiros e capatazes.

Em 1941, os agricultores japoneses produziram 30 a 35 % do valor de todas as colheitas comerciais de hortaliças da Califórnia. A concentração de produção japonesa foi extremamente elevada em certas safras.

Enquanto a transplantação da massa japonesa da costa do Pacífico é ditada por necessidade militar, ensaiava-se resolver os problemas de uma população deslocada por processos compatíveis com as tradições de uma sociedade democrática, e com o menor possível dano social e econômico, quer para as áreas que começam a ser evacuadas, quer para os próprios evacuados.

Os problemas sociais dos grupos transplantados são provavelmente ainda mais importantes do que os econômicos, dependendo sua solução da atual e futura atitude e ajustamento dos súditos japoneses dos Estados Unidos à democrática sociedade americana. As associações e organizações de relações sociais, exceto as de família, foram eliminadas pela evacuação, podendo ser restauradas tanto pelos próprios japoneses voluntariamente como sob o estímulo e orientação do pessoal administrativo da War Relocation Authority.

Além dessa repartição, incumbem-se do assunto a Wartime Civil Control Administration.

O Department of Justice, o Federal Reserve Bank of San Francisco, a Federal Security Agency, o Department of Agriculture, o Treasury Department, o Alien Property Custodian e outros serviços cooperam em vários setores na assistência durante a evacuação e na liquidação ou gerência da propriedade dos evacuados.

A população da Índia Baseando-se nos resultados do censo da Índia em 1941, uma publicação de Calcutá, *The Statesman*, divulgou interessantes dados sobre a população atual daquele imenso país.

Segundo esses dados, a população indiana teria acusado, no último decênio, um crescimento de 15 %, passando de 338 milhões e 119 mil em 1931 para 388 milhões e 800 mil no ano passado. Esse último número está dividido em 295 827 mil para as províncias e os restantes 92 973 para os Estados e Agências. A Província mais habitada é a de Bengala, com 60 milhões de habitantes.

Em toda aquela imensa massa demográfica, apenas 47 323 sabem ler, subindo assim a 87,8 a percentagem de analfabetos. Nesse particular, é interessante destacar a situação de Travancore State, com uma população de pouco mais de 6 milhões, a metade da qual (47,7 %) é alfabetizada.

O verdadeiro mosaico que é a Índia, do ponto de vista religioso, transparece nestes números: 68,24 % professam a religião indú, 1,24 % o sikh, 3,65 % são budistas, 22,16 % maometanos e 1,79 % cristãos. Como esses dados foram alinhados segundo uma distribuição diversa da utilizada no quadro referente apenas à população e educação, torna-se impossível estabelecer qualquer relação entre o aspecto cultural e o religioso.

A Índia tem agora uma população pouco menor do que a da Europa sem a Rússia.

Economia neo-zelandesa *Monthly Abstract of Statistics*, compilado pelo Census and Statistics Department da Nova Zelândia, dá a conhecer a curva descrita pelos preços naquele Dominio desde Agosto de 1939, último mês de pré-guerra, até

Abril do corrente ano, tanto nas vendas a varejo e em grosso como na exportação.

Quanto aos gêneros alimentícios, indicado o referido mês de Agosto de 1939 como índice 1 000, vê-se que chegou a elevar-se a 1 077 em Novembro de 1941, mas desceu à média dos meses anteriores e estava em 1 039 no quarto mês do corrente ano

O preço das vendas de produtos locais por atacado subiu ao índice 1 085, enquanto que o das de produtos importados, aumentando incessantemente, chegou já a 1 371 em Abril último

Na exportação, o preço das mercadorias apresenta acréscimo de 192 no preço de *avant-guerre*, cabendo notar que para isso concorreu de modo especial a elevação — de 1 000 para 1 201 — do preço dos produtos pastoris e dos laticínios em geral

Pelo visto, as anormalidades da guerra ainda não perturbaram a vida econômica do Domínio, grande celeiro da Grã-Bretanha e cuja exportação no ano findo alcançou a cifra de 67 479 libras neo-zelandesas, equivalentes a 53 984 esterlinos, contra uma importação de 49 167 libras (ou £ 39 334), com um saldo, portanto, de £ 14 650 na balança comercial.

O censo geral de Moçambique em 1940 A legislação especial de Moçambique determina a realização dos recenseamentos da população da colônia nos anos de milésimos 5 e 0, abrangendo os primeiros, apenas, os habitantes que constituem a chamada população não indígena, ou seja a parte civilizada da mesma população, e os segundos, o total populacional, isto é, civilizados e não civilizados

1940 foi, assim, um ano de recenseamento geral, executado no período de 12 de Junho a 31 de Outubro

Divulgando recentemente os primeiros resultados definitivos da operação, a Repartição Técnica de Estatística, de Lourenço Marques, faz várias observações sobre os trabalhos. Nota, por exemplo, que, "em regra, os boletins bem respondidos são de indivíduos com pequeno grau de instrução. Quer dizer, não foi por deficiência de instruções ou falta de clareza dos questionários que se verificou uma elevadíssima percentagem de boletins mal ou insuficientemente preenchidos"

As respostas mais sacrificadas pelo descuido ou negligência dos recenseados foram as referentes às profissões. Contudo, a repartição censitária assinala, nesse particular como sob outros aspectos, sensível desenvolvimento em relação aos censos anteriores. Destacam-se, especialmente, a distribuição da população segundo a religião, certas características da colonização e a fecundidade das mulheres dos vários grupos raciais

Foram os seguintes os totais apurados

GRUPOS RACIAIS	Habitantes
Europeus	27 438
Amarelos	1 449
Indo-portugueses	5 195
↳ -britânicos	3 952
Mistos	15 641
Africanos	1 776
Total	55 451

Mais da metade dessa população encontra-se no distrito de Lourenço Marques, cujo efetivo demográfico é de 18 075 almas

O exame da distribuição do conjunto populacional de Moçambique segundo os sexos leva à observação da desproporção existente especialmente no grupo indo-britânico, havendo em média 70,4 mulheres para 100 homens

Quanto à nacionalidade, divide-se a população em 46 981 nacionais e 8 470 estrangeiros, estes últimos de 34 países diferentes. A feição da população não indígena de Moçambique seria, assim, acentuatadamente cosmopolita se não houvesse a enorme desproporção representada pelo número de portugueses, que é de 24 365, contra o de nacionais dos demais países.

Tomando a idade de 20 anos como ponto divisório da população em idade ativa e não ativa, observou a Repartição Técnica de Estatística que 60,1% dos recenseados haviam ultrapassado aquela idade. Apurou também que os varões de 20 a 40 anos, na idade essencialmente viril, são em número de 12 613, isto é, 38,8% do total de indivíduos do sexo masculino, percentagem que condiz excelentemente com a exigência, que é uma característica das colônias, de energias moças para seu desenvolvimento

Acusaram os mapas censitários a existência de 9 625 habitantes analfa-

betos, dos quais, deduzidas as crianças de menos de 6 anos, ficaram 2 614 do sexo masculino e 4 794 do sexo feminino. A percentagem de analfabetos em relação ao total da população é de 13,4 %.

É a religião católica a que conta maior número de adeptos na colônia (65,7 % dos habitantes), seguindo-se-lhe em ordem de importância a maometana (15,8 %) e a bramânica (5,3 %).

O comércio é a atividade que emprega maior número de indivíduos não indígenas

O quadro da população mestiça (15 641 habitantes), segundo a raça dos pais, acusou, como resultados mais elevados, os dos cruzamentos de pai de raça mista com mãe de raça mista, de pai de raça européia com mãe de raça africana e de raça mista, de pai de raça mista com mãe de raça africana e de pai de raça indo-portuguesa com mãe de raça africana e de raça mista, tudo a indicar, da parte dos indivíduos de origem portuguesa, aquelas mesmas qualidades que tanto influíram no processo de nossa formação étnica.

BIBLIOGRAFIA

ATLAS DO ENSINO NO BRASIL — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio de Janeiro, 1942.

O Conselho Nacional de Estatística dedicou ao Oitavo Congresso Brasileiro de Educação um "breviário numérico e corográfico" intitulado *Atlas do Ensino no Brasil*, no qual se encontram os dados numéricos e a síntese cartográfica, a côres, de vários aspectos do ensino primário e do ensino em geral, em cada Unidade Federada e no Brasil.

Nas palavras de apresentação, o embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, presidente do I.B.G.E., acentua o empenho da entidade em dedicar ao Congresso e à Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, uma contribuição especial, que, baseando-se nos resultados das suas pesquisas, colocasse sob as vistas dos participantes daqueles certames, alguns dos aspectos fundamentais — expressos em sínteses estatísticas e representações cartográficas — das realidades brasileiras, aspectos entre os quais o do Ensino oferece maior soma de sugestões e reclamos.

E esclarece: "As investigações realizadas sistemática e regularmente, a partir de 1932 e segundo o plano de cooperação estabelecido no ano anterior entre a União e as diversas Unidades Políticas, proporcionam, nas múltiplas facetas em que se desdobram os seus resultados, uma larga visão panorâmica não somente das condições em que se processa a educação no Brasil, mas também dos numerosos e diversificados problemas que condicionam tanto a penetração geográfica do nosso aparelho educativo como o inteiro aproveitamento da sua capacidade virtual.

Os conjuntos tabulares e as representações gráficas que se vêem neste *Atlas* — devido, antes de tudo, ao espírito de cooperação e boa vontade de que se reveste o concurso do Serviço de Estatística da Educação e Saúde a todas as iniciativas do Instituto — constituem, por conseguinte, uma documentação das mais expressivas quanto a aspectos essenciais da vida brasileira, ou sejam aqueles, justamente, sobre os quais se vai deter a atenção esclarecida dos ilustres patrios reunidos no Oitavo Congresso Brasileiro de Educação."

Efetivamente, assim é essa excelente publicação, que põe diante dos olhos do leitor, em números e imagens, um claro panorama do que existe no Brasil em matéria de ensino, considerada ainda sua evolução no período 1936-1940, ou, em muitos casos, no decênio 1932-

1941, não só quanto ao número de unidades escolares, como também quanto a aspectos diversos da organização escolar e do movimento didático e a coeficientes baseados já nos resultados do censo demográfico de 1940.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ainda não realizara, no que se refere à sua obra de divulgação estatística, um trabalho da natureza do *Atlas do Ensino no Brasil*, no qual os objetivos de uma apresentação artística e sugestiva foram otimamente alcançados.

O ENSINO NO BRASIL EM 1935 — Serviço de Estatística da Educação e Saúde — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1941.

O ENSINO NO BRASIL EM 1936 — Idem — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1942.

O Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, como responsável pela execução das obrigações contraídas pelo Governo Federal no Convênio Estatístico de 1931, prosseguiu na publicação da série *O Ensino no Brasil*, editando ultimamente os volumes referentes aos anos de 1935 e 1936.

Com a continuidade dessa divulgação alcança-se um dos principais objetivos daquele acôrdo, proporcionando aos interessados o conhecimento amplo de resultados numéricos sobre os mais variados aspectos da situação do ensino, coligidos e divulgados com uniformidade de planos e de métodos.

Divide-se a publicação em duas partes, uma de estatística do ensino primário geral, apenas, e a outra de estatística geral do ensino. A primeira informa sobre a organização geral do ensino e a organização didática e movimento escolar, tanto do ensino pré-primário (maternal e pré-primário infantil), como do ensino fundamental comum, do supletivo e do complementar (pré-vocacional e vocacional). A segunda parte compreende os resultados regionais e nacionais da organização didática e movimento escolar segundo a dependência administrativa do ensino, a padronização, a natureza, o tipo, o grau e o destino especial do mesmo.

O volume de 1936 fixa, em relação a todo um quinquênio, os aspectos fundamentais e as principais características da vida educacional do país, refletidos nas estatísticas cujo levantamento o Convênio de 1931 possibilitou e que os

órgãos regionais e o órgão federal delas incumbidos vêm procurando desenvolver e aperfeiçoar cada vez mais.

Se, por um lado, as Unidades Federadas têm dispensado sempre maiores cuidados ao levantamento de suas estatísticas culturais, seja melhorando a organização das repartições incumbidas desse levantamento, seja reforçando a legislação respectiva, por sua vez o órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na esfera federal tem atendido com a necessária eficiência à elaboração dos resultados nacionais da campanha

Tanto é assim que resultados mais atuais das estatísticas do ensino já são conhecidos através do *Anuário Estatístico do Brasil* e do volume *Situação Cultural*, da coletânea *Repertório Estatístico do Brasil*, oferecendo a visão panorâmica da obra educativa nacional que a série *O Ensino no Brasil* põe mais largamente ao alcance dos estudiosos dos assuntos educacionais

EDUCAÇÃO E SAÚDE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio de Janeiro, 1942.

Dando cumprimento ao disposto na Resolução n.º 188, de 22 de Julho de 1941, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, o I B G E divulgou, num volume de mais de quinhentas páginas, de belo formato, os comunicados distribuídos à imprensa no decênio 1931-1940 pela antiga Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde

São precisamente 212 trabalhos que, na simples linguagem de notas jornalísticas, constituíram importantíssima campanha publicitária, a qual adquiriu maior eficiência e amplitude pelos resultados que possibilitou, não apenas como instrumento de divulgação, dentro e fora do país, das nossas próprias realidades, senão também pelo muito que contribuiu para colocar sob as vistas das autoridades e estudiosos, como fontes valiosas de estímulo e sugestão, as realizações dos que, antes de nós, procuraram resolver, com descortino e firmeza de ânimo, os graves problemas ligados ao aperfeiçoamento físico e intelectual das novas gerações

A iniciativa da reunião desses comunicados no volume agora aparecido sob o título de *Educação e Saúde*, salva do destino efêmero decorrente da modalidade de divulgação que originariamente teve, todo um admirável conjunto de idéias, iniciativas e sugestões, nas quais, como faz vez o presidente do I B G E, embaixador JOSÉ CARLOS DE

MACEDO SOARES, “se percebe o bem inspirado propósito de convocar as energias constitutivas dos brasileiros de boa vontade a um novo esforço de virtualização dos nossos recursos materiais e morais Poderoso influxo de idéias renovadoras, lastreadas por um nobre objetivo de organização nacional, dimana destas páginas, muitas das quais se referem a empreendimentos e iniciativas que, simples aspirações generosas quando focalizadas nesses trabalhos, já se converteram em magníficas realizações do Estado Brasileiro”

O êxito dessa original iniciativa do órgão estatístico do Ministério da Educação e Saúde, baseada, aliás, na experiência trazida pelo Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS da direção do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais para a do atual Serviço de Estatística da Educação e Saúde — êxito que a deliberação da Assembléa Geral do C N E tornou definitivo — comprova as francas possibilidades de que dispõem as repartições estatísticas brasileiras para realizar uma obra educativa de extraordinário alcance social e capaz de beneficiar grandemente os mais diversos setores em que se processa o desenvolvimento cultural da Nação E é, aliás, com um voto nesse sentido que o presidente do Instituto encerra a apresentação do volume *Educação e Saúde*, de modo que se reproduzam em número cada vez mais expressivo iniciativas semelhantes, como outras tantas demonstrações do permanente empenho com que a Estatística Brasileira procura cooperar, utilizando para isso todos os recursos ao seu dispor, no progresso do país e na crescente melhoria das condições de saúde e educação do homem brasileiro

POVOADOS — Departamento Estadual de Estatística da Baía — MEIOS DE HOSPEDAGEM — Idem — Imprensa Oficial — Baía, 1942.

Editou o Departamento Estadual de Estatística da Baía, no primeiro semestre do ano corrente, mais duas interessantes publicações, uma sobre *Povoados* e a outra referente a *Meios de Hospedagem* naquele Estado

Para oferecer uma relação, por ordem alfabética, de todos os povoados baianos, bem como a respectiva distribuição por subordinação territorial, e outras elaborações estatísticas a respeito, realizando, assim, um trabalho de real proveito para o conhecimento mais detalhado do quadro territorial, uma vez que descia ao arrolamento das células demográficas não compreendidas no Decreto-lei n.º 311, — o D E E considerou conveniente estabelecer o

critério, ou seja, o conceito de povoado, também designado com diferentes denominações.

Explica então o Sr. AFRÂNIO DE CARVALHO, diretor daquele órgão regional do I.B.G.E.: "Não devendo a discórdância ser dirimida pela preferência, pura e simples, de qualquer das listas" — refere-se às de resultados discordantes de três Campanhas Estatísticas diversas nas quais o conceito de povoado ficara ao arbítrio do informante —, "pois precisava ser atacada na sua causa, estabeleci, à falta de outro, o critério de considerar povoado *um conjunto de mais de dez moradias, relativamente próximas umas das outras, pertencentes a diversos proprietários, entre as quais exista, no mínimo, um estabelecimento comercial que, no todo ou em parte, as abasteça.*"

Os requisitos que a conceituação assim expressa exige excluem os aglomerados de população permanente existentes nas fazendas, como também os de população quase sempre efêmera, improvisados pela aventura da mineração, embora uns e outros possam, com o tempo, vir a revestir as feições próprias, essenciais, de povoados.

O êxito do inquérito lançado em tais bases permitiu a divulgação dessa nominata de 1 402 povoados nos 549 distritos em que se dividem os 150 municípios do Estado da Baía. O estudo da distribuição dos povoados segundo os municípios, as zonas fisiográficas em que se acham situados, a população recenseada, etc., já permite diversas observações curiosas, prestando-se a um amplo desenvolvimento sob outros aspectos, entre os quais é de lembrar-se o da toponímia, como dos mais sugestivos.

A outra das recentes publicações do Departamento Estadual de Estatística divulga, por municípios, em ordem alfabética depois do da capital, a designação, o enderêço, a espécie de iluminação, a capacidade (número de quartos e número de leitos) e o custo da diária ou mensalidade em todos os estabelecimentos de hospedagem existentes no Estado e compreendidos não apenas na campanha estatística anualmente lançada em todo o país, mas especialmente num inquérito complementar regional de iniciativa do Departamento.

A utilidade do trabalho, que, como o de que anteriormente tratamos, foi editado nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado, é da mais clara evidência.

Aliás, uma vez que atinja sua completa eficiência o registro de hóspedes em todos os hotéis e pensões, já instituído naquela e nas demais Unidades Federadas, com os elementos de infor-

mações que do mesmo resultarem, serão possíveis constatações diversas e de real importância, como faz ver na apresentação do folheto o Sr. AFRÂNIO DE CARVALHO, pois o inquérito complementar de iniciativa do D.E.E. destina-se a ser renovado periodicamente.

GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO — Conselho Nacional de Geografia — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1942.

Como contribuição especial ao Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, o Conselho Nacional de Geografia, órgão do I.B.G.E., fez editar uma coletânea de estudos publicados na *Revista Brasileira de Geografia*, versando assuntos de maior interesse para a Educação em geral e para o ensino da Geografia em particular. Os títulos dos trabalhos e os nomes dos autores permitem formar uma idéia do alto padrão intelectual e técnico da obra, em seu conjunto: "A Geografia no Curso Secundário", pelo professor JORGE ZARUR; "Evolução da Geografia Humana", pelo professor DELGADO DE CARVALHO; "O Recôncavo da Baía e o Petróleo de Lobato", pelo professor FRÓIS ABREU; "Divisão Regional do Brasil", pelo professor FÁBIO MACEDO SOARES GUILMARÊS; "A Divisão Política do Brasil", pelo Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS; "A Excursão Geográfica", pelo professor DELGADO DE CARVALHO; "As Regiões Naturais da Baía", pelo professor FRÓIS ABREU; "Fronteiras da Geologia e da Geografia e a Unidade desta Ciência", pelo professor EVERARDO BACKHEUSER.

A excelente apresentação gráfica do volume e as ilustrações nele contidas concorrem para acrescer o mérito dessa seleção carinhosamente organizada.

A distribuição de *Geografia e Educação* entre os participantes do "batismo cultural" de Goiânia foi recebida com o maior aprêço e despertou louvores de todos quantos tiveram oportunidade de conhecer essa coletânea, que foi uma das valiosas contribuições da ala geográfica do Instituto ao certame educacional reunido em Junho último naquela capital.

Na apresentação do volume, o embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES acentua a importância das modernas aplicações da Geografia e a atenção cada vez maior concedida ao seu estudo, como se viu na recente reforma do ensino secundário do Brasil, na qual foi vitoriosa uma sugestão da entidade, quanto a um tratamento mais largo para a ciência geográfica e ao destaque do ensino da Corografia do Brasil em aula isolada.

GOIANIA — Conselho Nacional de Geografia — Serviço Gráfico do I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1942.

Noutra secção desta REVISTA encontra-se referência à valiosa cooperação do Conselho Nacional de Geografia para o maior êxito das iniciativas da direcção superior do Instituto, ou pela mesma prestigiadas, e que tanto brilho asseguraram à inauguração oficial da nova capital do Estado de Goiaz Essa coletânea, cuidadosamente organizada e de bela aparência material, devida ao C. N. G., representa uma proveitosa contribuição, sobretudo sob o ponto de vista histórico.

No volume *Goiania* encontram-se os principais documentos referentes ao surgimento da idéa da mudança da capital, aos trabalhos técnicos iniciais, atos legislativos e discursos oficiais dos chefes dos governos nacional e regional referentes ao acontecimento e ensaios de geógrafos, urbanistas e sociólogos sobre a nova metrópole fundada em pleno sertão.

Fotografias diversas, inclusive aéreas, e reproduções de plantas e mapas completam com os recursos da imagem o importante documentário, valorizado ainda, quanto à sua feição artística, por uma série de ilustrações, tôdas muito felizes, devidas ao desenhista PERCY LAU

Também sob o título de *Goiania*, e o sub-título de *Como surgiu o nome da nova capital do Estado de Goiaz?*, o C. N. G. editou, ainda, um pequeno folheto, curioso trabalho de investigação histórica da autoria do Sr. CARLOS PEDROSA, chefe da Carteira de Intercâmbio e Publicidade do Conselho, no qual é estudado o curso da idéa daquela denominação e levantada a indagação sobre o lançamento do nome escolhido no concurso promovido pelo jornal *O Social*. A larga distribuição do trabalho do Sr. CARLOS PEDROSA em Goiaz, por ocasião dos festejos inaugurais da cidade, deu lugar a que o autor do voto vitorioso, professor ALFREDO DE FARIA CASTRO, atendendo ao interesse do detalhe histórico, quebrasse a modéstia com que se ocultara sob o pseudônimo de CARAMURÚ SILVA DO BRASIL e se declarasse responsável pela sugestão

EL COMERCIO EXTERIOR ARGENTINO EN 1941 Y 1940 — Dirección General de Estadística de la Nación — Buenos Aires, 1942.

O *Boletim n.º 229* da Dirección General de Estadística de la Nación Argentina é um ótimo repositório de estatísticas importantes e atuais da República, verdadeiro anuário estatístico,

compreendendo não apenas o movimento do comércio exterior, como o título principal indica, mas também vários outros aspectos da vida do país.

A parte do volume em que se encontram estatísticas econômicas retrospectivas informa sobre o comércio, a navegação, as finanças e a demografia da Argentina, através, em muitos casos, de um período mais do que secular.

Os demais capítulos, contendo os dados referentes às arrecadações aduaneiras e portuárias, à importação e exportação, procedências e destinos das mercadorias importadas e exportadas, os pontos de entrada e embarque, em geral subordinados aos anos de 1940 e 1941, oferecem uma visão particularizada, minuciosa, das trocas da Argentina com os outros países, prestando-se às mais variadas observações sobre a situação que a economia daquela República tem a enfrentar nas atuais circunstâncias.

Essas observações, entretanto, perderiam muito da sua segurança se nelas não interviesse o conhecimento dos demais aspectos revelados nas estatísticas insertas na primeira parte do volume

Com evidente vantagem para seu mais rápido entendimento, as tabelas são, em geral, traduzidas em pequenos gráficos, dotados de impressionante poder de síntese.

ANUARIO ESTATÍSTICO POLICIAL E CRIMINAL — Ano XIII — 1940 — Departamento Estadual de Estatística — Belo Horizonte, 1942.

O Serviço de Estatística Policial e Criminal, do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais, publicou mais um número, o XIII, do seu *Anuário*, no qual se encontram os levantamentos, referentes ao ano de 1940, em torno das ocorrências policiais e criminais no Estado, bem como das atividades desenvolvidas pelos órgãos encarregados dos serviços de repressão àquelas e outras ocorrências contrárias à moral e aos bons costumes

A excelente publicação, que contém mais de 370 páginas, representa o que já se havia conseguido, por meio de uma diligente atuação, desenvolvida há longo tempo sem interrupção, naquele importante setor da estatística mineira, antes mesmo que a adoção das últimas medidas, determinada pelo Governo Federal, viesse assegurar a regularidade daqueles levantamentos em todo o país

O *Anuário* está dividido em quatro partes: estatística policial, estatística judiciária criminal, estatística carcerária, e de assistência a infância e alie-

nados, distribuindo-se os dados em mais de 90 quadros, vários deles também representados em gráficos.

Como bem assinala, no prefácio do excelente repositório, o diretor do Departamento Estadual de Estatística de Minas, então o Sr. JOAQUIM RIBEIRO COSTA, interinamente, a orientação seguida no Serviço de Estatística Policial permitiria, se pudesse ser estendida a todos os setores, ter-se no Estado, através de anuários estatísticos especializados, um repertório de conhecimentos utilíssimos aos estudiosos de todos os assuntos.

Frisando a circunstância de ter sido o presente número do *Anuário* elaborado em lapso de tempo muito inferior ao despendido na elaboração dos anteriores, o Sr. ARMANDO MACHADO PORTELA, sub-assistente técnico, declara haver tornado isso possível a atual organização do D.E.E., ao qual o S.E.P.C. está incorporado desde 1938.

ASPECTOS BIODEMOGRAFICOS DE LA POBLACION DE COSTA RICA — Pablo Lueros — San Jose, Costa Rica, 1942.

Extraído da *Memória Anual da Secretaría de Salubridad Pública y Protección Social*, foi editado pela Imprensa Nacional de Costa Rica o relatório do Sr. PABLO LUROS, chefe do Departamento de Biodemografia da mesma Secretaria, referente à reorganização dos respectivos serviços em 1940.

Divulgado sob o título de *Aspectos biodemográficos de la población de Costa Rica*, esse relatório informa minuciosamente sobre a reforma, em bases científicas, e o aparelhamento eficaz que o secretário de Estado Sr. MARTO LUJAN FERNÁNDEZ decidiu dar ao referido Departamento, havendo para isso encontrado no Sr. PABLO LUROS um técnico esclarecido e administrador capaz.

A publicação, porém, não é interessante apenas por esse motivo, senão também porque compreende minucioso estudo, baseado nos indispensáveis dados estatísticos, sobre o estado e movimento da população e causas de morte na República, acentuando sempre o A. as dificuldades que se apresentam, em virtude da deficiência das estatísticas básicas e dos registros próprios.

No último capítulo do relatório, o Sr. PABLO LUROS menciona as providências que se tornam necessárias ao aperfeiçoamento das estatísticas vitais, começando por acentuar “a urgente e

inadiável necessidade da realização de um censo geral”.

Sentem-se nesse trabalho um firme designio e a marcha de uma solução feliz para a elevação do nível de eficiência das estatísticas referentes ao estado e movimento da população costarriquense.

MUNICÍPIOS DE SERGIPE — Departamento Estadual de Estatística — Aracajú, 1942.

Iniciativa das mais felizes, a que o “batismo cultural” de Goiânia deu motivo, foi a do Departamento Estadual de Estatística de Sergipe, editando numa pequena brochura interessante repertório de dados sobre cada um dos municípios daquele Estado.

O sumário estatístico-descritivo das comunas sergipanas compreende informações sobre a história e a categoria do município, coordenadas geográficas, área, população, densidade demográfica, distância da capital e meios de transporte e comunicação, agricultura, pecuária, indústria, efetivo predial, sistema de iluminação da sede, ensino primário em 1940, finanças municipais em 1941, curiosidades turísticas e hospedagem.

O folheto *Municípios de Sergipe* fornece, assim, uma rápida visão de conjunto da situação atual daquele progressista Estado e demonstra o carinho e inteligência com que o Sr. JOÃO CARLOS DE ALMEIDA se vem desincumbindo da missão atribuída ao D.E.E. nos quadros da administração sergipana.

INDICADOR ESTATÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ — Departamento Estadual de Estatística — Belém, 1941.

O Departamento Estadual de Estatística do Pará houve por bem publicar várias tabelas e quadros contendo as informações, que lhe pareceram de maior interesse e utilidade, com referência à vida econômica regional, sob o título de *Indicador Estatístico do Estado do Pará*.

Os dados selecionados, referentes à exportação e importação segundo várias discriminações, compreendem os anos de 1938 a 1940.

A apresentação do trabalho afastase das normas estabelecidas pela legislação do Instituto, por circunstâncias que foram mencionadas, e apresenta

erros que tiveram de constar de longa relação fora do texto.

Não terá sido vã, entretanto, a intenção do D. E. E. de pôr ao alcance dos interessados um conjunto útil de informações sobre os principais aspectos da economia paraense, quais sejam os do movimento do comércio importador e exportador convenientemente detalhado.

A iniciativa merece mesmo todo o estímulo.

**BOLETIM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA — Ano I —
— N.º 4 — Julho-Agosto, 1942.**

O recebimento desse quarto número do Boletim PMC (Prefeitura Municipal de Curitiba) dá-nos ensejo para registrar, nestas colunas, a existência de tão interessante publicação, orientada com recomendável senso de escolha da matéria técnica e informativa.

É assim que, além de publicar trabalhos sobre importantes assuntos de engenharia urbana, fisco, contabilidade, saneamento, bem como de textos antigos, documentos, fatos e contribuição semelhante para a história local, mantém secções de divulgação de atos legislativos federais, estaduais e municipais, notas para o funcionário e noticiário da vida administrativa de Curitiba e do país.

O plano do *Boletim* atende, portanto, às melhores finalidades de uma publicação da sua natureza.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, sob a administração do Sr. ROSALDO G. DE MELO LERRÃO, tem um órgão à altura do desenvolvimento da capital paraense, cuja arrecadação ultrapassou de 6 700 contos no primeiro semestre do corrente ano e onde se constrói, em média, mais de uma casa por dia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPORÉ, Relatório de 1941 — Pôrto Alegre, 1942.

O relatório do Sr. MANUEL FRANCISCO GUERREIRO, prefeito de Guaporé, Rio Grande do Sul, referente às atividades da Prefeitura no ano de 1941, apresentado ao Sr. Interventor Federal no Estado, não é uma simples peça destinada ao cumprimento de exigência legal, mas constitui ampla informação sobre a vida da importante comuna sul-riograndense.

Nas suas cento e tantas páginas, tem-se a descrição dos fatos principais da vida administrativa municipal no ano findo, ilustrada com sugestiva documentação fotográfica e a representação gráfica de numerosos dados estatísticos.

É interessante recordar, a propósito, que ainda na sua última reunião a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística teve oportunidade de recomendar aos serviços estatísticos municipais o fornecimento de informações numéricas para figurarem sempre nos relatórios das administrações a que servem. O relatório do prefeito MANUEL FRANCISCO GUERREIRO mostra quanto a utilização desses dados pode elevar o grau de interesse e a importância das peças dessa natureza.

MADEIRAS DE CONSTRUÇÃO DE SANTA CATARINA — Henrique Boiteux — Departamento Estadual de Estatística — Santa Catarina, 1942.

Numa de suas felizes iniciativas, o Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina divulgou, em bem cuidada brochura de pouco mais de cem páginas, um trabalho de real interesse apresentado pelo almirante HENRIQUE BORTEUX ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, sobre as madeiras de construção existentes nas vastas florestas daquele Estado. A tese, que compreende dados históricos sobre as primeiras construções navais em Santa Catarina, com a madeira brasileira, informações referentes ao comércio de madeiras na mesma Unidade Federada e proveitosas sugestões para formar parques e reservas florestais e viveiros de mudas de nossas espécies, está anexo um dicionário das madeiras de construção de Santa Catarina. Como acentuou o relator da matéria no Congresso aludido, esse dicionário “abrange espécies exóticas e plantas brasileiras quase nunca aproveitadas nas construções”, sendo realmente “valioso pelos conhecimentos práticos que o autor divulga”.

Na conformidade da sugestão adotada pelo Congresso, foi o dicionário do almirante HENRIQUE BORTEUX submetido a uma revisão, da qual se incumbiu o Sr. GERALDO KUHLMANN, do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, corrigindo-se as falhas existentes na classificação botânica.

Lançando, sob o número 27 de sua série de publicações, essa monografia, o D. E. E. não apenas prestou um assinalado serviço à economia catarinense, contribuindo para melhor conhecimento

de um dos produtos que maior influência nela tem exercido, mas concorreu também para a divulgação de informações científicas efetivamente úteis em todo o país.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL — Relatório de 1941 — 1.º volume — Rio de Janeiro, 1942.

O primeiro dos quatro volumes em que se divide o Relatório Geral apresentado pelo major NAPOLEÃO DE ALENCASTRO GUIMARÃES, diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, ao Sr. Ministro da Viação, relativo ao ano de 1941, compreende a súmula das atividades da direção e nela se resume o que em exposição mais detalhada constará dos três demais volumes, por setores.

A outorga de autonomia à Central abriu perspectivas novas e seguras à ampla reforma que a empresa havia muito reclamava e que o seu atual diretor vem realizando com energia e decisão

O relatório do major NAPOLEÃO DE ALENCASTRO GUIMARÃES — seja dito em sua honra — é tão objetivo quanto possível, constituindo mesmo, essencialmente, um desfile de informações em que aos números é sempre dada a palavra para que falem por si. Além disso, quase 80 páginas, das 208 de que se compõe o volume, são de índices estatísticos.

Tão copiosa informação numérica, testemunhando os auspiciosos resultados da administração da Estrada de Ferro Central do Brasil na nova fase, torna também êsse relatório um documento realmente interessante para qualquer estudo em torno do desenvolvimento do transporte ferroviário no país através de um período de mais de duas décadas

ARQUIVOS DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO — 1.º semestre de 1942 — São Paulo.

Registrando o aparecimento do volume III, referente ao 1.º semestre dêste ano, dos *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*, é de salientar-se o alto padrão dêsse órgão técnico, incluído sem favor entre as melhores publicações no seu gênero.

Destinados a projetar a atividade científica da Polícia Civil daquele Estado, os *Arquivos* compreendem igualmente um registro do que se realiza nos institutos científicos do país no tocante

à criminologia, à criminalística, à medicina legal e outras ciências afins.

O volume agora aparecido tem perto de 600 páginas, em grande formato e com recomendável apresentação gráfica, inserindo trabalhos originais de autoridades nos assuntos referentes àquelas especialidades, bem como conferências, biografias, pareceres, notas, resenha bibliográfica, etc.

É fora de dúvida o serviço que a publicação dos *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo* presta às letras jurídicas e médico-legais do país, oferecendo ao debate de problemas sociais da maior relevância a contribuição altamente valiosa de estudos e relatos de experiências.

SELEÇÃO DE FICHAS ESTATÍSTICAS — Osvaldo de-Vecchi — Baía, 1942.

A Secretaria do Interior e Justiça do Estado da Baía fez editar, como contribuição à Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, um trabalho do Sr. OSVALDO DE ALMEIDA DE-VECCHI, sob o título de *Seleção de Fichas Estatísticas*.

Graças a essa iniciativa, os visitantes da Exposição tiveram em mãos interessante amostra de material utilizado nas elaborações estatísticas

O A., tendo sido durante longo tempo funcionário da repartição central regional de estatística, serve atualmente no gabinete do titular da referida Secretaria do Interior e Justiça.

Seleção de Fichas Estatísticas é a reprodução de fichas utilizadas para seriação dos dados referentes a diversos aspectos da vida nacional mensurados segundo as normas do I B G E

CONHEÇA GOIAZ — Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1942.

A contribuição do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura para a Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, não consistiu apenas na apresentação dos quadros e gráficos exibidos, mas também na distribuição de um avulso ilustrado condensando dados definitivos e interessantes sobre a economia goiana. Em *Conheça Goiaz*, além de sugestivos diagramas e cartogramas referentes à divisão municipal e zonas fisiográficas, à localização das

principais jazidas minerais, ao valor e ao efetivo da população pecuária, à área cultivada e à produção agrícola, tudo do Estado de Goiaz, o leitor encontra uma estimativa dos rebanhos diversos, por municípios. Divulga-se ainda no folheto a ode de autoria do Sr. ALVIM PESSOA, *As Bandeiras*, em homenagem à cidade de Goiânia.

A pequena publicação do Serviço de Estatística da Produção foi grandemente apreciada pelos numerosos forasteiros que se encontravam na metrópole batizanda e tinham naquelas páginas impressiva síntese do potencial econômico do grande Estado central.

COROGRAFIA DE GOIAZ — Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro — Rio de Janeiro, 1942.

A professora OFÉLIA SÓCRATES DO NASCIMENTO MONTEIRO, destacada figura do magistério goiano, escreveu uma minuciosa corografia do seu Estado, informando, com o recurso a boas fontes históricas, estatísticas e sociológicas, quanto se refere a Goiaz, sua gente e suas riquezas. Mediante entendimentos com o governo daquela Unidade Federada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística aquiesceu em editar esse valioso trabalho nas oficinas de seu Serviço Gráfico, como parte da contribuição da entidade ao "batismo cultural" da cidade de Goiânia.

O alentado vulto da obra — enriquecida, além do mais, de cartas, mapas

e aspectos fotográficos — não permitiu fôsse ela editada, no pouco tempo de que se dispôs, antes da data do acontecimento que sua distribuição visava comemorar.

O I B G. E. lançou, assim, a primeira edição da *Corografia de Goiaz* apenas com a matéria que diz respeito ao Estado, de modo geral, e ao município de Goiânia.

A distribuição dos assuntos respeita, quanto possível, a ordenação prevista no próprio esquema fundamental do sistema estatístico, de modo que ao estudo da situação física segue-se o da situação demográfica, vindo após os elementos referentes às situações econômica, cultural, social e político-administrativa.

"Obra onde se registram as fontes básicas e criadoras do nosso progresso e da nossa riqueza" — foi como se referiu a ela o Sr. CÂMARA FILHO, diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Goiaz, na apresentação do volume, assinalando tratar-se de um trabalho indicador do excelente sistema hidrográfico do Estado, das ótimas condições de clima, da reserva florestal, das consideráveis possibilidades da agricultura, da próspera indústria animal e dos opulentos recursos do sub-solo goiano. Assim, como acentua aquele conhecido jornalista, a *Corografia de Goiaz*, em boa hora e dedicadamente escrita pela professora OFÉLIA SÓCRATES DO NASCIMENTO MONTEIRO, além de sua importância didática, recomenda-se aos que têm confiança no futuro do Brasil e no trabalho da terra como real fator de engrandecimento.

LEGISLAÇÃO

GOVERNO FEDERAL

DECRETO-LEI N.º 4 462 — DE 10 DE JULHO DE 1942

Institue a obrigatoriedade da prestação de informações para fins de estatística e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art 1.º — Toda pessoa, natural ou jurídica, domiciliada no território nacional, é obrigada a prestar as informações que, para fins de estatística, lhe forem solicitadas, episódica ou periodicamente, pelos Serviços Federais de Estatística, diretamente ou por intermédio de órgãos da administração regional ou municipal

Art 2.º — Com o fim de obter que as informações periódicas sejam prestadas regular e uniformemente, os Serviços Federais de Estatística, desde que forneçam os modelos convenientes, poderão determinar que as fontes de informação — qualquer que seja a natureza das respectivas atividades — mantenham livros e registros dos fatos que devam ser informados.

Parágrafo único Para a execução do previsto neste artigo, os diretores dos Serviços Federais de Estatística, ouvidos os órgãos técnicos especializados, ficam autorizados a baixar as instruções necessárias, nas quais fixarão a periodicidade das informações, depois de aprovadas pelo Conselho Nacional de Estatística

Art 3.º — As entidades às quais for determinada a manutenção do livro previsto no art. 2.º, remeterão ao Serviço competente, até o segundo dia útil de cada período, cópia autêntica do registro referente ao período anterior.

§ 1.º — A remessa de que trata este artigo se fará diretamente ao Serviço Federal interessado, sob registro postal — utilizada a franquia prevista na Convenção Nacional de Estatística e expressamente concedida pelo decreto n.º 6 109, de 16 de Agosto de 1940 — ou mediante recibo, por intermédio da autoridade local a quem for delegada a incumbência da coleta.

§ 2.º — O recibo do registro postal ou o da autoridade local intermediária será o documento de quitação do informante para com as obrigações criadas neste decreto-lei.

Art. 4.º — No levantamento mensal da estatística dos estoques, a cargo do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, ter-se-à em vista a discriminação das compras a produtores e a intermediários e a das vendas a revendedores, transformadores e consumidores

Art. 5.º — Aos infratores deste decreto-lei, seja pela omissão ou recusa das informações, seja pela falta de veracidade delas, será imposta uma multa variável de 200\$000 (duzentos mil réis) a .. 5:000\$000 (cinco contos de réis),

dobrada na reincidência, pelo diretor do Serviço Federal interessado na estatística a que se referir a informação não prestada no prazo devido

§ 1.º — Do ato do diretor referido neste artigo poderá o infrator recorrer, dentro do prazo de dez dias, a contar daquele em que receber a intimação, mediante depósito da importância da multa, para o Conselho Nacional de Estatística.

§ 2.º — Quando, por motivo da distância à Capital Federal, o recurso não puder dar entrada na Secretaria do Conselho Nacional de Estatística dentro

REVESTE-SE de excepcional significação a matéria legislativa de interesse estatístico que, por haver sido baixada no período trimestral a que corresponde o presente número da REVISTA, é agora reproduzida nesta secção. Destaquemos, primeiramente, os dois decretos-leis federais, ambos do maior alcance para o sistema estatístico brasileiro. O primeiro, que tomou o n.º 4 462 e foi assinado a 10 de Julho, concretizou uma providência que já se vinha tornando imprescindível, ao tornar obrigatória, para toda pessoa natural ou jurídica domiciliada no território nacional, a prestação de informações destinadas a fins de estatística. Por outro lado, o decreto-lei n.º 4 736, de 23 de Setembro, fixou uma série de medidas de relevante importância, atribuindo ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística um papel de mais alta responsabilidade, no conjunto das providências encaminhadas pelo governo, para bem fundamentar a orientação de sua política econômica e atender aos imperativos da defesa nacional. Cumpre ressaltar, ainda, o significado das medidas consubstanciadas na Resolução n.º 139, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, que estabeleceu normas restritivas para a divulgação de elementos estatísticos, tendo em vista o patriótico objetivo de evitar que tais elementos venham a ser úteis aos países que arrastaram o Brasil ao estado de guerra. Merece destaque, por fim, entre a matéria inserta na secção, o e mentário das Resoluções aprovadas pela Assembléa Geral do mesmo Conselho, em sua quinta sessão ordinária, verificada, em caráter excepcional e de acordo com a autorização expressa do Sr. Presidente da República, na cidade de Goiânia

do prazo de dez dias, encaminhá-lo-á o recorrente pela via de transporte mais rápido e sob registo postal, cujo número comunicará por telegrama à referida Secretaria.

§ 3.º — Não havendo recurso nos termos dos parágrafos anteriores, será o processo remetido à Procuradoria Geral da Fazenda Pública para inscrição da dívida e remessa da certidão à cobrança judicial, na forma do decreto-lei n.º 960, de 17 de Dezembro de 1938.

§ 4.º — Havendo recurso, mas sendo-lhe negado provimento, será a multa convertida em renda logo que o Conselho Nacional de Estatística comunicar sua decisão à repartição depositária.

§ 5.º — O pagamento da multa não isenta o infrator da obrigação de prestar a informação.

§ 6.º — Quando houver suspeita de fraude nas informações, os Serviços Federais de Estatística, por si ou pelos órgãos aos quais delegarem a incumbência da coleta, poderão proceder à verificação, requisitando para êsse fim a intervenção policial que se tornar necessária.

Art 6.º — Quando o infrator for servidor da administração pública ou empregado de instituição autárquica ou paraestatal, a infração será levada ao conhecimento do Conselho Nacional de Estatística, que representará contra o servidor faltoso:

a) ao Ministro da pasta a que estiver subordinado, se funcionário ou extranumerário federal;

b) ao Chefe do Governo regional ou ao Prefeito Municipal, sob cuja jurisdição servir;

c) ao Presidente da entidade autárquica ou paraestatal, a cujos quadros pertencer.

Art. 7.º — As informações prestadas em obediência ao disposto neste decreto-lei, destinando-se exclusivamente aos fins dos levantamentos estatísticos, não serão objeto de certidão, nem divulgadas de modo que torne pública a situação particular dos informantes.

Art 8.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de Julho de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

(aa) GETÚLIO VARGAS

Apolônio Sales

Vasco T. Leitão da Cunha

A de Sousa Costa

Eurico G Dutra

Henrique A Guilhem

João de Mendonça Lima

Oswaldo Aranha

Gustavo Capanema

Alexandre Marcondes Filho

J P Salgado Filho

DECRETO-LEI N.º 4 736 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1942

Dispõe sobre a estatística econômica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art 180 da Constituição, e

Considerando a necessidade de melhor assegurar o êxito das estatísticas nacionais em geral e, especialmente, as que devem ser o fundamento da orientação da política econômica e da segurança nacional;

Considerando que o levantamento da produção e dos estoques deve ser realizado em condições que atendam à situação de emergência em que se encontra o país;

Considerando a conveniência de articular e integrar as disposições dos diplomas legislativos n.º 4 081, de 3 de Fevereiro, n.º 4 181, de 16 de Março, e n.º 4 462, de 10 de Julho, todos do ano em curso, atribuindo-se ao mesmo tempo maior elasticidade ao regime de cooperação inter-administrativa instituído na Convenção Nacional de Estatística, — uma e outra coisa enquadradas na competência decorrente do art 73 e inciso V do art 16 do Estatuto Constitucional, decreta

Art 1.º — Os estabelecimentos industriais e comerciais (inclusive os da indústria extrativa, bem como os armazéns, trapiches, depósitos, etc) são obrigados a entregar ao órgão de estatística municipal da respectiva sede, em impresso próprio, até o décimo quinto dia útil de cada mês, as informações determinadas no presente decreto-lei, sobre as compras, vendas e estoques de mercadorias, e demais aspectos das suas atividades, durante o mês anterior.

§ 1.º — As informações previstas neste artigo referir-se-ão obrigatoriamente aos artigos e produtos constantes das instruções que forem sendo baixadas pelo Conselho Nacional de Estatística, tendo em vista as representações que lhe dirigirem os órgãos encarregados da defesa nacional e da orientação da política econômica.

§ 2.º — As instruções previstas no parágrafo precedente determinarão também quais as localidades e quais as categorias de estabelecimentos que devam ser progressivamente atingidas pela coleta estatística decorrente do disposto neste artigo. O lançamento do serviço, todavia, referir-se-á inicialmente aos estabelecimentos situados no

Distrito Federal e nos Municípios das capitais dos Estados e do Território do Acre, e cujo volume de negócios no ano de 1941 tenha sido superior a cem contos de réis.

§ 3.º — As informações em vista, durante a fase de implantação do serviço, a juízo do Conselho Nacional de Estatística, poderão ser requisitadas sem a discriminação da origem das mercadorias compradas e do destino das mercadorias vendidas, determinada no art. 4.º do decreto-lei n.º 4 462, de 10 de Julho do corrente ano.

Art. 2.º — Os estabelecimentos industriais indicarão: — *a)* espécies e quantidades da produção realizada durante o mês; *b)* espécies, quantidades e valores dos produtos vendidos durante o mês; *c)* espécies, quantidades e valores dos produtos em estoque no último dia do mês; *d)* espécies, quantidades e valores das matérias primas, combustíveis e energia utilizados durante o mês; *e)* espécies, quantidades e valores das matérias primas e combustíveis em estoque, no último dia do mês; *f)* espécies e quantidades dos produtos encomendados pelo governo e por particulares; *g)* número de operários, empregados, comissionados, técnicos, diretores e a importância de suas remunerações mensais; *h)* impostos pagos durante o mês, discriminando os relativos à União, Estados e Municípios. Em relação ao imposto de consumo especificar as mercadorias sobre as quais recaiu esse imposto.

Art. 3.º — Os estabelecimentos comerciais deverão prestar as mesmas informações referidas no artigo precedente, excetuadas as mencionadas nas alíneas *a*, *d*, *e*, *f* e *h* quanto à parte relativa ao imposto de consumo.

Art. 4.º — Afim de garantir a prioridade, presteza e eficiência da coleta e apuração dos elementos estatísticos referidos nos artigos 2.º e 3.º, o Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na fase inicial de execução da presente lei, fica autorizado a intervir diretamente em qualquer serviço de estatística federal, estadual ou municipal.

Art. 5.º — O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística encaminhará regularmente ao Ministro da Fazenda a síntese dos elementos estatísticos de que tratam os artigos 2.º e 3.º.

Art. 6.º — O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no desempe-

nho da atribuição de orientar tecnicamente todos os serviços de estatística existentes no país, diligenciará no sentido de evitar a duplicidade de tais serviços, na União, Estados e Municípios, procurando, ao mesmo tempo, reduzir o trabalho informativo dos estabelecimentos industriais e comerciais.

Art. 7.º — Evitada a duplicidade de informações, a exigência dos elementos estatísticos de que tratam os artigos 2.º e 3.º não eximirá a inscrição e o preenchimento do boletim anual de produção, por parte das firmas e empresas industriais, nos termos do decreto-lei n.º 4 081, nem o preenchimento e encaminhamento dos boletins mensais a que estiverem sujeitos os informantes em virtude do disposto no decreto-lei n.º 1 633, de 28 de Setembro de 1939, e no decreto-lei n.º 4 462, de 10 de Julho de 1942.

Art. 8.º — O disposto no art. 5.º do decreto-lei n.º 4 462, de 10 de Julho de 1942, para o efeito das informações exigidas pelos artigos 2.º e 3.º do presente decreto-lei, será aplicado com as alterações constantes dos parágrafos seguintes.

§ 1.º — A autoridade competente para impor as multas estabelecidas no citado dispositivo será a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística.

§ 2.º — Do ato da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, previsto no parágrafo precedente, apenas caberá pedido de reconsideração, interposto dentro do prazo de 30 dias contados da data de sua publicação.

Art. 9.º — Independe de regulamentação especial a aplicação de quaisquer dispositivos legais que estabelecerem multas como sanção para a obrigatoriedade do registro, prestação de informes ou satisfação de quaisquer obrigações referentes a objetivos da estatística nacional. Tais disposições serão aplicadas nos seus precisos termos, mediante o processamento de praxe na administração fazendária.

Art. 10 — O auxílio concedido ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística será reforçado, no corrente exercício, com a importância de quinhentos contos de réis, para o fim especial do levantamento previsto na presente lei, devendo figurar no orçamento anual da entidade a verba especialmente destinada a esse serviço, segundo proposta do Conselho Nacional de Estatística.

Art 11 — Fica instituído no Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho o cadastro obrigatório das sociedades por ações, regidas pelo decreto-lei n.º 2 627, de 26 de Setembro de 1940

§ 1.º — Os diretores de sociedades nacionais e os representantes de sociedades estrangeiras, autorizadas a funcionar no país, realizarão no mesmo serviço, até 45 dias após a publicação do presente decreto-lei, a consequente inscrição, mediante apresentação e arquivamento da documentação que, conforme a espécie, estatuem o art 61 e o art 64 e seu parágrafo único, do citado decreto-lei n.º 2 627, de 26 de Setembro de 1940

§ 2.º — Os diretores de sociedades nacionais e os representantes de sociedades estrangeiras, autorizadas a funcionar no país, deverão comunicar ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho todas as alterações ou modificações introduzidas nos respectivos estatutos

§ 3.º — A prestação final de contas nas liquidações das sociedades por ações, mesmo na hipótese de se verificarem em instância judicial, não será efetuada sem que seja dada a competente baixa do cadastro

Art 12 — O registo e a estatística industrial reorganizados pelo decreto-lei n.º 4 081, de 3 de Fevereiro de 1942, ficam transferidos integralmente ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho e ao Serviço de Estatística da Produção, cujas atribuições, neste particular, serão discriminadas pelo Conselho Nacional de Estatística, com fundamento na distinção dos setores industriais mais diretamente controlados pelos respectivos Ministérios

Parágrafo único — As repartições de estatística referidas neste artigo fornecerão, regularmente, ao Departamento Nacional de Indústria e Comércio, cópias autenticadas das “fichas de inscrição” dos estabelecimentos industriais, bem assim dos resultados estatísticos elaborados com o auxílio dos respectivos “boletins de produção”

Art 13 — O Conselho Nacional de Estatística, utilizando os dispositivos do presente decreto-lei, procurará normalizar e atualizar o mais possível o levantamento da estatística das correntes de comércio entre as unidades da Federação, pelas vias fluviais, terrestres e aéreas. A centralização dessas estatísticas continuará a cargo da Secretaria

Geral do Instituto, enquanto o Conselho Nacional de Estatística não julgar possível e conveniente a transferência desse encargo para o Serviço de Estatística Econômica e Financeira, o que será efetivado, quando oportuno, por uma Resolução fundamentada do mesmo Conselho

Art 14 — Entrará em vigor, decorrido o prazo de sessenta dias, a contar da publicação deste decreto-lei, a extensão das guias de exportação ao comércio de cabotagem, nos termos do regulamento baixado com o decreto n.º 15 013, de 13 de Novembro de 1922

Parágrafo único — O Conselho Nacional de Estatística proporá oportunamente um plano para a racionalização das guias de exportação, tanto para o tráfego interior, como para o comércio exterior, tendo em vista atender em relação a cada despacho e com um só instrumento estatístico, os interesses, da administração, quer da União, quer das unidades federadas

Art 15 — Afim de exercer mais eficazmente a ação supletiva que lhe compete, em relação aos campos de atividade normalmente atribuídos pela Convenção Nacional de Estatística aos órgãos regionais que lhe são filiados, realizará o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com os governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre, sempre que necessário, acordos especiais, de vigência por prazo prefixado ou indeterminado, tendo em vista levar aos aludidos órgãos a assistência administrativa e técnica que lhes dê a requerida eficiência

§ 1.º — Por meio dos acordos previstos no presente artigo, o órgão ou os órgãos estatísticos a que ditos acordos se referirem passarão a ser administrados e dirigidos pelo Instituto, ficando estipuladas as medidas financeiras e administrativas que os governos compactuantes se comprometerem a tomar afim de assegurar o êxito da gestão delegada, bem assim a contribuição informativa que lhes deva ser prestada pelo I B G E

§ 2.º — Não sendo satisfatórias as atividades de qualquer dos órgãos regionais de estatística depois de utilizados os meios corretivos previstos e autorizados na Convenção Nacional de Estatística, e se o respectivo governo não julgar conveniente a realização do acôrdo autorizado neste artigo, o Conselho Nacional de Estatística assegurará o êxito das estatísticas que esti-

verem comprometidas pelas deficiências não sanadas, determinando, em Resolução devidamente fundamentada, a transferência dos aludidos levantamentos para a responsabilidade direta da Secretaria Geral do Instituto, por intermédio das suas Inspetorias Regionais, criadas no decreto-lei n.º 4 181, de 16 de Março de 1942.

§ 3.º — A efetividade dos acordos a que se refere o parágrafo precedente fica sujeita à ratificação pelo Conselho Nacional de Estatística, mediante Resolução especial, e por decreto do governo compactante, prevalecendo durante todo o prazo previsto se não for denunciado na forma do presente parágrafo. A denúncia desses acordos só poderá ter lugar por parte de qualquer das entidades compactantes, mediante Resolução do Conselho, ou decreto do governo interessado, depois que a outra parte declarar a impossibilidade de atender às representações que tiverem em vista interesses da pública administração.

§ 4.º — Enquanto durar a ação direta do órgão central do Instituto, nos termos do parágrafo precedente, em relação a quaisquer serviços de cadastro, registo ou levantamento estatístico, legal ou convencionalmente atribuídos aos órgãos regionais de um Estado, do Distrito Federal ou do Acre, entender-se-á vedada qualquer interferência da administração regional nos aludidos serviços, sem prejuízo, porém, do direito, que lhe fica assegurado, de obter do Instituto as informações de que ne-

cessitar referentemente aos dados estatísticos que este estiver levantando diretamente

Art. 16 — É dispensada a exigência de prévia aprovação do Presidente da República quanto ao padrão das leis municipais de ratificação dos Convênios de Estatística Municipal que ficaram previstas na lei n.º 4 181, e cuja vigência é condicionada à ratificação do governo federal.

Art. 17 — No caso de se verificar insuficiência, em consequência do estado de guerra, dos recursos financeiros com que os Municípios do país (inclusive o da capital da República) concorrerão para a Caixa Nacional de Estatística Municipal prevista no art. 9.º do decreto-lei n.º 4 181, de 16 de Março de 1942, e destinada ao custeio das Agências Municipais de Estatística administradas e superintendidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fica autorizado desde já o seu eventual reforço, por verba orçamentária ou crédito especial, mediante representação fundamentada do Conselho Nacional de Estatística.

Art. 18 — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

(aa) GETÚLIO VARGAS

A. de Sousa Costa

Alexandre Marcondes Filho

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

ASSEMBLÉIA GERAL

Ementário das Resoluções aprovadas na V Sessão Ordinária

N.º 233 — de 2 de Julho de 1942

Registra o significado histórico do "batismo cultural" de Goiânia, rende homenagem ao governo de Goiás e formula agradecimentos

N.º 234 — de 4 de Julho de 1942

Recomenda providências para o levantamento das estatísticas da navegação.

N.º 235 — de 4 de Julho de 1942

Formula um voto sobre o VIII Congresso Brasileiro de Educação e divulga as suas conclusões

N.º 236 — de 4 de Julho de 1942

Registra a adesão do Brasil ao Instituto Interamericano de Estatística e consigna outros pronunciamentos.

N.º 237 — de 4 de Julho de 1942

Presta homenagem à memória de dois membros das Comissões Técnicas.

- N.º 238 — de 4 de Julho de 1942
Exprime os agradecimentos do Conselho ao II Congresso Interamericano de Municípios.
- N.º 239 — de 4 de Julho de 1942
Formula um agradecimento ao Ministro da Educação a propósito do prevaecimento da ortografia acadêmica
- N.º 240 — de 4 de Julho de 1942
Expressa o louvor da Assembléa ao C. N. G., resalta a importância de algumas de suas atividades e formula sugestões sobre a revisão do quadro territorial da República.
- N.º 241 — de 4 de Julho de 1942
Dispõe sobre os prazos de vigência dos mandatos das Comissões Técnicas do Conselho e dá outras providências.
- N.º 242 — de 4 de Julho de 1942
Exprime congratulações ao Conselho Nacional de Trânsito e formula sugestões sobre o levantamento da estatística do trânsito.
- N.º 243 — de 4 de Julho de 1942
Estabelece providências para a fixação de uma nomenclatura de indústrias para uso da estatística brasileira
- N.º 244 — de 4 de Julho de 1942
Dirige um apêlo ao D. A. S. P., relativamente ao aperfeiçoamento, no estrangeiro, dos funcionários das repartições filiadas ao Instituto
- N.º 245 — de 4 de Julho de 1942
Faz recomendações especiais sobre o uso da franquia teográfica e dá outras providências
- N.º 246 — de 4 de Julho de 1942
Traduz o regozijo do Conselho pela elaboração do Vocabulário Brasileiro de Estatística e determina providências para a sua publicação
- N.º 247 — de 4 de Julho de 1942
Dispõe sobre a organização da "Nomenclatura Brasileira de Mercadorias" para uso da estatística nacional
- N.º 248 — de 4 de Julho de 1942
Aprova as deliberações das Juntas Executivas do Conselho.
- N.º 249 — de 4 de Julho de 1942
Preenche uma vaga no Corpo de Consultores Técnicos do Conselho
- N.º 250 — de 8 de Julho de 1942
Dispõe sobre o exame das contas do Instituto na presente reunião da Assembléa Geral
- N.º 251 — de 8 de Julho de 1942
Homologa a Resolução n.º 136 da Junta Executiva Central que dispôs sobre a proposta orçamentária do Instituto para 1943
- N.º 252 — de 8 de Julho de 1942
Reconhece a necessidade do levantamento da estatística da morbidade e determina providências a respeito
- N.º 253 — de 8 de Julho de 1942
Recomenda o estudo de um trabalho da repartição central regional de estatística de Santa Catarina
- N.º 254 — de 8 de Julho de 1942
Amplia o disposto no art. 3.º e seus parágrafos do Regimento da Assembléa
- N.º 255 — de 8 de Julho de 1942
Anota os resultados da campanha para a organização das "Tábuas Itinerárias Brasileiras" e formula um apêlo a respeito
- N.º 256 — de 8 de Julho de 1942
Rende uma homenagem ao realizador do Recenseamento Geral de 1940
- N.º 257 — de 8 de Julho de 1942
Consigna um pronunciamento sobre as Secções de Estatística Militar e os Convênios Nacionais de Estatística Municipal
- N.º 258 — de 8 de Julho de 1942
Provê à elaboração dos questionários destinados ao levantamento das estatísticas administrativas
- N.º 259 — de 8 de Julho de 1942
Formula um voto ao Chefe do Governo Nacional

N.º 260 — de 9 de Julho de 1942
Sugere providências para regularizar as requisições de transporte pelos órgãos do Instituto.

N.º 261 — de 9 de Julho de 1942
Dispõe sobre a organização, pelos órgãos regionais de estatística, de um "Indicador de Firmas Comerciais"

N.º 262 — de 9 de Julho de 1942
Formula sugestões acêrca do prazo previsto no art. 4.º do decreto-lei n.º 4 081, de 3 de Fevereiro de 1942.

N.º 263 — de 9 de Julho de 1942
Dispõe sobre a permuta de documentação relativa aos atos legislativos e administrativos, entre as repartições de estatística

N.º 264 — de 9 de Julho de 1942
Recomenda o fornecimento aos Prefeitos Municipais de informações estatísticas para os seus relatórios

N.º 265 — de 9 de Julho de 1942
Sugere a instituição de uma ficha para o levantamento das estatísticas da construção.

N.º 266 — de 9 de Julho de 1942
Modifica disposições vigentes sobre a leitura dos relatórios dos delegados à Assembléia Geral do Conselho.

N.º 267 — de 9 de Julho de 1942
Formula aplausos, sugestões e apelos concernentes ao desenvolvimento da Estatística Brasileira.

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

RESOLUÇÃO N.º 139, DE 25 DE AGOSTO DE 1942

Dispõe sobre a divulgação de elementos estatísticos e dá outras providências

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que o reconhecimento, por parte do Governo da República, do estado de beligerância entre o Bra-

sil, de um lado, e a Alemanha e Itália, de outro, exige a não divulgação de dados estatísticos concernentes ao país, por isso que podem os mesmos ser úteis às atividades bélicas das nações adversárias;

Resolve:

Art. 1.º — É reconhecida a imperiosa necessidade de suspensão, até ulterior pronunciamento, da divulgação dos resultados de todos os levantamentos estatísticos efetuados pelas repartições especializadas existentes em qualquer setor ou dependência da administração pública e particular.

Parágrafo único — A suspensão referida no presente artigo deverá compreender qualquer processo ou meio de divulgação, abrangendo, por conseguinte, anuários, sinopses, boletins, revistas, comunicados, gráficos, cartazes, etc.

Art. 2.º — As repartições de estatística que editam, em caráter oficial e com periodicidade certa, boletins ou publicações congêneres, com o fim de divulgar os resultados dos inquéritos que efetuam ou as atividades das instituições a que se subordinam, poderão manter a distribuição das aludidas publicações, desde que obedeçam às seguintes recomendações:

a) não divulgar quaisquer séries estatísticas referentes a períodos de tempo posteriores a 1940;

b) não incluir informes sobre matérias primas de natureza estratégica, qualquer que seja o período de tempo a que se refiram;

c) limitar a edição dessas publicações ao mínimo, restringindo, outrossim, a sua distribuição a entidades e pessoas prévia e cuidadosamente selecionadas na lista comum de assinantes;

d) apor nas publicações assim distribuídas as expressões "Reservado" e "Secreto", conforme for o caso;

e) numerar cada volume de modo a permitir o controle da distribuição ou inscrever nos mesmos o nome ou designação do destinatário

Art 3.º — O fornecimento de informações estatísticas deverá ficar condicionado, de modo geral, à apresentação de pedido ou requisição de autoridade superior devidamente credenciada, formulado por escrito e em papel que contenha o timbre oficial da repartição

§ 1.º — Os pedidos verbais de informações e os que, mesmo escritos, não obedecerem às recomendações do artigo, não deverão ser atendidos, em qualquer hipótese.

§ 2.º — A entrega de informações estatísticas será efetuada mediante protocolo e tanto a sobrecarta como o próprio impresso da informação deverão conter as expressões de reserva mencionadas no artigo precedente, letra *d*.

Art. 4.º — A remessa de publicações ou informações para o estrangeiro será suspensa até segunda ordem, salvo quando se trate de pedidos encaminhados pelo Ministério das Relações Exteriores e com parecer favorável dessa Secretaria de Estado

Art. 5.º — Será completada a série, já iniciada, das Sinopses Regionais correspondentes ao *Anuário Estatístico do Brasil* relativo ao biênio 1939-1940, ficando, porém, sua distribuição subordinada ao critério geral estabelecido nesta Resolução

Art. 6.º — As *Tábuas Itinerárias Regionais* incluem-se entre os elemen-

tos informativos cuja divulgação deve obedecer às normas ora fixadas.

Art. 7.º — A Presidência do Instituto submeterá a presente Resolução à consideração do governo, e solicitará, se aprovadas as medidas que nela se consubstanciam, dos Ministros de Estado, Governadores e Interventores Regionais, Presidentes e Diretores de entidades autárquicas, a determinação das providências indispensáveis para evitar o conhecimento por parte do inimigo de quaisquer informações estatísticas referentes ao país.

Rio de Janeiro, em 25 de Agosto de 1942, ano 7.º do Instituto.

Conferido e numerado. a) ALBERTO MARTINS, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. a) M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. a) JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do Instituto.

O "BATISMO CULTURAL" DE GOIÂNIA

Constituiu um acontecimento de marcante significação, repercutindo em todo o país de maneira bastante expressiva, a série de cerimônias cívicas e certames intelectuais e econômicos levada a efeito em Goiaz, nos meses de Junho e Julho, para assinalar o "batismo cultural" de Goiânia, a nova capital daquele Estado. Sensível ao alcance da patriótica iniciativa do Interventor PEDRO LUDOVICO — a qual equivale a um marco admirável no esforço de interiorização das nossas forças civilizadoras — o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística participou diretamente de tôdas as comemorações então realizadas, conforme vinha sendo noticiado nos anteriores números da REVISTA

Figuras de relêvo de tôdas as classes, expoentes da vida civil, militar e eclesiástica do país, inclusive representantes das diversas Unidades Federadas, tiveram oportunidade de apreciar o surto de progresso que se acentua nesses últimos anos em Goiaz e os resultados das felizes iniciativas com que a atual administração vem assegurando ao Estado uma fase de intensa renovação econômica e social. Goiânia, cujos arruamentos foram esboçados em 1933, possui já 4 largos e praças, 31 avenidas e alamedas e 71

ruas, com 3 349 edificações. Dispõe de água potável, luz elétrica e rede de esgotos. E é artisticamente arborizada.

A cidade está construída, segundo um plano urbanístico dos mais adiantados, num grande planalto, de excelente clima, na altitude de 760 metros. A área do Município é de 11 592 quilômetros quadrados e a população recenseada em 1.º de Setembro de 1940 ascende a 48 473 habitantes, isto é, superior, já, à da antiga capital do Estado.

Possue Goiânia uma estação rádio-difusora, boas casas de saúde, vários hotéis e moderna casa de diversões. Os transportes urbanos são feitos em ônibus confortáveis e modernos. Dentro em pouco, a cidade será dotada de telefones automáticos em todo o seu perímetro, já se achando estendida a respectiva rede.

As notas que se vão ler dão conta, em termos de síntese, do extraordinário brilho alcançado pelo "batismo cultural" de Goiânia e refletem, através de pronunciamentos os mais significativos, a maneira por que

tôdas as forças vivas do país levaram o seu concurso, de um modo ou de outro, ao notável acontecimento histórico.



Busto do fundador de Goiânia, no pátio interno do Palácio das Esmeraldas

OITAVO CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO

A série de festividades e certames do "batismo cultural" de Goiânia teve início com a realização do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, de cujos trabalhos preparatórios esta REVISTA vinha tratando circunstanciadamente nos seus números anteriores.

Havendo o I B.G.E. obtido do Sr. Presidente da República transporte ferroviário gratuito para cem congressistas, a Associação Brasileira de Educação organizou numerosa e luzida caravana, da qual participaram membros das Comissões Patrocinadora Nacional e Executiva e da Secretaria Geral do Congresso, diretores e representantes de serviços educacionais de vários Estados, relatores de temas e redatores de teses, representantes de instituições culturais, educadores, técnicos, senhoras e senhoritas convidadas.

A caravana, que partiu do Rio de Janeiro no dia 14 de Junho, juntaram-se em São Paulo outros congressistas desse Estado, chegando todos a Goiânia na noite de 17 do mesmo mês, depois de terem pernoitado na capital paulista, em Ribeirão Preto e em Araguari.

Nas estações goianas os viajantes receberam várias manifestações, presentes de frutas, etc. Em Bonfim esteve à frente dos homenageantes o próprio Sr. Bispo de Goiaz, Dom EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA. A uma emocionante saudação proferida pela menina MARIA APARECIDA MOREIRA, aluna do "Grupo Escolar Pedro Ludovico", de Goiandira, respondeu, agradecendo, o Padre MEDEIROS NETO, diretor do Departamento de Educação e delegado do Estado de Alagoas.

Em Goiânia já se encontravam e chegaram posteriormente outros participantes do certame, viajando por via férrea e via aérea.

Assumindo a presidência do Congresso, o Sr. JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS, membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação, designou substituto do secretário geral o Sr. FERNANDO TUDE DE SOUSA e convocou para a manhã seguinte à chegada da caravana uma sessão preparatória, que teve lugar no salão de recepção do Grande Hotel, onde a grande maioria dos congressistas se achava hospedada.

Nessa reunião foram escolhidas as Comissões correspondentes a cada um dos temas especiais e ao estudo das teses não enquadradas no programa. Essas comissões ficaram assim constituídas: Temas Especiais: 1.º — Presidente, Sr. HOSTÍLIO DE ARAÚJO, delegado do

Paraná, Relator, Sr. COELHO DE SOUSA, representado pelo Sr. ERNESTO PELANDA; Secretário, Padre BRUNO TEIXEIRA, delegado do Ceará; 2.º — Presidente, Professor QUINTILIANO SITRÂNGULO, delegado de São Paulo; Relator, Professor ALMEIDA JÚNIOR; Secretário, Sr. MAURÍCIO VINHAS DE QUEIROZ, representante do Centro de Estudos Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia; 3.º — Presidente, Professor MOREIRA DE SOUSA; Relator, Professor SUD MENNUCCI, Secretário, Padre MEDEIROS NETO, delegado de Alagoas; 4.º — Presidente, Professora JURACÍ SILVEIRA, Relator, Professora MARIA DOS REIS CAMPOS (ausente); Secretário, Sr. JACIR MAIA, da representação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; 5.º — Presidente, Professor MOISÉS XAVIER DE ARAÚJO, redator de tese; Relator, Professora HELENA ANTIPOFF (ausente); Secretário, Professora RUTH GOUVEIA, da Comissão Executiva; 6.º — Presidente, Sr. ANTONINO DE OLIVEIRA DIAS, delegado da Bahia; Relator, Professor ULISSES PERNAMBUCANO (ausente); Secretário, Sr. PAULO DE ALMEIDA CAMPOS, redator de tese; 7.º — Presidente, Sr. RENATO DE ALMEIDA, da delegação do Ministério das Relações Exteriores, Relator *ad-hoc*, Professora DÉIA VELOSO BARROS, representante do Ministério da Educação; Secretário, Sr. PAULA BARROS, jornalista; 8.º — Presidente, LUIZ TRINDADE, delegado de Santa Catarina, Relator, Professor MOREIRA DE SOUSA, Secretário, FILIPE NERI, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 9.º — Presidente, Sr. RUBENS FALCÃO, delegado do Rio de Janeiro, Relator, Sr. LEVI CARNEIRO (ausente); Secretário, Sr. EDUARDO LOPES RODRIGUES, representante da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro; teses sobre assuntos estranhos ao programa: Presidente, Comandante CARLOS CARNEIRO, representante do Ministério da Marinha; Relatores, Srs. FREDERICO MEDEIROS, AGNELO ARLINGTON FLEURÍ e EDMAR PEREIRA; Secretário, AGNELO FLEURÍ

Mais tarde, todos os participantes do Congresso se dirigiram ao Palácio do Governo, sendo recebidos pelo Sr. Interventor Federal e senhora e senhora PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA.

Saudou o Chefe do Governo, em nome dos visitantes, o Professor ROBERTO MOREIRA, do Instituto de Educação de Florianópolis.

Discursou, agradecendo, o Interventor PEDRO LUDOVICO.

As 17 horas, na sede do Automóvel Clube, a Associação Goiana de Imprensa, presidida pelo Sr. CÂMARA FILHO, ofereceu aos congressistas um *cocktail*, falando o jornalista ODORICO COSTA, então diretor da Divisão de Organização

e Coordenação do Departamento do Serviço Público, e, em agradecimento, o jornalista FILIPE NERI

As 21 horas, teve lugar na sede do Cine Teatro Goiânia a sessão solene de abertura do Congresso, com a presença de altas autoridades estaduais e grande número de pessoas

Abrindo os trabalhos, o Sr PEDRO LUDOVICO pronunciou o seguinte discurso:

"É marcante e altamente significativa para o Estado de Goiás a vossa vinda a Goiânia, concretizando o ideal que há tempo tomastes a ombro de realizai nesta cidade o Congresso Brasileiro de Educação

É a oitava vez que se repete este acontecimento em nosso país

Seria natural, seria cómodo que, como de outras feitas, o efetivásseis em uma das capitais mais adiantadas do litoral ou mais próximas do Rio de Janeiro

O transporte seria mais fácil, a viagem mais acessível e confortável. No entanto, preferistes enfrentar grandes dificuldades, em uma travessia longa, para assentar, entre nós, a vossa tenda de trabalho, na missão muito nobre e mui digna, qual a de difundir o ensino pelo país, orientado em bases modernas e de acódo com as nossas realidades

Aquí estais em plena hinterlândia brasileira, fazendo um trabalho fecundo pela nossa pátria,

cujo valor será verificado em um futuro que não se acha distante

Ofeceis um exemplo de grande brasilidade, escolhendo Goiânia para sede deste certame, não só porque está em pleno coração do Brasil, como porque, sendo uma cidade em formação, é composta de elementos os mais heterogêneos, vindos de todos os quadrantes da nossa grande pátria

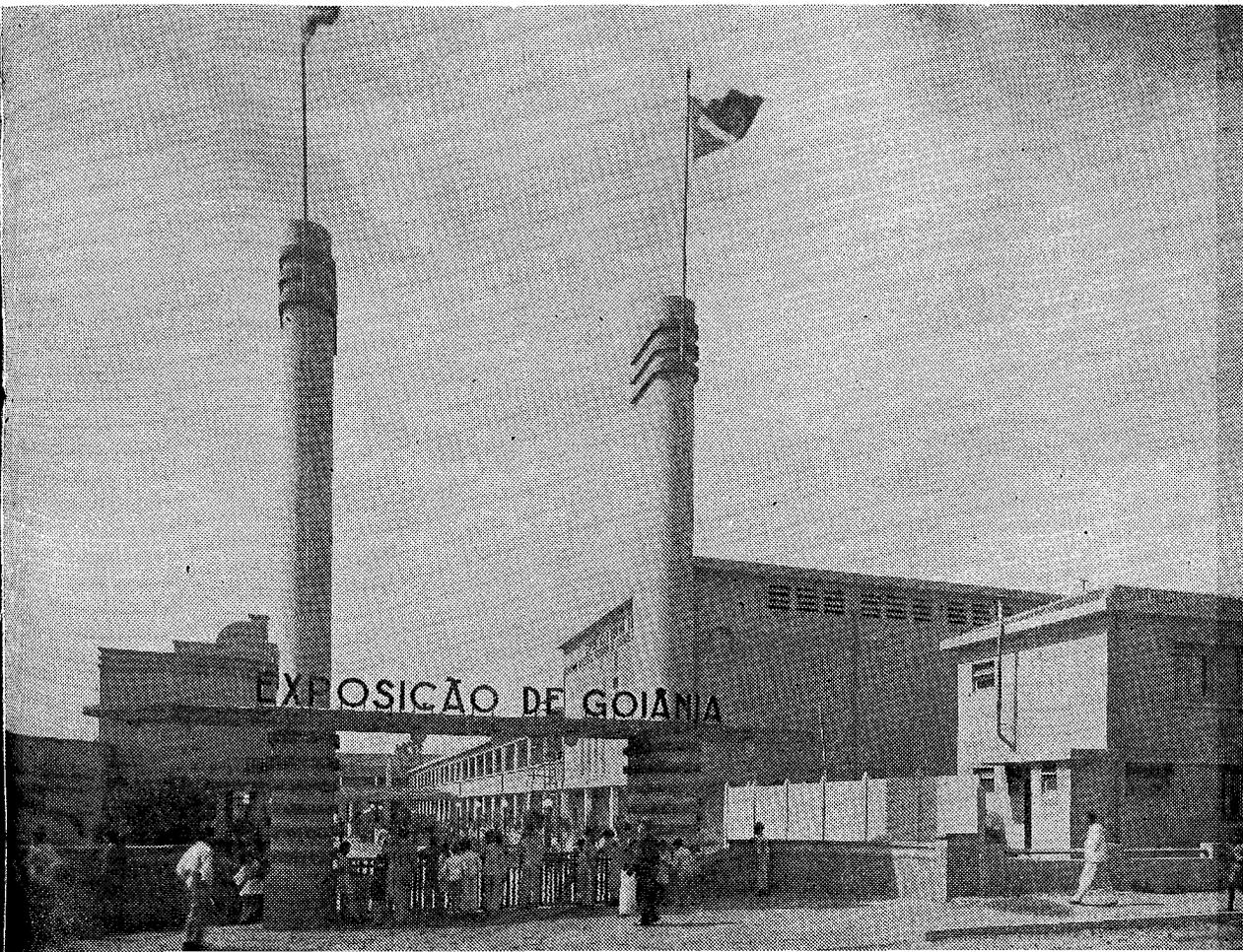
Destarte, constata-se o vosso zêlo, o vosso entusiasmo em bem servir a nossa nacionalidade, que exige a cooperação sadia de todos que têm uma parcela de função pública

Há dois anos atrás, já devia ter-se reunido em Goiânia este Congresso, pois assim desejava uma das suas figuras mais brilhantes e cultas — o Sr Dr TELXEIRA DE FREITAS. Não se objetivou naquela época o seu desejo, em virtude das ponderações que lhe fiz, então, sobre os percalços que surgiriam para uma cidade muito nova em receber os componentes de tão distinto quão refinado conclave. Não concordou esse notável patricio com o cancelamento da resolução tomada. Adiou-a até que se pudesse realizai sua honrosa proposta

Era seu pensamento, sem dúvida, que a fundação de Goiânia merecesse o sacrificio do adiamento, se não militassem a favor do seu ponto de vista outros fatores de ordem geral

Defendeu essa opinião perante os seus pares, e, vendo-a vitoriosa pela boa vontade de todos, ficou decidido que seria nossa capital a sede do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação. Essa decisão foi facilmente homologada pelo Sr Presidente da República, que já havia indicado aos seus governados "a marcha para Oeste"

Entrada principal para o recinto das Exposições, vendo-se a parte do edificio da Escola Técnica onde funcionaram o Oitavo Congresso Brasileiro de Educação e as Assembléas Gerais dos Conselhos do I B G E



Esta realização entre nós já deve ser considerada como consequência dessa diretriz em boa hora lançada pelo grande condutor do Brasil, que, com visão segura e arguta, perscrutou as grandes necessidades brasileiras e as possibilidades que certas forças em estado potencial podem oferecer à nossa economia.

Meus senhores Hoje, como já vos disse, em um improviso que vos dirigi, é um grande dia para os goianos. Temos a ingente satisfação de ver em nosso meio, considerado tão afastado da civilização litorânea e dos grandes centros do país, e, durante tanto tempo, esquecido do poder federal, pelo menos até 1930, uma *élite* de intelectuais, de homens os mais representativos da cultura nacional, que aqui vêm discutir questões de ensino primário, sem dúvida, a base do progresso de todos os povos. Não se debatem assuntos os mais interessantes, neste particular. Não se ouviu as vozes mais autorizadas na matéria. Vamos presenciar exposições as mais atualizadas sobre as diferentes teses deste certame, feitas pelos representantes do Norte, Sul, Centro e Oeste do Brasil. Muita luz se fará sobre pontos controversos do ensino pátrio e surgirá do calor dessas indagações de caráter pedagógico.

Não é extremamente interessante e patriótico assistir-se a um espetáculo desta natureza, apreciar lides de tão intenso aspecto intelectual, a que a heterogeneidade típica dos atuantes dá um colorido tão agradável?

Não provoca uma euforia espiritual ve congelada neste recinto uma plêiade de elementos os mais notáveis de nosso *metier* educacional?

É, pois, natural, humano, o nosso contentamento nesta hora que vivemos.

E estou certo de que além do prazer psíquico proporcionado pelo vosso convívio, benefícios de forma material nos advirão deste conclave, oferecendo-se-nos uma trilha mais firme e mais prática para a propagação e eficiência do ensino primário, máxime nos meios rurais, onde se encontra a maior parte da nossa população escolar.

O programa deste Congresso, que conheci ainda em projeto, impressionou-me pelo sentido de realidade que presidiu à sua elaboração.

Efetivamente, o tema geral visa estabelecer uma noção de conduta para os mentores educacionais, no sentido de uma compreensão curial das finalidades do ensino fundamental primário, quando ministrado nas pequenas cidades e vilas; nas zonas rurais comuns e nas de imigração e, finalmente, nas regiões inhóspitas do sertão.

A fixação do objetivo colocará em seus verdadeiros termos a questão, evitando-se, destarte, incompreensões, infelizmente comuns, e que se responsabilizam pelo baixo rendimento ou por um rendimento inadequado dos esforços que, à custa de muito dinheiro e de muito sacrifício, se mobilizam com a mais sã das intenções pedagógicas.

Sabemos, perfeitamente, do esforço vão daquele que procura, sem nenhuma utilidade prática mediata ou imediata, incuti no espírito do pequeno sertanejo, por exemplo, noções que só teriam proveito a um habitante de cidade grande.

Assim, bem estabelecido o que melhor aproveita ao aluno, sob um ponto de vista eminentemente prático, temos para ele organizado o melhor dos programas.

Objetiva ainda uma bem entendida educação vincular o indivíduo ao meio, forçando o progresso deste pelo aperfeiçoamento daquele. Assim teremos uma consciência educativa digna desse nome. Mas, para que ela prevaleça, precisamos juntar-lhe um aparelhamento adequado.

A questão do professor surge em primeiro plano.

Não só o aluno, mas também o mestre, e, principalmente, este, deve possuir a mentalidade de seu meio.

As importações, na imensa maioria dos casos, são desastrosas. Elas não correspondem, não podem corresponder ao escopo que se tem em mira, pois, um desambientado não consegue apreender o verdadeiro sentido do que dele se exige, a não ser por um longo processo de adaptação, sujeito a demoras e a muitos percalços.

E o sentido, direi melhor, o objetivo da educação em uma determinada zona deve ser colimado desde o início: o rural, consultando os problemas das regiões de atividades rurais predominantes; o nacionalista, nas zonas de imigração intensa e, assim, por diante, seguindo uma orientação racional.

Mas, nem só o tema geral oferece aspectos de suma relevância para o país e muito especialmente para Goiás.

A parte especial enquadra questões de absoluto interesse escolar e não escolar; a assistência aos alunos; a deserção e ainda outros muitos assuntos constituem problemas de premente solução, que temos o máximo interesse em ver resolvidos.

São, na maioria, questões inter-dependentes, apresentando múltiplas faces comuns.

A deserção escolar, por exemplo, será muito reduzida por uma boa campanha de assistência social.

Saneamento, combate à miserabilidade — eis os remédios heróicos para esse mal. Mas, como saneai, como reduzir a miséria, como multiplicar escolas e formar profissionalado capaz sem lastro econômico suficiente?

O diagnóstico deve ser seguido imediatamente de adequada terapêutica.

Meios econômicos é o de que carecemos para educar. Em Goiás, ainda que forçada, super-excedida, mesmo, a capacidade orçamentária, estaríamos ainda longe de atingir o número necessário de escolas.

E nossa situação é razoavelmente boa, em face do restante do Brasil. Daí se infere que os Estados, salvo muito poucos, não podem arcar sozinhos com um aparelhamento educacional equivalente às nossas necessidades.

Terão de ser auxiliados nessa ingente tarefa. Só o Governo Federal está em condições de fornecer um tal auxílio.

Qualquer sacrifício que se faça nesse sentido será compensado, pois a educação é a grande valorizadora do potencial humano. Sem uma educação à altura, jamais se poderá construir uma grande nação.

É mais do que justo, mais do que oportuno, mais do que inadiável um esforço constante no sentido de impor à educação, algo desajustada, novas diretrizes mais consentâneas com as necessidades nacionais, tão diversas na diversidade deste imenso país.

Alimentamos as melhores esperanças de que este ambiente favoreça de um modo especial o desenvolvimento das atividades do presente conclave.

Em sua situação de centro geográfico, com sua atmosfera que não conhece fracassos nem tibiezas, com intensa vibração de civismo envolvendo a realização deste certame, Goiânia, por certo, será propícia a uma fecunda messe de resultados por parte do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação.

É essa a agradável expectativa que se funda principalmente, em um valiosíssimo penhor: a competência e o patriotismo de tão destacados vultos do cenário pedagógico nacional, aqui presentes, para a dádiva dos primeiros de sua inteligência e de seu civismo, em prol desta causa de relevância sem par na vida do Brasil.

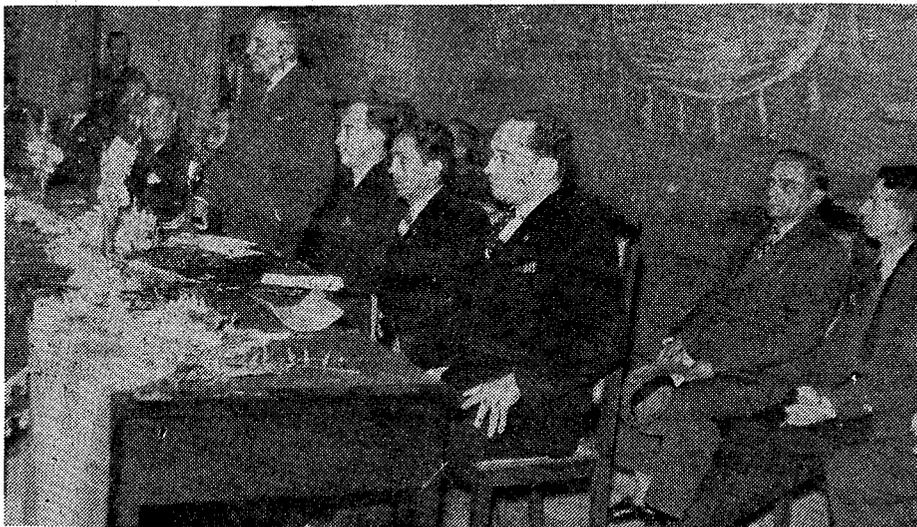
Seja ela como um clarão precioso desse dia almejado em que o nosso esforço pedagógico haja atingido paridade com a envergadura desta imensa, desmedida tarefa que nos cumpre vencer, para que possamos encetar com otimismo um futuro que, então, só visões grandiosas nos poderá trazer."

Após o discurso do Chefe do Governo, pronunciou a oração oficial o Presidente do Congresso, Sr. José Augusto. Discursou ainda, em nome das delegações, o Padre BRUNO TEIXEIRA, diretor do Departamento de Educação do Ceará.

Os trabalhos das Secções tiveram início no dia seguinte, nas salas de aulas da Escola Técnica.

Um contratempo absolutamente imprevisto prejudicou consideravelmente a execução do programa traçado: os relatórios dos 4.º, 6.º, 8.º e 9.º temas especiais, enviados por via aérea para a capital goiana afim de serem mimeografados para distribuição às Secções, foram deixados pela companhia transportadora — a Panair — em dois diferentes pontos do percurso, em duas viagens seguidas. Assim, os trabalhos

vam a constituir conclusões do Congresso. Algumas sessões plenárias foram essencialmente dedicadas ao debate do Tema Geral. Assim, o Congresso pronunciou-se em conclusões aprovadas sobre: a educação primária fundamental, seus objetivos e organização, nas pequenas cidades e vilas do interior, na zona rural comum, nas zonas rurais de imigração e nas zonas de alto sertão (Tema Geral, relatado pelo Professor RAUL BITTENCOURT), o provimento de escolas para toda a população em idade escolar e de escolas especiais para analfabetos; tipos de prédios para as escolas primárias e padrões de aparelhamento escolar, consideradas as peculiaridades regionais; o professor primário das zonas rurais, sua formação, aperfeiçoamento, remuneração e assistência, encaminhamento, dos alunos que deixem a escola primária, para



Solenidade de instalação do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, quando falava o seu presidente, Sr. José Augusto

não puderam desenvolver-se com o mesmo ritmo de animação e produtividade em todas as Secções. Na 1.ª, na 2.ª, na 3.ª e na 10.ª a distribuição dos respectivos relatórios e a presença dos autores permitiram que se travassem interessantes debates. Muito animadas estiveram também as reuniões da 6.ª Secção. Na 7.ª a escolha de um relator *ad-hoc* conduziu à coordenação de algumas idéias sobre o tema respectivo. O mesmo resultado se obteve na 8.ª Secção, graças à presença do relator

De modo geral, porém, os resultados colhidos nessas reuniões foram altamente interessantes.

As decisões tomadas por maioria nas reuniões das Secções eram levadas a plenário e, se aí aprovadas, passa-

escolas de nível mais alto ou para o trabalho; as missões culturais como instrumento de penetração cultural e de expansão das obras de assistência social; as colônias-escolas como recurso para a colonização intensiva das zonas de população rarefeita ou desajustada; assuntos diversos à base de teses estranhas ao programa

Em seguida à parte de estudos das sessões plenárias, realizaram-se curiosíssimas representações folclóricas, promovidas pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Goiaz, e constantes de congadas, cavalhadas, modas de viola, arirê-cum-cum, desafios, etc.

Também o governo do Estado, além de cercar os congressistas em geral de constantes demonstrações de

apreço e mostras de verdadeira fidalguia, ofereceu-lhes um baile no dia 20, uma noitada teatral no dia 21, uma festa joanina no dia 24, na Cerâmica Marina, e churrasco e banquete no dia 26. Na primeira daquelas manifestações, o Sr C PAULA BARROS fez uma saudação à mulher goiana na pessoa da Sra PEDRO LUDOVICO. Discursaram no churrasco, oferecendo e agradecendo, respectivamente, os Srs GARIBALDI TEIXEIRA, diretor do *Correio Oficial*, do Estado, e FILIPE NERI, congressista. O discurso de oferecimento do banquete foi proferido pelo Sr VASCO DOS REIS GONÇALVES, diretor do Departamento de Educação, agradecendo em nome dos homenageados o Professor A ALMEIDA JÚNIOR, da Faculdade de Filosofia de São Paulo. Levantou o brinde de honra ao Sr Presidente da República, o Sr RENATO DE ALMEIDA, redator-chefe do Serviço de Imprensa do Itamarati.

Ainda constou do programa de festividades a missa solene celebrada na Igreja Matriz de Goiânia pelo Sr Bispo Dom EMANUEL e na qual pronunciou a oração gratulatória o Padre MEDEIROS NETO.

Também a Sociedade Goiana de Pecuária ofereceu aos congressistas, no balneário do Lago das Rosas, um *cocktail*, discursando o presidente da Sociedade, Sr ALTAMIRO MOURA PACHECO, e o congressista EDUARDO LOPES RODRIGUES. Antes do *cocktail* houve provas de esportes náuticos no Lago. Na tarde de 26, um dos mais ilustres participantes do Congresso, o Professor FRANCIS RUELLAN, autoridade de renome mundial em geografia, professor da Sorbonne e, atualmente, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, realizou uma conferência sobre o ensino daquela ciência.

Além da Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, anexa ao Congresso, da qual publicamos detalhada notícia noutra local, constituíram númeios de atração para os educadores as provas de ginástica realizadas pelo corpo discente da Escola Normal e do Liceu, no pátio desse estabelecimento, e as exibições de filmes documentários dos serviços educacionais de vários Estados e películas do Instituto Nacional de Cinema Educativo.

Por ocasião da entrega, feita por um dos representantes do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Sr. ALBINO PEIXOTO JÚNIOR, dos livros didáticos obtidos por aquela repartição da parte de várias editoras nacionais e destinados à Biblioteca Pública de Goiânia, numerosos congressistas também fizeram oferta de obras diversas.

A sessão de encerramento do Congresso teve lugar, como a de instala-

ção, no Cine-Teatro Goiânia. Não tendo o Sr Interventor podido comparecer por motivo de doença, presidiu a reunião o Sr JOÃO TEIXEIRA ALVARES JÚNIOR, Secretário Geral do Estado.

Lidas pelo secretário geral do Congresso, Sr FERNANDO TUDE DE SOUSA, várias moções, exprimindo agradecimentos ou contendo pronunciamentos sobre relevantes aspectos educacionais, foram aprovadas sob calorosas palmas.

Por se referirem à cooperação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e, de modo especial, a funcionários da entidade, transcrevemos as seguintes:

"O OITAVO CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO aprova um voto de agradecimento ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na pessoa do seu Presidente, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tornou possível a realização do presente Congresso e promoveu a Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística cuja excelência todos os congressistas podem atestar."

"O OITAVO CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO aprova um voto de agradecimento pela preciosa colaboração e dedicada assistência prestada aos seus trabalhos pelos funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, notadamente os Srs RAUL LIMA, MÁRIO RITTER NUNES, GERMANO JARDIM, MÁRIO LEOPOLDINO SAMPAIO, MARCOS MONTE LIMA, JEROCÍLIO GUEIROS e JOSÉ MANUEL DE MACEDO SOARES."

Com relação igualmente ao Instituto e recomendando a fórmula de cooperação interadministrativa em que se baseia o sistema, queremos destacar a moção assinada por um grande número de congressistas e que constituiu, de certo modo, na falta de relatório e mais elementos a respeito, o pronunciamento da conferência sobre o 9º tema especial do programa, isto é, "a coordenação dos esforços e recursos da União, dos Estados, dos Municípios e das instituições particulares, em matéria de ensino primário".

E' a seguinte a moção

"O VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO considera necessária a coordenação dos esforços e recursos da União, dos Estados e dos Municípios e das instituições particulares, em matéria de ensino primário. E sugere:

que essa coordenação seja realizada mediante um Pacto no qual os serviços educacionais das três órbitas administrativas e das entidades privadas se articulem num regime de mútua cooperação;

que na futura Conferência Nacional de Educação, convocada pelo Governo Federal, os delegados das Unidades Federadas, antecipadamente investidos dos necessários poderes por parte dos governos regionais e municipais, juntamente com representantes de sociedades nacionais de educação, firmem uma Convenção destinada a instituir o sistema nacional dos serviços educacionais, do qual as referidas Conferências venham a ser os órgãos dirigentes e coordenadores;

que, pela Convenção Nacional de Educação, os serviços educacionais da União, das Unidades Federadas e dos Municípios, e os de iniciativa particular, estes adequadamente organizados em consórcios pelo critério regional ou pelo da respectiva especialização, assumam compromissos mútuos de executar os encargos definidos

no Pacto, em regime de íntima colaboração e perfeita coordenação de recursos e atividades;

que, para assegurar a efetivação desses compromissos, se instituiu uma Junta Executiva Central, composta das autoridades federais de ensino especialmente designadas, e tantas Juntas Executivas Regionais quantas são as Unidades Federadas, uma e outras com a incumbência de, no intervalo de reuniões da Conferência Nacional de Educação, agir em nome desta, cujas resoluções fixarão os princípios, os objetivos e os padrões para a articulação, num grande sistema nacional, dos serviços educacionais atrás referidos, em regime de real cooperação e de utilização dos recursos comuns;

que se aproveite, quanto possível, a experiência resultante da adoção da fórmula de cooperação inter-administrativa, encontrada na Convenção Nacional de Estatística, e ampliada, com absoluto êxito, na atual estrutura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Goiânia, 27 de Junho de 1942. — RAUL LIMA, FERNANDO TUDE DE SOUSA, SUD MENNUGGI, A. ALMEIDA JÚNIOR, LUIZ TRINDADE, RUTH GOUVEIA, ANITA ESTER COUTINHO, ANTONIETA CÂMARA DE PAULA BARROS, J. MOREIRA DE SOUSA, SEGISMUNDO MELO, RUBENS FALCÃO, FILOGÔNIO CORREIA, M. B. LOURENÇO, DÉBORA MARINHO RÊGO FEIJÓ, VIRGÍLIO CORREIA FILHO, FILIPE NERY, JOSÉ AUGUSTO, J. CÂMARA FILHO, JOÃO CARLOS DE ALMEIDA, ANTONINO DE OLIVEIRA DIAS, C. PAULA BARROS, VASCO DOS REIS e F. BALDUÍNO SANTA CRUZ

Como se vê, entre os signatários figuram delegados de vários Estados e outros elementos de projeção no certame

No discurso que pronunciou na solenidade, o secretário geral do Estado informou que o governo de Goiás, dando imediata consideração a um dos votos do Congresso, no sentido da uniformização da nomenclatura dos serviços estaduais de ensino, baixara naquele dia um decreto-lei dispondo sobre a transformação do atual Departamento em Secretaria de Educação.

Discursaram ainda o presidente do Congresso, Sr. JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS; o Sr. ANTONINO DE OLIVEIRA DIAS, diretor do Departamento de Educação da Bahia, em nome dos delegados; o comandante CARLOS CARNEIRO, formulando um agradecimento em nome das classes armadas; o Sr. ERNESTO PELANDA, delegado do Rio Grande do Sul; o Sr. PERNAMBUCO FILHO, secretário da Educação do Estado do Pará, fazendo uma comunicação sobre internatos rurais; e o Sr. RENATO DE ALMEIDA, manifestando os agradecimentos dos congressistas ao presidente e ao secretário geral do Congresso.

O regresso da caravana iniciou-se na manhã seguinte, 28, verificando-se a chegada a esta capital no dia 1º de Julho.

Em ofício dirigido ao secretário geral do I. B. G. E., o Sr. JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS reiterou os agradecimentos do Congresso e da Associação Brasileira de Educação pelas várias formas de cooperação por que a entidade contribuiu para o êxito do certame

O Instituto concorreu com as seguintes contribuições especiais: *Atlas do Ensino no Brasil*, preparado pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, e *Geografia e Educação*, editado pelo Conselho Nacional de Geografia.

SEGUNDA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CARTOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Anexa ao Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, realizou-se em Goiânia a Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, como contribuição — das mais importantes, aliás — do I B G E ao "batismo cultural" da nova capital.

Não devem passar sem uma referência as grandes dificuldades que se apresentaram, dada a longa distância a vencer e os vários transbordos a que o transporte dos mostruários esteve sujeito, não tendo mesmo alguns destes chegado ao destino em tempo útil. Graças, no entanto, ao espírito de colaboração do Departamento de Estradas de Ferro do Ministério da Viação, da direção da Estrada de Ferro Central do Brasil e das empresas que servem ao percurso São Paulo-Leopoldo Bulhões, a quase totalidade do material a ser exposto já se achava em Goiânia na data da abertura da Exposição, incumbindo-se da direção dos trabalhos de montagem o Sr. ANTÔNIO TEIXEIRA DE FREITAS, Chefe da Seção de Sistematização da Secretaria Geral, com a colaboração do cartógrafo e estatístico Sr. ALUÍSIO LINS

O local destinado à Exposição — amplos salões do edifício da Escola Técnica — além de avizinhar-se da Exposição de Produtos Regionais, promovida pelo governo do Estado e organizada no mesmo edifício, ficou cercado de vários atrativos, como restaurante, bar, *dancing*, parque de diversões populares, etc. O bom gosto e o senso artístico com que tudo se achava disposto foram devidos ao Sr. JOSÉ NEDDERMAYER, técnico a serviço do governo do Estado.

A abertura das duas mostras — a Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística e a Primeira Exposição de Produtos Regionais — teve lugar numa única solenidade, às 14 horas do dia 25 de Junho, sob a presidência do Sr. JOÃO TEIXEIRA ALVARES JÚNIOR, secretário geral do Estado, em virtude de se achar enfermo o Sr. Interventor Federal. Estiveram presentes as principais autoridades locais, os participantes do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação e numerosas pessoas outras

Depois de ouvido o hino nacional, foi dada a palavra ao Sr. CÂMARA FILHO,



O Sr RAUL LIMA pronuncia o discurso inaugural da II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, na qualidade de representante do I.B.G.E.

diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, que proferiu o discurso inaugural da Exposição de Produtos Regionais. O orador acentuou a significação do certame e passou revista ao desenvolvimento da riqueza de Goiás sob a administração Pedro Ludovico.

Em seguida, o Sr. RAUL LIMA, funcionário da Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e membro da Secretaria Geral do Congresso de Educação, falou em nome do Instituto. Seu discurso foi o seguinte:

“Realizando, em Goiânia, a Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística oferece numa síntese impressiva, além de largo documentário da sua obra técnico-administrativa e cultural de âmbito nacional, uma demonstração dos princípios em que se baseia a sua existência e dos ideais que animam a sua marcha vitoriosa.

O primeiro destes certames teve lugar, em 1936, no Distrito Federal, sem a documentação cartográfica que enriquece o atual e que é preparatória da contribuição do Conselho Nacional de Geografia ao Décimo Congresso Brasileiro de Geografia, a reunir-se, no ano vindouro, em Belém do Pará. Constituiu, aquela primeira mostra, uma admirável comprovação do êxito do Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas, assinado entre a União e os Estados, como resultado da Quarta Conferência de Educação.

Esse convênio, por sua vez, foi a matriz do sistema em que se converteu o I.B.G.E., numa florescência notável das virtualidades da cooperação inter-administrativa, pela primeira vez ensalada no Brasil.

A fisionomia da Segunda Exposição e o local em que ela se realiza falam de muitas

coisas que os anos passados viram acontecer e de fatos que os dias atuais nos oferecem à contemplação. Falam antes de tudo da criação daquele órgão que não seria só de investigação numérica mas que logo se transformaria num aparelho de intensa atuação técnica nos domínios da geografia e da estatística — empenhado no profundo conhecimento da terra e do homem do Brasil —, como também de atuação cívica e sócio-cultural, voltado para a realidade brasileira com a paixão das raízes históricas da nacionalidade e dos rumos que se impõem à nossa civilização. Esta mostra, tal como e onde se apresenta, fala, em seguida, da colaboração existente entre a Associação Brasileira de Educação e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cada vez mais intensa e proveitosa através dos anos, em prol dos reais interesses da educação no país. Fala, ainda, do espírito compreensivo e patriótico dos administradores das unidades federadas, de vários departamentos públicos, órgãos para-estatais, instituições, firmas particulares que acorrem sollicitamente ao apelo das duas entidades, fornecendo o rico e variado mostruário que se vai ver e em que se espelham realizações as mais diversas nos mais diversos campos da atividade humana.

Oferece mais um testemunho sobre quanto o país deve ao criador do Instituto, Sr. GERÚLIO VARGAS, e ao presidente que em boa hora foi dado ao I.B.G.E., Sr. embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES. Exalta a pertinácia clarividente de um estadista, o Sr. Interventor PEDRO LUDOVICO, o fundador de Goiânia. Lembra a atuação de um grande brasileiro, inteiramente devotado ao bem de sua Pátria, MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, presidente da A.B.E., ao realizar-se a Primeira Exposição, e, então como hoje, prestando grandes serviços ao Brasil, como secretário geral do Instituto. Mas o testemunho mais eloquente que esta Exposição, neste lugar, oferece ao país e ao mundo, é o testemunho da pujança da Idéia nacional, da firme determinação de um povo fiel às sagradas inspirações do seu passado e às alentadoras perspectivas do seu futuro.

A presença, nestes salões, de gráficos e cartas e trabalhos escolares e quadros artísticos e publicações que para aqui convergiram, par-

tindo do extremo-norte e das capitais da extensa faixa atlântica e dos Estados limítrofes, num grandioso e inédito movimento da periferia para o centro geográfico do país, significa a existência de uma força de coesão que alicerça a nossa unidade. E essa força se concentra, dá de si o que tem de mais afirmativo, para associar-se à vibração cívica que a inauguração oficial de Goiânia bem justifica.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sente-se feliz em tê-la incentivado e o Estado de Goiás bem merece esta homenagem. O solo goiano, tão fértil e tão generoso para as sementes vegetais, tem sido fertilíssimo para as sementes das idéias e para as campanhas que nos têm cabido lançar em todo o país.

A fundação mesma desta capital, capítulo novo e surpreendente nesta fase nova de bandeirismo que o Brasil empreende para assegurar ao seu espaço social a mesma latitude do seu espaço físico, concretiza um dos pontos do "ideário de reorganização nacional", que o Instituto compôs à base das suas investigações, pesquisas e estudos. Os números que em seguida ireis apreciar, idôneos e sinceros, os mapas fiéis e elucidativos, oferecem, entre outras demonstrações irrecusáveis, a da urgência da criação de cidades como esta, nos extensos planaltos que eles apresentam desprovidos de densidade demográfica, de assistência sanitária e educacional, desintegrados do ritmo atual da civilização brasileira.

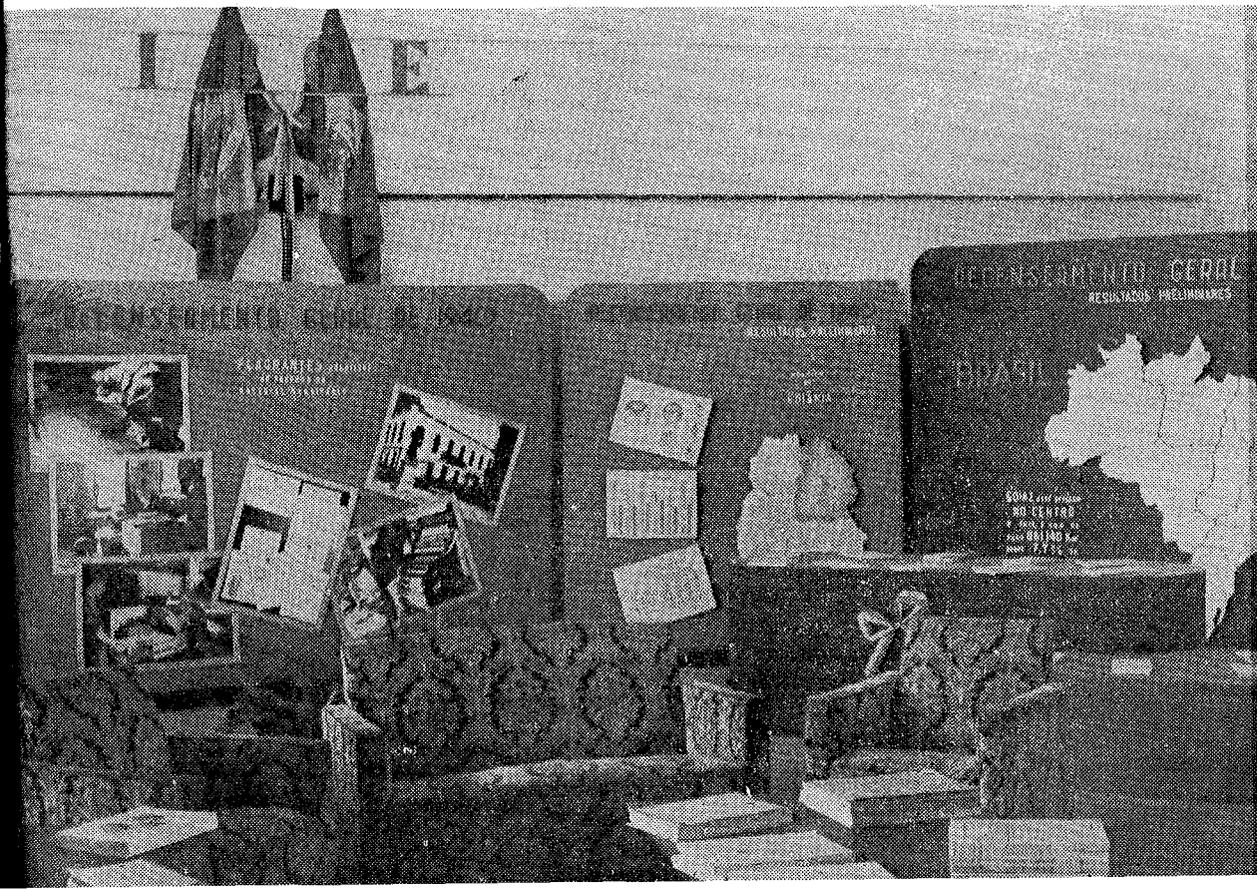
A idéia de associar esta Exposição ao Oitavo Congresso Brasileiro de Educação apresenta-se particularmente feliz, pois a solução de muitas das questões debatidas nessa memorável conferência pode ser mais facilmente encontrada, à vista do que aqui se oferece ao exame dos estudiosos, frutos de amplos inquéritos no campo do ensino, livros, memórias, material didático, documentação fotográfica, esquemas, trabalhos escolares, relatórios e periódicos, tudo completado pelo documentário referente aos as-

pectos físico, demográfico, econômico, sócio-cultural de todo o país, de modo a permitir um sentido prático às fórmulas propostas, sabido que aquelas questões jamais poderiam ser convenientemente encaminhadas sem o perfeito conhecimento desses outros aspectos da realidade nacional.

E se mais não se encontra nestes salões que também constituem um documento de natureza educativa, pois que neles vai funcionar em breve um moderno estabelecimento de ensino técnico-profissional, os motivos são demasiado justos e conhecidos e portanto de referência dispensável. Realizada em ponto do território nacional mais acessível a todas as Unidades Federadas, ou, pelo menos, em época não afetada pelas conturbações da hora presente, a Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística teria decerto uma amplitude bem maior. Faltar-lhe-ia, entretanto, a inigualável moldura que lhe empresta a cidade de Goiânia, na esplendente sucessão de acontecimentos que se encadeiam neste seu batismo cultural. Faltar-lhe-ia, assim, o relevo histórico deste momento de júbilo, quando eiguemos votos no sentido de que o peculiar imperialismo brasileiro plante sem demora outras Goiânias.

As extremas dificuldades já vencidas, ou contra as quais ainda estamos batalhando, para apresentar todo o material que se destinou à Exposição, tornam ainda mais significativa a empreza, dão-lhe o vigoroso sentido de luta que enaltece a vida humana. E levando a bom termo este certame, fonte riquíssima de ensinamentos, de sugestões, de deduções, de roteiros seguros, todos quantos colaboraram para que tal realização fosse possível vieram afirmar, na oportunidade mais solene, o superior propósito de, mesmo sob as angústias da hora que o mundo está vivendo, e as angústias maiores que os dias vindouros nos possam trazer, não descurar um só instante dos altos objetivos de nossa existência digna e eterna dentro do progresso, da liberdade e da ordem."

Aspecto parcial do stand do IBGE na II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística

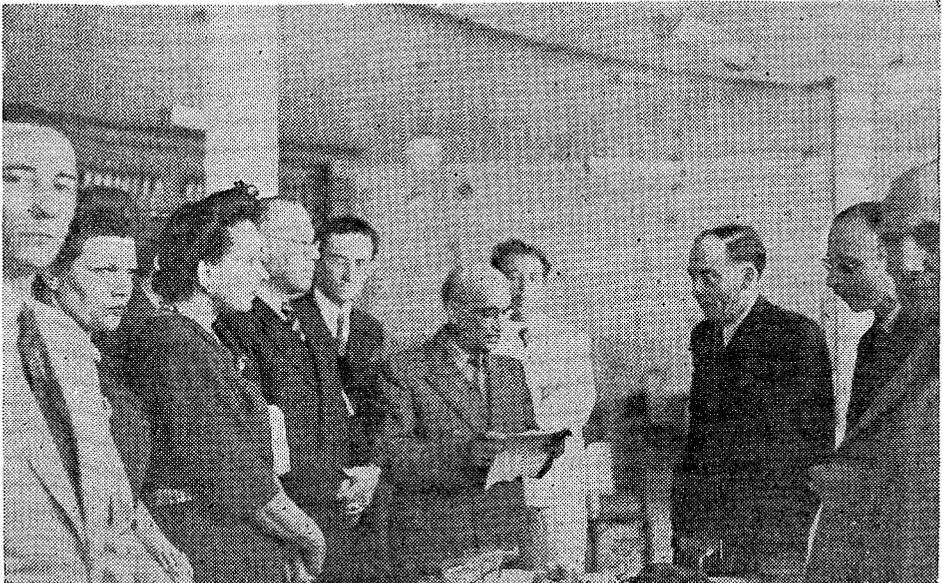


Falou ainda, em nome do governo do Estado, o Professor JOSÉ LOPES RODRIGUES, diretor da Escola Normal Oficial, para agradecer à Associação Brasileira de Educação e ao I B G E, bem como aos expositores em geral, o valioso concurso levado ao "batismo cultural" de Goiânia. Passou revista à situação administrativa de Goiás, principalmente no campo da educação, e concluiu com um voto pela progressiva interiorização da civilização do país e pelo seu equilíbrio demográfico, objetivos a alcançar mediante a redivisão política do Brasil, como técnicos do I B G E teem preconizado.

A Sra GERCINA BORGES TEIXEIRA, esposa do Sr Interventor Federal, dirigiu-se então à entrada do primeiro

Geográfico de Goiás, compreendendo mais de 8 mil verbetes toponímicos, mapas e quadros diversos sobre as atividades geográficas no país, painéis representativos da operação censitária de 1940 e dos resultados preliminares referentes ao Estado de Goiás e, em particular, ao município de Goiânia.

O stand do Ministério da Justiça continha *maquetes* dos edifícios da Imprensa Nacional e do Instituto Médico Legal, painéis das atividades do Ministério, da ação social do Juízo de Menores e da nova sinalização instituída pelo Conselho Nacional de Trânsito, plantas de novos edifícios de estabelecimentos penais e educacionais e farta



Homenagem do I. B. G. E. ao interventor PEDRO LUDOVICO, no recinto da II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, e da qual foi intérprete o professor LICÍNIO DE ALMEIDA

stand e desatou a fita simbólica, iniciando-se a visita aos mostruários.

No salão onde se realizou a solenidade, o Instituto Histórico de Goiás havia exposto as importantes coleções de suas seções etnográfica, histórica, numismática e mineralógica.

Na primeira das salas da Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, viam-se as contribuições dos três grandes órgãos do sistema estatístico-geográfico-censitário conjunto de quadros pictóricos apresentando os vários aspectos da vida nacional, em síntese cartográfica, as quatro folhas iniciais da nova Carta Geográfica do Brasil na escala de 1:500 000, representando a região circunjacente a Goiânia, o *Vocabulário*

coleção de edições da Imprensa Nacional.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio apresentou a *maquete* do edifício em que funciona, reprodução de mobiliário e de alimentos do restaurante operário do Serviço de Alimentação e Previdência Social da Praça da Bandeira, desta capital, coleção de cartazes estatísticos sobre a ação trabalhista, fotografias emolduradas em madeiras das regiões fixadas nos quadros e estereogramas sobre previdência social.

A contribuição do Ministério da Marinha, através da Diretoria do Ensino Naval, constou de organogramas emoldurados dos estabelecimentos de ensino e outras repartições subordinados ao Ministério.



Sauda o Interventor PEDRO LUDOVICO, em nome da caravana do I B G E, o coronel LISTAS RODRIGUES, representante do Ministério da Aeronáutica

O Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, apresentou sugestivos gráficos de exportação, movimento bancário e produção industrial do Brasil nos últimos anos

Do Ministério da Agricultura, além do *stand* especial da Semana Ruralista, teve a Exposição cartazes sobre a riqueza mineral, agrícola e pastoril do país, bem como um grande mapa do Estado de Goiaz, com a distribuição das riquezas e atividades por município

Organizados pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, gráficos

do Ministério da Educação demonstravam a disseminação do ensino no Brasil e o movimento didático em um decênio

Também da representação ministerial há a mencionar um organograma do ensino do Ministério da Aeronáutica, além de contribuições de alguns serviços federais, como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Instituto Benjamin Constant, do Ministério da Educação, Departamento Nacional de Portos e Navegação, do Ministério da Viação, e Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda



A caravana do I. B. G. E., ao deixar o Palácio das Esmeraldas, após a visita de cumprimentos ao Interventor PEDRO LUDOVICO

Ainda na esfera nacional teve-se a contribuição do Departamento de Imprensa e Propaganda, com quadros murais representativos do progresso do Brasil no decênio 1931-1940; do Departamento Nacional do Café, em cujo *stand* foram distribuídas publicações diversas e servido café de superior qualidade

As representações dos Estados e do Território do Acre constituíram uma contribuição especialmente significativa para o êxito da Exposição, visto que o transporte de muitas delas requereu esforços redobrados, algumas tendo sido mesmo enviadas por via aérea, e uma, a do Piauí, acompanhada pelo próprio diretor do Departamento Estadual de Estatística, por via terrestre, em todo o percurso de Teresina a Goiânia, numa viagem de 32 dias.

Os *stands* regionais constaram, em geral, de gráficos, conjuntos fotográficos, mapas, coleções de publicações, trabalhos escolares, etc.

Para a importante representação da Baía concorreram o D E E, o Instituto do Cacau, a Secretaria da Educação, o Instituto Histórico e Geográfico, a Diretoria de Divulgação da Cidade do Salvador e algumas Municipalidades

Na de Minas Gerais, figuraram também painéis de aulas-padrão e uma coleção de álbuns-mensagens de crianças mineiras à infância goiana, tendo sido a montagem do mostruário executada por funcionários do Departamento Estadual de Estatística.

O vasto *stand* de São Paulo, organizado sob a direção imediata do Sr. AUGUSTO BRANT DE CARVALHO, continha

rica documentação estatística das várias atividades do Estado, com apresentação custosa e de apurado gosto, destacando-se ainda a contribuição do ensino técnico-profissional

De proporções consideráveis e relevante importância foi o salão do Rio Grande do Sul, onde se viam sugestivos painéis, maquetes, centenas de volumes enviados pela editora Livraria do Globo, etc, tudo transportado em vagão especial da Viação Férrea Rio-grandense de Pôrto Alegre até Leopoldo Bulhões

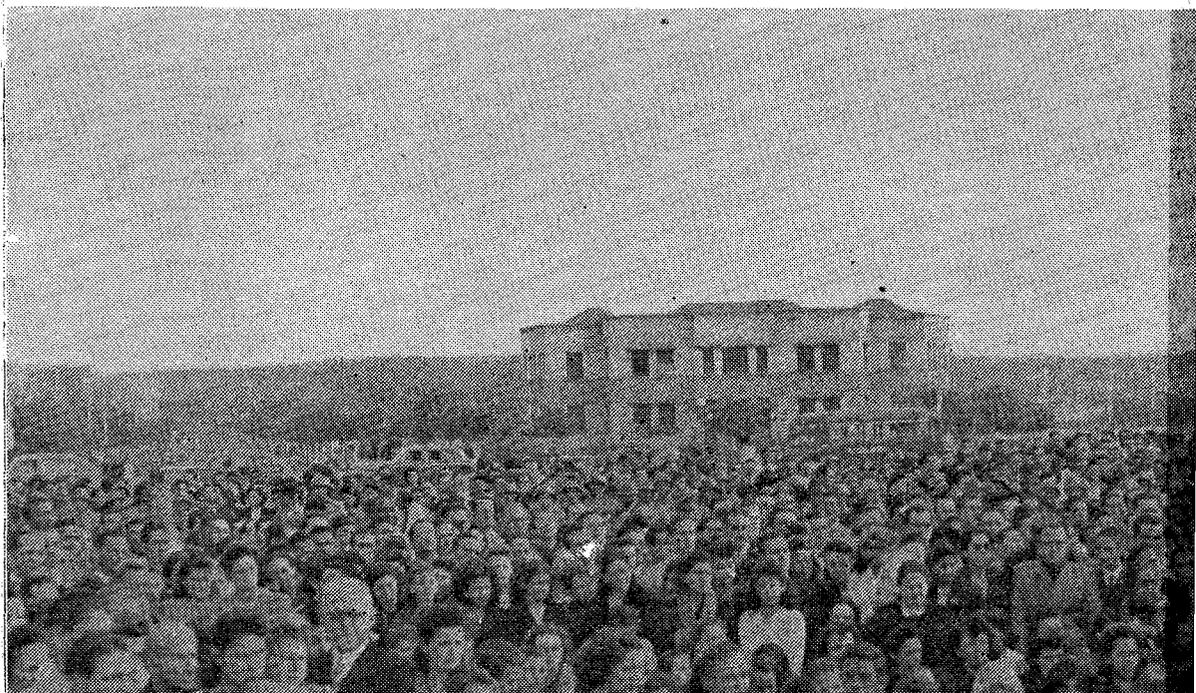
Foi também das mais interessantes a contribuição da Paraíba.

Ao lado de uma bela documentação estatística sobre vários aspectos da vida paranaense, integravam a contribuição do Paraná plantas e reproduções fotográficas de prédios escolares, formando um conjunto de real interesse dentro dos objetivos essenciais da Exposição O D E E enviou todo o material num auto-caminhão diretamente de Curitiba a Goiânia, cuidando da montagem funcionários orientados pelo próprio diretor, Sr LAURO SCHLEDER

A representação de Goiaz constou, na parte de estatística, de gráficos coloridos em montagem artística, e, na parte educacional, de trabalhos escolares de vários estabelecimentos de ensino A de Pernambuco, de sugestivo material didático e gráficos elaborados pelo Departamento de Estatística do Estado

Foram também muito apreciados, por seus aspectos peculiares, os mostruários do Pará, Santa Catarina, Mato Grosso e Ceará.

Na praça Cívica, grande multidão a



Igualmente dignos de interesse foram as contribuições do Amazonas, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo.

Devem ser mencionados ainda, entre os que contribuíram para o êxito da Exposição, os Estados do Rio de Janeiro, Maranhão e Rio Grande do Norte

A Liga Brasileira de Higiene Mental e a Liga Esperantista Brasileira enviaram fotografias, gráficos e material de propaganda.

A organização Hollerith contribuiu com sugestiva demonstração da ajuda prestada pela máquina nas operações estatísticas.

Em geral, os expositores fizeram distribuir livros, folhetos, publicações, de propaganda ou divulgação.

Apesar de não terem chegado em tempo as respectivas contribuições, também corresponderam à solicitação do I B G E a Caixa Econômica Federal e o Instituto do Açúcar e do Alcool.

Durante o período de funcionamento da Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, várias recepções tiveram lugar, por iniciativa dos expositores

A representação do Rio Grande do Sul fez mesmo uma *vernissage* do seu *stand*, dois dias antes da abertura da Exposição, tendo sido o Sr. Interventor Federal, presente ao ato, saudado pelo Sr. NEY DE BRITO, assistente da Secretaria de Educação do referido Estado e membro da delegação gaúcha. Por ocasião da recepção aos membros das assembléias gerais dos Conselhos de Estatística e Geografia, discursou o Sr. ERNESTO PELANDA, diretor da

Estatística Educacional do Rio Grande e chefe da aludida delegação

A representação de São Paulo, chefiada pelo Sr. AUGUSTO BRANT DE CARVALHO, homenageou o Sr. Interventor PEDRO LUDOVICO, estando presentes como convidados os Conselhos do I B G E.

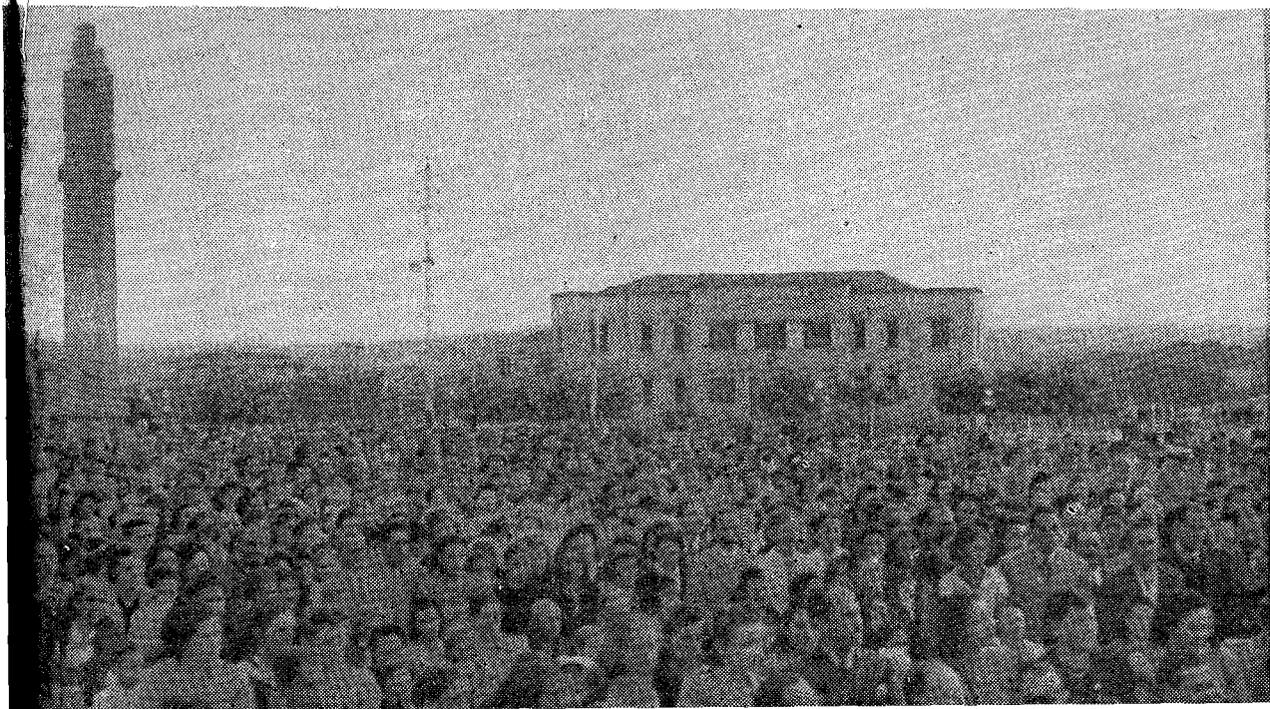
Realizou-se, também, uma visita oficial ao *stand* do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na qual o Sr. Interventor PEDRO LUDOVICO foi representado pelo Sr. PAULO FIGUEIREDO, Presidente do Departamento Administrativo do Estado.

A representação de Minas Gerais fez, igualmente, uma expressiva manifestação ao Chefe do Governo de Goiás, que foi saudado pelos Srs. HILDEBRANDO CLARK e BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS, delegados dos Conselhos Nacionais de Estatística e Geografia, respectivamente, tendo o último ofertado a S. Excia. um artístico painel demonstrativo das diversas fases e aspectos do acôrdo de limites entre Minas e Goiás, bem como cartas e publicações geográficas, além de outros trabalhos estatísticos e educacionais do Estado de Minas. O orientante falou sobre a importância daquele acôrdo de limites, que resolveu uma secular questão

Logo após, em eloquente improviso, o Interventor PEDRO LUDOVICO agradeceu as homenagens. Referindo-se à questão de limites cujo acôrdo fôra homologado pelo Presidente GETÚLIO VARGAS, acrescentou que, oportunamente, será assentado nas margens do Rio São Marcos um marco comemorativo da feliz solução da pendência

Finalizando a visita, a Senhorita MARIA HELENA QUINTINO DOS SANTOS pro-

Tempo do dia da inauguração da cidade



nunciou um discurso saudando a Sra GERCINA BORGES TEIXEIRA, esposa do Sr PEDRO LUDOVICO, em nome da mulher mineira. Ao finalizar, a oradora fez à primeira dama de Goiás a entrega de um rico ramalhete de flores naturais colhidas em Belo Horizonte, enviadas por via aérea, bem como uma coleção de álbuns de trabalhos de crianças das escolas primárias de Minas, álbuns êsses dedicados às crianças goianas.

Por último, no dia 9 de Julho, a direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, solenizando mais uma visita do Sr Interventor à Exposição, prestou a S Excia expressiva manifestação, da qual foi intérprete o Professor JOAQUIM LICÍNIO DE ALMEIDA, representante do Ministério da Viação nos Conselhos da entidade.

AS ASSEMBLÉIAS GERAIS DO I B G E

No ambiente de entusiasmo cívico despertado pela proximidade da solenidade inaugural da nova metrópole, realizou-se no Cine-Teatro Goiânia, no dia 1º de Julho, a reunião conjunta de abertura da V Sessão Ordinária das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia.

Participaram da mesa, além do Sr. PEDRO LUDOVICO, Interventor Federal no Estado, que a presidiu, o coronel LIMA FIGUEIREDO, representante do Ministro da Guerra, o desembargador DARIO DÉLIO CARDOSO, presidente do Tribunal de Apelação de Goiás, representantes de vários Ministérios e chefes de delegações estaduais e altas autoridades locais.

Abrindo a sessão, o Chefe do Governo reiterou a sua satisfação e do povo goiano por motivo de hospedar os membros dos dois superiores colégios dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em seguida às últimas palavras de S Excia, a Banda de Música do 1.º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar executou o hino nacional, ouvido de pé por toda a grande assistência que enchia o edifício.

Na ausência, por motivo de moléstia, do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, o discurso-relatório do presidente do I B G E, publicado noutra parte deste número da REVISTA, foi lido pelo Sr M. A TEIXEIRA DE FREITAS, secretário geral da entidade.

Também por não ter comparecido o Sr. JOÃO DE LOURENÇO, diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, seu discurso, saudando, em nome das representações federais, as delega-

ções regionais ao Conselho Nacional de Estatística, foi lido pela suplente do referido diretor, D. GLÁUCIA WEINBERGER. Essa saudação foi a seguinte:

"Neste solene momento da grandeza do Brasil, reveste o batismo oficial de Goiânia significação que ultrapassa os limites de simples ato histórico. Descortinando para o norte as redes fluviais que se espralam no majestoso vale amazônico e, para o sul, o dorso encachoeirado da vertente platina; assistindo a oeste o desbravamento ferroviário de Mato Grosso, unissono com o espetáculo entreaberto, a leste, da grande siderurgia brasileira, a nova capital é bem o coação da pátria agitada pela energia nova da unidade nacional. Nas ameias do planalto central, Goiânia reflete o norte e o sul, o leste e o oeste, no ato de sua fixação demográfica e política como célula mater do Estado de Goiás. A realização da Assembléia Nacional de Estatística, neste ambiente, traduz o encontro das forças vivas, dinâmicas de unificação, com o símbolo geográfico e estático da unidade nacional.

Desde o decreto n.º 24 609, de 6 de Julho de 1934, tornou-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística um dos instrumentos da indivisibilidade do Brasil. Criado o organismo estatístico central, firmou-se vitoriosamente o princípio de que os assuntos regionais pairam em função dos objetivos nacionais. No Brasil não há mais Estados privilegiados e Estados desfavorecidos, Estados grandes e Estados pequenos, Estados ditores e Estados satélites. Substituiu-se o plano de desigualdade, no qual se arrastava a política individualista do passado, por uma ação centralizadora capaz de imprimir homogeneidade às diversificações regionais, integrada numa expressão nacional única, sem prejuízo das contribuições próprias de cada unidade federativa.

A fase nova do constitucionalismo brasileiro estabelece a interação explícita de órgãos administrativos fundamentais como instrumento da política nacional traçada pelo Presidente VARGAS. O Instituto central da estatística brasileira assenta na idéia de unidade nacional. Não admite, por isso, no seu âmbito, a existência de poderes hierárquicos. Nas Assembléias Nacionais de Estatística não há escalas de poderes. Os delegados federais e os delegados estaduais deliberam em paridade de condições, encontrando aí o princípio de autonomia local 10-busta confirmação.

Como entidade caracteristicamente nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística integra o grupo básico das instituições dietamente subordinadas à Presidência da República. A sua tarefa é vasta e multiforme como o próprio Brasil. Em face da reconstrução do país projetada com amplitude, desde a Amazônia até os confins do Rio Grande do Sul; do litoral atlântico às regiões ocidentais de Mato Grosso, o registro estatístico, elemento informativo imprescindível, é tão necessário aos objetivos nacionais a ponto de se justificar o lema — "Onde está o Brasil, está a estatística". Na execução da tarefa de traduzir a realidade única — o Brasil, expressão diversificada de fatores agrícolas, industriais, demográficos e culturais, agindo em cada unidade federada, o Instituto apenas se reservou o liame hierárquico da sistematização, traço fundamental das grandes instituições orgânicas. Independência administrativa e articulação técnica — eis o princípio que define a órbita das nossas atividades estatísticas.

Pode-se dizer que, até 1930, só o Exército representava nos Estados o sentido federal da nacionalidade; ainda assim de modo incompleto, visto como ali as guarnições federais se concentravam nas zonas de maior vulto demográfico ou de reconhecido valor estratégico. Por sua vez, a diversidade de tratamento político, a desigualdade territorial dos Estados e a desproporcional distribuição demográfica semearam regionalismo estreito, sem nenhum antídoto decisivo de reação unificadora.

O espírito nacional, substituindo o espírito regionalista, fortaleceu-se pela ação do Presi-

dente VARGAS. Em discurso memorável, o Chefe do Governo antepôs a grandeza do Brasil a qualquer hipertrofia estadual; conheceu visualmente as diversas regiões do país; está legando à pátria uma legislação que assiste indistintamente unidades federadas grandes e pequenas, segundo as suas necessidades. Da supervisão do Presidente VARGAS resultou o sistema estatístico vigente, cujo alcance nacional se superpõe a hegemonias regionais. No seu trabalho de nacionalização, o organismo estatístico brasileiro nasceu destinado a investir contra as causas de preponderância de zonas. Penetra simultaneamente todas as regiões do país. Põe em função, através dos órgãos regionais, um sistema de articulação que aproxima o Município do Estado, o Estado da União, refletindo-se no órgão central a fisionomia dinâmica do panorama brasileiro.

Congregando os elementos representativos da estatística nacional, a Assembléia de Goiânia traz a ratificação do espírito de combate ao regionalismo dissolvente. Neste grande cenário ignoto, onde se projeta uma era inédita de

A Constituição de 1937 fixou os campos de atribuição da estatística federal e da estatística estadual, ao delimitar a órbita da competência administrativa da União e dos Estados. O Código Político vigente é um estatuto de unidade nacional. Do levantamento irrepreensível de todas as estatísticas compreendidas na esfera governamental da União depende a completa eficiência dos órgãos federais incumbidos de apoiá-las. Da satisfatória elaboração dos dados concernentes à competência administrativa das unidades federadas resultará a eficácia dos órgãos estaduais. Eis aí a linha divisória da competência das entidades que formam o sistema nacional de estatística.

Parece ocioso lembrar o que tem sido a função da estatística no curso dos tempos. A própria era cristã teve início sob o signo de um recenseamento. A história registra que a decomposição política dos Estados resultou mais de fatores de desorganização econômica e administrativa do que de causas políticas e sociais; quer dizer, da falta de estatística. Para o Estado moderno a estatística é tudo. Se essa é a reali-



Parte da assistência à sessão de instalação das Assembléias Gerais do I B G E, no Cine-Teatro Goiânia

prosperidade, abie-se ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística novo período de vida com o decreto-lei n.º 4 181, inspirado no objetivo de prover as forças armadas de informações estatísticas indispensáveis à defesa nacional. Mais uma vez, em função da unidade política do país, processam-se a organização e a nacionalização da estatística municipal; celebram-se os convênios que, para efeito de levantamento de estatísticas nacionais, são firmados de município a município, de Estado a Estado, entre os Estados e os órgãos estatísticos federais.

O município sempre foi o elemento básico da organização política nacional. Com fundamento, os historiadores vêem no municipalismo brasileiro a obra fecunda de fixação social resultante do sistema das circunscrições portuguesas. O município é a medula política do país; a estatística municipal representa o cerne da sua organização social e econômica. Assentando na idéia de cooperação e de respeito ao princípio de autonomia administrativa, o órgão diretor da estatística brasileira trata de levantar estatísticas padrões, estatísticas substanciais, mediante colaboração explícita dos três poderes administrativos que articula.

dade em épocas de atividade normal dos povos, aumenta a responsabilidade da estatística nas fases prementes da vida do mundo, como a atual, obrigados os estadistas à realização dinâmica das coisas sob a pressão dos acontecimentos dramáticos, drásticos, imprevisíveis.

Mesmo que o mundo estivesse vivendo um capítulo pacífico da história, o Brasil não deixaria de marcar hoje uma etapa única da sua vida gloriosa. Jamais o Brasil tanto se projetou no futuro quanto na atualidade. Não continuamos a ser um gigante deitado em berço esplêndido; somos agora uma energia magnetizada pela sua própria força de expansão, desejo coletivo em busca de conquistas infinitas. Façamos reflexões profundas em torno dos anelos de prosperidade que agitam o espírito brasileiro moderno. Mensuremos a enormidade da tarefa que a estatística se vê chamada a desempenhar, para que os planos de organização nacional fiquem livres de retificações comprometedoras por falta de base experimental que só a estatística fornece aos gestores dos interesses públicos e particulares. Antevejamos nesta hora decisiva da história do mundo a maravilhosa perspectiva do esplendor do Brasil. Saudemos,

com uma profunda fidelidade aos princípios de organização nacional, o vulto histórico do maior realizador de nossa grandeza: GÉRULO VARGAS! Com estas palavras eu vos saúdo, senhores delegados, recém-vindos de todas as regiões da pátria, pujante e bravia, mas amorosa e cristã, para prosseguir na tarefa de nossas assembleias anuais, no seio das misteriosas terras do oeste que impime novos lumos à nossa invencível ambição de engandecimento nacional!"

Por parte da representação federal na ala geográfica, discursou o Engenheiro GÉRSON DE FARIA ALVIM, do Ministério da Agricultura.

Respondendo à saudação dos estatísticos federais, falou, de improviso, o Sr JOSÉ MARTINS RODRIGUES, secretário da Fazenda e delegado do Ceará

Foi o seguinte o seu discurso, segundo a reconstituição taquigráfica

"Em nome das delegações estaduais ao Conselho Nacional de Estatística, venho exprimir os agradecimentos que de coração formulamos pela saudação amiga dos delegados federais ao mesmo Conselho. Ao fazê-lo, e fazendo vibrar em minhas palavras a voz de todas as Unidades Federadas que acorretam este ano — como já o haviam feito nos anos anteriores — à convocação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quero significar não somente esses agradecimentos, senão também o nosso apreço, o nosso apoio, a nossa solidariedade à tarefa grandiosa, à magnífica obra de brasilidade que o Instituto vem realizando desde a sua fundação

Realmente, o Instituto conseguiu o milagre de solucionar o problema nacional da estatística e o fez mediante um esforço de coordenação e de cooperação inteligentes, sem feir os melindres dos regionalismos, sem ofender os orgulhos das autonomias estaduais. Conseguiu-o, sim, conciliando todas as vontades, coordenando, para uma tarefa única, numa obra de unidade nacional, todos os esforços que tendiam para a organização da Estatística Brasileira e para a aplicação dos princípios científicos que devem orientá-la

Não preciso, sem dúvida, significar a esta Assembleia o que é o acervo magnífico de realizações e a importância dos trabalhos que o Instituto tem conseguido executar, impimindo crescimento eficiente e harmonioso à tarefa de organizar a estatística nacional em todos os seus setores: o federal, o regional e o local

Bastaria acentuar que o Instituto conseguiu renovar o nosso ambiente, nesse particular, desde as administrações, que são como que a cúpula da opinião pública, até a própria mentalidade do povo. Já hoje os administradores não se desinteressam da estatística e a ela, pelo contrário, recorrem para nela basear as soluções que buscam para os problemas da vida nacional. Mais do que isso, porém, conseguiu o Instituto, através de uma obra educativa notável, modificar, correspondentemente, a mentalidade popular. Já não há aquele ambiente de desconfiança, de desinteresse, de ceticismo em torno das realizações da estatística. Envolve-a, pelo contrário, uma atmosfera de simpatia, de compreensão, de confiança. Há a convicção da necessidade de recorrer aos números para encontrar soluções exatas, soluções com bases sólidas, para os grandes problemas da vida nacional, no seio da União, no dos Estados, no dos Municípios

Essa tarefa educativa constitui uma das mais assinaladas realizações do Instituto e ele a executou com tanto acerto, com tamanha felicidade, de modo tão suave e fácil que bem poderíamos estender esse sistema, ampliá-lo à solução de outros problemas, tão irrelevantes, tão importantes para a vida do Brasil como o da estatística

Com efeito, por que não buscamos na cooperação e na coordenação de esforços solução

para o problema da educação pública, para o da saúde e da assistência, para o do fomento? Poi que não daremos a essas questões fundamentais para a vida do Brasil a mesma orientação inteligente e constitutiva? Por que não as examinaremos com o mesmo espírito coordenador, dentro do mesmo sistema de cooperação entre as diversas órbitas, entre as diferentes entidades da vida nacional?

Se acaso somássemos os esforços que se dispesam, caminhando paralelos ou entrecruzando-se, com prejuízo para a sua eficiência, se reuníssemos as forças que assim se perdem — homens, inteligências, materiais — a obra da educação pública, por exemplo, já nos ofereceria, por certo, outro panorama. Semelhantemente, teríamos soluções mais completas para o problema da saúde, o da assistência e o do fomento

Sou daqueles que não compreendem que a questão da educação nacional se possa tripartir entre unidades diversas e que não se entendem. Sou daqueles que julgam que o problema da saúde se reveste de caráter nacional e exige, senão a subordinação de uma entidade à outra — e poderíamos talvez ir até aí — pelo menos uma cooperação inteligente e harmoniosa de todas as entidades para uma solução dentro do ponto de vista nacional. O mesmo se poderia dizer sobre o fomento e a assistência

Ora, o exemplo do Instituto, nesse campo de ação, é um exemplo fecundo, é uma demonstração magnífica da nossa capacidade de realizar de modo produtivo e constitutivo

Hoje, felizmente, conforme acentuei há pouco, tanto o espírito do povo, como o dos governantes, é outro. Já não examinamos nossas questões dentro de uma mentalidade liticamente sentimental, já não nos ufanamos apenas das nossas riquezas potenciais, não mais estamos na fase do "porque me ufano do meu país". Compreendemos a nossa grandeza, compreendemos a nossa importância porque já nos sentimos em condições de movimentar as nossas riquezas e com elas construímos a grandeza do Brasil

Uma afirmação admirável desse espírito, desse dinamismo constitutivo, dessa capacidade de realização, desse entusiasmo fundado na realidade, dessa mentalidade objetiva que estuda os fatos antes de buscar as soluções mais justas e mais adequadas, uma evidência completa desse espírito novo que nos anima a todos os brasileiros, espírito cuja verificação realmente nos conforta e fortalece para as tarefas do porvir que estamos construindo — é, sem dúvida, a extraordinária obra que vem eugnando, neste rincão imponente do território, a administração do Interventor PEDRO LUDOVICO

A criação de uma nova cidade, com a previsão do seu desenvolvimento no futuro, o exame de todas as suas possibilidades de crescimento, a criação, enfim, da cidade de Goiânia é o ponto culminante dessas realizações, é o símbolo completo desse espírito constitutivo

A cidade de Goiânia não foi constituída para satisfazer a vaidade pessoal do administrador. Foi, sim, uma inspiração eloquente e inequívoca do seu patriotismo, poquanto foi criada para nuclear o desenvolvimento de uma civilização, para reatar as tradições do Brasil do passado, reestabelecendo, aqui o fenômeno do "bandeirismo"

Todos nós sentimos que essa realização é uma afirmação do nosso patriotismo, da nossa capacidade de realizar, das nossas possibilidades, das nossas virtualidades

Com esse exemplo, meus senhores, sentimos que se torna mais fácil a nossa tarefa no Conselho Nacional de Estatística

De um lado, temos a inspiração das lições anteriores e da obra que o Instituto já realizou. De outro lado, trabalhamos numa atmosfera vivificada pelo civismo e tonificada pelo dinamismo de uma administração superiormente orientada. Sob essa inspiração, com os olhos voltados para a grandeza do Brasil e o espírito dirigido para o Criador, estamos certos de que

bem cumpriremos nosso dever Com esta afirmação e o compromisso de realizar a nossa tarefa pela grandeza da nossa Pátria e pela felicidade do Brasil, termino minha oração agradecendo a saudação generosa e amiga das delegações federais ”

Falou ainda, em nome das delegações regionais do C N G , o Sr. MÁRIO MELO, de Pernambuco, sendo em seguida encerrada a sessão.

Comunicando o importante acontecimento, o secretário geral do I B. G E dirigiu, no dia imediato, ao Sr. Presidente da República, o seguinte telegrama:

“Em nome do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que por motivos imperiosos não pôde viajar, tenho a honra de comunicar a V. Excia. que se instalaram ontem, 1º do corrente, nesta capital, as assembléias gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia. A sessão solene foi presidida pelo Interventor PEDRO LUDOVICO e contou com a presença de altas autoridades e numerosíssimo auditório, revestindo-se, assim, de excepcional brilhantismo. Hoje tiveram início os trabalhos normais da Assembléia num ambiente de grande entusiasmo e sob a inspiração do alto pensamento da unidade e cooperação nacional. Desenvolvem-se, dessa forma, com perspectivas de absoluto êxito, as atividades dos órgãos de direção superior do Instituto, que, nesta grata oportunidade em que se inaugua oficialmente a nova metrópole brasileira, reúne técnicos de estatística e geografia para estudar, em pleno coração do Brasil, assuntos que interessam fundamentalmente a organização nacional. Respeitosas saudações ”

As Assembléias passaram a reunir-se e dar cumprimento ao seu programa normal de trabalho em salas de aulas da Escola Técnica, grande edifício construído em Goiânia pelo Governo Federal.

Participaram das reuniões do Conselho Nacional de Estatística as seguintes representações e delegações.

Federais — Ministério da Justiça e Negócios Interiores, LUIZ NUNES BRIGGS; Ministério da Fazenda, GLÁUCIA WEINBERGER; Ministério da Agricultura, A. R. DE CERQUEIRA LIMA; Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, OSVALDO GOMES DA COSTA MIRANDA e LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO; Ministério da Guerra, IRACÍ FERREIRA DE CASTRO; Ministério da Aeronáutica, LÍSIAS RODRIGUES; Ministério da Viação, LICÍNIO DE ALMEIDA; Ministério da Educação, MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS.

Regionais — Acre, RAIMUNDO NOBRE PASSOS; Alagoas, MANUEL DIEGUES JÚNIOR, Amazonas, JÚLIO BENEVIDES UCHOA, Baía, AFRÂNIO DE CARVALHO; Ceará, JOSÉ MARTINS RODRIGUES, Espírito Santo, ARMANDO RABELO; Goiás, BALDUÍNO SANTA CRUZ; Maranhão, DJALMA FORTUNA; Mato Grosso, GERVÁSIO PEREIRA LEITE; Minas Gerais, HILDEBRANDO CLARK; Pará, ADELINO VASCONCELOS; Paraíba, SISENANDO COSTA; Paraná, LAURO SCHLEDER; Pernambuco, LUIZ OLIVEIRA

PERIQUITO; Piauí, JOÃO BASTOS; Rio de Janeiro, ALDEMAR ALEGRIA; Rio Grande do Norte, ANFILÓQUIO CÂMARA, Rio Grande do Sul, ALBANO GASPAR DE OLIVEIRA; Santa Catarina, VIRGÍLIO GUALBERTO; São Paulo, ROBERTO PAIVA MEIRA; Sergipe, JOÃO CARLOS DE ALMEIDA.

Foram escolhidas as seguintes Comissões: de Orçamento e Contas — os delegados da Paraíba, Ceará, Minas Gerais, Pará e Goiás; de Organização Técnica — o secretário geral, membro nato, o representante do Ministério da Justiça e os delegados do Maranhão, Espírito Santo e Sergipe; de Redação Final — o secretário geral, membro nato, o representante do Ministério da Guerra e os delegados da Baía, Santa Catarina e Paraná.

Prestou a Assembléia, logo na sua primeira reunião, homenagens de pensar à memória do general FRANCISCO JOSÉ PINTO e dos estatísticos URBANO C. BERQUÓ, BRUNO RUDOLFER e CHILDERICO MONTENEGRO.

Reverenciando a data de 2 de Julho, homenageou o Estado da Baía e congratulou-se com os delegados baianos aos festejos inaugurais de Goiânia.

Por proposta do Sr. LICÍNIO DE ALMEIDA, foram dirigidas saudações ao Chefe do Governo Nacional, com a menção da circunstância de achar-se o Conselho reunido no oeste brasileiro, região privilegiada da grande Pátria e para onde se tem voltado as atenções de S. Excia. no interesse da grandeza nacional.

Dos projetos de Resoluções logo apresentados, em número de trinta, foi imediatamente aprovado o primeiro, que passou a ser a Resolução n.º 233, cuja ementa é a seguinte: “Registra o significado histórico do “batismo cultural” de Goiânia, rende homenagem ao governo de Goiás e formula agradecimentos”.

Pelos diversos representantes e delegados foram resumidas as atividades das repartições centrais federais e regionais do sistema e prestados os esclarecimentos solicitados, provocando em geral os aplausos da Assembléia a comprovação do esforço e da boa vontade empregados em favor dos superiores objetivos da entidade nas duas órbitas governamentais.

Os debates em torno dos projetos em discussão decorreram sempre num ambiente de vivo interesse e franco espírito de colaboração, revestindo-se na presidência dos trabalhos, a convite do Sr. LUIZ NUNES BRIGGS, suplente do substituto legal do presidente do Instituto, vários representantes federais e delegados estaduais.

Como nas sessões anteriores, o Conselho Nacional de Estatística e o de

Geografia visitaram-se no curso de suas reuniões. A saudação da ala estatística foi feita pelo Sr COSTA MIRANDA, representante do Ministério do Trabalho, respondendo o Sr PÉRICLES DE CARVALHO, representante do mesmo Ministério na ala geográfica. A saudação do C N G, feita pelo Sr LUIZ DE SOUSA, delegado do Rio de Janeiro, respondeu pelo C N E o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS.

Os dois Conselhos realizaram, também, uma sessão conjunta, para estudo de projetos de interesse comum, referentes à divisão regional do Brasil.

Algumas sessões do Conselho Nacional de Estatística tiveram a presença de ilustres visitantes, como os Srs general SOUSA DOCCA, diretor da Intendência do Exército, VENERANDO DE FREITAS, prefeito de Goiânia, e AUGUSTO BRANT DE CARVALHO, representante do Sr Interventor Federal em São Paulo às festas inaugurais da nova capital goiana.

Não tendo sido possível o acompanhamento dos Srs Padre LEONEL FRANCA e GILBERTO FREIRE, deixou de ser cumprido integralmente o programa do Curso de Informações de 1942. A REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA insere, entretanto, neste número, as conferências escritas por aqueles dois ilustres pensadores, respectivamente sobre "A Estatística e a Moral" e "A Estatística e a Sociologia". A conferência do general SOUSA DOCCA, em torno do tema "A Estatística e a Segurança Nacional", foi realizada em brilhante sessão, em colaboração com o Conselho Nacional de Geografia, sob a presidência do major IRACÍ FERREIRA DE CASTRO, representante do Ministério da Guerra no C N E. Nessa sessão, dedicada às classes armadas, o coronel LIMA FIGUEIREDO fez uma das conferências do Curso de Informações promovido pelo Conselho de Geografia, discorrendo sobre "A ocupação do Brasil pelos brasileiros", e o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS fez entrega, ao general SOUSA DOCCA, da Resolução do Conselho de Estatística, que elegeu aquele ilustre militar membro da Comissão de Estatísticas da Segurança Nacional na vaga aberta pelo falecimento do general FRANCISCO JOSÉ PINTO.

Depois de trabalhar intensamente durante o período fixado, a Assembléia encerrou sua sessão do corrente ano em reunião conjunta com o Conselho Nacional de Geografia, no dia 10 de Julho. Presidiu-a o comandante ANTONIO ALVES CÂMARA JÚNIOR, representante do Ministério da Marinha no C N G.

Como de praxe, os secretários gerais dos dois Conselhos apresentaram os relatórios das respectivas sessões, sendo publicado, no presente número

da REVISTA, o do Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, da ala estatística.

Discursaram ainda, em nome das delegações regionais, os delegados de Goiás, Srs HUMBERTO LUDOVICO DE ALMEIDA, da Geografia, e BALDUÍNO SANTA CRUZ, da Estatística.

A maioria dos participantes das duas Assembléias, conferencistas do Curso de Informações de Geografia, convidados e funcionários das Secretarias Gerais dos dois Conselhos, viajou constituindo numerosa caravana, da qual participaram várias senhoras. A partida dessa caravana teve lugar no dia 27 de Junho, chegando a Goiânia no dia 30 do mesmo mês, e o regresso no dia 11, com o término da viagem no dia 14 de Julho.

Durante a permanência em Goiânia, receberam todas demonstrações cativantes da fidalguia e da hospitalidade das autoridades e do povo de Goiás, além de festivas homenagens, de que tratamos noutras notícias nesta secção.

Serviu como secretário-assistente da Assembléia Geral do C N E o Sr WALDEMAR LOPES, da Secretaria Geral do Instituto.

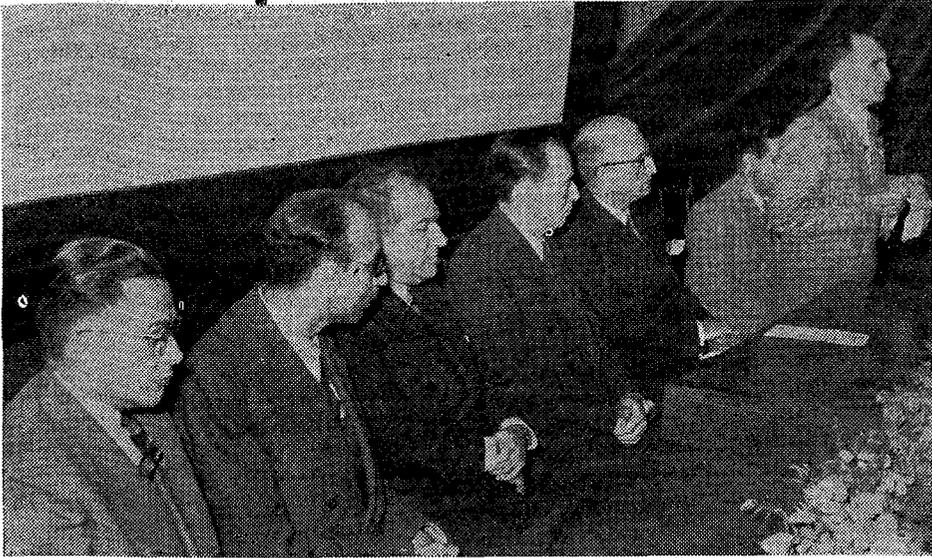
SEMANA RURALISTA

Por determinação do Sr APOLÔNIO SALES, Ministro da Agricultura, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário daquele Ministério realizou em Goiânia, no período de 27 de Junho a 3 de Julho, uma Semana Ruralista, cujos trabalhos despertaram o maior interesse entre os agricultores e criadores goianos.

Dirigiram-na os agrônomos ARQUIMEDES LIMA CÂMARA e PAULO AMÉRICO SILVADO, superintendente e assistente-chefe daquela repartição, que contavam com a colaboração de outros agrônomos, médicos e práticos rurais dos diversos órgãos do Ministério.

Além de realizarem aulas, demonstrações e conferências, os técnicos incumbidos da Semana Ruralista montaram, no recinto da Exposição de Goiânia, um belo pavilhão, que foi visitado por centenas de agricultores e criadores e onde havia máquinas agrícolas, mudas, sementes, material para combater as pragas e doenças das plantas, casulos de bicho da seda, magnífico documentário fotográfico, coleção de publicações técnicas, conservas de produtos agrícolas, material para revenda, amostras de vacinas, utensílios agrícolas, etc.

A delegação do Ministério da Agricultura levou a Goiânia, também, um



Aspecto da sessão de encerramento da Semana Ruralista, quando discursava o Sr. CÂMARA FILHO, diretor do D E I P de Goiás

caminhão equipado com gasogênio, que despertou, ali, o máximo interesse. Por outro lado, colaborou eficazmente na organização da 1.ª Exposição de Pecuária do Estado, promovida pela Sociedade Goiânia de Pecuária, incumbindo-se do julgamento dos animais nela expostos.

Os trabalhos da Semana Ruralista foram encerrados no dia 3 de Julho, sob a presidência do Sr. Interventor Federal, havendo discursado, na ocasião, entre outros oradores, o Sr. DIOCLÉCIO DUARTE, representante do Instituto Nacional do Sal, e o Sr. CÂMARA FILHO, diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.

AS FESTIVIDADES INAUGURAIS DA NOVA CAPITAL

Revestiram-se de grande realce e entusiasmo as solenidades cívicas e culturais da inauguração oficial de Goiânia, no dia 5. Essas solenidades tiveram início às 5 horas da manhã, com alvorada pela banda da Polícia Militar, à qual se seguiu passeata militar e escolar.

Ao chegar o desfile à Praça Cívica, teve lugar o hasteamento da bandeira nacional no Palácio do Governo.

As 8,30 horas, em imponente altar armado naquela Praça, presentes os representantes ministeriais, delegações estaduais, altas autoridades, colégios, grande massa popular, realizou-se missa solene, celebrada por Dom EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA, Arcebispo de Goiás,

investido da missão de representante de Sua Eminência o Cardeal D. LEME. Ao finalizar a cerimônia, Dom AQUINO CORREIA, Arcebispo de Cuiabá e membro da Academia Brasileira de Letras, proferiu a seguinte oração gratulatória:

"Gloria in excelsis Deo !

Glória a Deus nas alturas !

Assim como o peregrino, que se abalava outeora, até a cidade santa de Jerusalém, levava no coração um pensamento de elevação e de grandeza, *ascensiones in corde suo*, assim também, os que hoje galgamos estas majestosas eminências da hintelândia brasileira, temos a impressão salutar de que nos elevamos e engrandecemos.

Aquí estamos em pleno coração do Brasil; coração imenso, que ora parece pulsar, tranquilo, na planura dos aixás pré-históricos, e ora se nos afigura agitado e convulso, mostrando nos píncaros das serranias, um como diagrama das suas pulsações gigantescas; coração excelso e puríssimo, transformado, nesta hora, em maravilhoso altar, para a liturgia campal da nossa cultura religiosa e cívica.

Foi justamente um monte, como sabeis, o primeiro altar do Cristianismo; e por isso, nada mais sugestivo do que este planalto central, tão cheio de sol e de vida, neste momento em que, festejando o berço à gentil caçula das capitais brasileiras, aquí celebramos o mistério eucarístico da mais solene ação de graças.

Goiás, todavia, não é hoje apenas o coração geográfico, senão também o coração vivo da Pátria, palpitando aquí, ao flúido arcano e divino dos entusiasmos, que empolgam toda a nacionalidade.

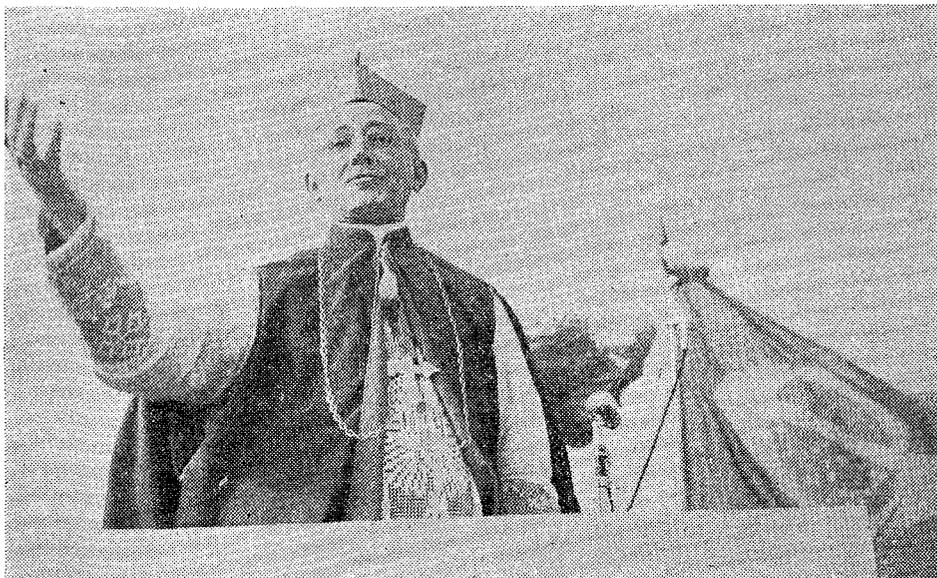
Aquí, de fato, não vejo somente o povo goiano, o benfado e amável povo, que hoje triunfa em íntima união com as suas autoridades, dentre as quais se destacam a figura eminente do Chefe do Estado e o vulto hierático do seu Metropolitano, que no próprio nome, de que fez a divisa heráldica das suas armas arqui-episcopais, nos lembra que Deus está com ele, abençoando os fiéis: *Emanuel, nobiscum Deus !*

Vejo aqui também o representante do primeiro magistrado da Nação; vejo representantes dos Ministros de Estado civis e militares; vejo delegados dos governos estaduais; vejo altos funcionários da União e dos Estados; vejo doutos emissários dos nossos institutos culturais, que solenizaram estas efemérides goianas, com notáveis congressos, assembleias, exposições e conferências

Quiseiam, outrossim, os promotores desta solenidade sacia de fé e de civismo, que aqui estivesse também, numa representação especial, representação pela palavra fraternal do afeto e da estima, a terra mais limã de Goiás, que é Mato Grosso; duas terras gêmeas, porque nascidas contemporaneamente em nossa história; terras ilmanadas, não raro, na comunhão dos mesmos destinos; terras clássicas das bandeiras de Oeste, dois de cujos legendários pioneiros, BARTOLOMEU BUENO DA SILVA e ANTONIO PIRES

boninas, desde a flor elegante dos nossos jardins, até as vitórias-régias das planícies alagadas e as altivas e formosas orquídeas da mata; onde se ouvem, no mais grandioso dos orfeões, todas as vozes do Brasil, desde o biamido dos seus mares nas praias e nos rochedos do litoral intindo, desde o ronco das suas porococas e das suas catauatas, até o goiêlo dos seus lindos passaros à beira dos ninhos e a canção dos beijos maternos, no abençoado remanso dos seus lares: *Gloria in excelsis Deo!*

Sim! glória a Deus nas alturas morais da consciência brasileira, orientada, sempre mais, pelos princípios eternos do Evangelho, para este regime de ordem na disciplina e de progresso no trabalho, mediante a mútua compreensão e a concórdia entre as duas sociedades perfeitas, mas inseparáveis, independentes, mas harmônicas entre si, que são o Estado e a Igreja; mediante o equilíbrio pacífico nas relações po-



O arcebispo de Cuiabá, D AQUINO CORREIA, profere a oração gratulatória na missa campal do dia 5 de Julho

DE CAMPOS, amigos de infância, inspiados ambos no mesmo sonho infantil, porém épico, da Serra dos Martírios, entraram pelo sertão, um em rumo a estes predestinados sítios de Sant'Ana dos Goiaes, rumando outro ao longínquo e misterioso vale do Cuiabá; e ao cabo de titânicas arriancadas, legaram ao Brasil de hoje, numa honra imortal e glorirosa, dois dos três vastos Estados centrais e auríferos da República

Assim, pois, senhores, é a alma nacional que hoje sobe, e com elas subimos também nós, a estes poéticos páramos da condilheira, que é o soberbo *divortium aquarum*, onde nascem, lado a lado, cristalinas e cantantes, as grandes águas do Amazonas e do Prata Magnífica ascensão, que, entretanto, mais não é do que um símbolo dessa outra, muito mais nobre, muito mais santa e muito mais sublime, que é a elevação do nosso espírito no ideal soberano, que hoje aqui nos guiou e encanta: Aqui viemos, antes e acima de tudo, trazer a Deus onipotente e misericordioso, a mística oblata dos nossos agradecimentos, entoando a estes aies livres e sonoros do altiplano, o hino vinte vezes secular, que o Pontífice acaba de repetir no rito sacrossanto da Missa, hino angélico, hino das regiões altas e serenas como esta: "Glória a Deus nas alturas!" *Gloria in excelsis Deo!*

Sim! glória a Deus nas alturas das nossas montanhas, onde as palmeiras sacodem airosamente os flabelos nos ceimoniais da amplidão; onde se aspira o incenso de todas as

líticas e melindrosas do poder com a liberdade; mediante a constituição sacramental e inviolável da família; mediante a formação religiosa do Exército e da Juventude, duas supremas esperanças da Pátria, a esperança do seu presente e a esperança do seu futuro: *Gloria in excelsis Deo!*

E bem justo é, senhores, aproveite o Brasil os acontecimentos magnos da vida nacional, para render graças ao Senhor Deus das Nações, pelos benefícios da paz e da prosperidade que, apesar da hora conturbada, que vivem os povos do Universo, ainda hoje desfruta e goza a Nação Brasileira. E nenhum melhor ensejo se lhe poderia deparar, do que a festa, em que hoje se engalanam estes chapadões floridos, para o batismo da recém-nascida e mimosa catecúmena da civilização em terras de Santa-Cruz; festa das mais expressivas e típicas dessa política do "rumo a Oeste" proclamada pela voz augusta do Presidente VARGAS; festa, enfim, que há de ficar à maneira de marco luminoso nesse roteiro da volta aos sertões, pela ressurreição dos tempos heróicos da nossa História, quando os primeiros porta-bandeiras da expansão territorial do Brasil, penetrando no continente na direção dos paralelos, conquistaram novos meidianos, e deixaram atrás, muito atrás, o de Tordesilhas, que iria quase comprimido o território pátrio, entre a Serra do Mar e as vagas do Atlântico

Estamos aqui, portanto, comemorando uma significativa e fulgida etapa dessa "marcha para

Oeste", que encontrou um dos seus mais estrênuos vanguardistas, na pessoa do Interventor PEDRO LUDOVICO, que nestes dias, com as revelações do seu governo, filla-se galhardamente na estirpe homérica dos BUENOS DA SILVA, os inclitos e lendários ANHANGUERAS, descobridores de Goiaz, fazendo jus, nos fastos da nossa nobiliarquia histórica, ao honroso título de "terceiro ANHANGUERA". Não o ANHANGUERA da idade colonial, a embasbacar com peloticas a barba dos selvagens; mas um ANHANGUERA do século vinte, ANHANGUERA douto e aristocrata, que nos enche de maravilha, fazendo surgir a nossos olhos, sob a varinha mágica da sua administração, esta cidade moderna, que ontem sertão, é hoje uma futura metrópole.

Goiania, pois, não é tão somente uma flor destes cimos soalheiros, dominados, ao longe, pela poesia altaneira dos Pireneus e da Seria Dourada: é muito mais Goiania é uma flor miraculosa do Estado Novo, que nela tem hoje um monumento da sua politica de realizações; nela tem hoje um troféu de vitória para os seus ideais de renovação da nossa democracia, em moldes mais consentâneos com a razão e a índole da gente brasileira; nela tem hoje, enfim, um farol radioso, levantado no centro do país, para nortear os caminhos do nosso verdadeiro engrandecimento, tal como, em épocas de antanho, os alterosos coqueiros incendiados encaminhavam o índio, na vastidão imensurável destes verdes e floridos desertos.

Já vêdes, senhores, com quanta razão, venha hoje a alma católica do Brasil, ao alto deste maciço milenário, lançar aos quatio ventos do céu, o cântico do louvor e do agradecimento ao Senhor e Doador de todos os bens: "Gloria a Deus nas alturas!" *Gloria in excelsis Deo!*

Já vêdes com quanta razão, aqui esteja diante da bela imagem de Nossa Senhora Auxiliadora, a Virgem de São João Bosco, imaculada padroeira desta cidade, aqui esteja em transportes do mais sadio entusiasmo religioso e cívico, o simpático povo goiano, tão brilhantemente representado no prestígio dos seus poderes públicos, no brilho da sua intelectualidade, nos primores da sua família, no sorriso primaveril da sua juventude.

Já vêdes com quanta razão, aqui estejamos também nós, a compartilhar os júbilos do povo goiano e a bater palmas ao seu triunfo, todos os romelros desta memorável excursão a Goiania, porém, mais do que todos, talvez, aquele que tem a honra de falar-vos neste instante, porque ligado a este povo, por laços atávicos da mais cordial afinidade.

Concluamos, pois, senhores, que não podia passar despercebido ao Brasil o milagre sensacional de Goiania; não podia o país manter-se alheio a estes festejos soleníssimos, por onde paíra e vibra um não sei quê de mocidade fecunda e esperançosa; não podia a Nação ignorar o gesto dinâmico de um povo que, sob a direção de seu governo, ao mesmo passo que as velhas civilizações tudo destroem, cria assim uma cidade, tarefa sobrehumana, que já a mitologia grega reputava digna de deuses e semi-deuses.

O Brasil, em suma, devia vir aqui, como veio, para daqui levar a mais eloquente lição e a mais edificante reminiscência.

Na era colonial, o herói das crônicas bandeirantes da terra goiana conquistava os indígenas, inflamando uma pouca de aguardente, e ameaçando fazer o mesmo a todos os rios.

Hoje, são nossos corações de brasileiros, que Goiaz conquista com o fogo sagrado da festa de Goiania, de onde levaremos, acesa, a chama do amor cívico e fraterno, a centelha da confiança nas energias latentes e taumatúrgas da nacionalidade, a flama olimpica da fé e do patriotismo, que nos fará, para todo o sempre, lembrar este risonho planalto em flor, e exclamar, num misto de emoção e de saudade: "Gloria a Deus nas alturas!" *Gloria in excelsis Deo!*

Ouidas as últimas palavras do ilustre antistite e orador sacro, foram

entusiasticamente aclamados os nomes do Presidente GETÚLIO VARGAS, Interventor PEDRO LUDOVICO e Prefeito VENERANDO DE FREITAS.

A solenidade da inauguração oficial da nova capital goiana teve lugar às 14 horas, no Cine-Teatro Goiania, onde, além de se encontrarem delegações de todas as Unidades Federadas, caravanas estudantis, representações municipais de Goiaz e do triângulo mineiro, comprimia-se grande multidão.

A chegada do Sr. Interventor Federal, do general representante do Sr. Ministro da Guerra e da delegação do Estado Maior da 2.^a Região Militar, uma companhia do Batalhão Policial prestou as honras militares devidas.

A sessão foi aberta ao som do hino nacional, ouvido de pé por todos os presentes. Em seguida, o Dr. PEDRO LUDOVICO, Interventor Federal, leu o seu discurso, historiando as origens da iniciativa da mudança da capital e as lutas que a realização do velho ideal custou, terminando por entregar ao Sr. VENERANDO DE FREITAS, Prefeito de Goiania desde a criação do município, a chave de ouro da urna que se encontrava sobre a mesa e que simbolizava a própria capital.

Foi o seguinte o discurso do Chefe do Governo:

"Em Novembro de 1930, assumindo o governo do Estado de Goiaz, após a refrega revolucionária, imbuí-me da resolução que, aliás, já tinha, quando combatente nas hostes da oposição, de que um governante devia se esforçar o mais que pudesse para não cair nos erros que profligava como censor da administração que o precedera, pois, ao revés, devia ser considerado um mistificador das aspirações populares.

Levado por esta diretriz, passei em revista as falhas que via nas progressas administrações goianas.

Entre muitas, deparou-se-me relevante, judicialíssima aos interesses da coletividade e, portanto, do Estado, a permanência da capital na velha Goiaz, que MIGUEL LINO DE MORAIS, COURO MAGALHÃES e outros já haviam condenado para servir como sedé do governo.

Verifiquei desde logo que o maior empecilho ao desenvolvimento do Estado era a continuação desse fator negativo.

Não é meu propósito repetir nesta hora todos os argumentos que expendi, quer escrevendo, quer falando, como justificativa da mudança da capital.

Foram tão repisados, que me faltou entusiasmo para de novo focalizá-los.

Entretanto, não é censurável relembrar uma pequena parte da história intimamente ligada a esse acontecimento.

Há 80 anos, mais ou menos, o general COURO MAGALHÃES, então Presidente da Província, emitiu a seguinte opinião sobre o assunto, que, desde aquela época, já tinha impressionado a sua visão de homem superior e de administrador sagaz: "Temos decaído desde que a indústria do ouro desapareceu Ora, a situação de Goiaz era bem escolhida quando a Província era aurífera.

Hoje, porém, que está demonstrado que a criação de gado e a agricultura valem mais do

que quanta mina de ouro há pela Província, continuar a capital aqui é condenar-nos a morrer de inanção, assim como morreu a indústria que indicou a escolha deste lugar. As povoações do Brasil foram formadas a esmo, e a economia política e a ciência desconhecida, de modo que o governo ainda que quisesse não poderia dirigir com acerto essas escolhas; hoje, porém, assim não é. Uma população de 5 mil almas colocada em lugar desfavorável não pode nada mais produzir do que o necessário para a sua nutrição."

Vinte e sete anos depois, um outro Presidente da Província, RODOLOFO GUSTAVO DA PAIXÃO, assim se exprimia: "A capital de Goiaz é, sem dúvida, uma daquelas cidades cujo estado sanitário, dia a dia pior, reclama as mais prontas e enérgicas providências. Situada em meio de uma bacia, conquanto sobre terreno acidentado, cercada de altos montes que a comprimem em diminuto âmbito, embaraçando-lhe a regular ventilação, estreitando-lhe demais o horizonte visual; castigada por excessiva temperatura graças à sua baixa latitude de 16° S, não corrigida pela altitude ou por causas locais; com uma edificação à antiga, obedecendo, *in totum*, à arte colonial, que era antes a negação dos mais rudimentares princípios arquitetônicos e dos mais salutaros preceitos da moderna higiene; espreguçando-se às margens do rio Vermelho, mas cutindo verdadeira sede de TÂN-TALO, visto como a água viscosa deste ribeiro, despejo e lavadouro da população, não é e nem pode ser convenientemente distribuída às casas, e porque a fornecida pelo único chafariz existente é paucas fontes carece das condições de abundância e necessária potabilidade; desprovida de bom sistema de esgotos, capaz de evitar o uso prejudicialíssimo das latinas perfuradas no terreno, onde as matérias fecais sem escoamento entram em rápida decomposição e exalam deletérios miasmas, e absorvidas pelo sub-solo, bastante permeável, comunicam-se com os poços de seventia, de ordinário abertos nas proximidades daqueles focos de infecção, a decadente Vila Boa hospeda em seu seio poderosos agentes de destruição, que hão-de, em breve, transformá-la em vasta Necrópole, onde a morte campeie com todo o seu cortejo de horrores. Ainda há pouco, as febres palustres, valentemente auxiliadas pela terrível influenza e por outras enfermidades, vieram provar a razão do asserto;

poiquanto houve dia em que se deram oito óbitos, mortalidade aterrorizadora para uma pequena cidade de dez mil almas, se tanto! Proporcionalmente, o obituário do Rio de Janeiro, cuja população permanente e adventícia é superior a seiscentas mil almas ou sessenta vezes maior, deveria acusar 480 falecimentos em igual divisão de tempo! Não me consta, entretanto, que tal tenha acontecido na formosa, rica e muito caluniada capital da República, nem mesmo quando a febre amarela lhe faz intensa e demorada visita."

Confesso, fazendo justiça à velha Goiaz, que não foram motivos de ordem sanitária que pesaram no meu espírito para retirar-lhe a primazia de ser a metrópole goiana.

É um centro urbano relativamente saudável, apenas com uma endemia de paratifo, como se dá em inúmeras cidades e capitais do Brasil.

Causas de origem econômica, política e social influíram poderosamente para que lhe cesse o privilégio de que usufruía.

E essas causas eram de tal importância que viviam no subconsciente de todos os goianos, mormente no dos que residiam na antiga Vila Boa.

No desses, peculiarmente, porque constituíam, há tempo, um ponto de interrogação para a economia de muitos e para o sentimentalismo de alguns.

Tanto assim que a Constituição do Estado, no seu artigo quinto, título I, dizia: "A cidade de Goiaz continuará a ser a capital do Estado, enquanto outra coisa não delibere o Congresso."

Nos próprios contratos havia cláusulas admitindo a hipótese da mudança.

Só o raciocínio de que uma capital com dois séculos de vida nunca possuía mais de dez mil habitantes e, pelo contrário, a sua população tendia a decrescer, pois o recenseamento realizado em 1892 lhe dava apenas 8 256 habitantes, bastava para condená-la como sede do governo. Acrescente-se que a sua média de edificações entre 1914 e 1932 não excedera de 1,5 casa por ano.



Mesa que presidiu o ato simbólico de inauguração da cidade

Penso que era dever precipuo de um administrador concio e zeloso da sua missão amputar esse mal que vinha, há muitas décadas de anos, concorrendo para a ruína do Estado, entrando-lhe francamente o progresso.

Dessarte, resolvei quebrar a rotina e a apatia dos dirigentes que me precederam, lançando-me firmemente, desassombadamente, à concretização da idéia-fôrça.

Refletindo intensamente sobre o magno problema, pensei: será conveniente transferir a sede da administração para alguma cidade do interior goiano, transformando-a em capital, ainda que tenha de dar-lhe nova fisionomia, urbanizando-a com os preceitos modernos? Respondeu-me o conhecimento profundo que tinha dos aglomerados humanos da minha terra que seria uma solução errada, como errado seria o melhoramento urbanístico da velha Goiaz. Analisando como cabocio, conclui: seria botar sal em carne podre.

Egresso de um prélio cívico, que durou alguns anos, e recentemente de uma luta armada, julgava-me em condições de enfrentar os óbices que me aguardavam no novo front.

Convicto da nobreza da causa, da necessidade inadiável de efetivar esse ideal, examinei todas as faces do problema, apaiei detidamente todas as arestas e iniciei a obra, pouco se me dando de agradar ou desagradar a quem quer que fosse, mesmo porque já havia tomado a seguinte deliberação: ou cumpriria a missão que me tinha imposto, ou voltaria a penates, continuando com prazer a minha vida de médico modesto nos sertões goianos, nas belas regiões sudoestinas da minha dadivosa terra.

Os que combatiam a idéia lançaram mão de todos os recursos para me enfraquecer ou para me afastar do pósto que occupava, afim de que não executasse o meu propósito.

A política serviu-se de todos os embustes, de todo o seu maquiavelismo, de todas as forças para me alijar do governo.

Seguindo a costumeira praxe, que estava em moda de sul a norte do país, deputados ridiculos e mistificadores batiam às portas dos quartéis do Exército para pedirem guarida, dizendo-se vítimas de violências que nunca existiram.

Queriam armar ao efeito, com o intuito de provocar uma intervenção federal, já que não lhes havia sido possível conseguir o seu desideratum de outra forma.

Os que mais apaixonados e violentos se mostraram nessa campanha foram os que se sentiram contrariados nos seus interesses econômicos. Sempre olhei com tolerância e achei até natural a agressividade destes e, ainda mais, dos que me hostilizavam por mero sentimentalismo.

Alguns se enterneciam e se magoavam por ver Goiaz perder o titulo de detentora de *primus inter pares*, das suas irmãs goianas.

O maior argumento de que os opositores usavam era o de que o Estado não estava em condições financeiras capazes de arcar com tamanha e tão vultosa responsabilidade.

O argumento era forte, pois naquela época a sua receita arrecadada atingira tão somente a importância de 5.564.443\$670.

Respondendo a esta objeção, declarei que a minha pretensão era modesta, desejando apenas fazer projetar uma cidade moderna em um local tecnicamente escolhido, construindo somente 6 prédios para estabelecimentos públicos e sessenta casas para residência de funcionários. Com o decorrer do tempo e à medida que fosse ao Estado possível, ir-se-ia completando a obra. Muito melhor seria assim agir do que modificar uma cidade velha, de ruas estreitas, tortuosas, com todos os defeitos de construção da época colonial e, ademais, de péssimas condições topográficas e mal situada em relação ao território goiano.

O grande urbanista ARMANDO DE GODOÍ, a quem muito devo, pelo encorajamento que deu

à realização do meu ideal, no seu relatório apresentado, como técnico escolhido para opinar sobre o assunto, assim respondeu às referidas objeções: "Preciso dizer que não procede o argumento de que as condições financeiras atuais de Goiaz não comportam um tal empreendimento. Para aqueles que vêem na criação de uma nova cidade uma exhibição ostentatória e uma fantasia oriental e nababesca, tal argumento tem muita força e lógica. Para o técnico, porém, éle não tem nenhum efeito convincente, pois o principal objetivo dos modernos centros urbanos estabelecidos em vários países foi o de obter, nas zonas em que eles surgiram, o que está faltando para Goiaz e tem impedido em grande parte o aproveitamento das suas riquezas e o aumento rápido de sua população. A história de várias cidades surgidas neste século, algumas com menos de três decênios de vida, já está para responder com eloquência aos que receiam que se agravem as condições financeiras de Goiaz com a mudança de sua capital. Com efeito, Belo-Horizonte, não obstante haver surgido em pleno sertão, atraiu vultosos capitais, inúmeras indústrias e é hoje um grande centro comercial e de cultura, sendo de notar que a antiga capital mineira, Ouro Preto, continua a viver como outrora, tendo mesmo se expandido algo, não havendo regredido como se supunha.

Letchwort, na Inglaterra, e Gary, nos Estados-Unidos, com menos de trinta anos, não obstante ficarem relativamente pouco afastadas de grandes centros, são hoje campo de uma considerável atividade industrial, por haverem sido convenientemente projetadas. É que a indústria e o comércio, em virtude das exigências resultantes da sua expansão, só se acomodam nas cidades onde se acham reunidos os elementos que unicamente a vida moderna pode proporcionar."

O mesmo urbanista projetou a zona sul desta cidade, aplicando os conhecimentos mais modernos que há sobre a matéria. Foi mesmo, penso eu, um tanto sonhador e visionário. Só em um arrabalde de Nova Iorque se encontra cousa igual, difícil, portanto, de ser executada presentemente, em nosso meio.

Mas, como Goiânia foi prevista para um futuro bem distante, talvez tenha razão o grande mestre.

ATÍLIO CORREIA LIMA foi quem fez o seu projeto principal. Muito modesto, mostrou-se, no entanto, um conhecedor profundo da sua especialização, revelando-se um perfeito técnico na tarefa de que se incumbiu. O meu governo lhe é deverdor pelo muito que contribuiu a favor da sua máxima aspiração.

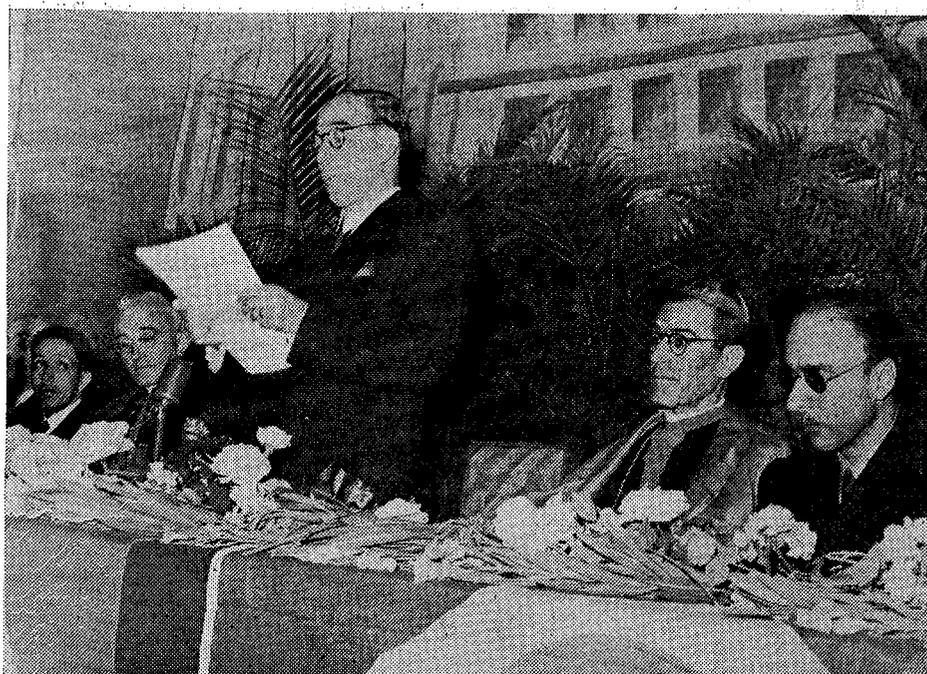
Meus senhores! Afinal, Goiânia nasceu e está crescendo. É muito jovem. É criança mesmo. Tem apenas oito anos de idade, descontado o lapso de tempo destinado a estudos e instalações. Uma cidade, como sabelis, se constroe, se completa, com o perpassar dos séculos e das gerações.

Goiânia appareceu com um objetivo de oxigenamento e progresso para Goiaz. Surgiu como farol para iluminar o Estado.

A velha terra de ANHANQUERA precisava de ser abalada por qualquer acontecimento que a fizesse lembrada e que a fizesse vibrar. Vivia sob tal modorra, sob tal apatia, que dava impressão de que vivia de cócoras. "Tudo pequenino, vazio, rotina, burocracia", como dizia BENEDETO SILVA. Goiânia foi o estímulo, o excitante, o choque que obrigou o nababesco paquiderme a levantar-se.

A cidade, no passado, era refúgio a que os homens se recolhiam quando a guerra explodia nas fronteiras. A cidade era fortaleza e abrigo. A cidade moderna é o repositório de todos os afetos do homem. Ali tem éle o seu lar, a sua família, os seus amigos, as reservas para a sua subsistência e os focos para a sua cultura. A cidade moderna educa e civiliza. É o fator mais valioso para reforçar a homogeneidade das pátrias.

A Austrália, procurando melhorar a sua estrutura política e econômica, construiu Camber-



O interventor PEDRO LUDOVICO inicia a solenidade inaugural da nova metrópole

difficilmente estará em condições de imaginar quantos e que obstáculos foi preciso remover, quantas e que decepções foi preciso suportar, quantos e que desencorajamentos foi preciso subjugar, quantas e que apreensões foi preciso arrostar, quantos e que conflitos foi preciso vencer, para que a obra fôsse iniciada e, depois de iniciada, prosseguisse a sua marcha

Mesmo aqueles que apoiavam a idéa e acompanharam a sua realização, desde a primeira hora, talvez não conheçam tôdas as peripécias envolvidas, todos os empecilhos encontrados, todos os dissabores surgidos, tôdas as dificuldades contriastadas, todos os poderosos interesses contrariados, que Pedro Ludovico enfrentou e venceu, muitas vezes tendo por arma e fonte de conforto e ânimo, durante a luta, apenas o seu idealismo

Mas este era vigoroso demais para se deixar entibiar, para consentir que se dobrasse, ou mesmo para se contentar com meias vitórias. Goiânia — ou seja, uma cidade inteira, com os seus hotéis, os seus palácios, as suas rêsdes de comunicação, as suas escolas, as suas avenidas os seus bairros, havia de ser edificada! E foi!

BOSQUEJO HISTÓRICO — Segundo dizem os registros históricos, a idéa da construção de uma nova capital para Goiás, lançada infuuti-feramente em 1830 pelo brigadeiro MIGUEL LINO DE MORAIS, segundo Presidente da Província, veio à tona várias vezes a partir de então, seduzindo alguns governadores e presidentes, dentre os quais se destaca a figura gigantesca do general JOSÉ VIEIRA DO COUVO DE MAGALHÃES. Nenhum deles, porém, teve ânimo que chegasse para tomar a resolução de levar a efeito a empresa temerária, e todos recuaram como recuara MIGUEL LINO DE MORAIS, ante a reação violenta que a idéa provocara na velha capital, a lendária Vila Boa de Goiás

O próprio general COUVO DE MAGALHÃES, aquela fibra de aço que estabeleceu a navegação a vapor no Araguaia, verdadeira epopéia sertanista, comparável pelo épico de que se revestiu aos maiores feitos da fase heróica das bandeiras piratinanganas, não se animou a empreender a mudança da capital de Goiás.

"A situação de Goiás" — escrevia o general COUVO DE MAGALHÃES em 1863 — "era bem escolhida quando a Província era aurifera. Hoje, porém, que está demonstrado que a criação do gado e a agricultura valem mais do que quanta mina de ouro há pela Província, continuar a capital aqui é condenar-nos a morrer de inanição, assim como morreu a indústria que indicou a escolha deste lugar"

Não obstante pensar assim, COUVO DE MAGALHÃES, Presidente da Província de Goiás, apenas tentou mudar a capital. Porque logo abandonou a idéa, forçado pelas dificuldades que contra ela se levantavam

Na opinião documentada de um dos vossos historiadores, os últimos anos do Império transcorreram, em Goiás, "monótonos e sem acontecimentos merecedores de especial menção". Não haverá exagero em afirmar-se que, igualmente durante o período republicano até há alguns poucos anos passados, a grande unidade federativa do Brasil Central marcou passo no mesmo lugar, ou progrediu muito lentamente.

Veio a Revolução de 30 e, com ela, um jovem e ousado batalhador goiano, depois de impor-se pela sua atitude intrépida, subiu, cheio de indiscutível e indiscutido prestígio, à chefia do governo de seu Estado. Após haver perscrutado, na intimidade, os problemas de Goiás, esse jovem pelejador, PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, não hesitou, segundo as suas próprias palavras, em "exumar e galvanizar a velha idéa da mudança da sede dos poderes públicos estaduais para local bem escolhido, que possibilitasse a formação de uma verdadeira capital". É que para logo se convencera, — revelando-se aí a sua vocação de estadista, — que "construção de uma nova capital não era apenas um problema na vida de Goiás: era também a chave, o começo de solução de todos os outros".

Para o sonhador de então, que soube transfigurar-se no realizador de hoje, "uma capital acessível", — são palavras dele — "que irradiasse o progresso e marchasse na vanguarda, coordenando a vida política e estimulando a econômica, ligada à maioria dos municípios por uma rede rodoviária planificada, era o órgão de que o Estado de Goiás necessitava absolu-

tamente, para reivindicar no seio da Federação o lugar de saliência" a que tem direito

Ao tomar a resolução de erigir uma capital nova em folha para a sua terra e a sua gente, PEDRO LUDOVICO egiu-se no cenário nacional com um programa eminentemente audacioso Aquilo parecia ambição excessiva do jovem Chefe do governo goiano Apontadamente, PEDRO LUDOVICO estava superestimando a sua capacidade de realização. "O que visamos" — afirmava ele em 1933 — "é exclusivamente coisa grande o futuro de Goiaz O nosso objetivo é assegurar ao povo goiano o direito de aproveitar as inimizáveis possibilidades do seu Estado"

E canalizando a sua doutrina para o terreno prático, disposto a dar-lhe efetividade, PEDRO LUDOVICO pôs mão à obra

Dentro de pouco tempo o Brasil começou a tomar conhecimento da existência de Goiaz, a falar em Goiaz, e até a aceditar em Goiaz Alguma coisa estava acontecendo, afinal, na terra de ANHANGUERA Descobriu-se então que as promessas de PEDRO LUDOVICO, por temerárias que parecessem, haviam sido feitas para serem cumpridas O jovem estadista, renovando cada dia o milagre de multiplicar os escassos recursos de que dispunha, estava escrevendo de fato, mas já agoia em estuturas de aço e de cimento, com guindastes e rolos compressores, o poema vibrante de seu ideal

Rapidamente, em menos de um lustro, parece coisa que mais a toques de yainha de condão do que a pancadas de instrumentos, uma cidade surgiu nesta paradisíaca atiplanua, feita não apenas para o gozo dos sentidos, mas também para o deslumbriamento do espirito

Sim, o moço nobremente ambicioso, que prometeu mais do que aceditavam que ele pudesse cumprir, erigiu uma capital acessível E essa formosa metrópole, quase que apenas esboçada, mesmo antes de seu batismo oficial, já inadiava progresso e marchava na vanguarda, tal como ele a sonhara Uma cidade que todos que veem de Palma ou de Rio Verde, de Catalão ou de Cavalcante, de São José do Tocantins ou de Rio Bonito, de Belo Horizonte ou do Recife, de São Paulo ou do Rio, de Manaus ou de Pelotas, hoje podem admirar Uma cidade melhor e mais bonita, sem dúvida, do que a cidade solar de CAMPANELLA Uma cidade que faz cada goiano ainda mais orgulhoso de haver nascido na grande terra de PEDRO LUDOVICO

O SIGNO DE GOIÂNIA — O fato de inaugurar-se Goiânia no começo do mês de Julho torna cabível a menção da circunstância de que numerosos acontecimentos que formam a tessitura da história de Goiaz, ocorreram, também, nesse mês

Foi a 2 de Julho de 1720 que BARTOLOMEU BUENO DA SILVA, o segundo, requereu licença a D João V, rei de Portugal, para "penetrar os altos setões, à procura de minas de ouro, prata e pedras preciosas, podendo avançar pelos centos das Américas e escravizar índios" Como se sabe, essa iniciativa está intimamente ligada ao alvorecer da história de Goiaz

Foi a 3 de Julho de 1722 que, a mando do Governador D. RODRIGO CÉSAR DE MASCARENHAS, BARTOLOMEU BUENO DA SILVA partiu de São Paulo, com um "bando de 152 aventureiros", rumo aos setões dos guaiases

Foi a 2 de julho de 1726 que D. RODRIGO CÉSAR DE MASCARENHAS passou ao capitão BARTOLOMEU BUENO DA SILVA e ao seu genio, capitão JOÃO LEITE DA SILVA HORTZ, a famosa carta de sesmaria, dando-lhes os direitos das passagens dos rios das Velhas, Parnaíba, Guacolumbá e Meia Ponte, o mesmo Meia Ponte cujas águas movem, em 1942, a usina elétrica de Goiânia

Segundo AMERICANO DO BRASIL, foi a 6 de Julho de 1726 que o ANHANGUERA entiou em Goiaz pela segunda vez

Foi em Julho de 1727 que o mesmo bandeirante paulista lançou, às margens do Rio

Vermelho, os alicerces do arraial de Santana, que depois foi feito capital das Minas de Goiaz, então parte da Capitania de São Paulo

Foi em 25 de Julho de 1739 que o Governador D. LUIZ DE MASCARENHAS, depois Conde d'Alva e Vice-Rei das índias, instalou Vila Boa de Goiaz, nome escolhido em homenagem a BARTOLOMEU BUENO DA SILVA

Foi a 13 de Julho de 1754 que D. MARCOS DE NORONHA, depois Vice-Rei do Brasil, iniciou a fundição de ouro em São Félix, noite da Capitania de Goiaz, criada em 1748

Foi a 26 de Julho de 1773 que José PINTO DA FONSECA descobriu a Ilha do Bananal

Foi a 23 de Julho de 1835 que uma lei especial declarou obrigatória a instrução na Província de Goiaz

Foi a 2 de Julho de 1846 que o notável jurisconsulto JOAQUIM INÁCIO DE RAMALHO, Presidente da Província, criou, por lei, o Liceu de Goiaz, o mesmo em que PEDRO LUDOVICO fez o seu curso de humanidades

Finalmente, é a 5 de Julho de 1942, data cheia de ressonâncias históricas, que estamos inaugurando Goiânia, a sucessora vitoriosa de Vila Boa

A CIDADE-FANAL — Antes de terminar, deixai que eu vos transmita um conselho dado em Novembro de 1835, pelo pensador JOHN RUSKIN, aos habitantes da cidade de Edimburgo Fazendo ali uma de suas célebres conferências sobre arquitetura e pintura, disse ele aos seus ouvintes: "É principalmente pelo esforço particular, não pelo esforço público, que a vossa cidade deve ser adonada"

Aqui em Goiânia, o esforço público já fez demais Cabe agora a vós, habitantes da nova capital, fazer o resto, para torná-la mais bela e atraente

No Sermão da Montanha, CRISTO disse que não se pode esconder uma cidade construída no alto de um monte. Goiânia, edificada nas faldas do Planalto Central, é hoje oficialmente revelada ao Brasil

Bem haja o grande brasileiro PEDRO LUDOVICO, o mago que idealizou, planejou e constituiu Goiânia, fazendo tanto com tão pouco

E tu, Goiânia, metrópole sem rival do Brasil setecentário, segue, pelos séculos em fora, o teu formoso destino

O ronco súdo dos teus dinamos, o martelar das tuas forjas, o estêpito fabricante das tuas fábricas, a voz persuasiva dos teus educadores, o suave apostolado dos teus sacerdotes e dos teus crentes, as luzes da tua cultura, a coragem cívica dos teus filhos, o sacrificio dos teus heróis, o exemplo e a sabedoria dos teus dirigentes, — toda a sinfonia maravilhosa das forças materiais e morais que há de criar, que terá de coordenar, que deverás dirigir; todo este organismo potentíssimo em que te vais constituir; todas as fulgurações da arte, dos ideais, da cultura, da civilização, que do teu seio fecundo vão brotar; todos os dons magníficos que te fazem imensa, Goiânia, desde pequenina; — tudo isso, cidade fanal, tudo isso, metrópole predestinada, tudo isso, filha diletta do Brasil, não o queires para ti, para o teu gozo, para tua alegria de viver

Não, Goiânia! O que te deu o signo místico do teu destino, e tudo quanto pelo teu labor, pela tua inteligência e pelo teu sacrificio vai ser criado, já estás criando, claras pelo tempo em fora, só o queires, só é teu, para que tenhas o direito de dizer: sou do Brasil, trabalho para o Brasil, hei de despatiar a imensidade adormecida do "desertão" brasileiro E se te sentes no coração do Brasil, serão tuas as pulsações todas deste coração generoso E as tuas energias assim disciplinadas, exuberantes de vida fortes na certeza do teu destino, contribuição decisivamente para que esta Pátria imensa e bela, este Brasil sem igual, culmine na grandeza política que lhe torna seu direito a própria grandeza física

Fanal da esperança de um Brasil melhor!
Signo da fé em um Brasil senhor de si e dos
seus destinos! Ilumina-te, Goiânia, com os
mais formosos ideais da Humanidade E arma-
te com as forças irresistíveis da confiança
em ti mesma

Ciê em ti, tanto quanto o Brasil já crê
Ciê e espera Espera e confia Confia e
vence

Sus, Goiânia, para cima, para a frente!
Leva nas mãos os destinos do Brasil E no co-
ração, o amor inquebrantável às glórias do seu
passado, à sua integridade, à sua plenitude

Vai! Rumo ao porvir E que Deus te dê
o noite certo de tua vocação histórica, — ele-
vando-te, exaltando-te, abençoando-te pelos mi-
lênios em fora. Mas, sê-Lhe fiel, e glorifica-O,
glorificando o Brasil Sempre e sempre a serviço
de todos os brasileiros Sempre e sempre sob
o signo da tua estíela Sempre e sempre, o
fulcro sobranceiro do Brasil interior, o centro
potentíssimo de que vão irradiar as forças cons-
titutivas do Brasil do futuro E também sempre,
e sempre, Goiânia, com os teus ideais voltados
para a solidariedade, a concórdia e a paz "entre
todos os homens de boa vontade"

Falou depois, em nome das classes
armadas, o general Sousa Docca, repre-
sentante do Sr. Ministro da Guerra,
que enalteceu a obra do Interventor
PEDRO LUDOVICO

Seguiu-se com a palavra o Sr MÁ-
RIO PEÇANHA, membro da delegação do
Ministério da Justiça, em nome do ti-
tular daquela pasta

O orador seguinte foi o Sr BENE-
DITO SILVA, diretor da Receita da Co-
missão de Orçamento da União e que,
como goiano, exaltou a importância in-
comparável do acontecimento que
Goiaz festejava naquele momento

Como representante dos Ministé-
rios da Guerra, da Aeronáutica e da
Marinha, respectivamente, no Conse-
lho Nacional de Estatística, na Comis-
são Censitária Nacional e no Conselho

Nacional de Geografia, o major IRACÍ
FERREIRA DE CASTRO, o coronel LÍSIAS
RODRIGUES e o capitão de fragata AN-
TÔNIO ALVES CÂMARA JÚNIOR, fizeram en-
trega dos seguintes documentos para
serem depositados na urna histórica
da cidade: resolução do C N E, sôbre
o "batismo cultural" de Goiânia; per-
gaminho contendo os dados apurados
pelo Recenseamento de 1940 sôbre o
município da capital; e um exemplar
especial da publicação *Goiânia*, editada
pelo C N G

A Resolução do Conselho Nacional
de Estatística, cujo original foi assina-
do por todos os participantes da As-
sembléa, é a seguinte:

"Registia o significado histórico do
"batismo cultural" de Goiânia, rende
homenagem ao govêno de Goiaz e
formula agradecimentos

A Assembléa Geral do Conselho Nacional
de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a constuição da nova
capital de Goiaz, nas admiáveis condições em
que foi prevista e executada, constitue um
acontecimento da mais ampla significação his-
tórica e assinala expressiva conquista da civi-
lização brasileira;

Considerando que o "idealismo cívico" do Ins-
tituto inscreve entre os seus itens fundamen-
tais a impeliosa necessidade da integração do
Brasil, sob o ponto de vista demográfico, eco-
nômico e social, no magnífico patrimônio que
nos legaram os nossos maiores, dilatando além
da linha do tratado de Tordesillas, sob o im-
pulso desbravador das "entradadas" e bandeiras,
o âmbito da nossa soberania política;

Considerando que essas diretrizes coinci-
dem, por outro lado, com a própria orientação
adotada, no seu esforço renovador, pelo Estado
Brasileiro, através de atos e palavras do seu
eminente Chefe, o Presidente GERÚLIO VARGAS,
que, definindo a "marcha para o Oeste" como
o verdadeiro sentido da brasilidade, conclamou
as forças vivas do país a êsse benemérito es-
fôrço de ocupação efetiva e valorização inte-
gral das regiões ainda não de todo aproveitadas
do nosso imenso *hinterland*;

*Banquete oferecido pelo Interventor PEDRO LUDOVICO às personalidades
presentes ao "batismo cultural" de Goiânia*



Considerando que o exemplo ora oferecido ao Brasil pelo grande Estado Central importa numa expressão poderosa da capacidade empreendedora do homem brasileiro e atesta para a justiça da História o descortino e a larga visão administrativa do Chefe do governo Goiano, D. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA;

Considerando, por fim, a alta significação cultural dos acontecimentos de natureza cívica, intelectual e econômica que estão emprestando o maior relevo à investidura definitiva da nova cidade nos seus foros de metrópole, a saber: o VIII Congresso Brasileiro de Educação, a II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, a Semana Ruralista do Ministério da Agricultura e a sessão das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística, do Conselho Nacional de Geografia e da Sociedade Brasileira de Estatística;

RESOLVE:

Art 1º — A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística registra, em nome dos governos de cuja autoridade é delegataria, o relevante significado histórico do "batismo cultural" de Goiânia, como consecução magnífica de um empreendimento inspirado nos mais altos interesses nacionais

Art 2º — São expressas, de maneira calorosa, as homenagens cívicas do Instituto ao governo de Goiás, na pessoa do seu eminente Chefe, Interventor PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, tendo-se em vista a elevação de propósitos com que houve por bem oferecer ao Brasil esse admirável exemplo de confiança nos seus destinos, através de uma realização que antecipa, no tempo e no espaço, os ciclos futuros da nossa evolução econômica e social

Art 3º — O Conselho manifesta vivamente o seu agradecimento a todos quantos, de um modo ou de outro, prestaram valiosa cooperação às iniciativas e realizações que, sob o patrocínio do Instituto, estão assinalando de maneira tão brilhante e expressiva o "batismo cultural" da nova capital de Goiás e formula votos por que o alto pensamento de coesão e unidade nacional que ora congrega, em Goiânia, brasileiros de todos os quadrantes do país constitua, através dos séculos, o penhor mais seguro da grandeza do Brasil e da feliz continuidade de sua vocação histórica "

Os Srs RENATO BIÃO DE CERQUEIRA e AFRÂNIO DE CARVALHO, membros da delegação baiana, apresentaram mensagens do Interventor LANDULFO ALVES e do prefeito NEVES DA ROCHA, dirigidas ao Interventor PEDRO LUDOVICO e ao prefeito VENERANDO DE FREITAS, e o Sr RAMIRO BERBERT DE CASTRO, integrante da mesma delegação, discursou longamente, fazendo uma saudação da mais antiga à mais jovem metrópole do Brasil.

A Sra LAURO SAMPAIO declamou "As Bandeiras", ode a Goiânia, de autoria de HEITOR ELÓI ALVIM PESSOA

Ouviu-se ainda a palavra do Sr EVANDRO COLARES QUITETE, que falou em nome da classe estudantil do país.

Coube, finalmente, ao Professor VENERANDO DE FREITAS, primeiro e ainda prefeito da nova capital, pronunciar o seu discurso, no qual fixou os traços da personalidade do Interventor goiano. Antes de terminar, o orador formulou o agradecimento da cidade ao Sr. Presidente da República, pelo apoio sempre dispensado à iniciativa da fundação de Goiânia, e aos Ministros e altas personalidades que se fizeram representar naquela solenidade ou ali se

achavam pessoalmente "Um agradecimento todo especial" — acentuou — "ainda aos dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, representado por seu digno Presidente, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, e por TEIXEIRA DE FREITAS — o funcionário número um do Brasil. Os trabalhos preparatórios, a propaganda, não seriam bastantes para atrair para cá, neste momento em que as dificuldades de transporte se acentuam e que a situação internacional se agrava consideravelmente, tanto interesse. Eram precisos decisão e entusiasmo, decisão e entusiasmo que nunca faltaram aos dirigentes do Instituto."

Após o discurso do prefeito VENERANDO DE FREITAS, o Sr Interventor Federal leu o telegrama que lhe dirigira o Sr Presidente da República, destinado a ser depositado na urna histórica da cidade, e cujo texto é o seguinte:

"Interventor PEDRO LUDOVICO — Goiânia — No dia da inauguração oficial da nova capital de Goiás, é-me grato enviar-lhe cumprimentos e saudar por seu intermédio o nobre povo goiano, que recebe hoje mais um assinalado serviço da sua administração honesta e fecunda (a.) GETÚLIO VARGAS "

Por último, Dom EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA, Arcebispo de Goiás e representante do Cardeal Dom LEME, procedeu à bênção da urna, pronunciando antes algumas palavras alusivas ao ato e concluindo com vivas ao Brasil e a Goiânia

A sessão foi encerrada ao som do hino nacional

Às 16 horas, foi disputada no *stadium* da cidade uma partida de futebol

Às 21 horas, no Palácio do Governo, realizou-se o banquete de cerca de 150 talhees, que o Interventor PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA ofereceu às ilustres personalidades presentes às festas inaugurais de Goiânia

Ao champanha falou o Chefe do governo estadual, fazendo expressiva saudação aos visitantes da nova capital brasileira. Em agradecimento, o general Sousa Docca pronunciou breve alocução. A seguir, o Sr AFRÂNIO DE CARVALHO, diretor do Departamento Estadual de Estatística da Baía, em nome dos membros das Assembléias Gerais dos Conselhos dirigentes do I B G E, fez o discurso que se segue

"Nada podia ser mais agradável a quantos aqui se acham do que receber, ao termo das festas inesquecíveis de 5 de Julho, esta significativa prova de apreço com que o governo goiano quis requestrar as atenções da sua penhoante hospitalidade

A sombra desta, e desde que aqui chegamos, cieseu sem cessar o nosso reconhecimento, que agora se dobra e se confunde ante o espeta-

culo desta magnífica reunião, para cujo realce conspiraram todas as circunstâncias, sem faltar sequer a palavra prestigiosa e particularmente estimada do eminente Chefe do governo do Estado.

Esta mesa, ao longo da qual se estendem legítimos representantes da sociedade brasileira, em cujo número se contam os membros das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, oferece o inequívoco simbolismo de uma mesa de comunhão

Na verdade, vindos de todos os rincões do país, aqui conungam na mesma fé ilustres patrióticos que, separados pela distância, senão também pela incompreensão, que o desconhecimento inevitavelmente gera, se juntaram agora, tocados de fervor patriótico, pela força miraculosa do ideal

Se a extensão, que representa de certa maneira um fator de alheamento, impõe a pluralidade administrativa, não deve, entretanto, impedir a unidade espiritual do país, que nos cumpre não apenas cultivar contemplativamente, senão ainda preservar e defender pela ação vigilante sempre que se encontrar amortecida em decorrência de barreiras geográficas

Nesse sentido não-de- atuar poderosamente encontros como este, que, iniciando um intercâmbio de idéias, de sentimentos, de desígnios, vale como o primeiro marco de um roteiro de aproximação entre a orla marítima e a hinterlândia, desligadas, no curso da nossa história, por um processo de diferenciação manifestamente danoso à unidade nacional

Romper com o passado é, muitas vezes, voltar ao passado: é relegar um passado mais próximo e volver a um passado mais distante

Tudo quanto aqui ocorreu rompe com o passado próximo, em que os homens se prendiam no fascínio do litoral, mas reata a tradição do passado distante, em que os nossos sertanistas devassaram o interior e traçaram as linhas intransponíveis das nossas fronteiras.

Bem haja, pois, a iniciativa em virtude da qual se fundou Goiânia, pois serviu para libertar tanto uma capital aprisionada entre montanhas, como uma geração enrodilhada em preconceitos, marcando indubitavelmente o advento do moderno bandeirismo, capaz das mais arrojadas realizações.

Obra de pioneiros, esta cidade honra a inteligência e a atividade de quantos colaboraram na sua construção, mas sobretudo honra o des-cortino do seu insigne idealizador, o Interventor PEDRO LUDOVICO, a quem, diante dos obstáculos que logrou transpor, já agora se poderia chamar, como esta tarde o fez TEIXEIRA DE FREITAS, "o mago de Goiânia"

Não o demoveram nem as conjuras, nem as agitações, nem as dificuldades que ameaçaram fazer ruir o seu plano grandioso, porque, como intrepidamente declarou de uma feita, "só Deus teria poderes para o fazer recuar".

Assim, mostrou pertencer à estirpe privilegiada dos que não temem, porque crêem, dos que não debateram, porque agem; dos que não tombam, porque vencem!

Sob o teto do "Palácio das Esmeraldas", de que, a seu modo, foi também um caçador, recolhe agora os merecidos aplausos do Brasil, que aqui marcou um encontro de fraternidade, para fazer sentir que já começou a marcha para o Oeste, em cujo prosseguimento está o sentido da sua própria renovação.

A semelhança desta metrópole acolhedora, surgida, como por encanto, no altiplano, para deslumbrar a nossa vista e exaltar a nossa emoção, também não-de converter-se em realidade todas as esperanças que o sugestivo nome deste Palácio evoca, tão certo é que a riqueza coroará, como generosa recompensa, o labor confiante daqueles que acorreram à gleba fértil do Brasil central

A alvorada que, como prelúdio alvicenseiro das festas do dia, todos ouvimos está manhã,

ficará também como a alvorada da campanha de integração, ou conquista, dessa gleba, a fim de que, pela vinculação de todas as suas partes, se componha a estrutura definitiva do Brasil.

Ao agradecer, em nome dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, a honra de participar deste banquete, é com sincera efusão cívica que saúdo em V. Excia., Sr. Interventor PEDRO LUDOVICO, um dos mais hábeis e audazes construtores do Brasil maior!"

Por último, o desembargador DARIO DÉLIO CARDOSO ergueu o brinde de honra ao Sr. GETÚLIO VARGAS, Presidente da República.

Assinalando a grande hora que o seu Estado estava vivendo, o Sr. Interventor Federal dirigiu ao país a seguinte expressiva mensagem:

"Dirijo-me ao Brasil, ao ensejo da passagem do maior acontecimento já registrado no meu Estado

Inaugura-se hoje a jovem Goiânia, capital de Goiás

Ao entregar à comunhão nacional a cidade cuja construção foi parte primacial do meu programa de governo, despido de espírito regionalista, ergo o meu olhar para a Pátria comum, anteendo o seu futuro esplendoroso

Tenho a honra de saudar, na pessoa do grande condutor, o Presidente GETÚLIO VARGAS, o Brasil gigante e poderoso

Saúdo a Amazônia, tão chela de mistérios e tão rica de promessas; as terras dos palmares e babaquais esplêndidos do Parnaíba longínquo Saúdo o nordeste, de atitudes heróicas e fecundas ante as durezas do clima que o flagela; os Estados do leste, de riquezas tão numerosas e de um labor tão intenso, em benefício da economia nacional. Saúdo as terras dos vales históricos do Paraíba e do Tieté, onde vicejam os cafezais, os algodoads e tantas outras riquezas; as regiões admiráveis dos pinheirais paranaenses e catarinenses Saúdo os pampas do sul, berço de heróis, celeiro do Brasil: as terras que, a leste e oeste de Goiás, com ele se irmanam na grandeza das suas glebas, na variedade dos seus produtos e no labor intrepido dos seus filhos Saúdo o Brasil todo, símbolo de pujança, dignidade e elevação moral

A Ele, BRASIL, entrego um grande ideal que se tornou uma grande realidade — GOIÂNIA.

Em 5 de Julho de 1942 — PEDRO LUDOVICO"

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Associando-se à participação do I.B.G.E nas comemorações do "batismo cultural" de Goiânia, a Sociedade Brasileira de Estatística realizou ali a segunda sessão ordinária de sua Assembléia Geral.

A sessão teve lugar no dia 9 de Julho, sob a presidência do Sr ROBERTO DE PAIVA MEIRA, delegado de São Paulo à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística e secretário do "Centro de Estudos" da Sociedade, naquele Estado Nela tomaram parte, pessoalmente ou por procuração, cerca de dois terços dos sócios, verificando-se o

comparecimento da totalidade dos associados residentes na capital goiana.

No expediente, foi lida uma carta assinada pelo Sr ZORAN NINTCH, estrangeiro residente no Brasil há muitos anos, pai de filhos brasileiros, na qual se formularam sugestões sobre a orientação a ser imprimida ao ensino primário ministrado às crianças brasileiras, filhas de pais estrangeiros

A Assembléa aprovou, por unanimidade, o parecer do Conselho Fiscal, sobre o balancete apresentado pela Tesouraria e referente ao ano de 1941 e primeiro semestre de 1942

Nos termos dos Estatutos, procedeu-se à leitura do relatório da Diretoria relativo às atividades da instituição no período de Julho de 1941 a Junho de 1942. A Sociedade, que contava, naquela data, 524 sócios, realizou, durante o período aludido, quatro reuniões públicas de estudos, uma das quais em 29 de Maio, comemorativa do "Dia do Estatístico" e do sexto aniversário do I B G E

Reportando-se ao artigo 28 dos Estatutos, que diz: "Haverá anualmente cursos ou séries de conferências sobre estatística e ciências correlatas, a cargo de sócios da Sociedade ou de pessoas para esse fim convidadas", sugeriu o secretário geral, Sr. BENEDITO SILVA, que, no "plano dos trabalhos" da S B E para o período 1942-1943, fôsse incluído um entendimento entre a Sociedade e o Dasp, onde se acham em pleno funcionamento vários cursos sobre Estatística, no sentido de serem reservadas algumas matrículas para sócios da S B E e funcionários dos Serviços de Estatística uma vez que preencham as condições exigidas para a frequência àqueles cursos e sejam indicados pelo I B G E

Aprovou a Assembléa Geral a prorrogação, para o período 1942-1943, do "plano de trabalhos" relativo ao período 1941-1942, e cuja execução já fôra iniciada, com o acréscimo sugerido pelo secretário geral

O Sr VIRGÍLIO GUALBERTO propôs fôsse regulamentado o art 29 dos Estatutos, que diz: "Fica instituído um prêmio denominado "Bulhões Carvalho", em homenagem ao Dr JOSÉ LUIZ SAIÃO DE BULHÕES CARVALHO, o "Fundador da Estatística Geral Brasileira" — Parágrafo único — Esse prêmio, na importância de 5 000\$000, servirá para recompensar, de dois em dois anos, e na forma que a diretoria estabelecer, o autor do melhor livro ou monografia apresentada sobre assuntos de que se ocupa a Sociedade"; sugeriu, também, a nomeação de uma comissão para esse fim

O Sr ERNESTO PELANDA propôs que a outorga do prêmio fôsse feita por meio

de escolha, por parte da S B E, entre os livros publicados, e não por meio de inscrição, por parte do respectivo autor, para concorrer ao prêmio

Aprovada a sugestão do Sr VIRGÍLIO GUALBERTO, o presidente designou os Srs. WALDEMAR LOPES, VALDEMAR CAVALCANTI e RAUL LIMA para constituírem a comissão aludida e marcou o prazo de 60 dias para a apresentação do projeto de regulamentação

O Sr AFRÂNIO DE CARVALHO solicitou a aprovação da Assembléa para uma moção de aplauso ao I B G E e, muito especialmente, ao seu secretário geral, pela reunião, em Goiânia, das Assembléas Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, iniciativa que resultou num dos mais expressivos acontecimentos comemorativos do "batismo cultural" da nova capital, bem como pelo pleno êxito que caracterizou os trabalhos dessas Assembléas, fecundos em debates e resoluções que envolvem problemas de maior interesse para a estatística e a geografia brasileiras

A Assembléa aprovou votos de pesar pelo falecimento dos sócios BRUNO RUDOLFER e URBANO DE CASTRO BERQUÓ, propostos, respectivamente, pelos Srs AUGUSTO BRANT DE CARVALHO e BENEDITO SILVA

Sugeriu, em seguida, o Sr ROBERTO DE PAIVA MEIRA que a S B E poderia tomar a si a incumbência de estudar e propor um emblema a ser usado pelos profissionais da estatística. Salientou o Sr BENEDITO SILVA que, entre as profissões surgentes, cuja importância cresce rapidamente, estão, por certo, as de administrador e de estatístico. Por conseguinte, assim como o médico, o engenheiro, o advogado, o professor têm seus distintivos profissionais, não seria demais adotar um distintivo também para os profissionais da Estatística. Sugeriu, finalmente, que a Assembléa autorizasse a S B E a cometer ao engenheiro LEITE DE CASTRO, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, que chefia uma equipe de hábeis desenhistas, a tarefa de apresentar um projeto de distintivo que simbolize a referida profissão. Lembrou o Sr TEIXEIRA DE FREITAS que as *Sagradas Escrituras* contêm esta frase do Senhor "Tudo fiz com peso, número e medida". Nesses três vocábulos está todo o conteúdo da Estatística e talvez, conclue o Sr TEIXEIRA DE FREITAS, essa frase pudesse constituir o "símbolo do estatístico"

Salientou depois o Sr TEIXEIRA DE FREITAS que, em Março do corrente ano, se verificou um dos acontecimentos máximos da vida estatística brasileira, qual seja a promulgação do decreto que nacionalizou as agências municipais de

estatística. Relembrou que a iniciativa de tal medida surgiu no seio das forças armadas, cujos anseios, nesse sentido, foram compreendidos pelo Sr. Presidente da República Ressaltou o alcance e a relevância do aludido decreto para o perfeito levantamento das estatísticas que interessam à defesa do país e solicitou da Assembléia a aprovação de um voto de congratulações, por êsse motivo, com o Sr. Presidente da República e o Estado Maior do Exército. A proposta foi aprovada sob uma salva de palmas

O mesmo associado lembrou, então, que três instituições, entre outras, têm prestigiado e estimulado sempre a ação do I. B. G. E., demonstrando, ao mesmo tempo, o maior interesse pela divulgação e pelo estudo da estatística o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a Associação Brasileira de Educação e o Departamento de Imprensa e Propaganda. A Assembléia aprovou, sob palmas, um voto de congratulações com essas três entidades

Comunicou o Sr. RAUL LIMA que o Oitavo Congresso de Educação, reunido em Goiânia em Junho dêste ano, deliberara, perante numerosíssima assistência, conferir ao Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS o título de "guia da educação nacional". A respeito, falou o Sr. AFFRÂNIO DE CARVALHO, que concluiu sua oração com as seguintes expressões: "De TEIXEIRA DE FREITAS pode-se dizer que tem sempre o Brasil no pensamento, como o Brasil o tem sempre no coração".

Voltando a falar, o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS fez notar que dois Estados da República — o Rio Grande do Sul e o Espírito Santo — não se satisfizeram com a criação de uma simples divisão ou secção de estatística educacional, subordinada à Diretoria de Educação ou à Diretoria de Estatística. Fizeram mais: criaram uma Diretoria de Estatística Educacional, com ampla autonomia, medida que tem dado os melhores resultados, permitindo a organização de um corpo de funcionários especializados nesse setor estatístico. Solicitou que a Assembléia manifestasse, com seus aplausos, apoio e simpatia à iniciativa posta em prática nos dois aludidos Estados.

O Sr. HILDEBRANDO CLARK solicitou que a Assembléia exprimisse, com uma salva de palmas, a sua satisfação pela eleição do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES para a presidência da Academia Brasileira de Letras.

A Assembléia aprovou, de pé e sob palmas, u'a moção de congratulações ao Interventor PEDRO LUDOVICO, bem como de agradecimento pelas atenções de que vinham sendo alvo os estatísticos reunidos em Goiânia.

O Sr. BRAGA SOBRINHO pediu a aprovação da Assembléia para um voto de agradecimento ao Sr. VIRGÍLIO COSTA, tesoureiro da S. B. E., salientando então o Sr. BENEDITO SILVA, secretário geral, que um voto de agradecimento é a mais modesta homenagem que a Assembléia pode prestar à dedicação e eficiência com que o Sr. VIRGÍLIO COSTA vem desempenhando as funções de tesoureiro da Sociedade

Passando à ordem do dia, anunciou o presidente que se ia proceder à eleição da diretoria para o período Julho de 1942 a Julho de 1944. Propôs o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS a reeleição da diretoria atual, que reúne nomes de real valor intelectual e moral e que tem conseguido, com dedicação e inteligência, vencer os obstáculos que, habitualmente, caracterizam os primeiros anos de vida das sociedades da natureza da S. B. E., entre os quais o natural desinteresse do nosso meio. A proposta foi aprovada por aclamação. O Sr. BENEDITO SILVA, secretário geral, agradecendo, em nome da diretoria, a proposta do Sr. TEIXEIRA DE FREITAS e a manifestação da Assembléia, pediu, entretanto, que o cargo de secretário geral fôsse excluído da proposta de reeleição e indicou, para exercê-lo, o nome do Sr. WALDEMAR LOPES. Este agradeceu a lembrança, salientando que a proposta, do Sr. TEIXEIRA DE FREITAS já fôra aprovada e por aclamação. Implicava êsse fato, portanto, no reconhecimento, de que era o primeiro a participar, do brilho com que o Sr. BENEDITO SILVA vinha exercendo as funções de secretário geral da Sociedade. Anunciou o presidente que o mandato da atual diretoria ficara renovado até Julho de 1944.

A Assembléia aprovou um apêlo aos diretores dos Departamentos Estaduais de Estatística no sentido de: a) promoverem a criação, nos respectivos Estados, de "Centros de Estudo", filiados à S. B. E., à semelhança do que já fizera o D. E. E. de São Paulo; b) promoverem uma campanha para o aumento do corpo social da S. B. E. nos respectivos Estados, visando, especialmente, a admissão de maior número de sócios coletivos.

Finalmente, o Sr. ROBERTO DE PAIVA MEIRA, ao encerrar a sessão, salientou que estava certo de interpretar o pensamento de todos os associados pedindo um voto de agradecimento à diretoria da S. B. E., que tão bem vem dirigindo os destinos da Sociedade.

Por lembrança do Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, essa manifestação se dirigiu também a D. SÍLVIA DE SOUSA BARROS, encarregada da Secretaria, cuja operosidade e inteligência todos reconheciam.

A S. B. E. fez distribuir, durante os trabalhos da Assembléia, em *plaque*

composta e impressa nas oficinas gráficas do I B G E, um estudo de autoria do Professor **GIORGIO MORTARA**, intitulado *Interpretação e análise de algumas estatísticas do ensino primário no Brasil em relação com os resultados do censo de 1940*

O ilustre sócio da S B E., consultor técnico da Comissão Censitária Nacional, retoma as observações do Sr **M A TEIXEIRA DE FREITAS**, diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, constantes das comunicações apresentadas à Sociedade sobre os problemas da evasão escolar e da dispersão demográfica no país, e renova, sobre a base dos resultados preliminares do censo demográfico de 1940, algumas das análises constantes daquelas comunicações Estimativas da população em idade escolar, dados da instrução primária em relação com a população total e com a população em idade escolar, são os aspectos examinados pelo Professor **MORTARA**, que, por fim, apresenta várias conclusões dignas de serem apreciadas com interesse e atenção, dada a autoridade de quem as emite

AS MANIFESTAÇÕES DE APRÊÇO DAS AUTORIDADES E DO POVO DE GOIAZ

O contacto dos participantes das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia e, bem assim, dos convidados do I B. G E com as autoridades e o povo de Goiânia, foi o mais cordial e deu ensejo a várias demonstrações de aprêço e de reconhecimento

Entrando em território goiano, a caravana começou a receber cumprimentos de delegações compostas de pessoas gradas das localidades da margem da linha férrea, havendo em Goiandira discursado, como representante das autoridades locais, o Sr **BENEDITO PIMENTA**, funcionário da Estrada de Ferro Goiaz Em nome dos viajantes, agradeceu o Sr **MÁRIO MELO**, delegado de Pernambuco ao Conselho Nacional de Geografia

Logo no dia seguinte ao da chegada da grande caravana do Instituto, foram todos ao Palácio das Esmeraldas, em visita ao Sr Interventor Federal, sendo recebidos pelo Chefe do Governo e pela Sra **PEDRO LUDOVICO**, presentes também outras pessoas gradas

Em nome dos visitantes, o coronel **LÍSIAS RODRIGUES**, representante do Ministério da Aeronáutica nos colégios dirigentes da entidade, pronunciou o seguinte expressivo discurso:

"O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem a honra e o prazer de vir trazer a Vossa Excelência suas mais sinceras e cordiais saudações Ao mesmo tempo, deseja fazer chegar

a Vossa Excelência o aplauso sincero, vibrante, aquele que vem do fundo do coração emocionado, pela obra gigantesca que Vossa Excelência vem realizando no Brasil Central, obra que coloca Vossa Excelência entre os maiores vultos dos construtores de nossa nacionalidade

O ruído do trabalho intenso dessa obra ciclônica, já ecoou por todos os recantos do Brasil, e de todos eles os brasileiros jubilosos voltam-se para Vossa Excelência para aplaudí-lo calorosamente pela patriótica obra que Vossa Excelência realiza Se Vossa Excelência nem sempre ouve esse aplauso de incitamento e agradecimento, é que Vossa Excelência não se contentou em sonhar, projetar e construir uma nova capital para seu Estado, mas, é também um dos seus obreiros mais ardorosos

Nessa empreitada de titãs a que Vossa Excelência se devotou, cercado de um pugilo de homens de ação, por certo Vossa Excelência há-de ter encontrado embaraços, aborrecimentos, tropeços de toda classe postos no caminho de Vossa Excelência por pessoas que nem por sombra avaliam o valor imenso dessa linda cidade, o que ela representa para o Brasil Central onde está plantada como um poderoso facho de civilização

Vossa Excelência por certo não se admira e com certeza sabia que as grandes obras, aquelas que fixam um marco balizador na estrada do progresso de uma nação, não se fazem sem que seus autores sofram a têmeia necessária à rigidez máxima da vontade do idealizador

Goiânia, Excelência, não será somente uma capital do rico Estado central de nossa Pátria. Goiânia não será apenas o atestado material de que em todos os tempos o Brasil teve homens capazes de feitos ciclônicos! Goiânia, Excelência, dentro de um lapso de tempo reduzidíssimo será o centro cultural, econômico e industrial mais importante de todo o Brasil que não é litorâneo, um foco poderoso de irradiação e atração, cujo valor só poderá ser excedido pela maravilha que é São Paulo! Já estamos sentindo o poderoso influxo desta cidade que Vossa Excelência em 5 anos levantou As ferrovias alongam-se para alcançá-la e ultrapassá-la, buscando centos novos de produção de valor incontestes; como se fôsse uma eclosão de nova espécie, as rodovias anseiam por lançá-las para todos os quadrantes, em busca de redes rodoviárias já existentes, abindo novas possibilidades para regiões ricas do Estado, ermas de meios de transporte, tentando até fixar a espinha dorsal rodoviária do Brasil; as aerovias preparam-se para gisaí nos céus novos caminhos para outras regiões de difícil acesso a fim de dar maiores possibilidades a eles e fazerem de Goiânia, talvez, o maior centro aeronáutico do país!

Vendo as consequências dietas e imediatas dessa obra que Vossa Excelência levantou, e as perspectivas assombrosas para o Brasil Central que dela decorrem, o I B G E piazeroso deseja reunir nos seus aplausos sinceros a Vossa Excelência os de todos os brasileiros que amam sua Pátria!

Ao Dr **PEDRO LUDOVICO**, nosso aplauso "

Discursou após, em agradecimento, o Interventor **PEDRO LUDOVICO** Falando de improviso, S Excia começou por acentuar o muito que o desvanecia e emocionava a visita dos presentes a Goiânia, pois que representava, antes de tudo, um fecundo intercâmbio cultural do Brasil litorâneo com o Brasil mediterrâneo. Ressaltou, em seguida, a sua emoção e contentamento pela presença dos representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, — contentamento e surpresa que não são apenas do governo, mas de todo o povo goiano, que, por muito tempo esque-

cido, não se habituara a atitudes dessa natureza. Hoje em dia, porém, a "Marcha para o Oeste" não é apenas uma conceituação teórica, mas um fato que se constata a cada momento e que enche de júbilo os corações brasileiros, porque representa um fenômeno político e social do maior alcance para o progresso e desenvolvimento do nosso *hinterland*.

O Interventor PEDRO LUDOVICO teve ainda palavras de particular apreço para o Sr TEIXEIRA DE FREITAS, secretário geral do I.B.G.E., cuja figura exaltou, como grande animador das iniciativas ligadas ao "batismo cultural" de Goiânia "É muito justo" — disse ainda S. Excia. — "que eu a êle me dirija em particular, agradecendo-lhe essa patriótica iniciativa de reunir em Goiânia todos os que aqui se encontram neste momento e que trouxeram de cada recanto da Pátria um abraço amigo para o Estado mediterrâneo"

Também de improviso, falou em seguida o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS, cujo discurso foi o seguinte:

"Estou quebrando o protocolo Mas S Excia o Sr Interventor autorizou-me a quebrá-lo e tal autorização constitui, para mim, uma ordem

Prevaleço-me, então, dêste ensejo que me proporciona a magnanimidade de S Excia para cumprir um duplo dever

O primeiro é o de agradecer as palavras generosas que acabamos de ouvir, a respeito de quem nada mais fez do que desempenhar com dedicação suas funções regulamentares

O segundo é dizer da alegria e do regozijo com que colaborou nos preparativos destas solenidades cívicas o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que aqui está presente em espírito e que só motivos de força maior impedem que aqui realmente esteja, honrando estas delegações com a sua chefia Essa, de resto, a única razão por que o secretário geral levanta a sua voz, para, em nome da direção do I.B.G.E., da sua Secretaria Geral, dizer da satisfação e do orgulho que sente por ver que seu gesto foi compreendido pelo ilustre governador desta terra, pelo eminente guia do povo goiano e por toda a população dêste glorioso Estado e desta magnífica cidade

Não nos orientou, em tal iniciativa, qualquer interesse de ordem regional, não tivemos qualquer preocupação de ordem subalterna. Pensamos unicamente no Brasil e, por pensar no Brasil, teríamos de, necessariamente, pensar em Golas, porque Golas é a expressão viva do Brasil, é o Brasil resumido neste deslumbrante âmbito geográfico, cuja nova capital surge no próprio coração da Pátria

Porque, em verdade, Goiânia, esta cidade magnífica, simboliza, nesta hora, o Brasil único, o Brasil das metrópoles litorâneas unido ao Brasil mediterrâneo

E nós, que sentimos as necessidades do país, achamos que era nosso dever trazer a esta grande metrópole representantes de todas as outras unidades da Pátria, cuja união fará do Brasil a Nação que o Brasil deve ser

Cumprimos um grande dever e é com satisfação imensa que vemos que a nossa atitude foi compreendida por um grande brasileiro, o brasileiro que mais profundamente compreendeu o sentido do Estado Novo, aquele que levantou mais alto a bandeira da renovação do Brasil — o Interventor PEDRO LUDOVICO.

Meus senhores: saudemos, também, com uma grande salva de palmas, a figura da mulher goiana representada na pessoa nobilíssima da Senhora PEDRO LUDOVICO."

No dia 4 de Julho realizou-se na sede do Automóvel Clube o grande baile oferecido pelo governo do Estado, para o qual foram convidados todos os caravaneiros do I.B.G.E., o mesmo ocorrendo quanto ao banquete, no dia seguinte, já referido na notícia das festas de 5 de Julho. Foram ainda convidados aos *cocktails* oferecidos no Palácio das Esmeraldas ao arquiteto CORREIA LIMA, autor do plano urbanístico de Goiânia, e no Automóvel Clube a outras personalidades presentes à inauguração da capital.

Especialmente significativa foi a homenagem do prefeito da cidade, Professor VENERANDO DE FREITAS BORGES, constante de lauto almôço íntimo realizado no salão de festas do Automóvel Clube, com a presença do Sr Interventor Federal, da Sra. PEDRO LUDOVICO e de muitas outras pessoas gradas.

A sobremesa, num ambiente de viva cordialidade, o jovem e ilustre edil pronunciou o seguinte discurso:

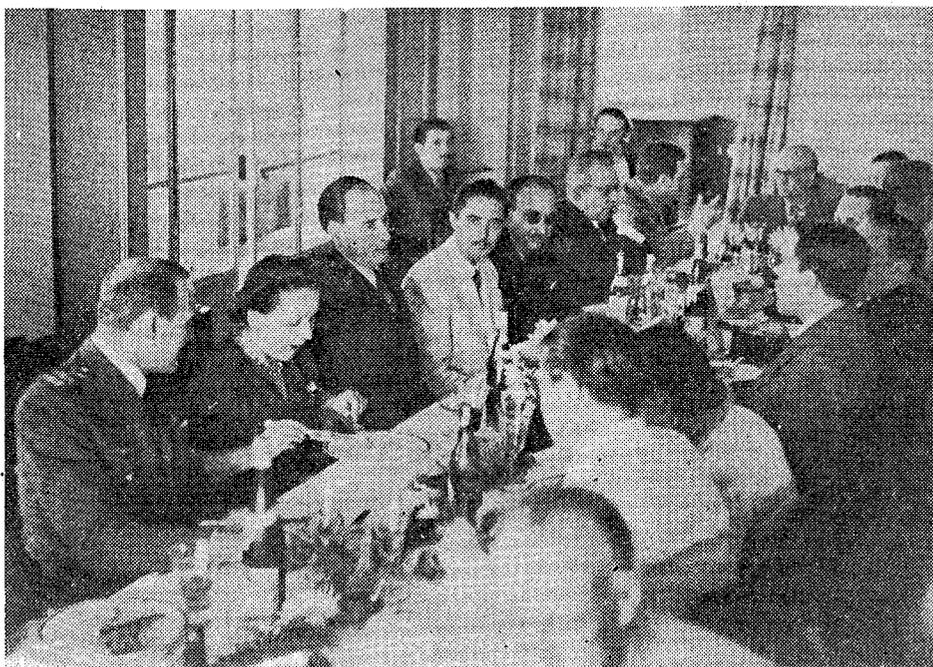
"Acostumado, já, ao vosso contacto amigo, fácil e agradável toina-se-me a tarefa de vos falar Quando há conhecimento e quando esse conhecimento se alicerça na cordialidade, então há confiança e consequentemente a certeza de sermos compreendidos em nossas intenções

Nada mais significa este almôço que a gratidão de Goiânia aos representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pela sua patriótica atuação e pelos brilhantes resultados obtidos em sua ingente tarefa de estudar o Brasil sob vários aspectos

A vós, que deveis partir para outras plagas, para outras terras dêste imenso e querido Brasil, temos apenas a dizer que, aqui, no centro-oeste, fica um povo cheio de esperanças, cheio de amor à glêba natal e sobretudo certo de que os destinos, os grandes destinos reservados à nossa Pátria, serão alcançados E disso Goiânia é eloquente e expressiva afirmação e uma prova irrefutável de que devemos confiar no futuro, confiando na capacidade de realização de nossos homens

Como naqueles tempos bíblicos, quando a singeleza do trato era ainda possível, tiramos do fundo da terra as nossas riquezas para agrado dos vossos olhos; buscamos, dentre os nossos rebanhos, os mais soberbos exemplares, para vo-los mostrar; colhemos, nas vastas searas, as melhores espigas e os melhores produtos da lavoura para atestar a uberidade do solo; escolhemos, dentre o que possuímos, as mais encantadoras e mais substanciosas produções do espírito para que soubésseis de nossa inteligência. Tudo isso fizemos com alegria e de bom grado, porque a nossa ingenuidade confiante nos ensinava que os ilustres visitantes haveriam de aquilatar o nosso esforço e comunicar conosco o imenso prazer que a inauguração de nossa capital representa E agora, numa harmonia plena de sentimentos, dirigentes e dirigidos participamos desta mesa, porque o trabalho tanto dignifica o chefe, como enaltece o subalterno

Esta homenagem se estende, portanto, a quantos batalharam por êste certame magnífico, que foi o batismo cultural de Goiânia Atinge aos que conceberam a idéia e aos que a executaram.



Algumas das personalidades presentes ao grande almoço íntimo oferecido pelo prefeito VENERANDO DE FREITAS à caravana do I G B E

Eis porque não nos é possível deixar esquecidos, sem nenhuma referência, os funcionários de todas as categorias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e que se acham presentes neste almoço. É que também eles, dentro de sua órbita, de seu campo de atividade, são indispensáveis colaboradores e portanto chefes.

Rendo, pois, nesta hora, as minhas homenagens a esses obreiros incansáveis, que deram seu concurso, que, de qualquer forma, trabalharam para que os festejos inaugurais desta capital se revestissem de gala e se transformassem nesta apoteótica demonstração de civismo, de que o Cinco de Julho foi a culminância.

O sejtanejo não esquece a mão amiga que o afaga. O Oeste sempre se lembrará de que foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o primeiro a ouvir a sua voz, a traduzir os seus anseios de integração na Pátria; o primeiro a confortá-lo e a estimulá-lo na luta contra a distância, os obstáculos ambientes, pela civilização.

Em nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística discursou, agradecendo, o Sr LUIZ NUNES BRIGGS, representante do Ministério da Justiça no C N E e, assim, do substituto do presidente da entidade, junto à Assembléia Geral daquele Conselho.

O Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS ergueu um brinde à Exma Sra. D GERCIANA BORGES TEIXEIRA, esposa do Chefe do Governo de Goiás.

Nas *terrace*s do elegante clube goianiense onde se realizou o almoço, o Sr CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO fez uma saudação ao Prefeito VENERANDO DE FREITAS, entregando-lhe um exemplar especial do documentário *Goiania*, editado pelo Conselho Nacional de Geografia.

Tomando a seu cargo o agradecimento do governador da cidade, o Interventor PEDRO LUDOVICO disse que o fazia para ressaltar o relêvo da cooperação do secretário geral do C N G para o maior brilho do "batismo cultural" de Goiânia, cooperação entusiástica e que mais se acentuou desde a visita pelo mesmo feita à nova capital, em Maio passado.

Aproveitou ainda o Sr PEDRO LUDOVICO a oportunidade para ressaltar os serviços que, no setor da publicidade, haviam sido prestados pelo Sr. CÂMARA FILHO, diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.

Falou ainda o Sr M. A. TEIXEIRA DE FREITAS para agradecer, de maneira especial, a atuação do Sr SEGISMUNDO MELO, da comissão de hospedagem aos visitantes, acentuando a fidalguia de maneiras daquele alto auxiliar da administração goiana.

Outras mútuas efusões de simpatia e apreço tiveram lugar no dia seguinte, por ocasião da visita de despedidas ao Sr Interventor Federal, quando a S. Excia foi oferecida uma coleção completa das publicações editadas pelas duas alas permanentes do I B G E, bem como de publicações outras que haviam sido distribuídas na Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística.

O Sr M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, em discurso então pronunciado, fez entre-

ga de um trabalho especialmente executado pela Secretaria Geral do I. B. G. E., contendo, em forma de fichas, os principais dados estatísticos referentes ao Estado de Goiaz. E, expressando os mais calorosos agradecimentos de todos quantos o Instituto levava a Goiânia, pelas demonstrações de hospitalidade e gentilezas constantes do governo e do povo, fez referências expressas a alguns auxiliares principais da administração que mais se haviam destacado, nesse particular, entre os quais os Srs. JOSÉ LUDOVICO DE ALMEIDA, HILDEBRANDO VELOSO, JOSÉ NEDERMAYER, WELLINGTON SEABRA GUIMARÃES, MAJOR ALBUQUERQUE SILVA e o industrial CARLOS DE FREITAS.

O Sr. LEITE DE CASTRO falou, depois, sôbre as ofertas que o Conselho Nacional de Geografia fazia ao Sr. Interventor Federal. O chefe do governo goiano, logo em seguida, teve palavras de grande consideração para os visitantes, a todos desejando feliz regresso

Ainda outro cordial encontro verificou-se, às 20 horas, no salão do Grande Hotel, onde a direção do I B G E ofereceu um Pôrto-de-honra aos Srs. VENERANDO DE FREITAS, CÂMARA FILHO e CARLOS DE FREITAS, trocando-se amistosos brindes.

Na viagem de regresso, os ibgeanos ainda tiveram demonstrações da hospitalidade goiana, através de ofertas de frutas enviadas ao trem especial da Estrada de Ferro Goiaz pelos prefeitos de Pires do Rio e Goiandira. Obsequiou-os também na primeira daquelas cidades o pároco local

OUTRAS NOTAS

Instituto Histórico de Goiaz — Prestando uma homenagem ao Sr. Presidente da República, o Instituto Histórico de Goiaz realizou solene sessão cívica, sob a presidência do Sr. Interventor Federal.

O presidente do Instituto, Sr. COLEMAR NATAL E SILVA, Procurador Geral do Estado, pronunciou o discurso oficial, a propósito da eleição do Sr. GETÚLIO VARGAS para sócio grande benfeitor daquele sodalício, bem como dos Srs. Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES e General Sousa DOCCA para sócios honorários

Presente à sessão o brigadeiro do ar HEITOR VARADI, foi pelo Instituto incumbido de fazer a entrega do diploma ao Chefe da Nação.

Faculdade de Direito de Goiaz — A Congregação da Faculdade de Direito

de Goiaz concedeu o título de doutor *honoris causa* aos Srs. LUIZ SIMÕES LOPES, presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, secretário geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e BENEDITO SILVA, professor e jornalista goiano.

Para fazer entrega dos respectivos diplomas aos dois últimos, pessoalmente, a Congregação realizou uma sessão solene na sede do Automóvel Clube de Goiaz, na noite de 7 de Julho.

Assumiu a presidência o Sr. Interventor PEDRO LUDOVICO, a convite do diretor da Faculdade, Professor BORGES DOS SANTOS.

Em nome da Congregação, discursou o Professor MAXIMIANO MATA TEIXEIRA, que enalteceu os homenageados.

Em seguida, os Srs. BENEDITO SILVA e TEIXEIRA DE FREITAS falaram, em agradecimento, e discorrendo, ambos, sôbre assuntos de relevância científica e social.

Exposição de Produtos Regionais — Nos stands dos 54 municípios goianos na Exposição de Produtos Regionais, promovida pelo governo de Goiaz por intermédio do Departamento das Municipalidades, encontrava-se farta e variadíssima demonstração da riqueza do Estado em vários minerais, no reino vegetal e na pecuária, bem como do desenvolvimento de múltiplas manufaturas.

Foram sem conta e sempre muito interessantes os frutos da habilidade da população nas artes típicas regionais e rica também a documentação folclórica apresentada.

A Exposição foi apreciadíssima pelos membros das diversas delegações regionais, que nela tiveram uma visão de conjunto do potencial econômico, das atividades e dos costumes do Centro-Oeste do país, região até pouco antes tão ignorada.

Exposição de Pecuária — Promovida pela Sociedade Goiana de Pecuária, sob o patrocínio do governo estadual e do Ministério da Agricultura, realizou-se nos dias 2, 3 e 4 de Julho a Primeira Exposição de Pecuária de Goiaz, alcançando completo sucesso.

Apesar das dificuldades de transporte, compareceram 64 fazendeiros de 15 diferentes municípios, apresentando 264 animais assim distribuídos: 111 bovinos do tipo Indubrasil; 84 da raça Gir; 29 da raça Guzerath; 3 da raça Nerole; e 37 animais de espécies e raças diversas.

O julgamento dos concorrentes foi feito por uma comissão de técnicos do Departamento Nacional da Produção, do Ministério da Agricultura.

Aero-Clube de Goiaz — Participou o Aero-Clube de Goiaz da temporada cívica e cultural que assinalou a inauguração oficial de Goiânia, concentrando todos os pilotos diplomados pelas suas cinco Secções, localizados em diferentes pontos do Estado, e procedendo à entrega de diplomas a mais dezoito jovens.

No campo de pouso de Goiânia os pilotos foram apresentados aos Srs. PEDRO LUDOVICO, Interventor Federal no Estado, e coronel LÍSIAS RODRIGUES, representante do Ministro da Aeronáutica, realizando-se, a seguir, várias provas de paraquedismo.

O Aero-Clube ofereceu um *cocktail* na sede do Automóvel Clube de Goiaz, achando-se presentes várias personalidades do mundo oficial.

Cinco de Goiânia — A contribuição dos atletas goianos para os festejos inaugurais da nova capital consistiu na realização de interessantes provas de corridas de 2 000 metros a pé, de bicicleta de passeio, de bicicleta de passeio para crianças e de bicicleta de corrida.

Participação da mocidade acadêmica — Foi grande o interesse despertado no seio da mocidade das escolas superiores do país em torno do "batismo cultural" de Goiânia, promovendo-se o comparecimento de várias delegações de estudantes.

No mesmo trem especial que transportou a caravana do I.B.G.E., viajou para Goiânia a Embaixada Acadêmica Ari Franco, de alunos da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Estiveram também em Goiaz, durante as cerimônias da inauguração de sua nova capital, a Embaixada Pedro

Ludovico, composta de alunos da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, e a Embaixada Universitária Fluminense, da Faculdade de Direito de Niterói.

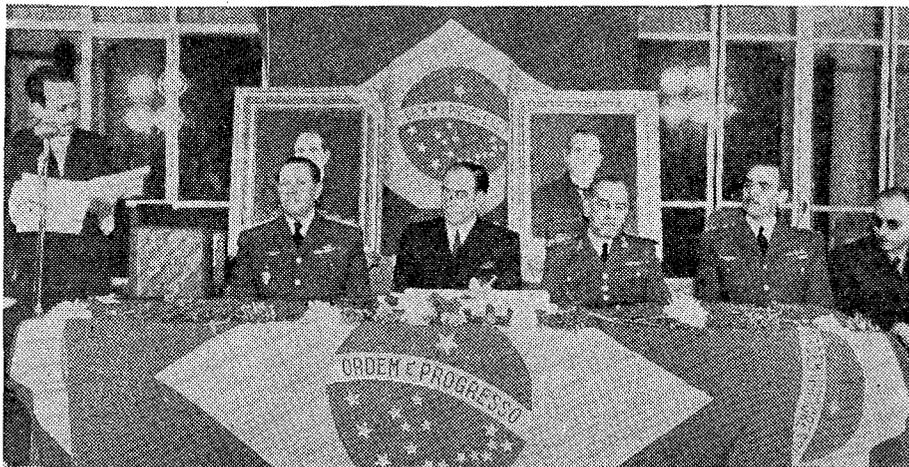
Homenagem ao urbanista Correia Lima — O Interventor PEDRO LUDOVICO convidou o arquiteto CORREIA LIMA, autor do plano de construção de Goiânia, a participar dos festejos inaugurais da nova metrópole e rendeu ao referido técnico uma expressiva homenagem, no dia 7 de Julho.

Servido *cocktail* a grande número de pessoas gradas do Estado e de todo o país, que então se encontravam na cidade, discursou em nome do governo o Sr. RODRIGO DUQUE ESTRADA, Procurador do Estado de Goiaz junto ao Governo Federal.

Falaram ainda, exaltando a personalidade do homenageado, os Srs. CARLOS DE FREITAS e SOLON DE ALMEIDA, tendo o arquiteto CORREIA LIMA respondido em expressiva oração.

Mensagem do "Civilizado dos Sertões" — O general CÂNDIDO RONDON dirigiu ao presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em Goiânia, a seguinte mensagem.

"Digne-se V. Excia, com seus ilustrados e distintos colaboradores, Dr. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS e Dr. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, receber os meus efusivos e entusiásticos aplausos pelo estrodo êxito da cooperação patriótica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na organização, direção e execução das solenidades cívicas para efetivação da inauguração da nova capital do Estado de Goiaz, e simbólico batismo cultural de Goiânia. Vossa Excelência preside assim a maior festa de brasilidade que até hoje o Brasil celebrou no coração do seu vastíssimo e incomparável território. Quero estar presente, acompanhando aqueles dois ímpares cooperadores das solenidades que neste momento ecoam por todos os quadrantes, seita a dentro, repetindo os nomes dos ímpávidos bandeirantes, descobridores da região que hoje se engalana espiritualmente para receber os embaixadores da metrópole da



Aspecto da sessão realizada pelo Instituto Histórico de Goiaz, vendo-se na tribuna o Sr. COLEMAR NATAL E SILVA, presidente daquele sodalicio

República, os quais, em nome do glorioso chefe da Nação, apresentam ao seu benemérito representante, o dinâmico e bravo Interventor Dr. PEDRO LUDOVICO, calorosas aclamações cívicas pela sua inconfundível e firme iniciativa de executar o velho projeto do valoroso e intrépido Presidente da Província, que, em 1863, sonhou com a mudança da capital do oeste, onde BARTOLOMEU BUENO fincou a tradicional cruz da descoberta, batizado depois com o nome de Vila-Boa, para a margem do Araguaia. Em vez do sítio imaginado por COUVO DE MAGALHÃES, PEDRO LUDOVICO escolheu, para sede da nova capital, o centro econômico do grande Estado Central, as maravilhosas campinas daquele planalto goiano, existentes nos arredores da cidade daquele nome. Ali lançou a pedra fundamental da nova capital, há 8 anos, 3 meses e 26 dias, quanto de idade tem a faceira capital, a mais jovem de todas as cidades brasileiras. Queira receber, Sr. Embaixador MACEDO SOARES, as minhas calorosas felicitações, por mais esse triunfo da sua invejável e incomparável atividade patriótica, intelectual e moral."

Comemoração do 2 de Julho — A contribuição da Baía para os festejos do "batismo cultural" de Goiânia foi das mais expressivas. Tendo participado do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação por intermédio do Sr. ANTONINO DE OLIVEIRA DIAS, diretor do Departamento de Educação do Estado e que se tornou uma das figuras destacadas do certame, a Baía enviou ainda às festas inaugurais da nova metrópole, além dos Srs. AFRÂNIO DE CARVALHO e LAURO SAMPAIO, delegados aos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia, dois outros ilustres representantes, os Srs. RENATO BIÃO DE CERQUEIRA, chefe do Gabinete da Interventoria, e BERBERT DE CASTRO, diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.

Por outro lado, foi das mais expressivas a representação baiana na Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística.

Correspondendo a essas e outras manifestações de alto aprêço, o governo de Goiaz decidiu comemorar, com uma significativa homenagem à delegação baiana, a grande data de 2 de Julho.

Em sessão solene, sob a presidência do Sr. Interventor PEDRO LUDOVICO e com a presença de altas autoridades civis e militares, o desembargador DARIO DÉLIO CARDOSO, presidente do Tribunal de Apelação de Goiaz, realizou uma palestra cívica sobre o notável acontecimento histórico que se festejava. Ao encerrar sua oração, prestou uma homenagem especial ao Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, baiano, cujo nome indicava para "cidadão de Goiânia".

Em nome da delegação do Estado da Baía, discursou o Sr. RENATO BIÃO DE CERQUEIRA, tendo sido as suas palavras calorosamente aplaudidas.

Todas as principais solenidades do "batismo cultural" de Goiânia foram irradiadas pela Rádio Clube Goiânia, em fase de experiências.

Várias dessas solenidades foram também filmadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e empresas particulares.

O BRASIL NA GUERRA

Ao circular o presente número da REVISTA, o Brasil está vivendo um dos momentos mais graves de sua evolução histórica, processada, ao longo de quatro séculos, sob o signo dos melhores ideais de pacífico entendimento entre os povos de boa vontade. As covardes e traiçoeiras agressões levadas a efeito, sem que nada as justificasse, contra os navios brasileiros, constituíram provocações em face das quais não se poderia manter indiferente a dignidade nacional, por maior que fosse o nosso empenho em preservar o país de uma participação direta no conflito em que ora submergem tantos valores da civilização humana.

O Brasil tinha, por força, de colocar-se à altura dos acontecimentos e oferecer aos atentados nazi-fascistas a reação imposta pelas suas tradições de povo livre e pelos ideais de sobrevivência a que servem as nações em luta contra as forças do mal desencadeadas pelos regimes de egoísmo e violência. Porisso mesmo, a atitude do governo,

ao reconhecer o estado de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras — ou sejam a Alemanha e a Itália — teve uma significação das mais altas e profundas; refletiu, antes de tudo, o sentimento unânime da comunhão brasileira tocada de justa revolta e disposta a todos os sacrifícios para que saibamos ser dignos de nós mesmos e mantenhamos intangível a flama de nossa soberania.

Na Junta Executiva Central do C N E — A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, órgão de direção do I. B. G. E., em reunião verificada logo após a entrada do Brasil na guerra, aprovou, num ambiente de profunda emoção cívica, dois votos dos mais expressivos sobre o momento que o país atravessa.

O Sr. JOÃO DE LOURENÇO, representante do Ministério da Fazenda, proferiu vibrante discurso de condenação ao covarde torpedeamento dos navios brasileiros e concluiu pedindo fosse

prestada a homenagem de um minuto de silêncio à memória das vítimas.

Pelo secretário geral do I. B. G. E., Sr M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, foram pronunciadas algumas palavras acerca da situação e ressaltado o dever que a todos incumbe, e, em particular, à comunidade estatística, de bem servir ao país, com devotamento e espírito de renúncia, nesta hora grave dos seus destinos

A esse respeito, foi inserto na ata dos trabalhos um voto de absoluta confiança na esclarecida atuação do governo da República, voto esse transmitido ao presidente GETÚLIO VARGAS pelo Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES no seguinte expressivo telegrama.

"Tenho a honra de comunicar a Vossa Excia. que a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, hoje reunida em caráter extraordinário, aprovou, num instante de viva emoção cívica, um voto de absoluta confiança no eminente Chefe, que saberá, com clarividência e firmeza, guiar o Brasil ao caminho da vitória, na luta contra as forças da destruição. Os estatísticos brasileiros aguardam as ordens de Vossa Excia. neste grave momento da vida nacional. Respeitosas saudações."

Proclamação aos geógrafos — O presidente do Instituto e dos seus Conselhos, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, dirigiu vibrante proclamação aos geógrafos do Brasil, a propósito do papel que lhes cabe, no esforço de guerra do país

É o seguinte o teor desse expressivo documento

"UNIÃO — Na hora grave que vivemos, quando o Brasil se levanta em reação à brutal agressão de que foi vítima, constitui imperativo nacional a união de todos os brasileiros. O Brasil necessita mobilizar as suas forças — materiais e morais — para vencer essa onda de ignomínia e perversidade que, no seu processo violento e desumano, depois de ensanguentar alhures nações alheias ao dissídio, acaba agora de atingir em cheio o nosso Brasil, roubando-lhe vidas numerosas e caras e tentando sustar-lhe o ritmo de progresso surpreendente

Cumpre que os brasileiros, numa compreensão exata do mal externo — aquele que fere a Pátria comum — esquecidos de quaisquer divergências, apartados das dissensões pessoais, formem um bloco só, coeso, impenetrável, resistente

Os obreiros da geografia nacional, esses admiráveis técnicos da descrição da Pátria que, em todo o tempo, tem seus labores no solo fixados, hão de ser necessariamente líderes da coesão nacional, tão nítida lhes é a imagem do Brasil, tão grande o carinho que devotam à terra palmilhada, tão sentido e compreendido lhes é o território brasileiro nas suas dimensões, nos seus encantos, nas suas possibilidades

Geógrafos! Cabe-vos a mais alta missão: dizei aos vossos irmãos como é a nossa terra, desvendard-lhes os segredos dos nossos recursos naturais e conduzi-los à convicção crescente de quanto é grandioso o patrimônio a defender!

Avante, geógrafos, em defesa do Brasil!

DEVOTAMENTO — É penosa a pesquisa geográfica. Desenvolve-se *in natura*, longe dos núcleos povoados, valendo-se somente dos recursos que os operadores eles próprios conduzem. Luta sempre o obreiro da geografia: as matas lhe dificultam a marcha, o rio coita a sua caminhada, as escarpas lhe impõem a ascensão perigosa, os animais ferozes o atacam, os insetos lhe transmitem doenças, as tempestades o atingem desprotegido, o isolamento lhe enche a alma de nostalgia

Porém, agora mais do que nunca o Brasil necessita da geografia, valiosa auxiliar que é da estratégia, porque o plano das manobras táticas depende muito do conhecimento preciso do terreno em que se há-de desenvolver. Daí a importância da colaboração dos geógrafos na hora presente

Geógrafos! Em bem do Brasil, caminhadas, cansaços, dificuldades, doenças, intempérics, nostalgias, tudo haveis de dominar com a vossa energia patriótica, afim de que, executando com inexcedível devotamento as tarefas que vos couberem, sem medir sacrifícios de qualquer espécie, proporcioneis às autoridades competentes um melhor conhecimento do território brasileiro!

VIGILÂNCIA — Na guerra moderna surgiu uma nova arma, a chamada "quinta coluna". Pior de todas as armas, porque as outas significam o choque franco de homens e de máquinas conduzidos por uma convicção, ao passo que ela é a subversão das consciências, fere fundo a moralidade das gentes, é capciosa, traiçoeira, abominável, não luta, antes dissolve, destrói sem aparecer, é como o micróbio ignóbil a corioei o organismo viúil, agindo dentro dele mesmo, escondido, desaperecebivelmente, miseravelmente, ingloriamente, paulatinamente até a eclosão moital das fraquezas e falecimentos

É necessária toda vigilância para invalidar a atuação manhosa e sutil do ignóbil "quinta colonista"

Alerta! Sempre alerta, geógrafos do Brasil!

Vós sois dos mais visados por essa arma nova, porque o inimigo precisa conhecer as características e as possibilidades do território cobijado

Alertai-vos se encontrardes no vosso caminho "colegas", cujos trabalhos de campo não apresentem justificativa clara; procurai direta ou indiretamente saber-lhes a nacionalidade, a região que estudariam ou levantariam, os trabalhos que realizariam e para que fim, e, tal seja o resultado das vossas sindicâncias, denunciad-os às autoridades competentes

Alertai-vos também quanto ao sigilo das informações geográficas. Os súditos dos países em guerra com o Brasil não deverão ter entrada nos vossos gabinetes, nem consultar por vosso intermédio documentos geográficos, nem participar das vossas conversações técnicas. Mais ainda, deveis usar do máximo cuidado no proporcionar a terceiros informações sobre o nosso território: a consulta a documentos deverá quanto possível ser registrada, de modo a saber-se em qualquer tempo quais pessoas se interessaram por determinados estudos e regiões; informações que, pela sua natureza e importância, mereçam certa reserva, deverão ser encaminhadas somente às autoridades do país

Geógrafos do Brasil!

Unidos, devotados e vigilantes, haveis de constituir uma das falanges valorosas de que o Brasil precisa para sua defesa."

Campanha Ibgeana pela Vitória — Imediatamente após a entrada do Brasil na guerra, os funcionários da Secretaria Geral do Instituto lançaram uma campanha patriótica no seio de todos os servidores da entidade, inclusive das suas repartições estaduais e municipais, e ainda dos serviços estatísticos oficiais e privados que lhe são ou não filiados, em todo o país

Em promoção à direção superior do Instituto, aqueles servidores expressaram, em termos vibrantes, os propósitos de uma colaboração permanente, concreta e decisiva aos trabalhos da defesa do país, ansiosos por assegurar, na esfera de sua especialização e no limite de sua capacidade, a cooperação que se fizer necessária, neste momento histórico da vida nacional

Tanto o diretor da Secretaria Geral, como o secretário geral do Instituto, êsse também em nome do presidente, deram o seu entusiástico apoio à iniciativa. Foi eleita, por processos democráticos, uma comissão coordenadora, com a incumbência de promover a criação de comissões regionais e articular o movimento com a Legião Brasileira de Assistência e os empreendimentos semelhantes.

São os seguintes os objetivos da Campanha Ibgeana pela Vitória: a) mobilizar, num grande movimento nacional, as energias morais, intelectuais e materiais de quantos servem, em todo o país, nos diversos setores — estatísticos, geográficos e censitários — do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, afim de que, com o máximo de desprendimento pessoal, possam os ibgeanos contribuir eficientemente para o esforço de guerra do Brasil; b) criar na comunidade ibgeana o estado de vigilância contra os inimigos da Pátria, contribuindo para a preservação e fortalecimento de nossa unidade espiritual, como condição básica para a Vitória; c) assegurar, coordenadamente, a cooperação de todos os ibgeanos às iniciativas que, de um modo ou de outro, possam interessar à defesa do país; d) oferecer às Forças Aéreas Brasileiras um avião de guerra a ser adquirido mediante a contribuição, por parte de cada ibgeano, de importância correspondente a um dia dos seus vencimentos.

Além da comissão coordenadora central, na Secretaria Geral do I.B.G.E., haverá comissões coordenadoras regionais, nos Departamentos de Estatística dos diversos Estados e Território do Acre; comissões coordenadoras municipais, onde a importância dos respectivos serviços estatísticos e geográficos justificar a sua criação, devendo os demais municípios participar do movimento mediante a adesão dos agentes de estatística ou responsáveis pelos serviços geográficos locais; e comissões coordenadoras locais, nos demais serviços articulados no sistema do Instituto, tanto no Distrito Federal como nos Estados e Território do Acre

A Comissão Coordenadora Central, composta do diretor da Secretaria Geral do Instituto, Sr. ALBERTO MARTINS, membro nato e presidente, e dos Srs.

ANTÔNIO TEIXEIRA DE FREITAS, WALDEMAR LOPES, VALDEMAR CAVALCANTI e RAUL LIMA e D. MARIANA MOITA, dirigiu o seguinte manifesto a todos os demais servidores do I.B.G.E., no país inteiro:

“Na presente conjuntura da vida nacional, imposta pela guerra cuja semente maldita o nazi-fascismo plantou no mundo inteiro, impõe-se aos brasileiros o dever de cerrar fileiras e lutar decididamente contra as forças da destruição e da barbárie. Diante de atentados que, pelas suas características de covardia e traição inomináveis, hão de fixar-se na memória dos homens, o Brasil, não obstante a sua vocação histórica para o pacífico entendimento entre os povos, colocou-se resolutamente ao lado das nações que pagam hoje com sangue e sacrifícios o direito de ser livres

Nas circunstâncias atuais, vacilar é perder terreno e abrir caminho à invasão dos bárbaros; isolar-se ou neutralizar-se — o impossível na guerra de nossos dias — é organizar tacitamente a derrota; contemporizar é atraí-lo ao destino nacional, senão o destino dos povos civilizados. E tais aforismos adquirem mais evidente significado em relação a quantos se dedicam, entre nós, a tarefas de interesse para a defesa nacional, como é o caso dos trabalhadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Em tempo de paz, concientes de seus deveres profissionais e fiéis ao pensamento de unidade nacional que lhes inspira a tarefa quotidiana, êsses trabalhadores têm procurado servir com o máximo de dedicação e eficiência, dando tudo de si sem pensar em si, com o espírito voltado para os exemplos do passado e as necessidades do presente. Em tempo de guerra, assumem o compromisso de colaborar firmemente na obra de coesão nacional, sem poupar esforços nem sacrifícios de qualquer natureza, onde quer que se façam necessários os seus serviços, contribuindo, com a sua quota de trabalho ou sangue, para a causa da civilização ameaçada, na certeza de que o futuro da humanidade depende da coordenação e homogeneização das energias de todos os homens de boa vontade, contra o espírito de egoísmo e violência que se reflete na ação nazi-fascista

Cria-se, dessa forma, a “frente da estatística e da geografia”, onde, mobilizados voluntariamente desde logo, devemos tudo empenhar pela sobrevivência nacional, sem reconhecer limites de horários burocráticos nem regalias outorgadas em regime de paz, com o desprendimento pessoal, a paciente energia, o heroísmo obscuro e a inabalável deliberação que definem um comportamento de guerra. Os números e os mapas podem ser considerados material de guerra, indispensável à sustentação da luta, e as nossas repartições são oficinas onde, a nosso modo, teremos de fazer a guerra. De ânimo firme e espírito prevenido, obedientes aos princípios de disciplina e reserva inerentes à nossa função, temos de intensificar o ritmo de nossos trabalhos para dar uma produção de guerra, como convém aos interesses da defesa nacional e continental

Sob a inspiração desse pensamento patriótico, lança-se a Campanha Ibgeana pela Vitória, que visa estabelecer a colaboração permanente e eficaz dos servidores do I.B.G.E. no esforço de guerra do Brasil, instituindo uma nova política de trabalho e criando um espírito de vigilância capaz de discernir e esmagar as insidias da 5ª coluna

Para dar imediata execução a um objetivo prático, devemos todos, inicialmente, contribuir com a importância correspondente a um dia dos nossos vencimentos para uma Caixa Especial de Fundos destinados à aquisição de um avião de guerra para as Forças Aéreas Brasileiras

As nossas colegas dirigimos, em particular, um apêlo para que se inscrevam na Legião Brasileira de Assistência e façam cursos de emergência, enfermagem ou defesa passiva anti-aérea, afim de que possam, em quaisquer circunstâncias, prestar auxílio útil à população civil

Firmemos, assim, o nosso compromisso de honra para com a Pátria em perigo, assegurando, na esfeira de nossa especialização e no limite de nossa capacidade, a cooperação que se fizer necessária à Vitória, na luta contra o nazifascismo, enquanto não formos chamados a prestar à causa da democracia, da justiça social e da dignidade humana a colaboração do sangue e da vida."

No Serviço Nacional de Recenseamento — O diretor em exercício do Serviço Nacional de Recenseamento, Sr. RAFAEL XAVIER, dirigiu, igualmente, a seguinte proclamação ao corpo de funcionários — em número superior a mil — que exerce a sua atividade no setor censitário do Instituto

"A gravidade da hora presente impõe que esta Direção Central formule não um apêlo, mas dirija algumas considerações aos seus colaboradores que tem demonstrado, em todas as fases do desenvolvimento dos trabalhos censitários, uma nítida compreensão dos deveres que lhes competem

Espíritos assim bem formados dispensam apelos, porque sentem que os interesses da nacionalidade exigem até o sacrifício, principalmente neste momento supremo em que a Pátria, pacífica e acolhedora, se vê ferida na sua honra e soberania

Passado o primeiro instante de dolorosa estupefação e justa revolta pela brutalidade inqualificável do ataque, cada um retoma a sua tarefa, pois com redobrado ardor, certo de que todas as suas energias estão convocadas para maior glória do Brasil

Convençamo-nos de que hoje, mais do que ontem, toda função tem um profundo sentido patriótico, uma vez exercida com fé, devotamento e lealdade em qualquer setor, seja na caserna ou no campo, no escritório ou na oficina, e de que tanto pode orgulhar-se de bem servir ao Brasil o titular de alto cargo como o ocupante do mais humilde posto

E se considerarmos que a finalidade do Recenseamento consiste em melhor descobrir a situação demográfica e melhor apurar as possibilidades econômicas do país, então é que nos certificaremos da importância de nossa missão e das graves responsabilidades que nos cabem neste momento histórico, pela íntima e direta correlação daqueles objetivos com tudo quanto respeite à Defesa Nacional

A Direção Central está segura de que todos os seus colaboradores, com ela à frente — en-

quanto aguardam qualquer nova palavra de ordem do governo, que tão dignamente repeliu o pérfido atentado contra a Bandeira Nacional —, desdobrarão sua atividade nesta casa, com um afincamento e um entusiasmo cada vez maiores, no intuito de melhor cultivar os ideais de Liberdade, de Progresso e de Justiça, que, em todos os tempos, animaram de orgulhosa vibração a Alma Brasileira"

No sistema regional do Instituto — Os vários órgãos do sistema regional do I B G E tiveram, também, pronunciamentos de mais alta significação cívica, em face das superiores exigências da defesa nacional

Em Minas, por exemplo, verificou-se uma reunião conjunta dos órgãos regionais do Instituto, na qual o diretor do Departamento Geográfico, Sr. BENEDITO QUINTINO, e o do Departamento de Estatística, Sr. HILDEBRANDO CLARK, fizeram detalhada exposição sobre as providências tomadas, no sentido de serem devidamente intensificadas em ambas as repartições as pesquisas e levantamentos que interessem mais de perto à nossa mobilização bélica e econômica. Entre essas providências incluemem-se a conclusão da nova Carta do Estado, na escala de 1 500 000, e os levantamentos aerofotogramétricos dos vales do rio Doce, São Francisco e São Mateus

Na mesma reunião, usou da palavra o Sr. JOAQUIM RIBEIRO COSTA, membro da Junta Regional de Estatística, que pôs em destaque o dever que ora assiste os funcionários da estatística e geografia, de redobrar esforços visando atender integralmente às exigências da defesa do país, e propôs, com aplausos unânimes dos presentes, uma moção de segura confiança na ação do governo

Foi prestada, por fim, uma homenagem às vítimas do torpedeamento dos navios brasileiros pelos submarinos alemães

O FUNCIONALISMO CIVIL DA UNIÃO E O MOMENTO NACIONAL

Como haviam feito várias outras classes profissionais, em grandes concentrações cívicas que se sucederam nos últimos dias de Agosto e primeiros dias de Setembro, por motivo do reconhecimento do estado de beligerância entre o Brasil e a Alemanha e Itália, também os servidores do Estado, no Distrito Federal, reuniram-se numa grandiosa assembléia no dia 3 de Setembro, para testemunhar ao Chefe da Nação sua inteira solidariedade e a firme determinação de empenhar-se, ao lado de todas as forças vivas do país, na defesa da soberania nacional agredida e da liberdade humana ameaçada.

Convidados por uma comissão, composta dos Srs. PAULO LIRA, diretor da Divisão de Orientação e Fiscalização do Pessoal do Departamento Administrativo do Serviço Público, JORGE DOWSWORTH, secretário geral de Administração da Prefeitura do Distrito Federal, e JOÃO CARLOS VITAL, presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, os funcionários da União e da Municipalidade, servidores de todas as categorias não só das repartições federais e municipais como também dos órgãos para-estatais e autárquicos — constituindo uma multidão avaliada em cerca de setenta mil pessoas — reuniram-se no

estádio do Fluminense Futebol Clube, conduzindo bandeiras e dísticos.

Aí, os manifestantes ouviram a palavra do Sr. ALEXANDRE MARCONDES FILHO, titular da pasta do Trabalho e ministro interino da Justiça e Negócios Interiores, que, em brilhante oração, salientou as características de modéstia e pobreza da carreira do serviço público; abordou os problemas do momento atual; concitou à formação da "mentalidade de guerra, que é uma mentalidade de trabalho silencioso e constante, de reflexão e de serenidade, de clarividência e de argúcia, de atenção incansável"; expressou a confiança que devemos ter, como "povo varonil, capaz de todos os sacrifícios necessários para resistir e vencer", e, já ao terminar, renovou um apêlo à união em torno da pessoa do Presidente GETÚLIO VARGAS, declarando: "É na capacidade conciente de obediência que se sublimam as virtudes da cidadania, porque é aí que a Nação se unifica, juntando, numa só força irresistível, miríades de vontades humanas. Se o chefe é digno do momento, sejamos dignos do chefe."

Após o discurso do ministro MARCONDES FILHO, a grande multidão, tendo à frente o Sr. HENRIQUE DODSWORTH, prefeito do Distrito Federal, e todo o seu secretariado, organizou-se em desfile, colocando-se à testa do pessoal das repartições e serviços os respectivos chefes, a começar pelo Sr. LUIZ SIMÕES LOPES, presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, que empunhava a bandeira nacional.

O pessoal das três alas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na capital da República estava presente, participando do desfile o Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, secretário geral do Conselho Nacional de Estatística e representando o presidente do Instituto, que se encontrava em São Paulo, o Sr. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, secretário do Conselho Nacional de Geografia, e o Sr. RAFAEL XAVIER, diretor geral interino do Serviço Nacional de Recenseamento.

Durante mais de duas horas, os servidores do Estado passaram diante do Palácio do Catete, de onde o Chefe do Governo, ao tempo em que recebia, numa das sacadas, as vibrantes manifestações que lhe eram dirigidas, testemunhava o inteiro regozijo da classe, por motivo da atitude assumida pelo Brasil em face da brutal agressão à sua soberania.

Encerrando a grande demonstração, o Sr. Presidente GETÚLIO VARGAS pronunciou o discurso que reproduzimos a seguir:

"Servidores públicos do Brasil.

Ontem disse aos trabalhadores brasileiros o que lhes cumpria fazer nesta hora grave da Nacionalidade.

A adesão e o entusiasmo das classes trabalhistas deram-me a segurança de que nada há de faltar ao país para resolver satisfatoriamente os problemas da produção numa economia de guerra.

Agora cumpre-me dizer-vos o que espero de vós, que sois as peças propulsoras da máquina administrativa.

É preciso não esquecer que chegou a hora dos sacrifícios, das renúncias, do serviço sem horário, dos esforços sem conta.

Não quisemos a guerra. Ela nos foi imposta de maneira brutal, com perdas de vida de civis e militares. Ela nos foi declarada tacitamente com um massacre premeditado a algumas milhas da costa brasileira. Não quisemos a guerra, mas os que no-la impuseram verão que não ficará impune a injúria à nossa soberania.

Se tivermos de entrar em operações bélicas conto que cada homem, cada mulher, cada funcionário de qualquer categoria, saberá proceder de acôrdo com as circunstâncias, tornando-se um combatente no seu setor, multiplicando esforços, auxiliando por todos os meios e modos os soldados incumbidos da defesa armada do Brasil.

É necessário não vacilar, não temer, manter permanente vigilância contra tôdas as formas de derrotismo e de fraqueza. O que outros povos têm podido fazer, criando e forjando as suas armas sob o fogo mortífero dos combates, destruindo tudo que aproveite ao inimigo, sobrepondo-se a tôdas as contingências, também os brasileiros saberão fazer e o farão se houver necessidade. Ao contrário, enquanto não se verificar tal emergência, é preciso poupar, amealhar, economizar o que vos pertence e o que é do Estado, para que possa servir mais e melhor quando for oportuno.

O que vos peço, e estou certo que cumprireis, é pouco e é o bastante: — DISCIPLINA, para que as tarefas sejam executadas sem perturbação; APLICAÇÃO, para que o rendimento do vosso trabalho seja o máximo, sobrando-vos tempo para as obrigações auxiliares da defesa passiva, dos serviços de enfermagem, de cooperação espontânea no cuidado de velhos, crianças, enfermos e feridos; DISCRIÇÃO, com o objetivo de evitar que se conheçam as vossas atividades e o inimigo possa aproveitar desse conhecimento, pois para os serviços de informação de guerra todos os dados podem ser preciosos. UNIÃO, para reafirmar em tôdas as circunstâncias a vontade, a decisão de vencer.

Agradeço a vossa manifestação de solidariedade e concito-vos a tudo empenhar — vida, bens, tranquilidade,

trabalho e futuro — na defesa da Pátria ”

A propósito da participação dos Ibgeanos no importante desfile, a direção superior do Instituto recebeu o seguinte telegrama:

“O Sr. Presidente da República incumbiu-me de transmitir a V. Excia. os seus agradecimentos pela brilhante coparticipação desse Instituto no grande desfile dos servidores do Estado, no dia 3 do corrente, e cujo entusiasmo e patriotismo deram brilhantismo ao desfile
(a) Comandante Otávio Medeiros, Chefe Intendente do Gabinete Militar da Presidência ”

A EXECUÇÃO DO DECRETO-LEI FEDERAL N.º 4 181

No número anterior da REVISTA traçamos largo histórico de como se processara, até o último dia do trimestre Abril-Junho, o cumprimento, em todo o país, do decreto-lei n.º 4 181, de 16 de Março deste ano, que dispôs sobre a criação, em cada órgão central regional do sistema estatístico brasileiro, de uma secção de estatística militar e determinou a realização dos convênios nacionais de estatística municipal.

Registrando, agora, o andamento das providências no curso do período de 1 de Julho a 30 de Setembro, a que este número corresponde, podemos testemunhar com fatos a afirmação de que se achavam excelentemente encaminhadas as *demarques* para a realização dos importantes acordos nos poucos Estados onde ainda não haviam sido firmados.

Efetivamente, no dia 3 de Setembro, em Niterói, foi assinado o convênio correspondente ao Estado do Rio de Janeiro, representando as partes contratantes a União, o delegado especial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sr. A. R. DE CERQUEIRA LIMA, diretor do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, do Estado, o Sr. FRANCISCO STEELE, diretor do Departamento Estadual de Estatística, os municípios do interior, o Sr. HERMES GOMES CUNHA, diretor do Departamento das Municipalidades, e a Municipalidade de Niterói, o Sr. BRAN- DÃO JÚNIOR, prefeito daquela capital.

Pouco depois, ou seja no dia 10, os municípios do interior de Minas Gerais, representados pelo Sr. ÉDSON ÁLVARES DA SILVA, diretor do Departamento das Municipalidades, e a Municipalidade de Belo Horizonte, representada pelo prefeito Sr. JUSCELINO KUBITSCHER, assinavam o pacto com o Estado de Minas, presente na pessoa do seu delegado, Sr. HILDEBRANDO CLARK, diretor do Departamento Estadual de Estatística, e com a União, representada pelo delegado do Instituto, Sr. BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS, presidente do Diretório Regional de Geografia.

Em seguida, no dia 12 também de Setembro, teve lugar a assinatura do convênio em Pernambuco, firmado pelos

Srs. MÁRIO MELO, assistente técnico do Conselho Nacional de Geografia, como delegado do I B G E, representando a União; MANUEL RODRIGUES FILHO, secretário da Agricultura e presidente da Junta Executiva Regional de Estatística, por parte do Estado, NOVAIS FILHO, como prefeito do Recife, e AFONSO SARAIVA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, chefe da Secção de Municipalidades da Secretaria do Interior, na qualidade de mandatário dos demais municípios pernambucanos.

Na mesma data, verificou-se o convênio paraense, cujo instrumento foi assinado pelos Srs. PERNAMBUCO FILHO, secretário da Educação do Pará, como delegado do I B G E, JOSÉ COUTINHO DE OLIVEIRA, diretor do Departamento de Estatística, pelo Estado, prefeito ABELARDO LEÃO CONDURÚ, pela Prefeitura de Belém, e EUSÉBIO DE MATOS CARDOSO, delegado dos demais municípios.

Assim, apenas no Distrito Federal não alcançaram o êxito final, dentro do prazo estabelecido, as providências encaminhadas pela direção superior do Instituto com inteiro apoio e franca cooperação dos Ministérios Militares, nelas interessados.

Outra etapa já quase totalmente vencida é a da ratificação dos convênios firmados. No noticiário anterior referimos os atos legislativos baixados nesse sentido pelos governos do Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Santa Catarina e Goiás, podendo agora acrescentar os dos seguintes Estados: Bahia, n.º 12 340, de 29 de Maio, Maranhão, n.º 141, de 8 de Junho, Mato Grosso, n.º 445, de 16 do mesmo mês, Ceará, n.º 918, de 25 ainda de Junho, Paraíba, n.º 287, de 6 de Julho, Espírito Santo, n.º 1 366, de 9 do referido mês, Amazonas, n.º 839, de 16 igualmente de Julho, Rio Grande do Sul, n.º 227, de 17 de Agosto, São Paulo, n.º 12 907, de 28 também de Agosto, Piauí, n.º 606, de 31 do mesmo mês, Pernambuco, n.º 772, de 15 de Setembro, e Paraná, n.º 73, de 29 do aludido mês.

Ao encerrar-se o expediente do presente número da REVISTA, também já estava lavrado e seria assinado no dia seguinte, 1 de Outubro, o decreto-lei

n.º 604, pelo qual o governo do Estado do Rio de Janeiro ratificava o convênio

Uma vez que essa ratificação era desnecessária por parte do governo do Território do Acre, apenas aos governos de Minas Gerais e Pará restava cumprir aquela exigência legal.

Por outro lado, apesar das dificuldades de comunicações em várias Unidades Federadas, já todas as municipalidades do Acre, Amazonas, Piauí, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Baía, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso haviam sancionando os compromissos assumidos por seus delegados autorizados, enquanto as dos demais Estados diligenciavam no mesmo sentido

Aliás, ao dispor, no decreto-lei 4 736, de 23 de Setembro, sobre o levantamento das estatísticas de estoques e outras medidas requeridas pela mobilização nacional, o Governo Federal, facilitando grandemente a efetivação das diligências em curso, estabeleceu:

“Art 16 — É dispensada a exigência prévia de aprovação do Presidente da República quanto ao padrão das leis municipais de ratificação do Convênio de Estatística Municipal que ficaram previstas na lei 4 181 e cuja vigência é condicionada à ratificação do Governo Federal”

Em consequência desse dispositivo, os Departamentos Administrativos de vários Estados aprovaram os padrões de decretos estadual e municipal de ratificação do convênio, constantes dos anexos ns. 4 e 5 da Resolução n.º 130

da Junta Executiva Central, em vez de examinar um a um os projetos que aos governos cabia apresentar.

Por ocasião da quinta sessão ordinária de sua Assembléia Geral, o Conselho Nacional de Geografia aprovou uma Resolução, que tomou o n.º 128, na qual manifestou vivo regozijo aos Estados Maiores das Forças Armadas e ao Conselho Nacional de Estatística pela promulgação do decreto-lei n.º 4 181, que, “dispondo sobre a criação da estatística militar”, instituiu a unificação dos serviços municipais de estatística pela sua subordinação ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Consignou ainda o C. N. G. “a profunda e benéfica repercussão que terá para a administração em geral e para a estatística em particular, o estabelecimento de agências municipais devidamente aparelhadas, servidas por funcionalismo selecionado e destinadas aos levantamentos e pesquisas locais, segundo planos de conjunto e instruções uniformes” e encareceu ao C. N. E. que, na organização daquelas agências, preveja a coleta de dados e informações referentes aos territórios municipais respectivos e que forem de interesse do sistema geográfico nacional

Esse apêlo, como é óbvio, mereceu a melhor acolhida da ala estatística da entidade, de par com as sugestões do C. N. G. com referência à entrosagem dos trabalhos de geografia nos planos da estatística militar

A VISITA DE ILUSTRE ESTATÍSTICO AMERICANO

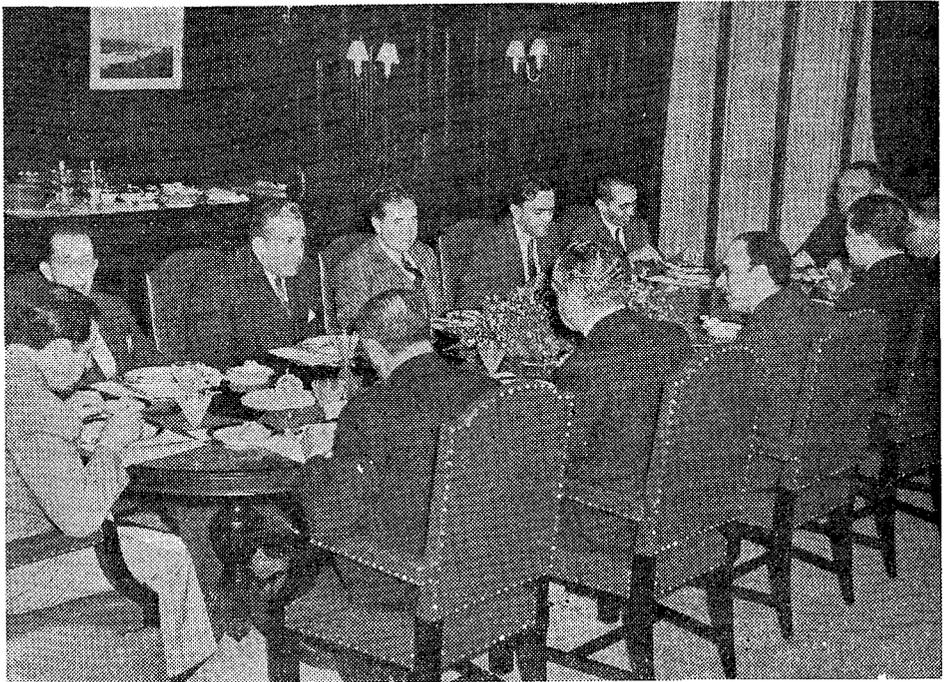
Como representante do Bureau Sanitário Panamericano junto à XI Conferência Sanitária, reunida nesta capital, em Setembro último, esteve entre nós o Sr. FORREST LINDER, assistente-chefe da Divisão de Bio-Estatística do Bureau do Censo dos Estados Unidos

O ilustre visitante, que é figura de relevo nos meios estatísticos americanos, manteve-se em permanente contacto com os seus colegas brasileiros, destes recebendo significativas homenagens

No salão de refeições do edifício Hollerith foi-lhe oferecido um almoço, do qual participaram os Srs. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, presidente do Instituto Interamericano de Estatística e secretário geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; VALENTIM BOUÇAS, secretário geral do conselho técnico de Economia e Finanças e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Esta-

tística; HEITOR BRACET, vice-presidente do I. B. G. E. e diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política; CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia; RAFAEL XAVIER, diretor em exercício do Serviço Nacional de Recenseamento; E JANSSEN DE MELO, diretor do Serviço Federal de Bio-Estatística do Departamento Nacional de Saúde; JOÃO DE LOURENÇO, diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira; OSVALDO GOMES DA COSTA MIRANDA, diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho; ALBERTO RIBEIRO DE CERQUEIRA LIMA, diretor do Serviço de Estatística da Produção; VÍTOR BOUÇAS, vice-presidente dos Serviços Hollerith; e GERMANO JARDIM, assistente-chefe do Serviço de Estatística da Educação e Saúde

Oferecendo o almoço, discursou o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS, que teve elo-



Aspecto do almoço oferecido ao Sr. FORREST LINDER

gias referências para a pessoa do homenageado e teceu oportunas considerações sobre o papel dos estatísticos, a serviço da política de solidariedade continental

O Sr FORREST LINDER agradeceu, sensibilizado, a afetuosa acolhida que lhe vinham dispensando os seus colegas brasileiros e ressaltou os progressos alcançados pela Estatística, em nosso país, a partir da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Falou, por fim, o Sr VALENTIM BUCAS, numa saudação aos estatísticos ali reunidos, tendo agradecido o Sr TEIXEIRA DE FREITAS

*

O Sr FORREST LINDER, que veio investido, ainda, das credenciais de representante do Instituto Interamericano de Estatística, visitou, demoradamente, o Conselho Nacional de Geografia e o Serviço Nacional de Recenseamento, órgãos do I B G E

ESTATÍSTICAS DA NAVEGAÇÃO

Em Resolução sob o n^o 234, aprovada na última sessão de sua Assembléa Geral, o Conselho Nacional de Estatística dirigiu um apêlo à Comissão de Marinha Mercante, com referência ao levantamento das estatísticas da navegação nacional, tendo em vista a importância das informações estatísticas sobre o assunto e o êxito da experiência realizada pela Companhia de Navegação Lóide Brasileiro, através de seu Departamento de Estatística, ultimamente filiado ao I B G E

O pronunciamento, encaminhado ao órgão controlador das atividades da marinha mercante nacional, encontrou aí a melhor acolhida, tendo seu presidente, comandante ROBERTO FRÓIS DA

FONSECA, comunicado ao Instituto que a Comissão está organizando o cadastro geral de todos os navios nacionais de qualquer porte, seja qual for a natureza da navegação em que estiverem empregados, bem como os questionários para a coleta de informações sobre os serviços executados no corrente ano pela navegação fluvial e lacustre e o levantamento das estatísticas de tráfego e de estaleiros. Quanto à navegação marítima, já estão sendo apuradas estatísticas com regularidade.

A Comissão de Marinha Mercante terá a colaboração do Conselho Nacional de Estatística nos trabalhos técnicos que vai encetar e desenvolver

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS FEDERAIS

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Uma delegação de alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, chefiada pelo Professor A. F. CESARINO JÚNIOR, catedrático de Legislação Social, e que veio a esta capital estudar as nossas instituições trabalhistas, esteve em visita ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, sendo recebida pelo diretor, Sr. COSTA MIRANDA

Os estudantes percorreram as seções de Mecanização, Assistência Técnica, Apuração e Cartografia do S.E.P.T. e ouviram, no auditório do Museu Social, uma dissertação do Sr. AUGUSTO PERNETTA, assistente-técnico, que resumiu os trabalhos até agora realizados pelo Ministério do Trabalho no setor da Estatística da Previdência e Trabalho.

Em seguida, agradecendo a visita dos acadêmicos paulistas, o Sr. COSTA MIRANDA teve palavras de louvor à iniciativa do Seminário de Legislação Social de São Paulo, que realiza, anualmente, um concurso de teses e monografias sobre legislação social.

Em nome dos visitantes falou o acadêmico SANTA PAULA NETO, que foi intérprete de uma homenagem da caravana, fazendo entrega ao diretor do S.E.P.T. de um distintivo da Universidade de São Paulo

Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Em ofício dirigido à Diretoria Geral da Fazenda Nacional, salientou o Serviço de Estatística Econômica e Financeira que o preenchimento deficiente das guias de exportação, assim como as exceções vigentes do art. 190, alínea a, do decreto n.º 10 524, de 23 de Outubro de 1913, vêm constituindo sério entrave à apuração do movimento de cabotagem. Foram, assim, encarecidas as providências do Sr. diretor

geral no sentido de obter do Sr. ministro da Fazenda seja expedida circular que torne efetiva e generalizada, nos portos nacionais, a aplicação do Regulamento baixado com o decreto n.º 15 813, de 13 de Novembro de 1922, em virtude do qual foram instituídas as guias de exportação.

De par com o ponto de vista expendido no seu Relatório de 1941, de que as dificuldades de apuração decorrem da inobservância das normas estabelecidas no decreto n.º 15 813, acima citado, o Serviço de Estatística Econômica e Financeira fez ressaltar que a medida solicitada permitirá a elaboração de estatísticas capazes de refletir a posição exata do nosso intercâmbio mercantil interno, por cabotagem, o que se torna atualmente de fácil execução, em face do decreto-lei n.º 4 462, de 10 de Julho deste ano, sobre a obrigatoriedade de informes para fins estatísticos

Secção de Estatística Administrativa — Por decreto-lei n.º 4 506, de 22 de Julho deste ano, do Sr. Presidente da República, a Secção de Documentação do Departamento Administrativo do Serviço Público foi transformada em Serviço de Documentação subordinado ao presidente do mesmo Departamento

Além da Secção já existente, da Biblioteca e da *Revista do Serviço Público*, o S. D. passou a ter uma Secção de Estatística Administrativa, à qual incumbirão as atribuições resultantes do cumprimento do decreto-lei que estabeleceu o levantamento das estatísticas do serviço público federal, estadual e municipal.

Para chefe do Serviço de Documentação, foi nomeado o Sr. ALFREDO NASSARA, técnico de administração, que já vinha exercendo o cargo de diretor da referida *Revista*, órgão do Dasp.

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS

Acre — Pelo Sr. Governador do Território do Acre, foi baixado no dia 1 de Julho o decreto n.º 158, que criou uma Secção de Bio-Estatística, anexa ao Departamento de Saúde Pública

Essa providência assegurou ao sistema estatístico do Território a colaboração de um novo serviço especializado, cujos levantamentos decerto muito contribuirão para que se tornem mais conhecidas as condições demográficas e sociais da longínqua região brasileira

Piauí — A exemplo do que já se verificara noutros Estados, o Sr. Interventor Federal no Piauí baixou, a 14 de Agosto, o decreto-lei n.º 599, dispondo sobre a organização das estatísticas administrativas.

Com essa medida, foi atingido naquela Unidade Federada o objetivo que tivera em vista a Assembléia Geral do C.N.E., ao consignar, em sua Resolução n.º 180, várias sugestões, sobre o levantamento das estatísticas compreendidas no setor da administração pública

Paraíba — O Sr. Interventor Federal na Paraíba assinou, a 9 de Julho, o decreto n.º 253, transformando em Secção de Geografia a antiga Carteira de Cartografia do Departamento Estadual de Estatística.

O mesmo decreto assim distribue em quatro setores os serviços da nova Secção: a) Administração; b) Topografia, Registro de Propriedades e Cadastro; c) Cartografia e Desenho; d) Limites e Coordenação Geográfica

Entre os objetivos da Secção de Geografia incluem-se a coordenação de todos os serviços geográficos do Estado e a divulgação, por meio de cartas, boletins, memórias, monografias e relatórios, dos trabalhos e pesquisas realizados, visando o perfeito conhecimento do território paraibano. A S.G. prestará colaboração direta aos órgãos federais congêneres, especialmente nos trabalhos relativos à atualização da Carta Geral do Brasil

Alagoas — O Sr DIEGUES JÚNIOR, diretor geral do Departamento Estadual de Estatística de Alagoas, baixou instruções, pela portaria n.º 71, de 27 de Julho, para a perfeita execução dos serviços de estatística policial-criminal e judiciária, a cargo do mesmo Departamento

Espírito-Santo — O decreto n.º 13 736, baixado pelo governo do Espírito Santo em 10 de Agosto, aprovou o Regulamento da Diretoria de Estatística Educacional, da Secretaria de Educação e Saúde. A Diretoria tem como finalidade o levantamento, em tôdas as suas fases, das estatísticas educacionais e culturais previstas no Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas, dentro de cujas bases desenvolverá suas atividades, em cooperação com o Departamento Estadual de Estatística

Mato Grosso — Importante decreto-lei, sob o n.º 452, foi baixado, a 31 de Julho, pelo Interventor Federal no Estado de Mato Grosso, dispondo sobre o sistema estatístico regional. A referida lei reorganizou o Departamento Estadual de Estatística e deu outras providências do maior alcance para os serviços estatísticos matogrossenses

São as seguintes, atualmente, as atribuições do Departamento a) levantar e atualizar cadastros sobre assuntos compreendidos no esquema fundamental do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, b) coordenar todos os inquéritos lançados por outros órgãos componentes do sistema, prestando-lhes o auxílio material indispensável, c) lançar inquéritos próprios ou sobre assuntos da alçada de outros órgãos para melhor conduzi-los, criticá-los e apurá-los; d) analisar e agrupar os dados obtidos, apresentando-os em quadros, gráficos, boletins, sinopses ou anuários estatísticos; e) divulgar as es-

tatísticas elaboradas, desde que sejam aprovadas pelo órgão competente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; f) recolher e ordenar documentação (bibliográfica, fotográfica, cartográfica) existente sobre os aspectos demográficos, econômicos, sociais, físicos, administrativos e políticos; g) organizar trabalhos que sistematizem, pelo método estatístico de esquematização, classificação e comparação, dados administrativos, econômicos e sociais que interessam à atividade particular ou pública; h) prestar informações aos órgãos administrativos federais, estaduais e municipais e executar serviços determinados pelo governo relativamente a quaisquer matérias de sua alçada; i) prestar assistência a todos os órgãos do sistema regional, orientando seus trabalhos estatísticos; j) publicar, em coletâneas periódicas especiais, ou ainda avulsamente, os resultados dos trabalhos coordenados ou executados, l) fornecer aos órgãos do governo encarregados de publicidade dados estatísticos sobre o Estado, m) cooperar, dentro de suas possibilidades, com os órgãos componentes do governo do Estado, principalmente no que se referir à assistência técnica

— Anexa à Chefatura de Polícia do Estado, foi criada em Mato Grosso, pelo decreto-lei n.º 460, de 31 de Agosto, a Secção de Estatística Policial e Judiciário-Criminal, com a responsabilidade do levantamento sistemático das estatísticas judiciário-criminais. O novo órgão será dirigido pelo secretário da Chefatura de Polícia e contará com um estatístico-auxiliar e dois estatísticos-apuradores

Goiaz — Pelo Sr Interventor Federal no Estado de Goiaz foi baixado, a 10 de Julho, o decreto-lei n.º 5 896, criando o Departamento de Geografia e Cadastro e dando outras providências

O novo órgão técnico, que ficou diretamente subordinado à Secretaria Geral do Estado, tem as seguintes atribuições: a) levantar a carta geográfica de Goiaz, b) estudar a geografia física, econômica e política do Estado, c) fixar as terras devolutas existentes nas diversas regiões e processar a sua venda, d) avaliar as terras pertencentes a particulares para o efeito da cobrança dos impostos Territorial e de Transmissão de Propriedade.

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS MUNICIPAIS

Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo — Pelo Sr Prefeito do Recife, foi baixado o decreto n.º 327, de 22 de Agosto, que atribuiu à Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo o encargo de levantar os estoques dos gêneros alimentícios e matérias primas existentes no Município.

No mesmo decreto, foi tornada obrigatória a declaração dos estoques, nos prazos que melhor convierem ao seu levantamento, sendo consideradas passíveis de multa e outras penalidades previstas na Lei de Segurança Nacional as firmas ou empresas que o deixarem de fazer ou que o fizerem irregularmente.